

ANAIS DO X SEMINÁRIO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (PPGS-UFMG)

ORGANIZADORES

Basilise Baudouine Ananga Nke
Christianno Conceição Silva
Deysianne Ulhôa Carvalho
Eduardo Lucas de Almeida
Isis Iesael Vilela Neves
João Victor Figueiredo Moreira
Júlia Barbosa Morais
Júlia Catarine dos Santos Abreu
Júlia Gomes Zuba
Larissa Oliveira Franca Santos
Lízia Almeida Furtado
Maira Marques Maia
Matheus Filipe da Costa Mendes
Natália Castilho Gonçalves
Paulo Antonio Romano de Mello
Pedro Seke Martins
Priscilla Ramos Rumin
Rafael Quirino Oliveira Gonçalves
Sarah Fernandes Nascimento
Taís Lima da Silva
Tales Gandi Veloso de Andrade



Realização





2026 - Ampla Editora

Copyright da Edição © Ampla Editora

Copyright do Texto © Os autores

Editor Chefe: Leonardo Tavares

Design da Capa: Ampla Editora

Revisão: Os autores

Anais do X Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS-UFMG) está licenciado sob CC BY-NC 4.0.



Essa licença permite que outros remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho para fins não comerciais e, embora os novos trabalhos devam ser creditados e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não precisam licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos. O conteúdo da obra e sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores e não representam a posição oficial da Ampla Editora. O download e o compartilhamento da obra são permitidos, desde que os autores sejam reconhecidos. Todos os direitos desta edição foram cedidos à Ampla Editora.

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

A532

Anais do X Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS-UFMG) / Organização de Basilise Baudouine Ananga Nke, Christianno Conceição Silva, Deysianne Ulhôa Carvalho, et al. – Campina Grande/PB: Ampla, 2026.

Outros organizadores: Eduardo Lucas de Almeida, Isis Iesalel Vilela Neves, João Victor Figueiredo Moreira, Júlia Barbosa Morais, Júlia Catarine dos Santos Abreu, Júlia Gomes Zuba, Larissa Oliveira Franca Santos, Lízia Almeida Furtado, Maíra Marques Maia, Matheus Filipe de Costa Mendes, Natália Castilho Gonçalves, Paulo Antonio Romano de Mello, Pedro Seke Martins, Priscilla Ramos Rumin, Rafael Quirino Oliveira Gonçalves, Sarah Fernandes Nascimento, Taís Lima da Silva, Tales Gandi Veloso de Andrade.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5381-361-8

DOI 10.51859/ampla.xsd618.1126-0

1. Sociologia. 2. Pesquisa acadêmica. 3. Anais de congressos. I. Nke, Basilise Baudouine Ananga (Organizador). II. Silva, Christianno Conceição (Organizador). III. Carvalho, Deysianne Ulhôa (Organizadora). IV. Título.

CDD 301

Índice para catálogo sistemático

I. Sociologia

Conselho Editorial

Adilson Tadeu Basquerote – Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Alexander Josef Sá Tobias da Costa – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Andréa Cátia Leal Badaró – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Andréia Monique Lermen – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Antoniele Silvana de Melo Souza – Universidade Estadual do Ceará

Aryane de Azevedo Pinheiro – Universidade Federal do Ceará

Bergson Rodrigo Siqueira de Melo – Universidade Estadual do Ceará

Bruna Beatriz da Rocha – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Bruno Ferreira – Universidade Federal da Bahia

Caio Augusto Martins Aires – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Caio César Costa Santos – Universidade Federal de Sergipe

Carina Alexandra Rondini – Universidade Estadual Paulista

Carla Caroline Alves Carvalho – Universidade Federal de Campina Grande

Carlos Augusto Trojaner – Prefeitura de Venâncio Aires

Carolina Carbonell Demori – Universidade Federal de Pelotas

Caroline Barbosa Vieira – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Christiano Henrique Rezende – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Cícero Batista do Nascimento Filho – Universidade Federal do Ceará

Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dandara Scarlet Sousa Gomes Bacelar – Universidade Federal do Piauí

Daniela de Freitas Lima – Universidade Federal de Campina Grande

Darlei Gutierrez Dantas Bernardo Oliveira – Universidade Estadual da Paraíba

Denilson Paulo Souza dos Santos – Universidade Estadual Paulista

Denise Barguil Nepomuceno – Universidade Federal de Minas Gerais

Dinara das Graças Carvalho Costa – Universidade Estadual da Paraíba

Diogo Lopes de Oliveira – Universidade Federal de Campina Grande

Dylan Ávila Alves – Instituto Federal Goiano

Edson Lourenço da Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Elane da Silva Barbosa – Universidade Estadual do Ceará

Érica Rios de Carvalho – Universidade Católica do Salvador

Fábio Ronaldo da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Fernanda Beatriz Pereira Cavalcanti – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Francisco Auriberto Ferreira Marques Junior – Universidade Federal de Campina Grande

Fredson Pereira da Silva – Universidade Estadual do Ceará

Gabriel Gomes de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Gilberto de Melo Junior – Instituto Federal do Pará

Givanildo de Oliveira Santos – Instituto Brasileiro de Educação e Cultura

Glécia Morgana da Silva Marinho – Pontifícia Universidad Católica Argentina Santa Maria de Buenos Aires (UCA)

Higor Costa de Brito – Universidade Federal de Campina Grande

Hugo José Coelho Corrêa de Azevedo – Fundação Oswaldo Cruz

Igor Lima Soares – Universidade Federal do Ceará

Isabel Fontgalland – Universidade Federal de Campina Grande

Isane Vera Karsburg – Universidade do Estado de Mato Grosso

Israel Gondres Torné – Universidade do Estado do Amazonas

Ivo Batista Conde – Universidade Estadual do Ceará

Jaqueline Rocha Borges dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Jessica Wanderley Souza do Nascimento – Instituto de Especialização do Amazonas

João Henriques de Sousa Júnior – Universidade Federal de Santa Catarina

João Manoel Da Silva – Universidade Federal de Alagoas

João Vitor Andrade – Universidade de São Paulo

Joilson Silva de Sousa – Universidade Regional do Cariri

José Cândido Rodrigues Neto – Universidade Estadual da Paraíba

Jose Henrique de Lacerda Furtado – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Josenita Luiz da Silva – Faculdade Frassinetti do Recife

Josiney Farias de Araújo – Universidade Federal do Pará

Karina de Araújo Dias – SME/Prefeitura Municipal de Florianópolis

Katia Fernanda Alves Moreira – Universidade Federal de Rondônia

Laís Portugal Rios da Costa Pereira – Universidade Federal de São Carlos

Laíze Lantyer Luz – Universidade Católica do Salvador

Lara Luiza Oliveira Amaral – Universidade Estadual de Campinas

Lindon Johnson Pontes Portela – Universidade Federal do Oeste do Pará

Lisiane Silva das Neves – Universidade Federal do Rio Grande

Lucas Araújo Ferreira – Universidade Federal do Pará

Lucas Capita Quarto – Universidade Federal do Oeste do Pará

Lúcia Magnólia Albuquerque Soares de Camargo – Unifacisa Centro Universitário

Luciana de Jesus Botelho Sodrê dos Santos – Universidade Estadual do Maranhão

Luís Miguel Silva Vieira – Universidade da Madeira

Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Luiza Catarina Sobreira de Souza – Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central

Manoel Mariano Neto da Silva – Universidade Federal de Campina Grande

Marcelo Alves Pereira Eufrazio – Centro Universitário Unifacisa

Marcelo Henrique Torres de Medeiros – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Marcelo Williams Oliveira de Souza – Universidade Federal do Pará

Marcos Pereira dos Santos – Faculdade Rachel de Queiroz

Marcus Vinicius Peralva Santos – Universidade Federal da Bahia

Maria Carolina da Silva Costa – Universidade Federal do Piauí

Maria José de Holanda Leite – Universidade Federal de Alagoas

Marina Magalhães de Morais – Universidade Federal do Amazonas

Mário César de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Michele Antunes – Universidade Feevale

Michele Aparecida Cerqueira Rodrigues – Logos University International

Miguel Ysrrael Ramírez-Sánchez – Universidade Autónoma do Estado do México

Milena Roberta Freire da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Nadja Maria Mourão – Universidade do Estado de Minas Gerais

Natan Galves Santana – Universidade Paranaense

Nathalia Bezerra da Silva Ferreira – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Neide Kazue Sakugawa Shinohara – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Neudson Johnson Martinho – Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso

Patrícia Appelt – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Paula Milena Melo Casais – Universidade Federal da Bahia

Paulo Henrique Matos de Jesus – Universidade Federal do Maranhão

Rafael Rodrigues Gomides – Faculdade de Quatro Marcos

Ramôn da Silva Santos – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Reângela Cíntia Rodrigues de Oliveira Lima – Universidade Federal do Ceará

Rebeca Freitas Ivanicska – Universidade Federal de Lavras



Regina Márcia Soares Cavalcante – Universidade Federal do Piauí

Renan Gustavo Pacheco Soares – Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns

Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília

Ricardo Leoni Gonçalves Bastos – Universidade Federal do Ceará

Rodrigo da Rosa Pereira – Universidade Federal do Rio Grande

Rubia Katia Azevedo Montenegro – Veni Creator Christian University

Sabrynna Brito Oliveira – Universidade Federal de Minas Gerais

Samuel Miranda Mattos – Universidade Estadual do Ceará

Selma Maria da Silva Andrade – Universidade Norte do Paraná

Shirley Santos Nascimento – Universidade Estadual Do Sudoeste Da Bahia

Silvana Carloto Andres – Universidade Federal de Santa Maria

Silvio de Almeida Junior – Universidade de Franca

Tatiana Pascholette R. Bachur – Universidade Estadual do Ceará | Centro Universitário Christus

Telma Regina Stroparo – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Thayla Amorim Santino – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Thiago Sebastião Reis Contarato – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Tiago Silveira Machado – Universidade de Pernambuco

Valvenarg Pereira da Silva – Universidade do Estado de Mato Grosso

Vinícius Queiroz Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Virgínia Maia de Araújo Oliveira – Instituto Federal da Paraíba

Virginia Tomaz Machado – Faculdade Santa Maria de Cajazeiras

Walmir Fernandes Pereira – Miami University of Science and Technology

Wanessa Dunga de Assis – Universidade Federal de Campina Grande

Wellington Alves Silva – Universidade Estadual de Roraima

William Roslindo Paranhos – Universidade Federal de Santa Catarina

Yáscara Maia Araújo de Brito – Universidade Federal de Campina Grande

Yasmin da Silva Santos – Fundação Oswaldo Cruz

Yuciara Barbosa Costa Ferreira – Universidade Federal de Campina Grande



Apresentação

Em 2025, chegamos à décima edição do Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coroando mais de uma década de mobilização dos discentes do PPGS no Centro de Estudos de Sociologia Antônio Augusto Pereira Prates (CESAP). Ao longo desse período, o CESAP se constituiu como um espaço acolhedor e fundamental para a formação das novas gerações de sociólogos e sociólogas ao passo que o Seminário se firmou como um dos eventos discentes mais relevantes da Sociologia no país.

Assim como nas demais edições, a diversidade teórica, temática e metodológica, bem como a qualidade dos trabalhos e das discussões caracterizam a riqueza do Seminário. Nesta edição, foram quatro oficinas ministradas e 63 trabalhos apresentados, entre os 11 GTs, com 106 autores e coautores, dos quais 19 trabalhos completos, de 8 GTs, estão incluídos nesta coletânea.

Aproveitamos, por fim, para agradecer a todos/as docentes, discentes, participantes e funcionários/as que tornaram possível evento. Em particular, agradecemos a Miriam Estefânia e Maria Aparecida Moura pela participação na mesa de abertura “O negro no Brasil: interseccionalidades, desafios e (re)sistências”, às professoras Nina Rosas e Raquel Oliveira Santos Teixeira, ao professor Dimitri Fazito, às funcionárias Renata Pacheco e Daiane Fonseca e aos/às coordenadores/as dos GTs, sem os/as quais este evento não teria sido possível. Também agradecemos ao PROEX (Programa de Excelência Acadêmica) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) pelos recursos indispensáveis à realização do evento

Os/as organizadores/as



Sumário

GT 1. SOCIOLOGIA URBANA.....	9
CAPÍTULO I. DESIGUALDADES SOCIAIS E MOBILIDADE URBANA DE PESSOAS IDOSAS NA RMBH: DESLOCAMENTO NA SEMANA	10
CAPÍTULO II. ENTRE O 'MORAR' E O 'ESTAR': CORPOS, INSTITUIÇÕES E VÍNCULOS NAS RUAS DE BELO HORIZONTE	24
CAPÍTULO III. FUTEBOL E CIDADE: A CONFIGURAÇÃO DAS DINÂMICAS ECONÔMICAS NAS PROXIMIDADES DOS ESTÁDIOS DE BH.....	35
CAPÍTULO IV. A INSERÇÃO URBANA DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM BELO HORIZONTE	43
CAPÍTULO V. NA CALÇADA OU NA VARANDA: DIMENSÕES DA ESPACIALIDADE E DA DIVERSIDADE FUNCIONAL DO EDIFÍCIO SÃO VICENTE.....	57
CAPÍTULO VI. PERCEPÇÕES DA RUA SAPUCAÍ EM BELO HORIZONTE: DISCUSSÕES ENTRE DIREITO À CIDADE, OS USOS E A PAISAGEM DA CIDADE	72
GT 2. EDUCAÇÃO EM DISPUTA.....	90
CAPÍTULO VII. ENTRE A RESSOCIALIZAÇÃO E A MORTIFICAÇÃO DO EU: A OFERTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (EJA) NAS PRISÕES DE MINAS GERAIS EM COMPARAÇÃO AO CENÁRIO NACIONAL (2022-2024)...	91
GT 3. ENCARCERAMENTO EM PAUTA.....	106
CAPÍTULO VIII. A SEPERAÇÃO DE MUNDOS: A PRISÃO ENQUANTO CAMPO ETNOGRÁFICO	107
CAPÍTULO IX. PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES PARA A GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA DO PLANO PENA JUSTA.....	122
GT 4. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL, CLASSE E DESIGUALDADES.....	135
CAPÍTULO X. "AUTONOMIA" SOB VIGILÂNCIA: UBERIZAÇÃO, COLONIALIDADE E A LUTA POR TRABALHO DECENTE NO BRASIL	136
CAPÍTULO XI. A TIPOLOGIA DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE RENDIMENTO MEDIANO, RECORTE OCUPACIONAL, AFLUÊNCIA DOMICILIAR E STATUS (BRASIL, 2013)	145
CAPÍTULO XII. SUPEREXPLORAÇÃO, RAÇA E GÊNERO: A PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO NO SETOR DE SOFTWARE BRASILEIRO.....	157
CAPÍTULO XIII. TRABALHO, LINGUAGEM E EXPERIÊNCIA: AÇÃO E AGÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA ENTRE PRAGMATISMO E MARXISMO.....	172



GT 5. GÊNERO, EXTREMA-DIREITA E AUTORITARISMOS	192
CAPÍTULO XIV. CORRUPÇÃO COMO GRAMÁTICA POLÍTICA: UMA BREVE ANÁLISE COMPARADA DAS TRANSIÇÕES DE PODER NA AMÉRICA LATINA RECENTE.....	193
CAPÍTULO XV. DESMONTE INSTITUCIONAL E RETROCESSOS NO ESPORTE: IMPACTOS DA EXTINÇÃO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE NAS POLÍTICAS DE GÊNERO DURANTE O GOVERNO BOLSONARO	202
GT 6. MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS.....	216
CAPÍTULO XVI. MOVIMENTOS ESTUDANTIS E A QUALIDADE DO ENSINO: O CASO DO MOVIMENTO DE ESTUDANTES ANGOLANOS	217
GT 7. PENSAMENTO SOCIAL E POLÍTICO BRASILEIRO	230
CAPÍTULO XVII. SOCIEDADE CIVIL E AS ALTERNATIVAS DA ESQUERDA PARA A REDEMOCRATIZAÇÃO: UM DEBATE ENTRE COUTINHO, WEFFORT E FLORESTAN.....	231
CAPÍTULO XVIII. BONAPARTISMO, ORDEM E PROGRESSO: AUTOCRACIA E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO BRASIL ..	246
GT 8. POLÍCIA, CRIMINALIDADE, VÍTIMAS E SEGURANÇA PÚBLICA	262
CAPÍTULO XIX. BANDIDO OU DOENTE? A DUALIDADE CRIMINALIZAÇÃO X PATOLOGIZAÇÃO COMO PRODUTORA DA INVISIBILIDADE DO CONSUMIDOR DE DROGAS NO BRASIL.....	263



GT 1

SOCIOLOGIA URBANA

Capítulo I

DESIGUALDADES SOCIAIS E MOBILIDADE URBANA DE PESSOAS IDOSAS NA RMBH: DESLOCAMENTO NA SEMANA

João Victor Figueiredo Moreira ¹

1. INTRODUÇÃO

Em decorrência do contexto de envelhecimento populacional, importantes desafios têm sido gerados para a gestão das cidades contemporâneas. Um desses desafios diz respeito à mobilidade urbana das pessoas idosas. As pesquisas recentes evidenciam a importância das diversas práticas de mobilidade para o acesso a serviços, a interação social e a manutenção da saúde desse grupo (FATIMA; MORIDPOUR; SAGHAPOUR, 2022; TURRELL *et al.*, 2014; VAN WEE, 2016; VAN WEE; HANDY, 2014). Portanto, sem uma plena capacidade de mobilidade urbana, as pessoas não são capazes de acessar os locais necessários para satisfazerem suas necessidades, desejos e interesses pessoais.

Nesse cenário, a população idosa, em particular, enfrenta obstáculos significativos ao se deslocar nos espaços urbanos. Um dos fatores apontados pela literatura tem a ver com as transformações físicas, alterações sensoriais e condições de saúde relacionadas à idade avançada (CHUDYK *et al.*, 2015, 2017; FENG, 2017; KOH; LEOW; WONG, 2015; MAÇÃO BERNAL; MOREIRA DINIZ; DA PENHA SANCHES, 2019). Esses elementos, próprios ao processo de envelhecimento, têm um impacto direto na capacidade das pessoas idosas de se locomoverem nos ambientes urbanos de maneira autônoma e segura (SCHMIDT; KERR; SCHIPPERIJN, 2019). Por outro lado, essa própria capacidade que diminui com a terceira idade também é afetada por condições e barreiras socioeconômicas (VECCHIO; CASTILLO; STEINIGER, 2020). Em particular, alguns estudos apontam que estrutura domiciliar, ou seja, a composição das pessoas que vivem no domicílio e suas posições dentro da família, e elementos associados à desigualdades de classe, como escolaridade, renda, posse de veículos e vulnerabilidade de suas vizinhanças, estão relacionados a diferentes formas e possibilidades de mobilidades de pessoas idosas (CERIN *et al.*, 2013; GIESEL; KÖHLER, 2015; KOH; LEOW; WONG, 2015; LEE; PARK, 2015; TURRELL *et al.*, 2014; VECCHIO; CASTILLO; STEINIGER, 2020).

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) joaovictorfigueiredo01@outlook.com.

1.1. OBJETIVOS

Diante disso, investigar as potencialidades de tais pessoas de se moverem nas cidades contemporâneas, bem como os fatores de desigualdades sociais que interferem nisso, é crucial. Com base nesses aspectos, este trabalho busca examinar o papel das condições socioeconômicas e demográficas nas práticas de deslocamento das pessoas idosas. Particularmente, o objetivo é verificar a associação entre variáveis demográficas, socioeconômicas e contextuais (idade, gênero, renda, escolaridade, estado civil, capacidade de dirigir e características da vizinhança) e a probabilidade de a pessoa idosa realizar ao menos um deslocamento na semana.

2. MOBILIDADE URBANA DE PESSOAS IDOSAS E DESIGUALDADES SOCIAIS

A literatura tem investigado como o processo de envelhecimento impacta as práticas de mobilidade, ressaltando tanto a diversidade das práticas de mobilidade das pessoas idosas quanto sua vulnerabilidade. Os estudos procuram identificar fatores que influenciam essas práticas, como identidade, espaço e políticas públicas, destacando a necessidade de políticas mais equitativas para garantir uma mobilidade autônoma e segura para as pessoas idosas. Nesse cenário, há evidências de tendências comuns, como o aumento da imobilidade, com redução no número de viagens e distâncias percorridas, à medida que a idade avança (CURL; MUSSELWHITE, 2018; KOH; LEOW; WONG, 2015; TURRELL *et al.*, 2014). Há também uma diversificação dos motivos das viagens, destacando-se deslocamentos não obrigatórios como compras, lazer e atividades religiosas (CURL; MUSSELWHITE, 2018; FENG, 2017).

A dependência dos modos de transporte varia, mas em geral, as pessoas idosas utilizam mais o transporte público e caminham com frequência, sobretudo em cidades com políticas de gratuidade (FENG, 2017; PANTELAKI; MAGGI; CROTTI, 2021). Além disso, pessoas idosas de menor renda e escolaridade tendem a ser mais impactados pelo ambiente construído de suas vizinhanças, que inclui o sistema de transporte (CERIN *et al.*, 2013).

Pessoas idosas de baixa renda e desempregados tendem a caminhar ou pedalar mais, enquanto aqueles com maior escolaridade realizam mais viagens de carro ou transporte público, percorrendo distâncias maiores (BÖCKER; AMEN; HELBICH, 2017; GIESEL; KÖHLER, 2015; HESS, 2009). No entanto, essa tendência não é universal: enquanto alguns estudos, como o de Yang *et al.* (2022), não identificaram associação significativa entre renda e caminhadas, outros, como Turrell *et al.* (2014), encontraram uma maior propensão de grupos de baixa renda a evitar caminhadas. Quanto à escolaridade, há uma relação positiva com o tempo de

caminhada: pessoas idosas com maior nível educacional tendem a caminhar mais, tanto por lazer quanto como meio de transporte (CERIN *et al.*, 2013; TURRELL *et al.*, 2014). Entretanto, alguns estudos indicam que o ensino superior pode estar negativamente relacionado ao tempo dedicado à caminhada para lazer (HE *et al.*, 2020). De todo modo, Feng (2017) aponta que maiores níveis de escolaridade e renda estão associados à maiores distâncias percorridas.

Em relação à estrutura domiciliar, pessoas idosas buscam delegar atividades, como uma forma de maior acesso a bens e serviços sem incorrer em deslocamento próprio (VECCHIO; CASTILLO; STEINIGER, 2020). Nesse sentido, a possibilidade de ter familiares ou pessoas com quem contar para os auxiliarem reflete diretamente em sua motilidade e na capacidade de mobilizar recursos sociais para superar barreiras urbanas. No entanto, essa estratégia está intrinsecamente ligada à posição socioeconômica: idosos com redes de apoio limitadas ou em contextos de vulnerabilidade tendem a enfrentar maior restrição em suas escolhas de mobilidade. Assim, a estrutura domiciliar, que está relacionada às desigualdades socioeconômicas, impacta as práticas de deslocamento de pessoas idosas.

As diferenças de gênero, que estão vinculadas à posição da pessoa na estrutura domiciliar, também são notáveis: mulheres idosas geralmente utilizam mais o transporte público e caminham mais do que os homens, que costumam depender do carro particular (DICKERSON *et al.*, 2019; SZETO *et al.*, 2017). Apesar disso, não há consenso na literatura; enquanto estudos como Cerin *et al.* (2013) e Yang *et al.* (2022) não detectaram diferenças significativas entre os gêneros, outras pesquisas apontam que homens tendem a caminhar mais (KOH; LEOW; WONG, 2015; LEE; PARK, 2015).

Diferenças geográficas também influenciam a mobilidade das pessoas idosas. No Norte global, o automóvel é o principal meio de transporte, mas variações ocorrem em cidades europeias e asiáticas com sistemas de transporte público mais desenvolvidos (DICKERSON *et al.*, 2019; SZETO *et al.*, 2017). Já no Sul global, especialmente na América Latina, o transporte público é predominante, e o uso do automóvel é mais restrito a homens e pessoas de maior renda, enquanto pessoas idosas mais pobres caminham mais (VILLENA-SANCHEZ; BOSCHMANN, 2022).

Embora a literatura aponte consistentemente como variáveis socioeconômicas e demográficas determinam os padrões e modos de transporte dos idosos, este trabalho busca contribuir com um enfoque complementar, investigando como esses mesmos fatores se relacionam com um aspecto mais fundamental: a realização de ao menos um deslocamento durante a semana. Assim, o foco desloca-se de como os idosos se deslocam para examinar

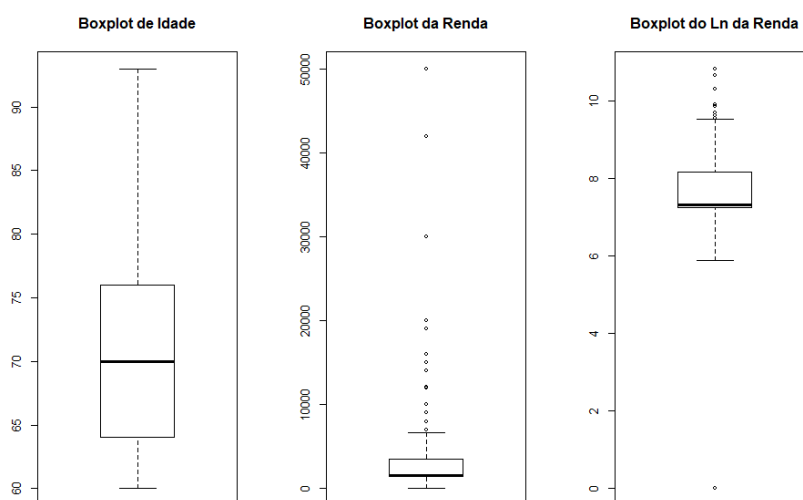
inicialmente se eles conseguem se deslocar, analisando como as desigualdades sociais podem condicionar este limiar básico de mobilidade.

3. METODOLOGIA

A metodologia proposta para este trabalho é quantitativa e parte de dados provenientes de um *survey* realizado em 2025 na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) pelo Centro de Estudos Urbanos (CEURB) da UFMG, em parceria com o Instituto de Geociências (IGC/UFMG). A partir de uma amostra de 392 pessoas idosas da RMBH, essa pesquisa oferece uma série de indicadores sobre as características dos domicílios e indivíduos e dos deslocamentos realizados em cada dia da semana.

A fim de assegurar a representatividade da amostra em relação ao perfil populacional da região, os dados foram calibrados por meio do pacote *anesrake* no ambiente R, utilizando como parâmetros as distribuições de sexo e escolaridade da população idosa da RMBH conforme o Censo de 2022. O procedimento gerou pesos amostrais que não apresentaram valores extremos (mín. = 0,53; máx. = 1,51), indicando uma boa adequação da amostra à população de referência sem comprometer a eficiência das estimativas. Em todas as análises, os resultados foram ponderados a partir desses pesos. A amostra final calibrada é composta por 392 idosos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com idade média de 70,9 anos e renda média de R\$ 3.296,00 (sendo registrados 32 casos *missing* para esta variável, que foram removidos para rodarmos os modelos de regressão). A seguir, temos os *boxplots* dessas variáveis incluindo a renda após a transformação logarítmica (Ln).

Figura 1: Boxplots das variáveis quantitativas



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A partir da análise visual dos gráficos, vemos que não há outliers na idade. Porém, no que se refere à renda, de fato, há valores extremos concentrados na parte superior, indicando, como era esperado, uma assimetria à direita, com poucas pessoas com uma renda muito alta. Após a transformação para logaritmo natural, a assimetria diminuiu, porém ainda existem outliers, incluindo, desta vez, valores abaixo. Para este trabalho, vamos seguir com os valores extremos do Ln da renda, mas, ao longo da pesquisa, um outro tratamento poderá ser considerado.

A seguir, temos a distribuição das variáveis qualitativas:

Tabela 1: Descrição da amostra

Descrição da amostra		
Proporções ponderadas		
Variável	Categoria	Proporção
Deslocamento Semanal	Não	11%
	Sim	89%
Estado Civil	Casado ou união estável	47.4%
	Não casado/não união estável	52.6%
Educação	Fundamental completo e médio incompleto	13.3%
	Médio completo e superior incompleto	20.1%
	Sem instrução e fundamental incompleto	50.6%
	Superior completo	16%
Gênero	Feminino	57.8%
	Masculino	42.2%
Aposentado	Não	17.1%
	Sim	82.9%
Dirige	Dirige	29.6%
	Não dirige	70.4%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A grande maioria (89%) realizou ao menos um deslocamento na semana de referência. O perfil da amostra é majoritariamente feminino (57,8%), aposentado (82,9%) e com baixa escolaridade – metade dos entrevistados (50,6%) possui no máximo o ensino fundamental incompleto. A distribuição por estado civil é equilibrada, com 52,6% não casados ou sem união estável. Além disso, destaca-se que 70,4% dos idosos não dirigem algum veículo automotor.

Para examinar os fatores associados à realização de deslocamentos pela população idosa, foram especificados dois modelos de regressão logística binomial, além das estatísticas descritivas. Nos modelos de regressão, variável dependente foi construída como uma medida dicotômica indicando se o idoso realizou ou não pelo menos um deslocamento durante a semana de referência da pesquisa (ref = Não realizou). As variáveis independentes incluíram

estado civil (dicotomizada em casado/união estável versus outros), educação (“Sem instrução e fundamental incompleto [ref]”, “Fundamental completo e médio incompleto”, “Médio completo e superior incompleto” e “Superior completo”), idade (variável contínua), gênero, situação de aposentadoria (dicotomizada), logaritmo natural da renda, habilidade de dirigir (dicotomizada) e variáveis binárias de vizinhança, capturadas a partir da presença ou ausência/não conhecimento dos seguintes equipamentos e serviços no entorno da residência: supermercado, restaurante, banco/casa lotérica, UPA, hospitais privados, laboratórios clínicos, farmácia, escola, academia privada, academia pública, praças, parques e CRAS (Centro de Referência de Assistência Social)

A estimação foi realizada por meio de regressão logística, utilizando a função `svyglm` do pacote `survey` no R, que incorpora os pesos amostrais ao modelo. Dois conjuntos de modelos foram estimados: um incluindo apenas variáveis individuais (primeiro modelo) e outro adicionando controles de vizinhança (segundo modelo), permitindo verificar a robustez dos resultados. Em ambos os modelos, a análise dos fatores de inflação da variância (VIF) indica a ausência de problemas sérios de multicolinearidade, com todos os valores abaixo aos limiares de 5 ou de 10 (NAHHAS, 2025).

4. RESULTADOS PRELIMINARES

4.1. Estatística descritiva

A análise dos padrões de mobilidade da população idosa na Região Metropolitana de Belo Horizonte revela associações relevantes entre características socioeconômicas e a realização de deslocamentos. Os resultados demonstram uma clara gradação na mobilidade conforme o nível educacional:

Tabela 2: Deslocamento na semana por nível educacional

Deslocamento semanal por nível educacional				
Proporções ponderadas				
Deslocamento na semana	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
Não	30 (15.14%)	5 (9.19%)	6 (7.68%)	2 (3.44%)
Sim	168 (84.86%)	47 (90.81%)	73 (92.32%)	61 (96.56%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Enquanto entre idosos sem instrução ou com fundamental incompleto a taxa de imobilidade na semana foi de 15,14%, esta proporção diminui consistentemente a cada patamar educacional, atingindo apenas 3,44% entre os idosos com superior completo.

A situação conjugal também se mostrou um fator a princípio relevante:

Tabela 3: Deslocamento na semana por Estado Civil

Deslocamento semanal por Estado Civil		
Proporções ponderadas		
Deslocamento na semana	Casado ou união estável	Não casado/não união estável
Não	15 (8.09%)	28 (13.58%)
Sim	171 (91.91%)	178 (86.42%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Idosos não casados ou sem união estável apresentaram uma proporção significativamente maior de imobilidade (13,58%) em comparação com seus pares casados ou em união estável (8,09%).

No que diz respeito à situação laboral, os dados sugeriram também uma diferença:

Tabela 4: Deslocamento na semana por aposentadoria

Deslocamento semanal por aposentadoria		
Proporções ponderadas		
Deslocamento na semana	Aposentado	Não Aposentado
Não	41 (12.64%)	2 (3.03%)
Sim	283 (87.36%)	65 (96.97%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Aposentados tiveram uma taxa de imobilidade quatro vezes superior (12,64%) à observada entre idosos não aposentados (3,03%).

A capacidade de dirigir mostrou-se um divisor na mobilidade:

Tabela 5: Deslocamento na semana por capacidade de dirigir

Deslocamento semanal por capacidade de dirigir		
Proporções ponderadas		
Deslocamento na semana	Não dirige	Dirige
Não	40 (14.39%)	3 (2.87%)
Sim	236 (85.61%)	113 (97.13%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Entre os idosos que não dirigem, 14,39% não realizaram nenhum deslocamento na semana, enquanto entre os que dirigem esta proporção foi de apenas 2,87%.

Em termos de gênero, temos:

Tabela 6: Deslocamento na semana por gênero

Deslocamento semanal por gênero		
Proporções ponderadas		
Deslocamento na semana	Feminino	Masculino
Não	23 (10.33%)	20 (11.87%)
Sim	203 (89.67%)	146 (88.13%)

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Assim, vemos um padrão semelhante entre homens e mulheres, com taxas de imobilidade de 11,87% e 10,33%, respectivamente, indicando que esta variável, por si só, não apresenta grandes disparidades na realização de ao menos um deslocamento na semana.

Por fim, a análise descritiva das variáveis contínuas revela padrões distintos entre os grupos. Os idosos que não realizaram nenhum deslocamento na semana apresentam idade média superior (75,2 anos) em comparação aos que se deslocaram (70,3 anos), sugerindo que o avanço da idade pode estar associado à redução da mobilidade. Da mesma forma, observa-se uma disparidade econômica entre os grupos: a renda média do grupo que se deslocou (R\$ 3.461,68) é superior à renda média do grupo que não realizou deslocamentos (R\$ 2.027,07).

4.2. Modelos de regressão

Por outro lado, contrariando as evidências bivariadas, os modelos de regressão logística multivariados revelaram que, quando controladas conjuntamente, a maioria dessas associações perde significância estatística:

Figura 2: Resultados das Regressões Logísticas

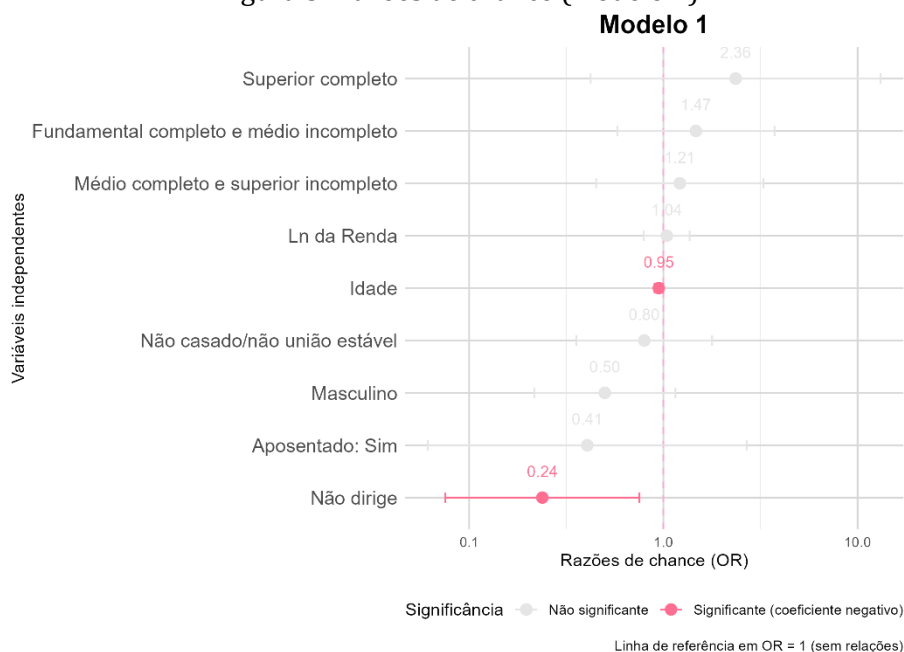
Resultados das Regressões Logísticas		
Variável dependente: Deslocamento na semana (ref = Não)		
Variável	Coeficientes (SE)	
	Modelo 1	Modelo 2
Não casado/não união estável	-0.227 (0.409)	-0.118 (0.448)
Fundamental completo e médio incompleto	0.386 (0.474)	0.398 (0.531)
Médio completo e superior incompleto	0.195 (0.504)	0.215 (0.550)
Superior completo	0.857 (0.874)	0.829 (0.867)
Idade	-0.054* (0.026)	-0.057* (0.028)
Masculino	-0.694 (0.426)	-0.727 (0.475)
Aposentado	-0.902 (0.961)	-0.703 (0.934)
Ln da Renda	0.040 (0.138)	-0.032 (0.152)
Não dirige	-1.435* (0.585)	-1.382* (0.585)
Supermercado		-0.337 (0.624)
Restaurante		-0.252 (0.685)
Banco/Loteria		-0.382 (0.456)
UPA		0.268 (0.537)
Hospitais privados		0.075 (0.517)
Laboratórios/Clínicas		-0.229 (0.420)
Farmácia		0.039 (0.667)
Escola		1.035 (0.709)
Academia Privada		0.198 (0.666)
Academia Pública		0.267 (0.476)
Praças		-0.163 (0.543)
Parques		0.826 (0.657)
CRAS		-0.382 (0.451)
Constant	7.900*** (1.681)	7.815*** (2.030)
Observações	360	360

Nota: *p<0.05; **p<0.01; ***p<0.001

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

No Modelo 1, os resultados mostraram que apenas duas variáveis foram significantes ($p < 0,05$): a idade e a habilidade de dirigir, conforme vemos na Figura 3 abaixo, já com os coeficientes exponenciados para razões de chances (OR):

Figura 3: Razões de chance (Modelo 1)

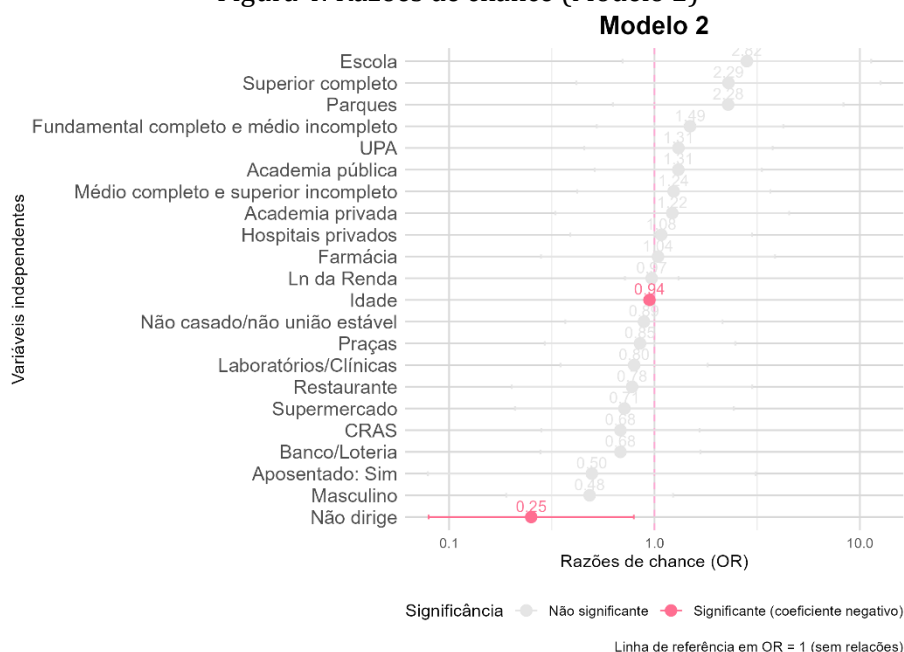


Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Cada ano adicional de idade reduz a chance de realizar ao menos um deslocamento na semana em aproximadamente 5% (OR = 0,95; IC 95%: 0,901-0,997), enquanto idosos que não dirigem têm 76% menos chance de ter realizado algum deslocamento em comparação com os que dirigem (OR = 0,24; IC 95%: 0,075-0,753).

Os resultados do modelo expandido, que inclui variáveis de vizinhança, corroboram os achados iniciais:

Figura 4: Razões de chance (Modelo 2)



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Notavelmente, apenas a idade e a habilidade de dirigir mantiveram significância estatística ($p < 0,05$) mesmo após o controle por uma ampla gama de equipamentos e serviços urbanos disponíveis nas proximidades da residência. Além disso, as razões de chance foram bem similares, com aproximadamente 0,94 para idade e 0,25 para quem não dirige em comparação com quem dirige. Este padrão parece ser particularmente relevante, pois demonstra que estes dois fatores operam como fundamentalmente associados à variável de desfecho, independentemente do contexto territorial imediato. É significativo que, entre todas as variáveis de vizinhança testadas, nenhuma alcançou significância estatística individualmente.

Abaixo, temos as métricas de ajuste dos modelos:

Figura 5: Métricas de ajustes dos modelos

	Métricas de Ajuste dos Modelos	
	<i>Dependent variable:</i>	
	Deslocamento Semanal Modelo 1 (1)	Modelo 2 (2)
R ² Nagelkerke	0.151	0.195
AIC	246.14	270.77
Hosmer-Lemeshow (p-value)	0.626	0.14
Observations	360	360

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Em primeiro lugar, para verificar a adequação dos modelos, realizamos o teste de Hosmer-Lemeshow. Para ambos os modelos, os resultados do teste indicam a não rejeição da hipótese nula ($p > 0,05$), o que sugere que o modelo apresenta um ajuste satisfatório aos dados (Nahhas, 2025).

No primeiro modelo, o pseudo R² de Nagelkerke de 0,151 indica que o modelo explica apenas parcela modesta da variação na mobilidade, sugerindo a influência de outros fatores não capturados pelo modelo. No modelo expandido, esse valor vai para 0,195. Embora modestamente superior ao modelo anterior, ainda indica poder explicativo limitado, sugerindo que fatores não capturados continuam influenciando substancialmente a mobilidade, e que a inclusão dessas variáveis pouco ajudou a melhorar a regressão. Este ganho limitado é corroborado pelo aumento no AIC, que penaliza a adição de parâmetros sem melhora proporcional no ajuste. Nesse caso, o AIC do primeiro modelo é menor, sugerindo que ele é mais parcimonioso e preferível.

Coletivamente, estas métricas reforçam a robustez dos achados principais sobre idade e habilidade de dirigir, que permanecem significativos e com magnitudes estáveis mesmo diante da expansão do modelo.

5. DISCUSSÃO

Os resultados apresentados revelam uma diferença entre as associações observadas nas análises bivariadas e os achados dos modelos multivariados. Embora os cruzamentos iniciais tenham demonstrado padrões claros de relação entre variáveis socioeconômicas e a mobilidade dos idosos, especialmente para educação e situação no mercado de trabalho, estas associações não se mantiveram estatisticamente significativas quando controladas conjuntamente no modelo logístico.

Por um lado, a consistência dos achados entre os dois modelos indica tanto uma relação entre envelhecimento e diminuição da mobilidade quanto a centralidade do automóvel particular para a mobilidade na velhice. Nesse sentido, é plausível que o atual sistema de transporte da RMBH é insuficiente ou inapropriado para garantir a mobilidade dos idosos que não dirigem, tendo em vista que estes têm substancialmente menos chances de terem se deslocado ao menos uma vez do que os que dirigem.

Por outro lado, os resultados dos modelos não confirmaram uma relação significativa entre as variáveis socioeconômicas que medimos e a chance de ter realizado ao menos uma viagem durante a semana de referência da pesquisa. Diante dessas evidências, os resultados sugerem possivelmente limitações na especificação atual do modelo que precisam ser abordadas. Realmente, boa parte da literatura, como dissemos acima, apontam vínculo entre gênero, escolaridade e renda como associadas à mobilidade das pessoas idosas, porém essas variáveis não tiveram coeficientes significativos em nossos modelos. Isso não indica a inexistência de vínculos entre condições socioeconômicas e mobilidade urbana das pessoas idosas, mas apenas que não foram capturadas pela nossa medida específica de deslocamento.

Diante disso, torna-se necessário rever a estruturação dos modelos e a operacionalização das variáveis, especialmente aquelas com maior erro padrão. Especificamente, planeja-se: 1) reagrupamento das categorias educacionais para resolver problemas de estimação; 2) investigação de interações entre variáveis, seja entre equipamentos urbanos seja entre características individuais; 3) exploração de mediadores que possam explicar por que as tendências nas análises bivariadas perdem força nos modelos multivariados; 4) inclusão de novas variáveis que podem indicar condições socioeconômicas; e sobretudo 5) consideração de medidas alternativas de mobilidade além da dicotomia simples de realização/não-realização de deslocamentos.

Estes ajustes metodológicos são essenciais para melhor compreender os mecanismos através dos quais as desigualdades socioeconômicas influenciam a mobilidade urbana da

população idosa. A persistência da significância apenas da idade e da habilidade de dirigir, mesmo após o controle por variáveis de vizinhança, sugere que estes são fatores fundamentais, mas a ausência de significância de outras variáveis socioeconômicas pode refletir mais limitações metodológicas do que a inexistência de relações substantivas. A próxima etapa da pesquisa buscará superar estas limitações através dos refinamentos metodológicos propostos.

REFERÊNCIAS:

BÖCKER, L.; AMEN, P.; HELBICH, M. Elderly travel frequencies and transport mode choices in Greater Rotterdam, the Netherlands. **Transportation, Transportation**, v. 44, n. 4, p. 831–852, 2017.

CERIN, E.; SIT, C. H. P.; BARNETT, A.; CHEUNG, M.; CHAN, W. Walking for Recreation and Perceptions of the Neighborhood Environment in Older Chinese Urban Dwellers. **Journal of Urban Health**, v. 90, n. 1, p. 56–66, 2013.

CHUDYK, A. M.; MCKAY, H. A.; WINTERS, M.; SIMS-GOULD, J.; ASHE, M. C. Neighborhood Walkability, Physical Activity, and Walking for Transportation: A Cross-Sectional Study of Older Adults Living on Low Income. **BMC Geriatrics**, v. 17, n. 1, p. 82, 3 mar. 2017.

CHUDYK, A. M.; WINTERS, M.; MONIRUZZAMAN, M.; ASHE, M. C.; GOULD, J. S.; MCKAY, H. Destinations Matter: The Association between Where Older Adults Live and Their Travel Behavior. **Journal of Transport & Health**, v. 2, n. 1, p. 50–57, 2015.

CURL, A.; MUSSELWHITE, C. **Geographies of Transport and Ageing**. Cham: Springer International Publishing, 2018.

DICKERSON, A. E.; MOLNAR, L. J.; BÉDARD, M.; EBY, D. W.; BERG-WEGER, M.; CHOI, M.; GRIGG, J.; HOROWITZ, A.; MEUSER, T.; MYERS, A.; O'CONNOR, M.; SILVERSTEIN, N. M. Transportation and Aging: An Updated Research Agenda to Advance Safe Mobility among Older Adults Transitioning From Driving to Non-Driving. **The Gerontologist**, v. 59, n. 2, p. 215–221, mar. 2019.

FATIMA, K.; MORIDPOUR, S.; SAGHAPOUR, T. Measuring Neighbourhood Walking Access for Older Adults. **Sustainability**, v. 14, n. 20, p. 13366, 2 mar. 2022.

FENG, J. The Influence of Built Environment on Travel Behavior of the Elderly in Urban China. **Transportation Research Part D: Transport and Environment**, v. 52, p. 619–633, 3 mar. 2017.

GIESEL, F.; KÖHLER, K. How poverty restricts elderly Germans' everyday travel. **European Transport Research Review**, v. 7, n. 2, p. 15, 2015.

HE, H.; LI, T.; YU, Y.; LIN, X. Associations Between Built Environment Characteristics and Walking in Older Adults in a High-Density City: A Study From a Chinese Megacity. **Frontiers in Public Health**, v. 8, 7 mar. 2020.

HESS, D. B. Access to Public Transit and Its Influence on Ridership for Older Adults in Two U.S. Cities. **The Journal of Transport and Land Use, The Journal of Transport and Land Use**. v. 2, n. 1, p. 3–27, 2009.

KOH, P. P.; LEOW, B. W.; WONG, Y. D. Mobility of the Elderly in Densely Populated Neighbourhoods in Singapore. **Sustainable Cities and Society**, v. 14, p. 126–132, 2015.

LEE, H.-S.; PARK, E.-Yeong. Associations of Neighborhood Environment and Walking in Korean Elderly Women: A Comparison between Urban and Rural Dwellers. **Asian Women**, v. 31, n. 4, p. 1–21, 2015.

MAÇÃO BERNAL, L.; MOREIRA DINIZ, C.; DA PENHA SANCHES, S. URBAN MOBILITY OF THE ELDERLY IN THE METROPOLITAN REGION OF SÃO PAULO: AN APPLICATION OF THE MULTINOMIAL LOGIT MODEL. **Journal of Urban and Environmental Engineering**, p. 294–301, 4 abr. 2019.

NAHHAS, R. W. **Introduction to Regression Methods for Public Health Using R**. New York: CRC Press, 2025.

PANTELAKI, E.; MAGGI, E.; CROTTI, D. Mobility impact and well-being in later life: A multidisciplinary systematic review. **Research in Transportation Economics** maio 2021.

SCHMIDT, T.; KERR, J.; SCHIPPERIJN, J. Associations between Neighborhood Open Space Features and Walking and Social Interaction in Older Adults-A Mixed Methods Study. **Geriatrics (Basel, Switzerland)**, v. 4, n. 3, p. 41, 2019.

SZETO, W. Y.; YANG, L.; WONG, R. C. P.; LI, Y. C.; WONG, S. C. Spatio-temporal travel characteristics of the elderly in an ageing society. **Travel Behaviour and Society**, v. 9, p. 10–20, 2017.

TURRELL, G.; HEWITT, B.; HAYNES, M.; NATHAN, A.; GILES-CORTI, B. Change in Walking for Transport: A Longitudinal Study of the Influence of Neighbourhood Disadvantage and Individual-Level Socioeconomic Position in Mid-Aged Adults. **International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity**, v. 11, n. 1, p. 151, 2014.

VAN WEE, B. Accessible accessibility research challenges. **Journal of Transport Geography**, v. 51, p. 9–16, 2016.

VAN WEE, B.; HANDY, S. Key research themes on urban space, scale, and sustainable urban mobility. **International Journal of Sustainable Transportation**, v. 10, n. 1, p. 18–24, 2014.

VECCHIO, G.; CASTILLO, B.; STEINIGER, S. Movilidad urbana y personas mayores en Santiago de Chile: el valor de integrar métodos de análisis, un estudio en el barrio San Eugenio. **Revista de urbanismo**, v. 43, p. 26–45, 2020.

VILLENA-SANCHEZ, J.; BOSCHMANN, E. E. A scoping review of the daily mobilities of older adults in the Global South. **Canadian Geographies / Géographies canadiennes**, v. 66, n. 1, p. 119–131, 1 mar. 2022.

YANG, Y.; SASAKI, K.; CHENG, L.; TAO, S. Does the Built Environment Matter for Active Travel among Older Adults: Insights from Chiba City, Japan. **Journal of Transport Geography**, v. 101, p. 103338, 2 mar. 2022.

Capítulo II

ENTRE O 'MORAR' E O 'ESTAR': CORPOS, INSTITUIÇÕES E VÍNCULOS NAS RUAS DE BELO HORIZONTE

Alan Tiago Gomes Araújo
Dra. Regina Medeiros ¹

RESUMO

Este artigo é fruto de uma pesquisa etnográfica sobre a população que utiliza as ruas da região central de Belo Horizonte. O estudo visa compreender as nuances que distinguem as vivências desses sujeitos: enquanto as pessoas em "situação de rua" veem-se em uma condição temporária, utilizando os serviços de assistência e almejando o retorno a uma residência tradicional, os "moradores de rua" identificam o espaço público como sua casa e, frequentemente, não desejam voltar a ser domiciliados. Por meio da observação direta em dias e horários alternados, de entrevistas gravadas ou conversas informais em profundidade com as pessoas que se encontram nessas circunstâncias, foram priorizadas as dinâmicas de apropriação do espaço, a percepção do corpo e dos corpos, e os vínculos afetivos, notadamente a relação com animais de estimação. A análise etnográfica revela a heterogeneidade deste universo, as condições diferenciadas e complexas de viver na rua, as expectativas futuras e projetos de vida.

Palavras-chave: População de Rua, Etnografia Urbana, Corpo, Identidade, Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

Nos espaços urbanos, particularmente nas grandes cidades, é possível observar uma multiplicidade de cidadãos que circula cotidianamente com diversos objetivos. Dentre eles, destacamos as pessoas que moram nas ruas ou que nelas se encontram em uma condição temporária. Morar ou estar na rua tem múltiplas facetas, seja na forma de sobreviver, acessar os equipamentos públicos, vivenciar experiências e sociabilidades, além da percepção do corpo e sua relação com os espaços da rua, projetos de vida e expectativas de residência.

Diante dessa complexa realidade, a pergunta central que norteia esta pesquisa é: como os indivíduos que vivem na rua se identificam e de que forma constroem sua identidade nesse espaço? A partir desse questionamento, o objetivo geral deste artigo é analisar o processo de construção identitária e as táticas de sobrevivência dessa população na região central de Belo Horizonte.

Como objetivos específicos, buscamos:

1. examinar as dinâmicas de apropriação do espaço e a gestão do próprio corpo como território;

¹ A pesquisa que fundamenta este artigo foi coordenada pela Dra. Regina Medeiros, intitulada "Morar e Estar na Rua: Um Estudo Etnográfico na Região Central de Belo Horizonte".

2. mapear a relação desses sujeitos com as redes de apoio institucionais e filantrópicas; e
3. compreender a importância dos vínculos afetivos, especialmente a relação de confiança estabelecida com animais de estimação.

Para alcançar esses propósitos, a metodologia adotada consistiu em uma abordagem qualitativa de cunho etnográfico, articulando a revisão bibliográfica com o trabalho de campo observacional e interativo.

O artigo está estruturado em cinco seções. Após esta introdução, a segunda seção detalha o percurso metodológico e os percalços enfrentados no campo. A terceira seção promove um diálogo teórico, conceituando o universo e as nomenclaturas da vida na rua. A quarta seção, coração deste estudo, apresenta a etnografia da vida nas ruas dividida em três eixos: o corpo como patrimônio, as redes de apoio e os vínculos afetivos. Por fim, a quinta seção tece as considerações finais, distinguindo as trajetórias observadas.

2. PERCURSO METODOLÓGICO E OS PERCALÇOS DO CAMPO

A pesquisa etnográfica foi a abordagem escolhida, combinando uma extensa revisão bibliográfica com um intenso trabalho de campo. Foram realizadas observações diretas, registradas em diário de campo, e entrevistas abertas e informais com pessoas que vivem nas ruas, bem como com técnicos de instituições de apoio. O trabalho de campo ocorreu em dias e horários alternados, com foco em locais de passagem e concentração, como a Praça Rui Barbosa (Praça da Estação), o Parque Municipal Américo Renné Giannetti, e o entorno do Albergue Tia Branca e da Praça da Rodoviária em Belo Horizonte - MG.

O cronograma original, previsto para dez meses (setembro de 2019 a março de 2020), foi severamente impactado por eventos externos. Primeiramente, as chuvas torrenciais do verão de 2019/2020 alteraram a mobilidade dos grupos, dificultando o acesso ao campo. Subsequentemente, a pandemia de COVID-19 e as necessárias medidas de isolamento social interromperam completamente o trabalho empírico. Diante desta realidade, a análise limitou-se ao rico material coletado na primeira investida ao campo, entre outubro e dezembro de 2019.

3. DIÁLOGOS TEÓRICOS: CONCEITUANDO O UNIVERSO DA RUA

Se há um consenso na literatura sobre o estudo da população de rua, é a existência de inúmeras terminologias, como pessoa em situação de rua, morador de rua, pessoa em trajetória de rua, trecheiros. Morar nas ruas nunca foi uma forma aceitável de viver, e este "problema" social remonta ao fim do regime feudal na Europa, quando um intenso processo migratório para

os centros urbanos levou uma população desassistida a tomar o espaço público como local de sobrevivência (BURSZTYN, 2000). A literatura reflete essa complexidade. Miranda (2016) critica o conceito de homelessness por reduzir a questão à falta de moradia e adota a sistematização de Bezerra, Rosa e Vieira (1994), que se tornou central para esta pesquisa:

Ficar na rua — circunstancialmente; estar na rua — recentemente; e ser da rua — permanente, assim, afirmam que o que unifica essas situações e permite designar de população de rua os que vivenciam condições precárias de vida e utilizam a rua como abrigo e moradia. (BEZERRA; ROSA; VIEIRA, 1994, p. 93-94 apud MIRANDA, 2016).

Essa categorização descreve um movimento de adaptação que ocasionalmente varia de acordo com as expectativas, motivações e condições estruturais do indivíduo. Ao chegar às ruas, a pessoa tende a buscar serviços de assistência e a preservar vínculos, sejam eles afetivos com familiares e amigos ou institucionais como empregos, igrejas e até mesmo o próprio Estado. Embora vivendo nessas condições, tenta reagir à identificação como "morador de rua". Com o passar do tempo, o cidadão acaba se adaptando, aprendendo estratégias de sobrevivência, e novas redes sociais se formam. Assim, o indivíduo passa a "ser da rua".

Santos (2009) aprofunda essa discussão ao citar diferentes perfis de pessoas que se encontram nessa circunstância, como por exemplo, os migrantes, que mantêm a identidade de trabalhador; os trabalhadores itinerantes, vistos como migrantes malsucedidos — isto é, pessoas que saem de suas cidades em busca de trabalho e melhores condições, mas não conseguem se fixar no local, continuando a migrar de cidade em cidade; os trecheiros, que vivem "no trecho", entre cidades; e os "caídos", definidos por Escorel (2006, p. 163; 218-219) como aqueles que chegaram ao "ponto final da degradação humana". Estes últimos representam sujeitos em condições extremas e precárias de saúde e higiene, que possuem poucos ou nenhuns vínculos sociais e, muitas vezes, são acometidos por adoecimentos mentais, demonstrando variadas modalidades de viver ou estar na rua.

A Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009) reconhece a heterogeneidade do grupo, porém reconhece que o que existe em comum entre essa população é a "pobreza extrema, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular". Apesar das inúmeras categorias, o termo "população de rua", que abrange tanto os que estão nessa condição temporariamente quanto os que se autorreconhecem como moradores de rua, é o mais adequado para o presente estudo etnográfico, por sua capacidade de abarcar a diversidade deste universo.

4. ETNOGRAFIA DA VIDA NAS RUAS: TERRITÓRIOS, CORPOS E RELAÇÕES

Para dar início ao nosso transcurso etnográfico, a primeira incursão ao campo ocorreu na Rua Conselheiro Rocha, onde se localiza o Albergue Tia Branca. A visita foi marcada por um profundo estranhamento e pela sensação de estar completamente perdido em relação ao que encontraríamos. Eram aproximadamente 16:30h e observamos uma enorme fila na porta do albergue. Algumas pessoas estavam de pé, outras sentadas no chão; às vezes conversavam animadamente entre si, outras mantinham o olhar fixo no vazio. Existiam poucas mulheres e nenhum adolescente ou criança. Notadamente, carregavam sacos, embornais ou pequenas sacolas que serviam para marcar o seu lugar, enquanto circulavam em torno da referida instituição. A performance dessas pessoas era a de um convívio em fila à espera de algo — no caso, o acesso ao albergue —, assemelhando-se, em certa medida, ao comportamento de uma fila para entrevista de emprego.

Essa experiência de campo rapidamente evidenciou que o pesquisador também se torna objeto de observação dos nativos que compõem o estudo. Em uma das primeiras incursões, a tensão comumente observada no processo de pesquisa com populações vulneráveis foi quebrada por um evento inesperado. Estávamos em grupo formado pela equipe de pesquisa e eu vestia uma camiseta com a estampa do curso de Ciências Sociais ("CS"), que funcionou como uma espécie de identificador. Ao nos aproximarmos da fila, um pequeno grupo se aproximou e um dos homens perguntou, de forma extremamente educada, se a equipe estava "fazendo o mapeamento". Em resposta, explicamos rapidamente os passos da nossa pesquisa, o que gerou uma dinâmica interessante, pois ele parecia familiarizado com os termos acadêmicos. Sua pergunta demonstrou um conhecimento prévio sobre as práticas investigativas que subverteu a relação clássica entre observador e observado, quebrando a tensão inicial e sendo um bom motivo para o começo de uma conversa que gerou laços de confiança e aproximação, tão importantes nas etnografias.

4.1. O CORPO COMO TERRITÓRIO E PATRIMÔNIO

Para quem vive na rua, o corpo é o único patrimônio. Ele é, ao mesmo tempo, fundamental para a subsistência e elemento de resistência, risco e vulnerabilidade. O corpo na rua torna essa população visível, mesmo quando a sociedade busca invisibilizá-la. Esse corpo marginal e incômodo funciona como uma resistência política — afirmando "estou aqui, eu existo" por meio de suas marcas e feridas — e como uma resistência física contra as intempéries, doenças e falta de higiene. Contudo, essa mesma exposição o torna extremamente

vulnerável tanto às precariedades da vida a céu aberto quanto às agressões de atores sociais, sejam eles institucionais, como a polícia, ou criminosos, materializadas em espancamentos e tentativas de homicídio.

Além disso, a dinâmica desses corpos, como aponta Frangella (2004), está diretamente vinculada à geografia urbana, uma vez que o espaço da cidade tem a capacidade de moldar o comportamento e as rotas de sobrevivência pelos territórios. Em nossa análise, a relação com o próprio corpo desenhou uma nítida diferenciação territorial entre os grupos que se diferenciam muitas vezes como pessoas em situação de rua e moradores de rua.

Observamos que o corpo serve como um "passaporte" para aqueles que deixam de ser "domiciliados" (RUI, 2009). Ele se adapta ao desconforto: ao repouso em locais com arquitetura hostil, às longas caminhadas sem calçados adequados, às camas dos albergues, à higiene irregular, ao ataque de insetos como percevejos e carrapatos e à exposição ao clima. As noites mal dormidas, os machucados mal curados, a sujeira e o uso excessivo de álcool, que muitas vezes tem a função de ajudar o corpo a suportar a dureza da vida vão como que "tatuando" a rua no corpo.

No entanto, a pesquisa de campo revelou várias tentativas de resistência contra essas marcas, como pessoas tomando banho em uma torneira de manutenção do Parque Municipal, expondo sua intimidade em praça pública que representava naquele ato um espaço particular. Em outra ocasião, em conversa com um frequentador do Albergue, ele justificou o cuidado com o corpo e a higiene: "Olha... nós que precisamos dormir no albergue já somos subjugados pela sociedade, se eu não me cuidar e ficar sujo pelas ruas não vou ter chances de reverter minha situação". Essa fala demonstra uma clara consciência da importância da aparência na luta contra o estigma, pois como afirma Graeff (2012), "tirar a rua do corpo" é um processo muito mais complexo do que simplesmente alocar alguém em uma nova residência. Sem acesso a bens materiais, moradia ou ao sistema de consumo e envelhecendo nas ruas, o corpo é o único suporte que resta (RUI, 2009).

A trajetória do Sr. Adair, de 67 anos, entrevistado na Praça Rio Branco (Praça da Rodoviária), oferece uma perspectiva aprofundada sobre essa centralidade do corpo. Natural do Vale do Aço e com residência anterior no Espírito Santo, Sr. Adair está em Belo Horizonte desde outubro de 2019. Sua vinda à capital foi motivada pela necessidade de se afastar da família, com quem relatou ter relações fragilizadas após a morte da esposa, além de buscar resolver questões pessoais que preferiu não especificar.

A trajetória de rua iniciou-se abruptamente quando a pessoa em quem confiou, e que lhe ofertaria trabalho, o roubou, deixando-o sem dinheiro e documentos. Essa perda o impediu de

retornar e criou barreiras para sua sobrevivência, pois ele relatou que se recusava a procurar os serviços de apoio formais por considerá-los excessivamente burocráticos. Apesar de dormir no espaço debaixo de um viaduto com seus pares para proteção mútua, ele não se vê como "morador de rua". Para o Sr. Adair, a sua condição em Belo Horizonte é estritamente temporária, sustentando a narrativa de que possui um endereço fixo no Espírito Santo.

A sua história ilustra uma complexa teia de fatores que empurram e mantêm uma pessoa na rua: problemas familiares agudos, o luto pela perda da esposa, a migração mal sucedida, o roubo de seus poucos recursos e a autoexclusão da rede de apoio formal por aversão à burocracia. É na gestão do seu corpo que sua agência se revela. Sr. Adair descreve as relações sociais como baseadas na desconfiança ("aqui qualquer coisa um pisa no outro"), mas sua sobrevivência depende de uma tentativa ativa de preservação corporal. Ele relatou:

“Não fico sem os meus remédios não. É por isso que eu faço minhas reciclagens para eu faturar uns R\$ 20,00, R\$ 10,00 por semana [...] meu remédio fica barato com R\$ 7,00 eu compro, dá para passar o mês, por que eu compro remédio para dor e compro remédio para pressão.”

A fala do Sr. Adair é emblemática. O trabalho com a reciclagem não visa o acúmulo ou o consumo, mas a manutenção direta da saúde do corpo — seu único patrimônio — através da compra de remédios. O corpo, aqui, não é apenas um receptáculo passivo do sofrimento da rua; é um projeto ativo de sobrevivência que exige agência, planejamento e trabalho.

4.2. A REDE DE APOIO: ENTRE A ASSISTÊNCIA INSTITUCIONAL E A FILANTROPIA

No que concerne à dinâmica das principais estruturas de proteção social para a população de rua em Belo Horizonte, destacam-se o Albergue Tia Branca e o Centro POP. Para compreender a atuação desses equipamentos, é necessário, primeiramente, distinguir suas funções: o Centro POP atua como unidade de referência diurna, focada na convivência, higiene pessoal, fortalecimento da autonomia e inserção social. Já o Albergue configura-se como serviço de acolhimento noturno, provendo abrigo, alimentação e segurança para o pernoite. No entanto, a alocação de ambos no mesmo prédio, regida por horários rígidos e excludentes, limita a potencialidade de cada serviço: impede que o Centro POP ofereça atividades formativas noturnas e impossibilita que o Albergue acolha trabalhadores noturnos para descanso durante o dia. Tal cenário confirma as observações de Graeff (2012) em Paris, onde notamos que o grupo que se identifica como "morador de rua" tende a evitar esses serviços, não por medo da polícia, mas pelo desejo de evitar um sistema de valores que cerceia sua liberdade, somado à burocracia e à violência institucional.

O Restaurante Popular Herbert de Souza é um ponto central na rede de alimentação de baixo custo para os habitantes da capital e para as pessoas em situação de vulnerabilidade, particularmente a população de rua. É concedido um cartão de acesso gratuito a esse serviço nos dias da semana em horário comercial. Em visita ao local, a percepção inicial de que seria majoritariamente frequentado pela população de rua foi desconstruída: o público era predominantemente de trabalhadores formais da região. Em entrevista com o Sr. Joaquim, coordenador do restaurante, foi constatado que, dos 2.800 clientes diários, cerca de 700 são pessoas em situação de rua cadastradas para almoçar gratuitamente. A política da instituição é de "portas abertas", e mesmo pessoas sem cadastro são alimentadas e encaminhadas aos serviços de regularização. A Sra. Emanuelle, da coordenação de Políticas Públicas, reforçou que o conceito adotado nas políticas municipais é o de "pessoas com trajetória de vida nas ruas".

Existem outros serviços assistenciais e filantrópicos que acompanhamos e observamos. Destacamos aqui a "Macarronada Solidária", uma iniciativa voluntária que ocorre todos os domingos na Praça Rui Barbosa (Praça da Estação). A ação distribui centenas de refeições gratuitas (macarrão, arroz, feijão, suco) e depende integralmente de doações e do trabalho de voluntários, que preparam e servem o alimento. A complexidade dessa relação de caridade tornou-se um ponto de ruptura epistemológica durante nossa participação em uma distribuição ocorrida no último domingo antes do Natal.

O primeiro indício dessa complexidade foi a resposta ríspida de um senhor na fila que, quando lhe desejei um feliz Natal, respondeu imediatamente: "Feliz pra você". Sua fala fez uma distinção clara entre nós, indicando sua profunda infelicidade com a própria situação e escancarando a assimetria daquela interação. Ele me lembrava de que era fácil para o pesquisador estar ali pontualmente, pois logo retornaria ao conforto e segurança de sua casa, enquanto ele permaneceria submetido à dureza da rua.

Porém, a análise da "assimetria" ganhou novos contornos diante de outro fato no mesmo dia. Um voluntário vestido de Papai Noel chegou para presentear as crianças com kits de doces. Ao final da distribuição, quando ele já estava de saída, uma senhora com mais de 65 anos me chamou e perguntou, em tom de confiança e vergonha, se poderia tirar uma foto com o Papai Noel, revelando que aquele era um sonho de criança. Imediatamente chamei o rapaz fantasiado, expliquei a situação, e a foto foi tirada. O contraste entre as duas cenas é potente: o primeiro senhor rejeita a interação por ela evidenciar o seu "lugar" de necessitado. A senhora, por sua vez, luta justamente para vivenciar uma experiência fora dessa realidade; seu desejo não era por alimento, mas por realizar um sonho infantil que as duras condições da sua vida sempre a impediram de concretizar.

4.3. VÍNCULOS AFETIVOS E A RELAÇÃO COM OS ANIMAIS

Se a gestão do corpo e a relação com a rede de apoio são pilares da sobrevivência, um terceiro eixo fundamental da vida na rua emergiu no campo: a gestão dos vínculos afetivos. Conforme observado na trajetória do Sr. Adair e em outras falas, o ambiente da rua é descrito como sendo de desconfiança e autopreservação ("aqui qualquer coisa um pisa no outro"). Nesse contexto, a relação com animais de estimação, majoritariamente cães, ganha uma centralidade inesperada. Eles oferecem uma cumplicidade afeto, carinho, lealdade que nenhum outro ator social parece prover. Como afirma o dito popular, "na rua você não tem amigos". Baltar e Garcia (2019) apontam que, inseridos em um contexto de vínculos familiares fragilizados, os indivíduos marginalizados depositam em um animal uma relação de confiança total.

Um caso observado no campo, contudo, ilustra essa dinâmica de forma singular. Logo no primeiro dia, ao chegar à Rua Conselheiro Rocha, uma estranha presença despertou a curiosidade em meio ao impacto de ver a longa fila de pessoas que aguardavam por uma vaga no albergue. Configurava-se uma cena de inusitado contraste: ao lado de uma maloca, um galo, grande e viçoso, ciscava e comia milho e farelo próximo a um fogão improvisado onde algo era cozido em uma panela de pressão. A primeira impressão sugeria que ele poderia ser a próxima refeição. No entanto, com o retorno ao campo em dias subsequentes, a presença do galo era uma constante.

Conforme os laços entre pesquisador e atores sociais se estreitavam, descobrimos que "Correria", nome dado ao galo, funcionava como uma espécie de mascote para os usuários do Albergue e do Centro POP. Era notável o carinho e a empolgação com que as pessoas narravam a história de sua chegada e permanência no local. Os mais "íntimos" de Correria gostavam de comprovar esse status oferecendo o braço para que o animal subisse, permitindo-se acariciá-lo. A importância de Correria era tamanha que até mesmo os funcionários das instituições demonstravam apreço, relevando sua entrada no prédio em dias chuvosos ou frios, apesar da proibição formal à presença de animais nos serviços públicos.

A centralidade do galo Correria naquele contexto levanta uma reflexão fundamental: embora um galo em Belo Horizonte não possua a mesma carga simbólica que um galo de rinha para um balinês, como descrito por Geertz (1989), a comparação é válida para ilustrar a importância estrutural do animal para aquela comunidade específica. No nosso contexto, o galo assumiu plenamente o papel de um animal de estimação, promovendo uma unidade comunitária singular entre os frequentadores e resistindo, inclusive, às normas da instituição.

A existência de Correria exemplifica a busca por vínculos puros em um ambiente de extrema fragmentação social.

Contudo, essa relação, como no caso dos cães, também cria barreiras. Os abrigos públicos não estão preparados para receber animais, forçando muitos a escolherem entre a assistência estatal e a companhia de seu mais leal amigo. Essa escolha foi verbalizada em diversas conversas informais, nas quais muitos afirmaram deixar de usar os albergues por se recusarem a deixar seus animais do lado de fora, considerando-os parte intransigente de sua família.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura e do campo revelou que a categorização de Vieira (2004) — "ficar, estar, ser da rua" — é um poderoso instrumento analítico. Contudo, a imersão etnográfica e os objetivos delineados neste estudo permitiram aprofundar e definir com maior clareza as distinções observadas na construção identitária dessa população. Com base nesta pesquisa, propomos duas categorias centrais que refletem as autoidentificações e práticas dos sujeitos nas vias urbanas:

O morador de rua é aquele que entende a rua como sua casa e não necessariamente deseja retornar a um sistema convencional de moradia. Ele desenvolveu códigos e estratégias de sobrevivência próprios, formando novas redes de sociabilidade, e frequentemente evita os serviços institucionais por considerá-los burocráticos e restritivos à sua liberdade.

A pessoa em situação de rua, por outro lado, vê-se temporariamente em uma condição de não ter moradia fixa. Utiliza ativamente os serviços de apoio, como albergues e restaurantes populares, e mantém como objetivo primordial a reinserção social e o retorno a uma residência tradicional.

Entre esses dois polos, a pesquisa também identificou uma terceira categoria analítica: as "pessoas em situação de rua crônica". São indivíduos que, apesar de viverem há anos circulando por albergues e de utilizarem a rede de assistência de forma contínua, mantêm laços familiares (mesmo que fragilizados) e não se identificam como pertencentes permanentes à rua, vivendo em um verdadeiro limbo identitário.

Se antes a sociedade enxergava a rua e sua população como algo apartado da estrutura central, hoje percebemos que esta população faz parte intrínseca da engrenagem social e urbana. Como toda engrenagem, ela é formada por vários componentes, e cada grupo se autoidentifica com suas singularidades, suas dores e suas formas de resistência, tendo no próprio corpo o seu maior e único território. Cabe aos pesquisadores e ao poder público munir-se desse conhecimento etnográfico para desenvolver projetos e políticas públicas que se

encaixem nessas especificidades, atendendo a seres humanos que, muitas vezes, encontram-se desassistidos justamente pela recusa estrutural em se levar em consideração a sua vasta heterogeneidade.

REFERÊNCIAS

BALTAR, J. G. C.; GARCIA, A. Pessoas em situação de rua e seus cães: fragmentos de união em histórias de fragmentação. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 191-209, dez. 2019.

BEZERRA, E.; ROSA, C.; VIEIRA, M. A. C. População de rua: quem é, como vive, como é vista. In: ROSA, C. M. M.; BEZERRA, E. N. R.; VIEIRA, M. A. C. (Org.). *Os vivos e a rua*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 93-94.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 2009*.

BUBER, M. *Eu e Tu*. São Paulo: Moraes, 1974.

BURSZTYN, M. *O desafio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

ESCOREL, S. *Vidas ao léu: trajetória de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

FERREIRA, F. P. M. *População em situação de rua, vidas privadas em espaços públicos: o caso de Belo Horizonte 1998-2005*. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

FRANGELLA, S. M. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GEERTZ, C. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIUMELLI, R. D.; SANTOS, C. P. *Convivência com Animais de Estimação: Um Estudo Fenomenológico*. *Revista da Abordagem Gestáltica*, v. 22, n. 1, p. 49-58, 2016.

GRAEFF, L. *Corpos precários, desrespeito e autoestima: o caso dos moradores de rua de Paris-FR*. *Psicologia USP, São Paulo*, v. 23, n. 4, p. 757-775, 2012.

GRAZZIOLA, R. *As pessoas em situação de rua em Porto Alegre e seus dramas, tramas e manhas: a cooperação e a solidariedade como forma de humanização*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MIRANDA, N. C. de J. *População de rua em Salvador: territórios e direito à cidade*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

PRATES, J. C. et al. Populações em situação de rua: Os processos de exclusão e inclusão precária vivenciadas por esse segmento. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 11, n. 22, p. 191-215, jul./dez. 2011.

RUI, T. Corpos urbanos errantes: Uma etnografia de Moradores de Rua em São Paulo (resenha). *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 53, ed. 2, 2009.

SANTOS, D. dos. O Retrato do Morador de rua da Cidade de Salvador BA: Um estudo de caso. 2009. Monografia (Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania) - Fundação Escola do Ministério Público, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009.

VIEIRA, M. A. C. et al. A rua em movimento: a vida de crianças e adolescentes nos logradouros de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2004.

Capítulo III

FUTEBOL E CIDADE: A CONFIGURAÇÃO DAS DINÂMICAS ECONÔMICAS NAS PROXIMIDADES DOS ESTÁDIOS DE BH.

Msc. Júnio Matheus da Silva Cruz ¹

Dr. Silvio Ricardo da Silva ²

Dra. Priscila Augusta Ferreira Campos ³

1. INTRODUÇÃO

O futebol é um fenômeno social total (Cornelsen et al., 2020), capaz de mobilizar dimensões econômicas, culturais e de sociabilidade que se entrelaçam de modo particular no contexto brasileiro. Ao mesmo tempo em que é espetáculo e identidade coletiva, também constitui um sistema de circulação de bens, serviços e significados. No interior desse fenômeno, os estádios de futebol se configuram como epicentros de sociabilidade urbana e espaços privilegiados para a observação de práticas econômicas populares.

O objeto de pesquisa deste trabalho são as dinâmicas econômicas existentes no entorno dos estádios de futebol da cidade de Belo Horizonte – MG, em dias de jogos, compreendendo esses espaços como circuitos da Economia do Lazer. A investigação parte da noção de que os dias de jogo produzem uma reconfiguração temporária do espaço urbano, onde surgem mercados informais, redes de sociabilidade e fluxos econômicos transitórios que se estruturam e se desfazem em poucas horas.

O problema de pesquisa está delineado na pergunta: **como são as dinâmicas econômicas do entorno dos estádios de futebol de Belo Horizonte em dias de jogo?** Essa questão surge diante de uma lacuna identificada na literatura acadêmica: apesar de existirem estudos sobre lazer, turismo e práticas torcedoras em estádios (Campos, 2016; Mandelli, 2018; Fernandes, 2023), há escassez de pesquisas que analisem a dimensão econômica desses contextos sob uma perspectiva microeconômica e sociocultural.

Parte-se da hipótese de que as dinâmicas econômicas do entorno dos estádios de futebol dos principais times de Belo Horizonte reproduzem as dinâmicas culturais da população mineira, e assim é por ser um espaço de vivência de lazer e que tem o fenômeno do

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG. Juniomatheus10@gmail.com. Bolsista CAPES em nível de Doutorado.

² Professor Permanente do PPGIEL/UFMG. prof.srs@gmail.com.

³ Professora do Departamento de Educação Física da UFOP. priscila.campos@ufop.edu.br.

futebol como indutor destas práticas. A construção desta hipótese fica mais clara ao compreender a revisão de literatura pertinente ao tema.

O objetivo geral é mapear as dinâmicas econômicas presentes no entorno de alguns Estádios de Futebol Belorizontinos em dias de jogos, identificando os principais agentes, práticas, produtos e serviços que compõem esse circuito da Economia do Lazer. E tendo três objetivos específicos:

1. Identificar e caracterizar os principais agentes econômicos que atuam no entorno dos estádios em dias de jogo.
2. Descrever os produtos, serviços e práticas comerciais que circulam no entorno, analisando seus modos de organização, precificação, circulação e consumo.
3. Analisar como essas dinâmicas econômicas se articulam com o espaço urbano e com o fenômeno futebol como indutor do circuito da Economia do Lazer.

A relevância desta pesquisa se sustenta em três dimensões principais: científica, social e urbana.

No campo científico, este trabalho contribui para o avanço dos Estudos do Lazer ao propor uma interface com a Ciência Econômica, articulando o conceito de Economia do Lazer (Earp, 2002; Gomes, 2001; Mascarenhas, 2005) à noção de microeconomia e às práticas sociais urbanas. O estudo dialoga também com abordagens de Antropologia Econômica, que consideram a economia como atividade social imersa em práticas culturais (Polanyi, 1977; Thompson, 1999).

Socialmente, a investigação destaca a importância das economias populares urbanas e dos modos de vida que se formam em torno de eventos esportivos. A informalidade, longe de ser um fenômeno marginal, aparece como forma legítima de produção e reprodução social, pautada na solidariedade e na criatividade cotidiana.

Por fim, em termos urbanos, o estudo evidencia como os estádios de futebol atuam como motores de reorganização do espaço e de produção de sociabilidades. Em Belo Horizonte, a coexistência de três grandes arenas — Mineirão, Arena MRV e Independência — permite compreender diferentes padrões socioeconômicos e territoriais, contribuindo para uma leitura ampliada das interações entre esporte, cidade e economia.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como dito na hipótese do trabalho, o norte é que as dinâmicas culturais vão se confundir às dinâmicas econômicas e muito disso se deve a especificidade do fenômeno futebol. Essa ideia advém de Kennedy e Kennedy (2016) que ao analisar a economia política do futebol apontam

suas contradições econômicas. Os autores vão dizer que o futebol é um mercado que não se mercantilizou, logo ele circula muitos recursos, mas pelas especificidades do *torcer*, acaba apresentando uma formatação econômica muito própria.

Essa ideia dos autores é sistematizada e aplicada ao fenômeno futebol a partir da leitura que fazem de Polanyi (1977) e da obra *A Grande Transformação* destes autores, além da Economia Moral de Thompson (1999). Polanyi (1977) vai combater o determinismo econômico e o culturalismo de modo que nem a economia e nem a cultura vão definir as relações sociais, mas sim que todos estão imersos em instituições culturais historicamente constituídas que os condicionam. Além de, apontar como a economia caminha para cada vez mais transformar a vida humana em mercadoria, enquanto a sociedade resiste por meios vários a esse processo.

Thompson (1999) já vai colaborar com a análise dos autores no sentido de apontar que existe um conteúdo cultural nas práticas econômicas, de modo que elas nem são totalmente racionais como os economistas dizem, mas também são afetadas por ocorrências sociais históricas construídas em forma de sentido pelas pessoas.

Pensando em trabalhos mais empíricos que colaboram com os três autores podemos buscar em Campos (2016) - em suas análises sobre as práticas de lazer no novo Mineirão, Fernandes (2023) - quando trata sobre os modos de ganhar a vida na Arena do Grêmio, Queiroz (2019) - ao analisar o preço do ingresso tenta rascunhar uma economia do estádio de futebol e De Souza Neto (2017) - com a história dos estádios de Belo Horizonte fontes que ajudam a construir esse raciocínio sobre as dinâmicas econômicas do entorno e sua relação com as dinâmicas culturais aprofundado a análise teórica dos autores apontados anteriormente.

O diálogo entre o campo e a literatura se deu porque ao observar essas dinâmicas foi se percebendo como aspectos culturais como a hospitalidade mineira, a presença de refeições típicas da população mineira no entorno, a forma como se dá a relação entre os próprios trabalhadores e torcedores vai sendo permeada por interesses econômicos, mas também por uma teia anterior de significados, o que encadeou o uso da literatura apontada nestes curtos parágrafos, mas que serão melhor aprofundados no trabalho final da tese de doutorado.

3. METODOLOGIA

A pesquisa tem abordagem qualitativa e natureza exploratório-descritiva, com inspiração etnográfica. O trabalho de campo é realizado nos três principais estádios de Belo Horizonte: Mineirão, Arena MRV e Independência.

As observações ocorrem em dias de jogos, com presença no entorno dos estádios cerca de cinco horas antes do início da partida e até três horas após o seu término. Utiliza-se a

observação participante, com registro em diário de campo, posterior elaboração de relatos etnográficos e aplicação da análise de conteúdo (Bardin, 2016).

As categorias analíticas — agentes, práticas, produtos e serviços — são construídas a partir dos próprios dados empíricos. A análise busca identificar padrões de comportamento econômico, formas de organização espacial e estruturas de sociabilidade.

Já foram realizadas seis incursões ao Mineirão, quatro à Arena MRV e quatro ao Estádio Independência. A comparação entre os casos segue o modelo de sistemas semelhantes (Most Similar Systems Design), no qual se investigam contextos similares com variáveis distintas para compreender seus efeitos.

A interpretação dos dados articula os modelos teóricos de mercado local e economia de proximidade (Benko e Krugman), distrito industrial marshalliano (Marshall, 1982) e estrutura social da economia (Polanyi, 1977), relacionando-os à lógica empírica observada nos estádios.

4. RESULTADOS

No entorno do Mineirão, em dias de jogo ou evento, conforma-se uma das economias populares mais intensas e complexas de Belo Horizonte, marcada pela apropriação criativa do espaço urbano e pela coexistência de múltiplos agentes. Flanelinhas, ambulantes, barraqueiros, food trucks, catadores, cambistas e torcidas organizadas compõem um mercado provisório que se instala e se desmonta em poucas horas, estruturado por regras tácitas e arranjos comunitários que regulam a ocupação dos chamados “pedaços” e “pórticos”. Essa organização não é aleatória: ela depende tanto da infraestrutura individual de cada trabalhador (um carro, uma churrasqueira, uma caixa de isopor) quanto de redes de convivência e reconhecimento mútuo, que delimitam pontos nobres e áreas residuais. A formação de preços obedece à lógica da equivalência, ajustando-se às condições do dia (clima, adversário, apelo do jogo, presença policial), e a diversidade de mercadorias inclui desde alimentos e bebidas até souvenirs, capas de chuva e serviços improvisados. O espaço urbano se torna maleável — carros viram lojas, calçadas se transformam em praças de alimentação, esquinas em botecos e até muros servem como suporte de venda. Há uma solidariedade subterrânea que conecta trabalhadores, torcedores e moradores, mas também tensões e disputas por território, reforçadas pela presença da polícia, que atua como força ordenadora, definindo zonas de repressão e de tolerância. O resultado é uma feira urbana autogerida, sem CNPJs, concessões públicas ou cobertura previdenciária, mas capaz de gerar renda, sustentar famílias e manter uma ecologia econômica de pluriatividade e sobrevivência. Cada jogo, assim, é um exercício coletivo de reinvenção: um ritual que transforma o Mineirão e seu entorno em um microcosmo econômico,

onde se condensam as contradições da cidade — precariedade e criatividade, imprevisto e organização, exclusão estatal e vitalidade comunitária.

No entorno do Independência, a economia popular se organiza de maneira contida, intimamente vinculada ao tecido residencial do bairro Horto e aos comércios fixos da Rua Pitangui e da São Felipe. Diferente do grande mercado efervescente do Mineirão, aqui prevalece uma lógica comunitária, em que bares, garagens e pequenos empreendimentos assumem protagonismo e se adaptam pontualmente ao fluxo dos jogos. Os bares funcionam como espaços de pertencimento e segmentação social — cada grupo etário se encontra em determinado ponto, muitos frequentam os mesmos estabelecimentos mesmo fora dos dias de partida, e alguns ainda reforçam sua identidade oferecendo produtos simbólicos como o “Tropeiro do Mineirão”. As garagens se convertem em estacionamentos ou pequenos pontos de venda, muitas vezes organizadas com pranchetas, rádios e até regras de rodízio, ainda que sem perder seu caráter doméstico e improvisado. Serviços como guarda-volumes, banheiros pagos e a venda de camisetas coexistem com práticas comunitárias de cuidado, como a corresponsabilidade com as crianças que brincam nas ruas interditadas. O bairro recebe também iniciativas externas, como a instalação de banheiros químicos e ações de patrocinadores, que interferem ou tensionam a economia local. Mesmo com baixa presença de ambulantes e ausência de flanelinhas, a comunidade econômica do Independência se sustenta pela combinação entre a racionalidade econômica dos comerciantes e o caráter ritual dos torcedores, que se chamam pelo nome, reconhecem uns aos outros e reconfiguram, ainda que discretamente, as funções de ruas, garagens e bares. Trata-se de uma economia de escala reduzida, mas fortemente marcada pelo vínculo comunitário e pela rotina do bairro, em que o futebol atua como dobra temporária do cotidiano mais do que como ruptura.

Na Arena MRV, as dinâmicas econômicas revelam um território ainda em consolidação, marcado pela tensão entre a imponência do estádio recém-instalado e a precariedade estrutural do bairro Califórnia. A urbanização no entorno é desigual: ruas requalificadas para dar acesso ao estádio contrastam com vielas deterioradas, e a presença massiva de estacionamentos improvisados — em garagens residenciais, quintais e prédios — evidencia a centralidade do carro como vetor econômico. Nos dias de jogo, emerge uma feira efêmera e multifacetada: vendedores de churrasco, bebidas, óculos e amendoim ocupam ruas e ladeiras, bares como o Território do Galo expandem-se para a calçada, e a logística subterrânea se mostra na circulação de caminhões e carros que abastecem ambulantes com gelo, água e insumos. As práticas de trabalho são acompanhadas por uma temporalidade própria, guiada pelos rádios ligados durante a partida, que funcionam como cronômetros coletivos, e pela

fumaça das churrasqueiras, que sobe em uníssono como ritual de manutenção. Contudo, a relação entre estádio e bairro é ambígua: para alguns moradores e comerciantes, como a sorveteria na parte visitante, os jogos representam prejuízo e cerceamento policial, mais do que oportunidade. Após a partida, entretanto, o espaço não se dissolve — jovens do bairro transformam a estrutura já montada em ambiente de lazer, prolongando a sociabilidade para além do apito final. Assim, a economia da Arena MRV é fragmentada, episódica e marcada por imprevisto e cooperação, mas também pela sensação de imposição: o estádio “plantado” reorganiza a vida local sem integrá-la plenamente, criando uma comunidade econômica do jogo ainda instável, híbrida entre resistência e adaptação.

As economias do entorno dos estádios de Belo Horizonte se configuram de formas distintas. O Mineirão abriga a mais intensa: uma feira popular efervescente, autogerida por ambulantes, flanelinhas e torcedores, marcada pela informalidade, pelos “pedaços” de ocupação e pela lógica de preços equivalentes e adaptativos. No Independência, a dinâmica é mais contida, ancorada nos bares e garagens do bairro Horto, onde o jogo se integra à rotina local como dobra temporária do cotidiano, sustentada por vínculos comunitários e serviços pontuais. Já a Arena MRV apresenta uma economia em consolidação, fragmentada e episódica, com estacionamentos domésticos, churrasqueiras de rua e bares temáticos que convivem com tensões entre moradores, clube e polícia. Em conjunto, os três estádios revelam como o futebol reorganiza territórios urbanos de modos diversos: do mercado popular pulsante do Mineirão, à sociabilidade discreta do Independência, até a feira instável da Arena MRV.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação aqui apresentada permitiu mapear e compreender as complexas dinâmicas econômicas que emergem no entorno dos principais estádios de futebol de Belo Horizonte em dias de jogo. Confirmou-se a hipótese de que esses espaços não são apenas locais de espetáculo esportivo, mas sim epicentros de uma "Economia do Lazer" que reflete as especificidades culturais da população mineira e a maleabilidade do espaço urbano.

As análises evidenciaram três modelos distintos de ocupação e organização econômica:

- a. Mineirão: Apresenta uma economia popular efervescente e autogerida, caracterizada por uma organização informal sofisticada, onde agentes como ambulantes e flanelinhas estabelecem regras próprias de convivência e ocupação territorial.

- b. Independência: Revela uma dinâmica contida e comunitária, fortemente ancorada no tecido residencial do bairro Horto, onde bares e garagens locais integram o ritual do futebol ao cotidiano dos moradores.
- c. Arena MRV: Demonstra uma economia em fase de consolidação e fragmentada, marcada por tensões entre o gigantismo do novo equipamento esportivo e a infraestrutura precária do bairro Califórnia, resultando em práticas de adaptação e resistência por parte da comunidade local.

Em suma, a pesquisa demonstra que o futebol, como "fenômeno social total", promove uma reconfiguração temporária da cidade, transformando calçadas e garagens em mercados pulsantes. Este estudo contribui para os Estudos do Lazer ao revelar a importância das economias populares urbanas, que, longe de serem marginais, mostram-se como formas legítimas e criativas de produção e reprodução social diante da mercantilização da vida.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2016.
- CAMPOS, Priscila Augusta Ferreira. **As formas de uso e apropriação do estádio Mineirão após a reforma. 2016**. 313 f. 2016. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação Física) –Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CORNELSEN, Elcio et al. **Futebol como fato social total**. Belo Horizonte: UFMG, 2020.
- DE QUEIROZ, Felipe Pereira et al. **O preço da emoção: as transformações no custo do lazer futebolístico no estádio Mineirão entre 1994 e 2018**. 2019.
- DE SOUZA NETO, Georgino Jorge. **Do Prado ao Mineirão: a história dos estádios na capital inventada**. Repositório da UFMG. Tese Apresentada ao Programa de Pós graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG. 2017.
- EARP, Fabio. **Pão e Circo: economia do entretenimento**. Rio de Janeiro: Senac, 2002.
- GOMES, Christianne L. **Lazer e mercado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- Guilhermano Fernandes, Bruno. **Entre casas, comércios e temporalidades: uma etnografia de práticas econômicas nos entornos da Arena do Grêmio**. 214 f. Orientador: Federico Guillermo Neiburg. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 2023.
- KENNEDY, Peter; KENNEDY, David. **Football in neo-liberal Times: a Marxist perspective on the European football industry**. Milton Park, Abingdon, Oxon; New York, NY, Routledge, 2016.
- MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MASCARENHAS, Fernando. **Mercolazer: o lazer e a mercantilização da vida**. Goiânia: Ed. UFG, 2005.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1977.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Capítulo IV

A INSERÇÃO URBANA DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM BELO HORIZONTE

Guilherme Mateus de Souza ¹

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca entender como se dá a inserção urbana dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), Faixa 1 e 2, no município de Belo Horizonte–MG. A análise da “inserção urbana” refere-se à relação dos empreendimentos ao bairro e à cidade que está inserida, avaliando aspectos de acessibilidade, disponibilidade de bens e serviços e integração à malha urbana (Ferreira, 2012).

O déficit habitacional brasileiro foi estimado, no início dos anos 2000, em 6.656.526 de novas moradias, com incidência urbana em 81,3% dos casos (FJP, 2001). O estudo realizado pela Fundação João Pinheiro (FJP) revela a necessidade de melhoria das condições de habitabilidade das moradias existentes, identificando mais de dois milhões de domicílios como inadequados à moradia.

Neste sentido, foi criado em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), programa que no fim do primeiro semestre de 2023 já havia entregue mais de seis milhões de habitações (Brasil, 2023). O texto original do MCMV (Brasil, 2009) prevê a criação de mecanismos de incentivo à produção e aquisição (financiamento) de novas habitações para famílias de até dez salários mínimos, todavia, foca em famílias de mais baixa renda para distribuição do benefício. As famílias no menor grupo de renda são enquadradas nos financiamentos “Faixa 1” e recebem subsídio de até 95% no valor do imóvel. O grupo seguinte, “Faixa 2”, recebe subsídio significativamente menor e busca adquirir os imóveis junto a empreiteiras e incorporadoras elegíveis.

Apesar da posição de destaque que o Programa MCMV ocupou desde o seu lançamento como principal política habitacional brasileira. A iniciativa não está isenta de críticas e problemas ao longo dos anos. O relatório lançado pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas (CMAP, 2020) aponta a “localização dos empreendimentos” como um dos problemas mais citados pelos pesquisadores da área. Conforme o texto, a “segregação social e

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFMG. Bolsista CAPES.
E-mail: guilhermemateus@live.com.

a dificuldade de mobilidade são efeitos diretos do distanciamento, além da falta de infraestrutura urbana nas proximidades” (CMAP, 2020; p. 74). Conforme indicado pela Política Nacional de Mobilidade Urbana, acessibilidade é a “facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos autonomia nos deslocamentos desejados” (Brasil, 2012, cap. I, art. 4, inc. III). Neste sentido, a escolha do local de construção das unidades habitacionais pode impactar diretamente na vida dos moradores e no acesso a bens e serviços.

1.1. OBJETIVOS

Esta proposta de pesquisa surge como uma etapa essencial para consolidação do projeto de dissertação “OS IMPACTOS DA INSERÇÃO URBANA NA PERMANÊNCIA DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS NOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, FAIXA 1”. A dissertação visa entender como a inserção urbana se relaciona com a permanência de famílias beneficiárias nos residenciais do programa Minha Casa Minha Vida, faixa 1, na região metropolitana de Belo Horizonte. Em resumo, a metodologia consiste na análise e produção de um índice de inserção urbana dos residenciais e teste de associação com a taxa de abandono, aluguel ou cessão das unidades habitacionais (ocupação irregular). O presente trabalho se ocupa deste primeiro problema, a produção de um índice de inserção urbana robusto e, principalmente, generalizável para outros municípios brasileiros. Será realizado uma análise comparada entre os residenciais e outras áreas da cidade com base em indicadores extraídos da literatura de referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Autores como Ribeiro e Ribeiro (2013) veem no termo “segregação” uma chave analítica para identificação de problemas de ordem social. Segundo Villaça, “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole” (Villaça, 2001, p.142). A segregação socioespacial é o resultado das desigualdades existentes nas relações sociais entre as diferentes classes sociais “e que resultam num acesso diferenciado à cidade, seja na localização espacial ou no acesso aos bens de consumo coletivo” (Vieira, 2012 p. 68). Neste sentido, a segregação age como “um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço” (Villaça, 1998, p. 150). A segregação residencial, segundo Ferreira (2012), reduz os custos operacionais de construção das unidades habitacionais, mas aumenta os custos sociais envolvidos neste processo, com a necessidade de adequação e implantação de infraestrutura urbana e equipamentos públicos (Ferreira; 2012).

É importante olharmos sobre os efeitos da segregação socioespacial, uma vez que o isolamento das classes de baixa renda podem se tornar um entrave para “acumulação de ativos que poderiam contribuir para inverter o quadro de vulnerabilidade” (Kaztman apud Rodrigues, 2018, p. 30), ou seja, torna-se um obstáculo para o desenvolvimento socioeconômico e mecanismo para reprodução das desigualdades. Diante disso, esta proposta de trabalho ganha um novo sentido, à medida que a segregação socioespacial pode ser apontada como uma barreira para a mobilidade social. Se, junto a proposta de redução do déficit habitacional, o programa MCMV se desdobra na necessidade de promover o desenvolvimento social e econômico da população beneficiária, o afastamento dos empreendimentos poderia, então, estar caminhando no sentido oposto desta finalidade, ou seja, contribuindo indiretamente para o aprofundamento de injustiças sociais. Sendo assim, mesmo reconhecendo a importância e contribuição histórica do programa ao reduzir a vulnerabilidade destas famílias, é essencial identificar fatores que limitam seu potencial.

A segregação residencial, segundo Ferreira (2012), reduz os custos operacionais de construção das unidades habitacionais, mas aumentam os custos sociais envolvidos neste processo, com a necessidade de adequação e implantação de infraestrutura urbana e equipamentos públicos (2012). Ao propor parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais (material produzido pelo Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos LABHAB FAUUSP), são discutidas 3 escalas de análise dos empreendimentos, “Inserção Urbana”, “Implantação” e “Unidades Habitacionais”. A primeira, objeto deste trabalho, refere-se a relação com o território quanto a presença da infraestrutura e serviços urbanos, localização e acessibilidade e fluidez urbana” (2012). A inserção urbana, neste sentido, é garantida por:

“boa localização na malha urbana, em regiões com infraestrutura instalada e providas de serviços e equipamentos urbanos. Além Disto, o conjunto habitacional bem inserido na cidade deve estar próximo a estabelecimentos de comércio e serviços e de equipamentos de educação, saúde, cultura e lazer. A acessibilidade em tempo adequado a centralidades regionais e locais e a integração à rede de transporte público também são necessárias. Em outras palavras, um empreendimento habitacional bem inserido na cidade é aquele comprometido com processo de urbanização justo e democrático, que garanta qualidade de vida aos moradores e aos demais cidadão impactados por ele, direta ou indiretamente. (2012, p.68).

Garantir a inserção urbana dos empreendimentos, portanto, atravessa diretamente os objetivos estabelecidos pelo Programa Minha Casa Minha Vida e carrega especial relevância no momento atual, fase de reestruturação da política pública.

3. METODOLOGIA

O primeiro passo para efetivação desta pesquisa é a identificação dos residenciais do PMCMV faixa a serem pesquisados. Por meio do portal de dados abertos do Governo Federal (BRASIL, 2023), obteve-se a listagem com todas as contratações do PMCMV até fevereiro de 2023. Os 120 resultados para o município de Belo Horizonte foram geocodificados manualmente.

A princípio, para análise preliminar da inserção urbana dos Empreendimentos do MCMV – Faixa 1 e 2 - em Belo Horizonte, foram selecionados alguns conjuntos de dados disponíveis no site BHMap (2024) e dados de comércios e serviços extraídos da plataforma Google Places of Interest. Os dados do BHMap utilizados para aproximação ao eixo “1 - Integração Urbana e Fruição dos Espaços” são: o comprimento de trechos com meio fio, o comprimento de calçadas tratadas para circulação de pedestres e a proporção das calçadas tratadas em relação ao comprimento total. Para discussão do eixo “2 - Transportes”, foi utilizada: a quantidade de itinerários de ônibus e proximidade a rede de priorização de ônibus, também extraídos do BHMap. Por fim, para discussão da “3 - Disponibilidade de Serviços, Equipamentos e Oportunidades” foram utilizados os dados do BHMap para levantamento dos serviços obrigatórios (escolas, rede socioassistencial, equipamentos esportivos e culturais) e dados do Google POI para usos complementares. O segundo foi cedido pela Prof. Dr.^a Eugênia Dória Viana Cerqueira e originalmente utilizado como etapa de seu pós-doutorado (Cerqueira, 2022).

Neste artigo, a análise dos eixos 1 e 2 baseiam-se na comparação de médias entre os empreendimentos Faixa 1 e 2 e em regiões centrais de Belo Horizonte. No eixo 3, foi utilizado o pugin “accessibility” (Pereira, 2022), disponibilizado pelo IPEA, no software R para cálculo das “oportunidades cumulativas” dos usos obrigatórios e complementares relatados. As oportunidades cumulativas referem-se ao número de oportunidades alcançáveis a pé em um determinado tempo (custo de viagem).

4. ANÁLISE EXPLORATÓRIA

4.1. DISTÂNCIAS LINEARES ATÉ O CENTRO

Este primeiro teste é baseado na tendência dos padrões de segregação mais comuns nos municípios brasileiros, a espacialização centro x periferia, conforme discutido na revisão de literatura, e se dá exclusivamente para fins exploratórios. A recomendação direta de proximidade ao centro não é um indicador previsto nos cadernos parâmetros para aferição da integração urbana. Observando a distribuição dos residenciais do MCMV no município de Belo

Horizonte (Figura 1), é notória a tendência de concentração dos empreendimentos nas margens do município e afastados do centro da cidade, feição cinza escura.

Há uma maior diversidade aparente na distribuição dos residenciais faixa 2, mas ao calcular as médias das distâncias lineares até o centróide do polígono do bairro centro, não foram encontradas diferenças significativas, como demonstra a tabela 1.

Tabela 7- Distância dos Empreendimentos até o centro

Faixa	Frequencia	Média	Mediana	Desv.P	Min	Max
01 Faixa 1 - PMCMV	20	10.442050	10.3775	2.654362	6.042	14.507
02 FGTS - PMCMV	98	9.304204	9.4095	2.712521	1.949	14.526

Fonte: Ministério das Cidades (2023), Elaboração própria

Ao realizar o Teste T de Student não há indícios para rejeitar a hipótese nula.¹ Contudo, é importante registrar o grande número observações dos residenciais do MCMV – faixa 2 na regional de venda nova (região noroeste do município, mais distante do centro) pode ter influência na média geral dos Faixa 2. Também ressalta-se que esta ainda não é uma medida de integração regional, visto que as distâncias lineares não se traduzem necessariamente em tempo de viagem, uma vez que depende, por exemplo, das condições das rodovias e disponibilidade de transporte público.

4.2. INTEGRAÇÃO URBANA E FRUIÇÃO DOS ESPAÇOS

Os dados obtidos pelo BHMAP possibilitam aferir a qualidade da rede de circulação de pedestres através das variáveis: Iluminação Pública, Classificação Calçada, Classificação Viária, Pavimentação e Trecho com Meio Fio. Para aferir a existência de iluminação pública nas proximidades dos residenciais, foi realizado um “buffer” de 50 metros de cada um dos empreendimentos e, em seguida, realizada a interseção entre a rede de iluminação pública disponível segundo o BHMAP. As linhas produtos desta operação foram convertidas em pontos (centroides) e esses contados com base no polígono dos “buffers”. Após a contagem, constatou-se que todas as vias próximas aos empreendimentos apresentaram iluminação pública. Contudo, esta não é uma medida precisa para a consistência da distribuição (se é possível chegar em pontos de ônibus e equipamentos públicos com iluminação disponível durante todo o percurso, por exemplo), ou da qualidade da rede de iluminação pública. Os dados sobre o tipo de pavimentação também nos dizem pouco, com a predominância de vias asfaltadas próximo de todos os residenciais, mas pouca clareza da qualidade real das vias. Por fim, a

¹ H0 = 0 e H1 ≠ 0 // P-valor = 0.09286 // IC- 95% = (-0.201877 ~ 2.477569)

análise dos dados relacionados as malhas cicloviárias no município de Belo Horizonte fazem pouco sentido, uma vez que poucos locais atenderiam as exigências levantadas pelos materiais de referencia. Por este motivo, estes dados relacionados a iluminação pública, tipo da via e ciclovias não serão considerados nesta análise. Não foi possível medir sombreamento, arborização e outros itens de mobiliário urbano citados na revisão de literatura com dados do BHMap.

4.2.1. Trecho Meio Fio

Produzindo um “buffer” de 200 metros¹, a partir de cada empreendimento, foi analisada a proximidade dos empreendimentos a passeios (variável existência de meio fio), “calçadas com tratamento para pedestre em centralidade” e a razão entre a segunda e a primeira como indicador de qualidade de fruição urbana. A escolha de 200 metros para o buffer se justifica pelo fato de muitos residenciais estarem localizados nas franjas do município, buffers maiores poderiam encontrar trechos com meio fio no município vizinho e fora da malha do BHMap, causando problemas na extração das estatísticas.

Tabela 8- Trechos com Meio Fio Total, Faixa 1 e Faixa 2

	Frequencia	Média	Mediana	Desv.P	Min	Max
	119	1738.76	1765.982	751.0191	115.315	4757.549
Faixa	Frequencia	Média	Mediana	Desv.P	Min	Max
01 Faixa 1 - PMCMV	20	1516.565	1408.948	922.4937	347.336	3836.317
02 FGTS - PMCMV	98	1780.560	1808.476	711.5192	115.315	4757.549

Fonte: Ministério das Cidades (2023), BHMap (2024)

A média de “trechos com meio fio” encontrada nos residenciais do MCMV, de modo geral, é de 1738 metros. A de faixa 1 é de 1516 metros e de faixa 2 é de 1780 metros. Não há diferença significativa entre as médias². Há um outlier, o residencial Vila Maria, faixa 2, situado no bairro homônimo, com 4757,6 metros de trecho com meio fio. Apesar da grande área com meio fio, as quadras são longas e de uso residencial, em grande medida. Quadras curtas permitiriam desenvolver uma maior diversidade de usos nos bairros e interações entre os usuários. (Jacobs,2024). No caso do Residencial Santa Maria, as ruas paralelas têm cerca de 200 metros e poucas ligações entre si. Há um posto de saúde, uma escola municipal e um CRAS próximos. Não há comércios próximos indicados na base de dados utilizadas. Neste sentido, os trechos com meio fio, sozinhos, podem “enganar” quanto à fruição dos espaços.

¹ Buffer 200 metros -> quebra de linhas com vias -> interseção com buffer -> dissolver a partir de ID -> calcular length -> juntar com camada de pontos

² H0 = 0 e H1 ≠ 0 // P-valor 0.2387 // IC- 95% - (-715.0070 ~ ~187.0163)

4.2.2. Calçadas Tratadas

A média das calçadas que recebem tratamento para pedestres em centralidade é pequena em relação à média do trecho total com meio fio, 370 metros.

Tabela 9- Calçadas Tratadas Total, Faixa 1 e Faixa 2

Frequencia	Distância	Mediana	Desv.P	Min	Max	
119	370.1953	267.288	416.7355	0	1718.585	
Faixa	Frequencia	Média	Mediana	Desv.P	Min	Max
01 Faixa 1 - PMCMV	20	254.8724	67.1485	294.7763	0	807.145
02 FGTS - PMCMV	98	397.5081	275.6360	435.1297	0	1718.585

Fonte: Ministério das Cidades (2023), BHMap (2024)

Apesar da média dos residenciais faixas 2 parecerem maiores, não há significância estatística¹. Apesar da média ser parecida (igual, conforme teste t), a mediana do Faixa 1 é consideravelmente menor. Vários residenciais não apresentaram trechos com meio fio tratado (41), e estes não foram excluídos para cálculo da média. Os empreendimentos Faixa 2 apresentam uma variância maior, o que sugere uma heterogeneidade de experiências relacionadas a fruição dos espaços.

4.2.3. Proporção Calçadas Tratadas

Ao avaliar a proporção entre as calçadas tratadas dentre os trechos totais com meio fio, buscou-se um indicador de qualidade para circulação de pedestres. A média também é afetada pelos 41 residenciais que não possuem calçadas tratadas.

Tabela 10 - Proporção de calçadas tratadas – Total, Faixa 1 e 2

Frequencia	Média	Mediana	Desv.P	Min	Max	
119	0.1988739	0.144	0.2276532	0	0.996	
Faixa	Frequencia	Média	Mediana	Desv.P	Min	Max
01 Faixa 1 - PMCMV	20	0.1288000	0.0345	0.1521822	0	0.404
02 FGTS - PMCMV	98	0.2152041	0.1525	0.2383696	0	0.996

Fonte: Ministério das Cidades (2023), BHMap (2024)

A proporção média geral dos residenciais é de 19,88%. Se compararmos os faixas 1 e 2 nota-se, de fato, diferença entre eles² é de 8,64%, encontrada significância estatística.

Os residenciais do grupo “MUNDI CONDOMINIO RESORT” aparecem como outliers na análise das proporções de calçadas tratadas. Ao investigar os casos dos residenciais, nota-se grande proximidade com a Av. Pres. Juscelino Kubitschek, via de trânsito rápido que liga

¹ $H_0 = 0$ e $H_1 \neq 0$ // P-valor 0.07971 // IC- 95% - (-302.99494 ~ 17.72341)

² $H_0 = 0$ e $H_1 \neq 0$ // P-valor 0.04456 // IC- 95% - (-0.17065122 ~ -0.002203041)

Contagem a Belo Horizonte e que possui tratamento para pedestres. Os buffers realizados nos módulos superiores do residencial compreendem a via expressa, explicando a grande concentração de calçadas tratadas. O conjunto de residenciais conta com centro de saúde, escolas de educação infantil e comércios em suas proximidades. Apesar do Caderno MCMV+ Sustentável recomendar que os empreendimentos não margeiem estradas e rodovias, no residencial em questão há uma saída de trânsito rápido de um lado e uma saída por vias coletoras por outro, facilitando o deslocamento de transporte público e de carro ao centro de Belo Horizonte.

Em relação às ciclovias, apenas 18 empreendimentos apontaram tratamento para ciclistas nos buffers produzidos, todos faixas 2, com média de 257 metros e extensão máxima de 385 metros. Neste sentido, as expectativas de oferta de rede ciclo viária expressas nos manuais de referências estão muito longe de serem alcançadas.

4.2.4. Comparações

Para entender a relação e o significado das estatísticas extraídas dos residenciais observados, foram realizadas comparações com as áreas mais centrais de Belo Horizonte. Foram marcados centroides nos 12 bairros que margeiam o centro de BH: Barro Preto, Colégio Batista, Funcionários, Lagoinhas, Lourdes, Santa Efigênia, Savassi, Bonfim, Boa Viagem, Carlos Prates, Floresta e Santo Agostinho. As médias se apresentam da seguinte forma:

Tabela 11 - Trechos com Meio Fio, Calçadas Tratadas e Proporção de Calçadas Tratadas

Trecho - Meio Fio						Calçadas Tratadas					
Frequencia	Média	Mediana	Desv.P	Min	Max	Frequencia	Média	Mediana	Desv.P	Min	Max
12	2110.273	1996.405	417.9249	1542.51	3043.488	12	519.2451	239.8155	649.5357	0	1597.175
Fonte: BHMAP						BHMAP					

Proporção calçadas tratada						
Frequencia	Média	Mediana	Desv.P	Min	Max	
12	0.2476667	0.095	0.3270094	0	0.824	

Fonte: Ministério das Cidades (2023), BHMap (2024)

Comparando, respectivamente os residenciais faixas 1 e 2 com as áreas selecionadas temos que: a média do trecho com meio fio varia de 1738,76 metros para 2110,27¹ metros; a média do trecho com calçadas tratadas varia de 370,19 metros para 519,24² metros; a média

¹ H0 = 0 e H1 ≠ 0 // P-valor 0.01493 // IC- 95% - (80.92443 662.10072)

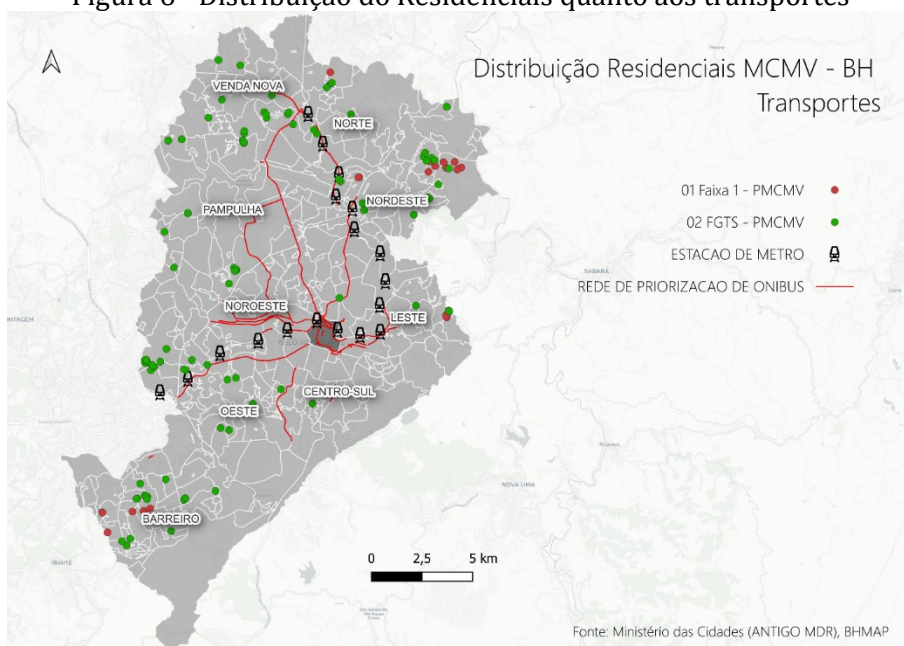
² H0 = 0 e H1 ≠ 0 // P-valor 0.4512 // IC- 95% - (-268.1515 566.2511)

das da proporção das calçadas tratadas varia de 19,88 para 24,76%¹. Destes resultados, apenas a média dos trechos com meio fio apresenta diferença significativa entre os grupos. Contudo, os residenciais Faixa 1 apresentam proporção de calçadas tratadas bem menor que os Faixa 2 (com diferença entre eles, conforme demonstrado). Nesse sentido, as médias dos Faixa 2, residenciais com quase 5 vezes os números de observações, elevaram a média do conjunto total e mascaram a diferença entre os Faixa 1. No quesito qualidade das calçadas, os faixa 2 estão mais próximo às experiências dos bairros centrais que dos Faixa 1.

4.3. TRANSPORTES

O número de pontos de ônibus e itinerários próximos aos empreendimentos para os pontos de ônibus foi analisado. Também foram observadas as localizações dos residenciais em relação à rede de priorização de ônibus (faixas exclusivas e preferenciais para transporte público) e à rede metroviária. Nota-se que os residenciais Faixa 1 estão polarizados nas regiões nordeste e do barreiro e bem distantes das linhas citadas. Já os Faixa 2 apresentam uma maior diversidade de localizações e ocupam posições mais privilegiadas em relação à rede, nas regiões de Venda Nova, Pampulha, Noroeste e Oeste.

Figura 6 - Distribuição do Residenciais quanto aos transportes



Fonte: Ministério das Cidades (2023), BHMap (2024)

É possível perceber uma maior proximidade de muitos Faixa 2 à rede de priorização de ônibus. Uma hipótese para tal é uma maior preocupação das incorporadoras com a localização

¹ H0 = 0 e H1 ≠ 0 // P-valor 0.6228 // IC- 95% - (-0.1616616 ~ 0.2592470)

dos empreendimentos. Nos Faixa 1, não há possibilidade de entrega de residências vazias ou prejuízo tomado pela não venda das unidades habitacionais, pois os moradores não têm poder de escolha sobre as suas moradias. Já nos Faixa 2, os futuros moradores podem não aderir a determinados empreendimentos, exigindo a oferta de opções mais interessantes.

Num buffer de 200 metros, 13 empreendimentos não possuem ponto de ônibus, sendo 1 deles Faixa 1 e 12 deles Faixa 2. Os 200 metros lineares do buffer diferem dos 500 metros propostos no Caderno MCMV + Sustentável (Brasil, 2017), contudo, há uma boa aproximação destes indicadores. Ao considerar a quantidade de linhas disponíveis, temos as seguintes medidas dos residenciais faixas 1 e 2 (descartando aqueles que não possuem linhas):

Tabela 12 Itinerários de Ônibus Próximos aos Residenciais-

Faixa	Residenciais	Média	Mediana	Desv.P	Min	Max
01 Faixa 1 - PMCMV	19	16.57895	15	6.534658	4	27
02 FGTS - PMCMV	86	26.46512	17	35.993038	1	312

Fonte: Ministério das Cidades (2023), BHMap (2024)

As médias dos valores apresentados não serão comparadas, visto que os dados precisam ser tratados para verificação da diversidade das linhas e frequência das ofertas. Contudo, há indícios de que a oferta mínima está sendo viabilizada na maior parte dos residenciais.

4.4. DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS, EQUIPAMENTOS PÚBLICOS E OPORTUNIDADES

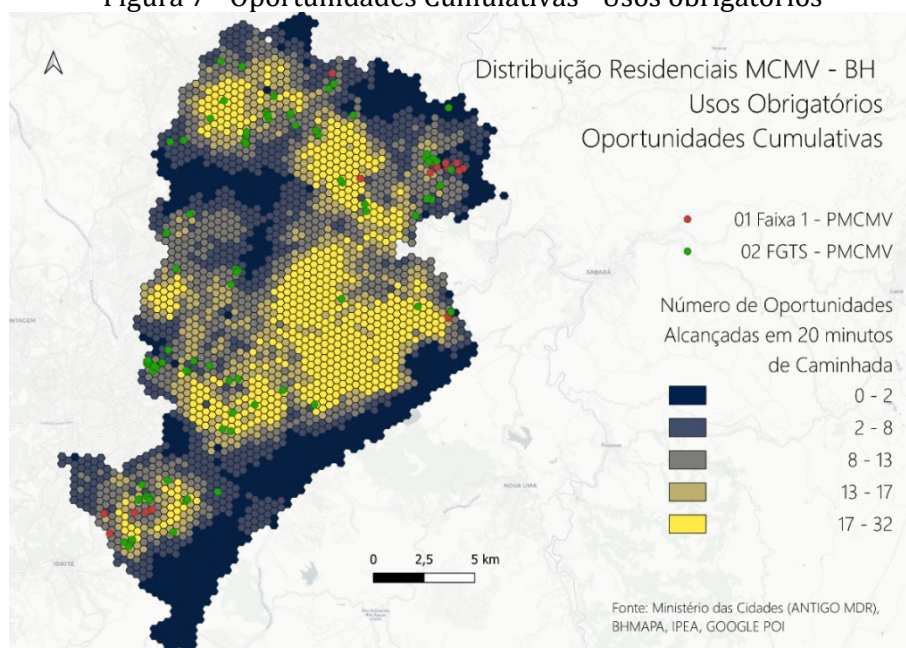
Para análise do acesso aos equipamentos e serviços disponíveis nas proximidades dos residenciais, foram utilizados dados do BHMAP e dados extraídos do Google Places of Interest. As variáveis utilizadas do BHMAP foram: Escolas Estaduais, Escolas Municipais, Escolas de Educação Infantil, Escolas Federais, Unidades de Pronto Atendimento, Rede de Assistência Social, Equipamento Esportivo e Equipamentos Culturais. Em relação aos dados de comércio e serviços, foram utilizados 15715 pontos georreferenciados no “Google Places os Interest” (POI), cedidos por Cerqueira (2022). A base de dados foi filtrada pelo tipo do comércio, pois continha escolas e outros equipamentos já listadas no bando de dados do BHMAP¹. Seguindo o padrão recomendado no guia do LabCidade e ITDP Brasil (2014), foram agrupados os equipamentos de educação e saúde como “usos obrigatórios” e pontos da POI, equipamentos

¹ "type" = 'academia' or 'acougue' or 'banco' or 'biblioteca' or 'cinema' or 'clube' or 'correios' or 'estadio' or 'farmacia' or 'florista' or 'igreja' and 'livraria' or 'loja de eletrodomesticos' or 'loja de roupa' or 'loja de moveis' or 'loja outros' or 'mercado' or 'otica' or 'nightclub' or 'padaria' or 'pet shop' or 'posto de gasolina' or 'restaurante' or 'salao de beleza' or 'saude outros' or 'servico outros' or 'servicos outros' or 'shopping/mall' or 'supermercado' or 'escola outros'

culturais e equipamentos esportivos como “usos complementares”. Não foram utilizados diretamente os indicadores propostos no manual, pois estes dependem de dados indisponíveis – como o tempo de deslocamento no transporte público. Como alternativa, foram utilizadas informações disponibilizadas pelo IPEA em relação ao tempo de deslocamento a pé entre os polígonos desenhados e disponibilizados pelo instituto. Após levantado o número de equipamentos e serviços existentes em cada polígono, utilizou-se o plugin “accessibility” no software R para cálculo das oportunidades cumulativas dos usos obrigatórios e complementares relatados.

5. OPORTUNIDADES CUMULATIVAS

Figura 7 - Oportunidades Cumulativas - Usos obrigatórios



Fonte: Ministério das Cidades (2023), BHMap (2024), IPEA (2022), Pereira (2022), Google POI apud Cerqueira (2022)

É importante pontuar que 5 residenciais MCMV Faixa 2 foram excluídos da análise por se situarem fora da malha produzida pelo IPEA, próximo à Contagem. Numa primeira aproximação, é possível observar que as “oportunidades obrigatórias” alcançáveis num intervalo de 20 minutos estão melhor distribuídas na cidade do que os usos complementares. O alto número de comércios e serviços (usos complementares) nos bairros centrais de Belo Horizonte está dentro do esperado nas dinâmicas das grandes cidades. Contudo, algumas áreas da regional Barreiro, Oeste e de Venda Nova, com a presença de alguns residenciais Faixa 2, também contam com um grande número de usos complementares.

A média de oportunidades de usos obrigatórios dos residenciais é de 11 equipamentos, considerando uma distância de 20 minutos de caminhada. Este valor está bem abaixo do

intervalo encontrado nas regiões centrais (17 a 32), denotando uma fragilidade no atendimento fora das centralidades. Sete residenciais apresentam pouquíssimos usos obrigatórios (três ou menos), indicando carência no atendimento de serviços públicos em relação às indicações do Caderno MCMV + Sustentável e do guia produzido pelo LabCidades e ITDP Brasil. O indicador que está sendo construído mostra-se extremamente útil para a rápida identificação, por parte do poder público, dos residenciais que precisam de uma maior atenção quanto à oferta dos equipamentos básicos.

Tabela 13 - Nº de Oportunidades a 20min de Caminhada - Usos Obrigatórios

NºResidenciais	Média	Mediana	Desv.P	Min	Max
114	11.34211	11	5.195009	1	24

Fonte: Ministério das Cidades (2023), BHMap (2024), IPEA (2022), Pereira (2022), Google POI apud Cerqueira (2022)

A média dos residenciais Faixa 1 é menor do que a dos residenciais Faixa 2¹, mas, como os usos obrigatórios foram agregados sem distinção entre si, não é possível inferir que a maior média se traduz em maior variedade de oferta.

Tabela 14- Nº de Oportunidades a 20min de Caminhada - Usos Obrigatórios x Faixa

Faixa	Frequencia	Média	Mediana	Desv.P	Min	Max
01 Faixa 1 - PMCMV	20	9.05000	8.5	5.500957	1	21
02 FGTS - PMCMV	93	11.86022	12.0	5.042410	1	24

Fonte: Ministério das Cidades (2023), BHMap (2024), IPEA (2022), Pereira (2022), Google POI apud Cerqueira (2022)

A média de oportunidades disponíveis para usos complementares, nos residenciais do MCMV, é de 81, valor abaixo do intervalo de 242 a 4751 encontrado no centro da cidade. Todavia, tendo em vista que os manuais recomendam menos de uma dezena de usos complementares, os valores identificados parecem satisfatórios.

Tabela 15 - Nº de Oportunidades a 20min de Caminhada - Usos Complementares

NºResidenciais	Média	Mediana	Desv.P	Min	Max
114	81.35088	47	117.2682	0	572

Fonte: Ministério das Cidades (2023), BHMap (2024), IPEA (2022), Pereira (2022), Google POI apud Cerqueira (2022)

Se avaliarmos a diferença das médias entre os Faixa 1 e 2 fica claro a enorme diferença entre as categorias de empreendimento². Se entendermos as oportunidades cumulativas como

¹ H0 = 0 e H1 ≠ 0 // P-valor 0.04522// IC- 95% - (-5.55600537 -0.06442473)

² H0 = 0 e H1 ≠ 0 // P-valor 1.549e-05// IC- 95% - (-94.93733 ~ -37.08095)

oportunidades para desenvolvimento socioeconômico, os beneficiários do MCMV Faixa 1 apresentam grande desvantagem em relação aos Faixa 2 e maior ainda se relacionarmos com outras áreas da cidade. Para firmar uma posição mais assertiva em relação à diferença das faixas do empreendimento, deve-se construir subgrupos de usos complementares para detectar variações em diferentes setores e estruturas de oportunidades.

Tabela 16- Nº de Oportunidades a 20min de Caminhada - Usos Complementares x Faixa

Faixa	Frequencia	Média	Mediana	Desv.P	Min	Max
01 Faixa 1 - PMCMV	20	27.55000	16.5	29.0326	1	86
02 FGTS - PMCMV	93	93.55914	57.0	126.0896	0	572

Fonte: Ministério das Cidades (2023), BHMap (2024), IPEA (2022), Pereira (2022), Google POI apud Cerqueira (2022)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise exploratória possibilitou avanços na construção de um índice de inserção urbana dos residenciais do MCMV e insights sobre como se distribuem os empreendimentos Faixa 1 e 2 em Belo Horizonte. O trabalho revelou a tendência geral de construção dos residenciais em locais com pior acesso a equipamentos públicos e serviços e com uma fraca integração com a malha urbana. Muitos estudos de caso contribuem com a percepção de que as experiências dos residenciais do programa MCMV são homogêneas e findam na exclusão dos beneficiários da infraestrutura urbana. Contudo, esta análise demonstrou que os empreendimentos apresentam variabilidade entre si — mesmo nos mesmos níveis de renda — justificando, assim, a construção de indicadores claros de inserção urbana.

Além das desigualdades identificadas entre os empreendimentos e as regiões mais centrais da cidade, é notória a diferença entre os empreendimentos Faixa 1 e 2 do programa. Apesar de não haver diferenças significativas entre o tipo de empreendimento e a distância ao centro da cidade, os residenciais Faixa 2 apresentam maior quantidade de serviços obrigatórios e complementares disponíveis, qualidade superior na infraestrutura para circulação de pedestres e maior proximidade a rede de priorização de ônibus. Pode-se supor que a maior quantidade de serviços e facilidade para acessar o transporte público se traduza em maiores oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico. Desta forma, os beneficiários mais vulneráveis encaram desafios extras para o acesso à cidade. A produção de residenciais no padrão ofertado ao primeiro nível de renda, portanto, pode aprofundar e criar barreiras ainda maiores ao desenvolvimento socioeconômico destas famílias.

Os dados obtidos no portal BHMAP se mostraram úteis para avaliação da inserção urbana dos residenciais nos indicadores selecionados. Todavia, para a construção de indicadores mais robustos, são necessários buscar outras bases de dados. Em oportunidades futuras do Censo de 2022 para delimitação das quadras e características do entorno dos residenciais e nova consulta junto a base de dados da Google.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009. Publicação Original **Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. Dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. **Portaria Nº 464**. Brasília.

BRASIL. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.. **Decreto Nº 7.724**. Brasília.

CEPESP/FGV E INSTITUTO ESCOLHAS. **MORAR LONGE: o programa minha casa minha vida e a expansão das regiões metropolitanas**. N/A, 2019.

CERQUEIRA, Eugênia Dória Viana. Relatório de estágio de pós-doutorado. PUCMinas. Orientador: Alexandre Magno Alves Diniz. [S.l.], 2022.

CONSELHO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (CMAP). **Relatório de Avaliação Programa Minha Casa, Minha Vida**. Brasília, 2020.

FERREIRA, J. S. W. (coord.). **Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano**. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012. 200 p.200

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Centro de Estatística e Informações. **Déficit habitacional no Brasil 2000** - Belo Horizonte, 2001 BELO HORIZONTE, 2001.

GOTIDIENER, M. A produção social do espaço urbano. SP, Edusp, 1993.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. MINISTÉRIO DAS CIDADES (MC). **Política Nacional de Habitação**. Brasília, 2004.

KOWALTOWSKI, Doris CCK, et al. **"The Panorama of studies on the Brazilian housing program called "Minha Casa Minha Vida".**" paper sent to The Asia Pacific Network for Housing Research (APNHR) (2015).

LABCIDADE E ITDP BRASIL E ITDP BRASIL. **FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO DE INSERÇÃO URBANA: para os empreendimentos de faixa 1 do programa minha casa minha vida**. Brasília, 2014.

Pereira, R.H.M.; Daniel Herszenhut (2022). accessibility: **Transport Accessibility Metrics**. R Found. Stat. Comput., Vienna. <https://CRAN.R-project.org/package=accessibility>.

Capítulo V

NA CALÇADA OU NA VARANDA: DIMENSÕES DA ESPACIALIDADE E DA DIVERSIDADE FUNCIONAL DO EDIFÍCIO SÃO VICENTE

Amanda Sena Peixoto
Gabriela Azevedo Adami
Julia Ribeiro Borges
Luiz Felipe César Martins de Brito

1. INTRODUÇÃO

A partir de um exercício de observação de campo, o presente estudo se concentra na análise da relação entre a Praça Raul Soares e um dos edifícios localizados em seu entorno, o Edifício São Vicente, no Centro da cidade Belo Horizonte, expondo uma investigação acerca de quais tipos de estabelecimentos, usos e dinâmicas de sociabilidade têm sido produzidos e desenvolvidos nesse espaço e nas suas adjacências.

Nesse sentido, o objetivo principal do estudo é identificar a diversidade da composição das práticas e dos usos comerciais e de consumo para lazer presentes no Edifício São Vicente, levando-se em consideração as limitações temporais e de acesso ao local, a partir da disponibilidade de prazo de execução da atividade de campo que fomentou a análise.

A análise de campo do Edifício São Vicente permitiu verificar que este é composto, atualmente, por estabelecimentos comerciais e de serviços cujas categorias se segmentam por seus pavimentos. De certo modo, as dinâmicas de transformação do espaço físico, como também das práticas de sociabilidade estabelecidas no Edifício São Vicente e seu entorno, são caracterizadas pela emergência de novas estéticas, novos usos e novos frequentadores. Esses e outros apontamentos serão estabelecidos daqui em diante, de modo a integrar uma perspectiva mais situacional e pautada no entendimento do espaço do edifício e da praça como importantes indicadores de um fenômeno complexo de interação entre o novo e o velho no espaço urbano do Centro de Belo Horizonte, sem desqualificar ou hierarquizar temporalidades.

1.1. Metodologia e recortes empregados no estudo

A metodologia empregada no trabalho contou com observação direta e revisão bibliográfica e documental pertinente ao tema e ao espaço observado, analisados a partir de uma abordagem reflexiva. Como ferramentas de apoio para a construção do relatório, foram

utilizados programas como *Google Earth* e *Google Street View* para a marcação e identificação dos pontos visitados e analisados durante o trabalho de campo.

O exercício de observação de campo foi realizado no dia 30 de maio de 2025, em uma sexta-feira, dentro de um recorte de, aproximadamente, duas horas de duração, se iniciando às dezessete e meia, ao final da tarde, e encerrado pouco antes das vinte horas. Apesar de limitado, o período de tempo foi proveçal para que os entornos da rotatória da Praça Raul Soares fossem percorridos e observados, de maneira com que a experiência de contato com o espaço proporcionou maior familiaridade e sensibilidade do grupo para elementos significativos tanto em relação aos edifícios e equipamentos disponíveis, quanto aos usos estabelecidos pelos agentes e, conseqüentemente, as interações sociais que aconteciam nesses locais.

Em termos da delimitação espacial feita para o exercício de observação, tomamos como ponto de partida a Praça Raul Soares, que está localizada em confluência com quatro importantes avenidas do Centro da cidade de Belo Horizonte: Augusto de Lima, Amazonas, Olegário Maciel e Bias Fortes. A partir do trajeto percorrido em campo nas calçadas do entorno do perímetro circular da praça, que está fisicamente inserida no centro de uma rotatória de acesso para automóveis, a prática de observação para o estudo se concentrou no Edifício São Vicente. O edifício escolhido para a prática de observação fica localizado no encontro da Avenida Amazonas com a Rua Curitiba, tendo parte de sua fachada voltada para a Praça Raul Soares, onde o exercício de campo foi iniciado.

A justificativa para a escolha do espaço analisado em campo, para este trabalho, consiste na presença notória de uma concentração de estabelecimentos de consumo e lazer nas varandas do edifício em questão, algo que foi percebido de maneira significativa por todos os responsáveis pela execução do estudo, durante a atividade de campo.

Conforme já mencionado anteriormente, o fator da restrição do tempo de análise também influenciou na escolha pelo foco mais específico em um imóvel do entorno. No entanto, ao chegar do período da noite, percebemos um aumento da presença de pessoas na extensão da varanda do edifício, enquanto a própria Praça Raul Soares estava expressivamente esvaziada, o que chamou bastante a atenção para a análise. Além disso, a própria localização do imóvel também despertou um interesse para análise, visto que se dispõe da proximidade não somente com a Praça Raul Soares, como também com o Mercado Central.

A partir de tais considerações, os critérios específicos de seleção do local de análise se distinguiram em alguns elementos espaciais e de concentração de pessoas, considerados como potenciais alvos de investigação para o estudo (Figura 1), sendo distinguidos da seguinte maneira: o terreno de ocupação do imóvel; a continuidade da varanda do edifício, que é

acessada pelos seus diferentes lados; as entradas de acesso, que são diferencial a ser explorado, tendo quatro portões de acesso ao térreo do edifício; a marcação da concentração de pessoas na varanda, visto que havia uma maior concentração de pessoas frequentadoras dos bares e restaurantes nos limites da varanda que se voltaram para a vista da Praça Raul Soares; e as visadas a partir da varanda, entendidas como fator atrativo para o público consumidor dos bares e restaurantes com acesso à varanda. A visibilidade da Praça Raul Soares, na extensão da varanda que se volta para ela, serve como atrativo, assim como a vista do Mercado Central, na extensão da Rua Santa Catarina, também atrai as pessoas.

Figura 01: Croqui de critérios de investigação da espacialidade e de usos do Edifício São Vicente.



Fonte: Elaboração própria, a partir do Google Earth (BORGES, J.R. 2025).

2. CENÁRIO E CONTEXTO

A Praça Raul Soares representa uma das principais referências de espaço público da cidade de Belo Horizonte na contemporaneidade. A capital mineira, que se estabeleceu, no final do século XIX, sobre a pequena povoação de Curral del-Rei, a partir do traçado regulador do engenheiro e urbanista Aarão Reis e da égide do positivismo republicano, contém, no desenho de sua região Centro-Sul, uma série de praças remissivas desta regulação.

Ao longo das décadas, houve significativas transformações na conformação formal e compositiva da praça, a exemplo da introdução de espécies arbóreas nas décadas de 1950, 1970 e 1980, a fim de promover maior sombreamento. Em contiguidade, também o entorno da Praça sofreu transformações, juntamente com as dinâmicas sociais, econômicas e culturais das quais ela se torna parte. Ainda, outros edifícios em menor altura ocupam o entorno da Praça, especialmente próximo à Avenida Amazonas, na direção do Hipercentro, a exemplo do Edifício São Vicente, inaugurado em 1959.

Paralelamente a este processo, uma série de outros equipamentos de diversão noturna, especialmente voltados para o público LGBT+ e *underground* do período, surgem no entorno da Praça Raul Soares. Entre estes, podemos citar a boate Olympia, que funcionou no subsolo do Edifício JK entre 1989 e 1992 (Carlos, 2022). a Casa Matriz, surgida no final dos anos 1990 (Pimentel, 2021), e a boate Estação 2000, surgida em 1999, e que se mudou, em 2019, para a região do Barro Preto. Ainda, alguns estabelecimentos voltados diretamente para encontros, festas e sexo entre homens gays surgiram ao longo deste período no entorno da Praça, tais como a Sauna Olimpo, inaugurada em 2004 e ainda em funcionamento, ou o Cine Porno G World Video, que fechou suas portas no final da década de 2010.

Assim, nas décadas de 2000 e 2010, a Praça adquire um novo caráter, sendo reconhecida como um “point gay do Centro de BH”, ou mesmo um “palco de uma espécie de footing dos tempos modernos” (Viana; Kiefer, 2012). Contudo, já nos anos 2020, especialmente em razão da pandemia de COVID-19, que assolou o mercado do entretenimento, muito desse caráter da praça se perdeu, visto o fechamento ou transferência de vários destes empreendimentos que davam vida ao entorno da Praça.

Na contemporaneidade, observa-se um novo renascimento do lazer e da vida noturna da Praça Raul Soares, impulsionado, especialmente, por um novo formato de equipamento, quais sejam os bares que vêm sendo instalados em prédios antigos da região, tanto no térreo, quanto nas varandas, a exemplo do que ocorre no Edifício São Vicente, citado anteriormente. Neste, desde 2022, uma série de empreendedores vêm observando um novo potencial de atração de uma clientela que não costumava frequentar a região. Assim, surgiram os novos bares como o Palito, o Pirex, o Gumbo ou o Portaria 1959 (Tomaz, 2023). Estes são sinais de uma nova dinâmica que vem se instalando na região, e sobre a qual trataremos nas próximas seções.

3. 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Divisão e coexistência de usos no Edifício São Vicente

3.1.1. O Térreo

Ao adentrar o edifício Shopping Center São Vicente por algum de seus quatro acessos, sendo dois pela Avenida Amazonas e dois pela Rua Santa Catarina, nos deparamos com largos corredores de estabelecimentos que se estendem de uma entrada à outra como um espaço pensado para o fluxo e o comércio. O piso quadriculado, com grandes ladrilhos, junto às cores das paredes e portões, criam um visual simples que guia o olhar e os passos ao longo do corredor. Os estabelecimentos que ladeiam esse corredor exibem uma estética funcional para

seus próprios escritórios e públicos. Suas entradas são marcadas por portões *rollup* que, quando abertos, revelam e ampliam o interior dos comércios e serviços ali presentes, como chaveiros, lojas de manutenção de máquinas de costura, itens hidráulicos, dentre outros.

Embora as portas individuais das lojas estejam desprovidas de grades, as entradas principais do edifício são protegidas por portões gradeados. Durante o dia, não há vigilância aparente, mas à noite surgem vigias, acompanhando a mudança nas dinâmicas do edifício, especialmente com o funcionamento dos bares localizados no primeiro andar. O contraste entre a ausência de grades nos portões individuais das lojas, mas a presença de gradeados nas entradas do edifício chama atenção sobre a percepção de segurança e o controle do espaço. Enquanto durante o dia há uma confiança na vigilância coletiva e no fluxo constante, sem porteiros ou seguranças, as grades das entradas sinalizam a necessidade de uma barreira contra o "exterior" noturno da rua que é acompanhado pela mudança nas dinâmicas do edifício, especialmente pelo funcionamento dos bares e restaurantes localizados no primeiro andar.

3.2. Dinâmicas da calçada

A calçada em frente ao Edifício Shopping Center São Vicente atua como uma interface entre o interior do prédio e a efervescência do Centro de Belo Horizonte. Este espaço, à luz da concepção de Milton Santos (1985), não é apenas uma dimensão física, mas uma totalidade dinâmica composta pelas categorias interdependentes de forma, função, estrutura e processo. Nele, a arquitetura do edifício, os usos, as condições socioeconômicas e históricas que moldam tais formas e funções revelam o movimento e a transformação constante do espaço. A calçada é marcada por um fluxo contínuo de pessoas, movimentando-se em direção à Praça Raul Soares, aos pontos de ônibus, a outros comércios ou simplesmente em trânsito pela área central.

Apesar de os comércios do térreo do São Vicente serem formalmente delimitados por suas portas de enrolar, os próprios comerciantes estendem suas lojas para a calçada e para o corredor interno. Estabelecimentos como os de manutenção de máquinas de costura, por exemplo, colocam mesas de costura e estantes de mostruário na parte externa de sua própria loja, invadindo os limites da calçada e do corredor. Essa expansão informal do espaço de vendas ou serviços é um fenômeno que borra as fronteiras. No corredor interno, a colocação de bancos e máquinas transforma o espaço de circulação em uma área de espera ou de demonstração, alterando a distinção entre o "espaço de loja" e o "espaço de passagem" e convidando à permanência e à interação.

Na calçada externa, a disposição de cartazes ou pequenos itens é uma tática para capturar o olhar do transeunte. Essas "ilhas" de oferta comercial estendem a vitrine para o

ambiente público, criando uma interface ativa entre o comércio e o fluxo de pedestres. Esse transbordamento informal sugere uma negociação cotidiana e muitas vezes tácita com as regras formais de ocupação do espaço público (ver Figura 02).

Figura 02: Análise das ocupações diurnas do Edifício São Vicente.



Fonte: Dos autores, 2025.

No contexto do São Vicente, observam-se sequências de bancos, do tipo utilizado em auditórios, encostados em uma das paredes próximas a uma das entradas, oferecendo assento. De forma similar, os degraus das fachadas das lojas que dão para a rua e as escadarias externas que servem como acesso secundário ao piso superior (distinto das rampas internas) são também utilizados como bancos improvisados. Nesses pontos, pessoas aparentam parar para descansar, aguardar o término de um serviço ou um encontro.

O uso desses elementos urbanos como assentos não planejados demonstra uma apropriação do espaço que confere sentido e função a essas porções da calçada, transformando-as em pequenos "lugares" de espera e pausa em meio ao ritmo acelerado do centro. Contrariando a ideia de um mero corredor de passagem, essa calçada, e mesmo os corredores internos do edifício, são mais que isso: apresentam pontos de permanência, vínculos entre trabalhadores do edifício (tanto da administração própria quanto terceirizados, funcionários das lojas, restaurantes e bares) e memórias para o público consumidor que o frequenta levando a configuração de lugares. Um lugar é uma porção do espaço que foi apropriada pela vida, produzindo identificações e, em seu histórico, tornando-se "lugar de memórias" (Castrogiovanni, 2007).

Outro aspecto constante na dinâmica da calçada é a presença de pessoas em situação de rua nos arredores. Elas ocupam áreas de jardim da Praça Raul Soares ou transitam pelas ruas ao redor. Para dormir ou simplesmente estar, aparentam preferir os jardins da praça. Sua presença é normalizada no cotidiano do local. No horário de pico, em meio a um intenso fluxo

de pessoas e carros, há quem esteja saindo ou indo para o trabalho ou estudo, quem esteja passeando com animais domésticos (principalmente cachorros) e quem pratique corrida ou caminhada, tudo no mesmo espaço da Praça Raul Soares. Ao cair da tarde, enquanto essas atividades acontecem, outras pessoas começam a chegar ao Edifício São Vicente para apreciar o anoitecer. A coexistência dessas presenças – a população de rua, os trabalhadores apressados, os que buscam lazer no pôr do sol e na noite – tece uma camada de realidade social que expõe a desigualdade, a diferença de classes e a exclusão social no contexto urbano.

Tal complexidade pode ser entendida como um Entre-lugar, conceito também abordado por Castrogiovanni (2007). Um Entre-lugar é um espaço intermediário que articula ou une diferentes lugares e "não-lugares", abrigando identidades espaciais e simbólicas distintas e permitindo o hibridismo cultural. É onde a jornada de trabalho se cruza com o lazer ao fim da tarde, e onde o público dos serviços essenciais se encontra com o público que mais tarde ascenderá aos bares do andar superior. É um espaço de fronteiras fluidas, onde a expansão das lojas para fora de seus limites e a apropriação dos bancos e degraus como assentos exemplificam uma negociação contínua entre as regras formais e as práticas cotidianas dos usuários. Além disso, sendo um edifício do final dos anos 50, a fachada e estrutura antiga do São Vicente convive com elementos da atualidade: à direita (olhando da praça), há uma unidade da rede de farmácias Araújo, e à esquerda, uma unidade da rede de fastfood McDonald's, inserindo o edifício em um contexto de grandes redes comerciais modernas.

3.2.1. Políticas de regulação do espaço público

O Código de Posturas do Município de Belo Horizonte (Lei 8.616/2003) é o principal instrumento legal que reúne as normas para o uso do espaço urbano pelos cidadãos, regulamentando desde a utilização de passeios e a instalação de mobiliário urbano até o exercício de atividades profissionais ao ar livre e a publicidade. Essa legislação revela um campo de constantes negociações e tensões.

É importante contextualizar que, desde a inauguração do Edifício São Vicente em 1959, a legislação urbanística e de uso do solo em Belo Horizonte passou por diversas revisões. Em 2024, uma alteração significativa foi implementada: a Portaria SMPU Nº 015/2024, publicada no "Diário Oficial do Município" em 20 de fevereiro de 2024, ampliou o horário de permissão para bares e restaurantes utilizarem mesas e cadeiras em calçadas. Anteriormente limitados até as 23h, esses equipamentos passaram a ser autorizados até a 1h da madrugada. A recente extensão de horário contrasta com episódios anteriores de fiscalização mais rígida, como a retirada de mesas e cadeiras de calçadas em dezembro de 2023, que gerou reclamações de

prejuízo por parte de bares e restaurantes. Tais ações evidenciam a complexidade de equilibrar o ordenamento urbano com a vitalidade econômica e social dos espaços.

Essas limitações de som e poluição sonora ganham particular relevância em um centro urbano como o de Belo Horizonte, caracterizado pela existência de edifícios de uso misto, que coexistem com atividades comerciais e residenciais. Embora o Edifício São Vicente não seja misto, logo à sua frente ergue-se um prédio com centenas de apartamentos, exemplificando a proximidade entre a vida boêmia e a vida residencial. Essa configuração gera uma disputa inerente entre aqueles que buscam o lazer e a efervescência noturna da boemia e os moradores que anseiam por descanso. As políticas de regulação do ruído tornam-se, assim, um campo de mediação entre esses interesses conflitantes.

Adicionalmente, há uma percepção social de que a presença de bares abertos até mais tarde no centro de Belo Horizonte contribui para a segurança, pois o centro é frequentemente visto como perigoso, especialmente em horários noturnos, em parte devido à presença de pessoas em situação de rua. Essa percepção encontra eco nas ideias de Jane Jacobs (2000) sobre a segurança nas cidades, que propõe o conceito de "olhos nas ruas". Jacobs argumenta que a segurança não advém primordialmente da polícia, mas de uma "rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados" (Jacobs, 2000, p. 32). Para ela, a presença de desconhecidos na rua é fundamental.

Nesse sentido, a flexibilização do horário dos bares no São Vicente e no centro, que permite a continuidade da vida noturna, contribui para a concretização dos "olhos nas ruas" de Jacobs (2000). A presença de clientes e funcionários estende a vigilância natural para além do horário comercial tradicional, atenuando a sensação de perigo que ruas desertas poderiam evocar.

Em síntese, as políticas de regulação do espaço público em torno do Edifício São Vicente refletem a tentativa da gestão municipal de ordenar um ambiente urbano complexo. No entanto, sua aplicação e os constantes ajustes demonstram que o uso da calçada é um campo de disputa e negociação contínua, onde as normativas formais dialogam (e por vezes colidem) com as práticas cotidianas de apropriação do espaço por comerciantes, frequentadores e a população em geral, em um esforço para conciliar a vocação boêmia da cidade com o direito ao sossego, a necessidade de fluidez e a percepção de segurança, utilizando a própria vitalidade urbana como um mecanismo de vigilância mútua.

3.3. A experiência da varanda: "ver e afastar", "sair do chão".

Diferentemente de diversas metrópoles globais, onde o zoneamento urbano e as políticas de preservação do patrimônio cultural frequentemente resultaram em processos de higienização dos centros históricos, Belo Horizonte segue um percurso idiossincrático ao promover o resgate e a valorização da chamada "neo-boemia". Embora esse movimento esteja atravessado por contradições estruturais e tensões simbólicas, ele tem sido instrumentalizado pelo poder público como estratégia de revitalização de áreas consideradas degradadas, permitindo não apenas intervenções urbanísticas, mas também a requalificação simbólica do centro e de seus subcentros, reposicionando-os como territórios de convivência, consumo cultural e sociabilidade alternativa.

Entre os discursos e as práticas urbanas, a construção de uma identidade boêmia desempenhou um papel decisivo na reconfiguração do mercado imobiliário e na resignificação dos usos sociais do espaço. Essa orientação político-cultural em torno da boemia favoreceu o comércio local, que, em contraste com as lógicas do consumo globalizado, passou a valorizar a produção de pequenos empreendedores e a cultura gastronômica mineira. Contudo, a tentativa de remodelar a experiência econômica da autodenominada "capital mundial dos botecos", por meio de estéticas vintage aplicadas a patrimônios tombados, frequentemente desconsidera os elementos históricos e populares que constituíram a "boemia original", produzindo uma versão domesticada e mercantilizada dessa vivência urbana.

As políticas de planejamento urbano são aqui compreendidas como instrumentos de regulação das dinâmicas sociais que se materializam no espaço urbano. Essa perspectiva dialoga com Henri Lefebvre (1999), ao conceber o espaço como uma produção social, onde as relações de poder se inscrevem material e simbolicamente. Nesse sentido, as intervenções urbanas não apenas respondem a demandas sociais, mas também moldam ativamente os usos e significados atribuídos ao território. Tal compreensão é reforçada por David Harvey (2012), ao apontar que o planejamento urbano opera como um mecanismo de reprodução das condições do capital, especialmente em contextos de renovação e valorização fundiária.

No caso de Belo Horizonte, observa-se que, enquanto diversas capitais brasileiras enfrentam um processo de desaceleração no mercado imobiliário, a cidade apresenta oscilações positivas, com aumento significativo nos valores de aluguel. Esse movimento indica uma correlação entre as estratégias de revitalização urbana e a reconfiguração das centralidades, apontando para um processo de urbanismo empreendedor (Harvey, 1989), em que o espaço se torna um ativo estratégico dentro da lógica neoliberal. O mercado imobiliário,

nesse contexto, não apenas é impulsionado por políticas de infraestrutura urbana, mas também se torna um agente central na reconfiguração dos espaços e de seus usos sociais. Em Belo Horizonte, a especulação imobiliária atinge níveis históricos, ao mesmo tempo em que altera profundamente a materialidade e a função de edifícios, galerias e propriedades anteriormente marcados pela degradação — muitas vezes, resultado do próprio processo especulativo.

Sob o discurso do resgate da boemia e da atração de novos perfis de consumidores, observa-se uma crescente apropriação e diversificação do espaço urbano por distintos agentes econômicos. Esse movimento confere ao edifício Shopping São Vicente uma ressignificação simbólica e funcional, transformando-o em um território emblemático da nova lógica de consumo e ocupação do centro da cidade. Cada bar instalado no edifício ocupa um ponto estratégico da varanda, marcado por uma visão romantizada da capital e de sua paisagem. A contemplação do fluxo urbano a partir dessa perspectiva elevada tende a distanciar o olhar das desigualdades que estruturam o cotidiano da cidade. Em um território atravessado por múltiplas vulnerabilidades — pessoas em situação de rua, trabalhadoras do sexo, e trabalhadores que retornam às suas cidades-dormitório após a jornada laboral —, a varanda opera como um palco esteticamente filtrado. Suas lâmpadas âmbar entre as folhas das árvores, a música ambiente de bossa nova com tons parnasianos, e o cuidado no design dos ambientes compõem uma atmosfera que estetiza a experiência urbana, ao mesmo tempo em que obscurece as tensões sociais que se desenrolam logo abaixo.

3.4. A boemia em suas diversas propostas: culturas, estilos e públicos

No Edifício São Vicente, conformado em formato de Galeria no térreo, somado a varandas no seu primeiro pavimento, observa-se a receptividade a uma multiplicidade de equipamentos noturnos, para além dos comércios e serviços que ficam disponíveis aos passantes do Hipercentro na parte diurna, como já descrito anteriormente. Apesar da diversidade de restaurantes e bares noturnos, há algo em comum entre eles: a reabertura da Galeria foi pensada a partir de uma estratégia de posicionamento e comunicação de forma que espera-se que ali apenas funcionem estabelecimentos em que os proprietários trabalhem diretamente com o negócio, promovendo não apenas alimentação e entretenimento, mas, de um modo geral, o que a gerente de comunicações local chama de cultura (Tomaz, 2023).

Entendemos aqui a ideia de cultura considerando uma série de elementos presentes nestes ambientes noturnos que foram observados durante o processo em campo. Sabendo-se que foi a partir de maio de 2022 que ocorreu a retomada das varandas presentes no primeiro

andar do Edifício São Vicente, começamos a comentar sobre o primeiro bar instalado naquele mês, no local, o Palito. Ele é um bar com cardápio focado em drinks clássicos e estética vintage / retrô e supostamente despretensiosa (ver Figura 03). Tal despretensão parte do uso de materiais e acabamentos que acabam por conferir ao local um ar de desafetação ou suposta naturalidade, simplicidade e espontaneidade.

Observamos, por exemplo, o uso de mobiliário simples nas varandas, como banquetas altas sem encosto, algumas mesas altas simplórias, usuais nos bares mais tradicionais da capital, além de letreiros retrô, com uma identidade visual também retrô, com toque contemporâneo, sempre remetendo a um certo tradicionalismo repaginado. Ainda, o uso de materiais como cortinas de PVC coloridas para fazer a vedação entre interior do bar e o externo das varandas, confere este tom de simplicidade, ao mesmo tempo que o colorido do PVC indica certa sofisticação. No interior do bar, geladeiras vintage, copos lagoinha, cestas de frutas e azulejos brancos a meia altura, tudo corroborando para a estética do bar.

Figura 03: Análise noturna do Edifício a partir da vista do Bar Palito.



Fonte: Dos autores, 2025.

Tal estética, por sua vez, acaba por influenciar o comportamento dos usuários, os quais se sentem confortáveis para ocupar o espaço espontaneamente, quer seja, por exemplo, utilizando da própria mureta e guarda-corpo das varandas para o apoio de garrafas e copos, quer por uma postura que permite que grupos de amigos frequentadores possam estar ora sentados, ora em pé no corredor, ora apoiados nas mesas. A movimentação do corpo pelos ambientes é parte do jogo de entretenimento, sociabilidade e flerte que ocorre nestes bares.

Outros estabelecimentos que foram surgindo, após o estabelecimento do Palito, com estética e posicionamento semelhantes, foram o Pirez, Fermentaria, Botelha e Portaria 1959. Este último funciona no térreo, com uma dinâmica de ocupação diferente, pois separa ambientes de mesas e pista de dança, recebendo diversos DJs e pequenas festas locais. Em razão do espaço diminuto em que os eventos acontecem, muitas vezes, nestes casos, o público transborda para as calçadas.

Por fim, compreendemos que o processo de constituição de novos estabelecimentos de gastronomia e lazer no Edifício São Vicente ainda está em curso. Por exemplo, temos a instalação do recente Bar Tom, que apresenta também uma estética que mescla o retrô e o contemporâneo, de modo mais refinado que seus predecessores, o que justifica a presença de mobiliários como mesas redondas maiores, para seis a oito pessoas, indicando uma ocupação mais formal do espaço interno do bar. A abertura deste bar indica, ainda, que o sucesso deste recente processo de ocupação do Edifício São Vicente com estes novos equipamentos vem gerando novas aberturas tanto no térreo quanto, especialmente, em todo o perímetro de varandas do primeiro pavimento.

Entendemos, assim, como este modelo atual de ocupação do Edifício, que ocorre também, diga-se de passagem, em outros edifícios do entorno da Praça Raul Soares, apropriar-se de uma mais-valia paisagística, ou seja, de um valor adicional que uma edificação ou território ganha devido às suas visadas e paisagem de entorno (Bessa, 2021). Os estabelecimentos ganham valor a partir não apenas do que podem oferecer por si mesmos, mas do posicionamento que detêm no espaço urbano, e da possibilidade de gerar a contemplação de pontos específicos da cidade para seus clientes.

Conforme o que apresentamos anteriormente, então, interessam aqui, no caso das varandas ao menos, três coisas: primeiramente, o distanciamento da rua e das calçadas, que se transformam em coisa vista, em lugar de coisa vivida; em segundo lugar, a criação de ambiências que remetem aos tradicionais bares de Belo Horizonte, mas que se diferenciam destes pelos posicionamentos conceituais de cada estabelecimento; por fim, em terceiro lugar, a potencialização de um corredor cultural e gastronômico na região da Praça Raul Soares, em consonância com outros equipamentos do entorno, como o Mercado Novo, demonstrando que a dinâmica ocorrida no Edifício São Vicente possui ecos de questões urbanas relacionadas ao Hipercentro de Belo Horizonte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O SÃO VICENTE COMO ESPELHO DE METRÓPOLE?

Neste trabalho, nos dedicamos à uma investigação acerca do Edifício São Vicente e da sua integração com as adjacências da Praça Raul Soares, na cidade de Belo Horizonte. A partir da prática de uma observação direta de seu interior, dos seus entornos e da sua proximidade significativa com dois dos principais pontos turísticos da região central da cidade, bem como de suas características físicas, arquitetônicas e de utilização do espaço, o objetivo principal do estudo foi identificar a diversidade de espaços, infraestruturas e usos deste imóvel,

estabelecendo, a partir disso, uma discussão acerca das transformações espaciais e de produção de sociabilidade no local.

Entendendo a complexidade de se voltar o olhar para este ambiente, os elementos e as práticas observadas foram analisados de maneira a não incitar uma generalização ou hegemonia contida no que foi coletado e discutido, uma vez que identificar fatores particulares de um espaço não pode pender para seu isolamento do contexto mais amplo e também da sua integração com os entornos, muito menos para a totalização e a universalização de seus componentes e dos processos nos quais se inserem nele.

Os resultados principais das análises empregadas para este estudo apontam para uma transformação ainda em curso dos tipos de utilização dos espaços comerciais do Edifício São Vicente, com uma permanência das atividades dos estabelecimentos de prestação de serviços e de vendas de equipamentos e utensílios, principalmente no primeiro andar, paralelamente à coexistência de novos bares e restaurantes que surgiram a partir do ano de 2022 e que ocupam, centralmente, o ambiente da varanda do prédio. Enquanto os primeiros estabelecimentos preservam características de períodos mais remotos do funcionamento do São Vicente, não somente em termos das práticas e usos, como também dos elementos físicos, os novos negócios incorporam aspectos estilísticos e funcionais mais contemporâneos, ao mesmo tempo em que buscam por recursos retrô e que narram histórias do passado de localidades diferentes.

Essa confluência de usos diversificados alerta para um cuidado com a discussão acerca da caracterização do espaço, das práticas que nele acontecem e na sua conexão com os entornos. Não obstante, identificamos que essa imbricação de aspectos remotos e atuais, populares e mais restritivos, negociados formal e informalmente, também estão contidos nos usos da espacialidade das adjacências do edifício, como é o caso das lojas que extrapolam o interior do prédio, funcionando durante o dia e dos bares no nível das calçadas, que funcionam durante a noite. Dessa forma, ainda que a discussão sobre a ressignificação do edifício, assim como da própria Praça Raul Soares seja uma pauta extremamente atual e pertinente, é necessário, portanto, que se atente aos detalhes mais singulares da contextualidade desse ambiente.

Diante destes aspectos, foi possível extrair a conclusão de que as mudanças situadas no Edifício São Vicente não podem ser descritas em função da erradicação de aspectos históricos, sociais e funcionais deste espaço. Muito pelo contrário, mesmo que em diversas esferas e categorias de análise, sejam elas físicas, materiais, sociais ou econômicas, é imprescindível perceber a mescla, a interação e as disputas postas neste local, a fim de condicionar, sim,

mudanças e transformações mais exacerbadas para o espaço e para seus usos, mas também de promover certas resistências e negociações a partir de práticas já operantes anteriormente.

Compreendemos que o Edifício São Vicente extrapola, em sua existência e ocupação, os limites de dicotomias postas nas discussões atuais sobre apropriação, ressignificação e transformação dos espaços da região central de Belo Horizonte. Assim como no edifício, os espaços da metrópole que vêm sendo atravessados por agentes que os modificam não podem ser compreendidos apenas como passivos nestes processos, mas como integrados e constitutivos das próprias transformações, oferecendo diversos significados e valorações.

REFERÊNCIAS

Bessa, Altamiro Sérgio Mol (org.). **A unidade múltipla: ensaios sobre a paisagem**. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 2021.

Carlos, H. **Esperança do setor de entretenimento em BH, Olympia fechou há 30 anos**. 31 mar. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/colunistas/helvecio-carlos/2022/03/31/interna_helvecio_carlos,1356708/esperanca-do-setor-de-entretenimento-em-bh-olympia-fechou-ha-30-anos.shtml#google_vignette. Acesso em: 16 jun. 2025.

Castrogiovanni, A. C. Lugar, no-lugar y entre-lugar: los ángulos del espacio turístico. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v. 16, n. 1, p. 5-25, 2007.

Certeau, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

Harvey, D. **From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism**. Geografiska Annaler, 1989.

Harvey, D. **Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution**. Verso, 2012.

Jacobs, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2000.

Lefebvre, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1999.

Pimentel, T.. **Matriz, um dos 'inferninhos' mais tradicionais de BH, fecha as portas após 21 anos de história. 27 de outubro de 2021**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/10/27/matriz-um-dos-inferninhos-mais-tradicionais-de-bh-fecha-as-portas-apos-21-anos-de-historia.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2025.

Santos, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1994.

Santos, M. **Espaço e método**. 1. ed. São Paulo: Nobel, 1985. 120p

Tomaz, H. **Conheça a Galeria São Vicente**. 23 jun. 2023. Disponível em: <https://culturadoria.com.br/galeria-sao-vicente/>. Acesso em: 16 jun 2025.

Viana, A.; Kiefer, S. **Praça Raul Soares vira ponto de prostituição e tráfico de drogas.** 19 ago 2012. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/08/19/interna_gerais,312632/praca-raul-soares-vira-ponto-de-prostituicao-e-trafico-de-drogas.shtml. Acesso em: 16 jun. 2025.

Capítulo VI

PERCEPÇÕES DA RUA SAPUCAÍ EM BELO HORIZONTE: DISCUSSÕES ENTRE DIREITO À CIDADE, OS USOS E A PAISAGEM DA CIDADE

Crislaine Custodio Rosa ¹

Júlia Gomes Zuba ²

Marina Araújo ³

Nino Cecília Araújo Freitas ⁴

1. O “DIREITO À CIDADE” E O PROJETO CURA: APROXIMAÇÕES

O conceito de "direito à cidade", popularizado entre os movimentos sociais urbanos na atualidade, foi desenvolvido por Henri Lefebvre (2001 [1968]), um filósofo, sociólogo e geógrafo marxista francês. Sua teoria contribui para a compreensão das relações entre a sociedade e o espaço urbano. Em uma crítica à urbanização capitalista, Lefebvre (2001 [1968]) concebia a cidade capitalista como um espaço cada vez mais mercantilizado e fragmentado, onde a produção e o consumo prevaleciam sobre as necessidades e os desejos dos cidadãos. A cidade se tornava um produto, não um lugar de vivência plena.

Nesse sentido, o direito à cidade não se trata de um mero direito de acesso à terra ou à propriedade, mas o direito a uma vida urbana plena e à centralidade, ou seja, à participação ativa e decisiva na produção e no uso do espaço urbano. Trata-se do direito de habitar a cidade, de usufruir de seus recursos, serviços e oportunidades, e de atuar ativamente em sua dinâmica social e cultural (Lefebvre, 2001 [1968]).

Assim, o autor defende que o direito à obra (atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto da propriedade) se imbricam dentro do direito à cidade (Lefebvre, 2001 [1968]): o direito à obra corresponde ao direito da população em participar ativamente na produção da cidade, transformando-a e moldando-a de acordo com suas necessidades e aspirações, em uma criação coletiva. O direito à apropriação denota uma reapropriação do espaço urbano pelos seus usuários e habitantes. Isso implica em questionar a lógica dominante

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG. crislainecr@ufmg.br Bolsista FAPEMIG em nível Doutorado. Bolsista sanduíche na ULisboa pela CAPES nível Doutorado.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG. julia.zuba@yahoo.com.br Bolsista CAPES em nível Doutorado.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFMG. marinaaraujo84@gmail.com

⁴ Graduando em Ciências Sociais Bacharelado pela UFMG. ninoaraujo84@gmail.com

que privilegia o valor de troca sobre o valor de uso, e em buscar formas de viver a cidade de maneira mais autêntica e significativa, com base nas necessidades sociais, e não apenas econômicas.

Em suma, o direito à cidade é concebido por Lefebvre (2001 [1968]) como um "grito" e uma "demanda" por uma nova forma de vida urbana, mais justa, democrática e libertadora. Não se trata de um direito legal formal, mas sim de uma reivindicação política e social por uma transformação radical das relações na cidade. Nesse sentido, é necessária a crítica profunda à alienação urbana imposta pelo capitalismo e a defesa de uma cidade concebida e vivida como um espaço de autogestão, criatividade e realização humana coletiva, onde os cidadãos são os protagonistas de sua própria experiência urbana.

Nesse contexto, o projeto CURA (Circuito Urbano de Arte), sediado em Belo Horizonte/MG, possui um discurso que se aproxima de uma possível práxis da teoria do direito à cidade, conforme proposto por Lefebvre (2001 [1968]). O CURA, criado em 2017, é um dos maiores festivais de arte pública da América Latina. Conforme divulgado em seu site oficial¹, o projeto firma um compromisso com a democratização da arte e transforma espaços urbanos em galerias a céu aberto, convidando a comunidade a interagir com obras de grande impacto artístico. Os murais, que incluem a maior coleção de arte pública indígena do mundo e as obras mais altas pintadas por mulheres na América Latina, celebram a ancestralidade e a diversidade cultural.

Os idealizadores e promotores do projeto CURA o defendem como um agente de transformação cultural e urbana que deixa um legado palpável para a cidade a cada edição do festival. Conforme divulgado em seu site oficial, "o CURA é mais do que um evento cultural e turístico, é um movimento que redefine a paisagem e enriquece a vida comunitária, promovendo a arte como um elemento essencial na construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente"².

Destacamos, nesse sentido, que a proposta de democratização da arte no ambiente urbano de Belo Horizonte pelo projeto CURA se aproxima da teoria de Lefebvre (2001 [1968]) no tocante ao direito à cidade. Conforme apontado por Traspadini (2022) o CURA busca "curar" os sentidos e a cidade de uma lógica mercantilista e utilitária. A autora argumenta que a arte de rua se torna um "substantivo" que "desconcerta o superlativo da mercantilização da vida, do roubo do tempo, da privatização dos espaços públicos" (Traspadini, 2022, p. 175). Nesse sentido, é possível refletir sobre o projeto CURA enquanto uma forma de reapropriação do

¹ Fonte: <https://cura.art/> Acesso em 09 jun. 2025.

² Fonte: <https://cura.art/> Acesso em 09 jun. 2025.

espaço urbano belo-horizontino. Conforme apontado por algumas pessoas entrevistadas na Rua Sapucaí,

Para mim, por exemplo, os murais, ao mesmo tempo que aqui é uma capital, é uma cidade muito grande, esses murais eles trazem, inibe um pouco esse aspecto de mundo de pedra, ele tira isso e traz um pouco mais de aconchego, então eu acho que traz aquela vista que a gente não precisa olhar sem prestar atenção de verdade, sabe? Traz realmente um detalhe. (M.S.)

Eu acho que a Sapucaí e o retrato dela é isso aqui atrás, é o que chama atenção, é a cara de Belo Horizonte. (M.J.)

Os murais são o tchan Belo Horizonte. (A.N.)

Há, então, certo sentimento de identidade e de acolhimento em relação aos murais do projeto CURA na cidade, o que reforça a ideia de que, em alguma medida, o direito à cidade se efetiva por meio da reapropriação do espaço urbano “sem cores”.

Nesse sentido, Calegari (2023) defende, em seu estudo, que as cenas dissensuais criadas pelo CURA podem ser entendidas como uma perturbação à ordem estabelecida pelo capital na cidade, questionando o uso hegemônico do espaço e as narrativas dominantes que muitas vezes servem a interesses econômicos. Nesse contexto, Traspadini (2022) afirma que o CURA é uma revanche do popular que democratiza o acesso à beleza e à reflexão crítica sobre o uso dos espaços urbanos, uma vez que a ocupação do hipercentro da cidade pode ser interpretada como uma reivindicação do direito a essa centralidade visual e cultural, conforme proposto por Lefebvre (2001 [1968]) e relatado por uma pessoa entrevistada:

O acinzentado da cidade traz arte, traz beleza, eu acho que aquela metrópole Manhattan de Batman, daquele beco que os pais foram mortos, desaparece e aparece uma cidade mais cultural, Identitária. (R.G.)

Corroborando com Traspadini (2022), Nunes (2024) aponta para a luta de grupos marginalizados pelo direito de apropriação e de vivência da cidade conforme suas identidades e aspirações, ou seja, pelo direito à centralidade para além da mera ocupação física. Destacam-se, nos estudos de Nunes (2024), as "grafias da negritude" e os "geossímbolos afro-diaspóricos" como uma forma da população negra propor uma outra cidade, uma cidade afrocentrada. Sendo assim, a arte afro-diaspórica deixa suas marcas na paisagem urbana e confronta a proposta hegemônica de produção do espaço, o que nos leva a refletir, com Lefebvre (2001 [1968]), sobre a luta contra a lógica dominante e a busca por uma "outra cidade" mais inclusiva. Como apontado por uma pessoa entrevistada nesta pesquisa,

Os murais entram num flash de aquebrantar o que eu já disse, a cidade cinzenta. Belo Horizonte é a cidade de Jardim, uma das mais arborizadas que nós temos no Brasil. E se jardim comporta mural, que Belo Horizonte e as cidades morais sim, acho que deve sim quebrar esse pradinho de cidade estatelada, acesa, e mural traz informação, as mulatas que nós temos ali no centro, acho que faz um ativismo. (R.G.)

Nesse contexto, o projeto CURA, sob diferentes perspectivas e em diálogo com a teoria de Lefebvre (2001 [1968]), pode ser entendido como um espaço de tensões, lutas e possibilidades de manifestação do "direito à cidade" na prática urbana de Belo Horizonte. A arte pública, nesse contexto, não é apenas estética, mas uma ferramenta política e social para reivindicar, questionar e transformar o espaço urbano, buscando uma cidade mais justa, democrática e participativa para todos os seus habitantes.

1.1. QUESTÕES DE PESQUISA

Diante do exposto, pergunta-se: o projeto CURA (e seus murais de grafite na cidade) pode ser considerado uma materialização do conceito de "direito à cidade", conforme preconizado por Henri Lefebvre? Qual a percepção da população da Região Metropolitana de Belo Horizonte sobre a paisagem composta por esses murais visíveis a partir da Rua Sapucaí?

1.2. OBJETIVOS

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a percepção da população da RMBH, que ocupa a Rua Sapucaí no sábado (dia 14 de junho de 2025), sobre a paisagem composta pelos murais que integram o projeto CURA e que são visíveis a partir dessa rua.

Os objetivos específicos são:

- Identificar e analisar as diferentes paisagens que compõem a Rua Sapucaí ao longo de todo o dia (e os diferentes usos que esse espaço público tem ao longo do dia);
- Identificar e analisar, com base em pesquisa qualitativa (não amostral), a percepção das pessoas, que ocupam o espaço da Rua Sapucaí, sobre a paisagem urbana composta pelos murais do projeto CURA;
- Analisar se há uma correspondência entre a percepção da população, os objetivos do projeto CURA e a teoria de Lefebvre (2001 [1968]) sobre o direito à cidade.

2. METODOLOGIA

Para tanto, essa pesquisa se baseou, inicialmente, em pesquisa bibliográfica (Gil, 2008) e em pesquisa sobre o estado da arte sobre o tema, por meio da busca por palavras-chave no

Portal de Periódicos da Capes, além dos repositórios de bancos de teses e dissertações de universidades brasileiras. A pesquisa documental (Gil, 2008) foi utilizada para as fontes documentais que ainda não receberam um tratamento analítico – conteúdo dos sites de Internet e das redes sociais do projeto CURA, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH) e da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte (Belotur), além de notícias de jornais e revistas eletrônicas relacionadas ao projeto CURA e à Rua Sapucaí.

Foi realizado um trabalho de campo na Rua Sapucaí para observação da paisagem e aplicação de entrevistas semiestruturadas (Anexo I) com pessoas que ocupam essa rua ao longo de todo o dia, durante o sábado, dia 14 de junho de 2025. É preciso destacar que, em Geografia Humana, a metodologia de análise de paisagem é um campo complexo e multifacetado, que busca compreender a interação entre as sociedades humanas e o meio ambiente.

Para Milton Santos (1996), a paisagem não é compreendida apenas como um cenário estático, mas como um sistema aberto, em constante transformação, resultante da interação entre elementos naturais e sociais. Ela é dinâmica, refletindo processos históricos, econômicos, culturais e ecológicos que atuam sobre ela. Ainda conforme o autor (Santos, 1996), a paisagem é compreendida como um "palimpsesto", onde diferentes camadas de tempo e de ações humanas se sobrepõem, mas não se apagam completamente. As formas antigas persistem, modificadas ou ressignificadas, e se articulam com as formas mais recentes, revelando a historicidade do espaço.

Para Henri Lefebvre (2000 [1974]), a paisagem é concebida como um reflexo das relações sociais, econômicas e políticas que a moldam. Ela incorpora as marcas da ação humana ao longo do tempo, revelando padrões de uso e ocupação da terra, desigualdades socioespaciais, conflitos e adaptações. Para o autor, o espaço, e por consequência a paisagem, é socialmente produzido e reflete as relações de poder.

Sendo assim, a análise de paisagem que se propõe como metodologia nesta pesquisa tem como base as teorias de Santos (1996) e Lefebvre (2000 [1974]) e contemplou a observação dos fixos e dos fluxos (Santos, 1996), ou seja, da materialidade do urbano na cidade e dos fluxos de passantes e das formas de ocupação da Rua Sapucaí ao longo do dia, durante o sábado (14 de junho de 2025). É importante ressaltar que as pessoas, além do ambiente construído, fazem parte da paisagem e a ela imprimem diferentes formas de uso e ocupação, portanto, durante a manhã, a tarde e a noite, é possível haver diferentes paisagens em um mesmo lugar.

Por esse motivo, entrevistas semiestruturadas (Chizzotti, 2005) foram realizadas ao longo do sábado nos turnos da manhã, tarde e noite com o objetivo de abordar uma diversidade de pessoas que ocupam o espaço da Rua Sapucaí ao longo de todo o dia. Ao todo, foram

realizadas cinco entrevistas entre os turnos da manhã e tarde e oito entrevistas entre o final da tarde e noite. Essas entrevistas tiveram o objetivo de compreender a percepção da população da RMBH sobre os murais do projeto CURA enquanto componentes da paisagem urbana de Belo Horizonte.

3. A RUA SAPUCAÍ NA HISTÓRIA DE BELO HORIZONTE

A cidade de Belo Horizonte é datada do século XX, mais precisamente 12 de dezembro de 1987 sendo inaugurada ainda sem terminado seu projeto da comissão construtora liderada por Aarão Reis (IPHAN,2025), com a intenção de deixar para trás seu passado colonial e voltar-se para o progresso (Pereira, 2016), assim construiu-se a cidade planejada de Belo Horizonte, que hoje é a região “dentro” da Avenida do Contorno. Segundo documento do Arquivo Público de Belo Horizonte sobre a história dos bairros de Belo Horizonte

Alguns bairros da zona suburbana nasceram junto com a criação de Belo Horizonte, mas não pararam no tempo: a ocupação prevista pela equipe construtora foi bastante transformada. Um exemplo de ocupação não planejada é a primeira favela da capital, conhecida como *Favella* ou Alto da Estação, pois estava localizada próxima à Estação de Minas, na Rua Sapucaí. Essa favela foi um dos marcos da ocupação do bairro Floresta. Em seus barracões e cafuas improvisadas, instalaram-se os operários que construíram Belo Horizonte. (Arreguy *et.al*, 2008)

Na figura abaixo pode se observar como se organizavam essas cafuas, chamadas *favellas*, denominadas dessa forma por serem muito parecidas com a forma de ocupação que ocorria também no Rio de Janeiro:

Figura: Sapucaí em 1895



Fonte: Museu Abílio Barreto apud Ribeiro, 2020

Segundo Arreguy (*et.al*, 2008, p.19) “em 1902, cerca de 300 cafuas foram removidas da *Favella*, simbolizando uma nova transformação na rua perante o que conhecemos hoje, logo após a expulsão de seus primeiros moradores, deu local a casarões de imigrantes europeus (Ribeiro, 2020).

A rua Sapucaí, está localizada muito próximo ao centro da cidade de Belo Horizonte, o que historicamente, tendo em vista o propósito da criação de Belo Horizonte (Pereira, 2016) justifica suas múltiplas mudanças e usos durante os anos.

Buscando uma descrição entre o tempo e o espaço do local que estamos trabalhando, sendo este a rua Sapucaí, para sermos mais específicos sobre sua localização, a rua Sapucaí está no bairro Floresta, na Zona Leste de Belo Horizonte, se apresenta enquanto uma das principais conexões com o centro da cidade e se liga a Avenida do Contorno, Avenida Assis Chateaubriand e o Viaduto Santa Tereza, importantes ligações entre o centro da cidade e a Zona Leste. Destacamos na observação suas delimitações, pois está próxima do centro da cidade é separada deste pela via férrea.

O bairro Floresta tem seu início atrás da Estação Minas Gerais, sendo esta uma estação férrea. Na via férrea está a atual estação central de Belo Horizonte, em que no início da cidade era uma das principais conexões com as demais cidades do entorno e a principal via para transportes comerciais, atualmente encontra-se também a estação central do metrô. Em seu entorno temos também o Museu de Artes e Ofício, e a Praça Rui Barbosa, tornando-se por lei municipal um circuito cultural (Ribeiro, 2020).

Com as transformações da cidade a paisagem também mudou, os prédios do entorno hoje não são mais os mesmos, o que se via na década de 1930, não é o que vemos atualmente. Por exemplo, o rio Arrudas (na parte central da figura abaixo), era possível observar seu fluxo de água estando na rua Sapucaí, porém, em 2007, com a construção do Bulevar Arrudas, a obra cobriu o rio na parte central da Avenida dos Andradas (Ribeiro, 2020), como é possível observar na figura abaixo:

Figura: Vista aérea da Praça da Estação com a rua Sapucaí ao fundo, década de 1930

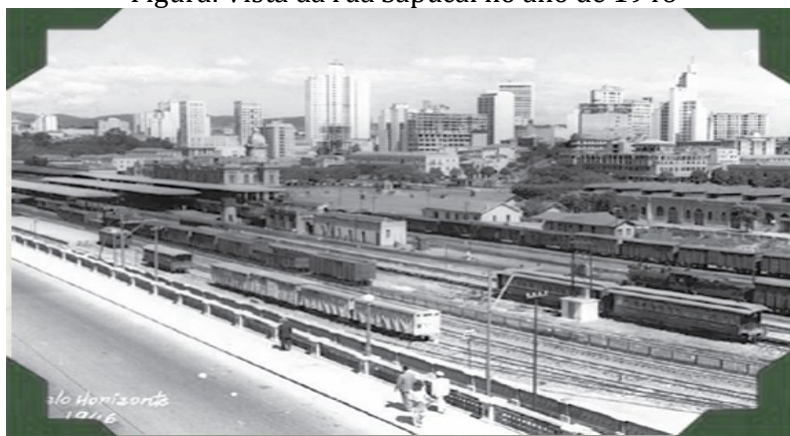


Fonte: Campos (1982 *apud* Ribeiro 2020)

As setas azuis indicam onde está a rua Sapucaí na paisagem, e é interessante perceber na imagem como a rua está em desnível, estando mais alta que as demais ruas do entorno. A vista aérea da rua Sapucaí, na década de 1930 é interessante para situarmos a rua a partir dos dados que citamos anteriormente e observar que ainda possuía poucos prédios nesta década.

Na imagem abaixo, temos um outro ponto de vista sobre a rua Sapucaí no ano de 1946, que nos apresenta a rua com pessoas andando na calçada e a linha férrea mais abaixo, sendo esta uma das linhas limítrofes entre o bairro Floresta e o centro da cidade.

Figura: Vista da rua Sapucaí no ano de 1946



Fonte: Arreguy *et.al*, 2008

Com o passar dos anos, a rua vista a partir da rua Sapucaí também foi se transformando e também a rua Sapucaí foi se transformando com seus usos e ocupações. Na figura abaixo é possível observar jovens apreciando a vista da rua Sapucaí:

Figura: rua Sapucaí e sua vista (data desconhecida)



Fonte: Ribeiro (2020)

As transformações que marcam a paisagem da rua Sapucaí são importantes para observar também o crescimento da cidade de Belo Horizonte, deste modo a rua também acompanhou as mudanças urbanas. Chamando atenção para as alterações na paisagem e as mudanças no espaço urbano, chamamos atenção para o Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte no ano de 2007. Desenvolvido pela Secretaria Municipal de Políticas Públicas Urbanas, o objetivo principal do Plano foi apontar questões sobre o planejamento, o desenho urbano e o paisagismo para o uso e ocupação do ambiente urbano e a valorização das áreas públicas da cidade (Ribeiro, 2020).

A Rua Sapucaí se encontra no limite do Hipercentro, que é definido pelo plano quanto o Hipercentro legalizado pela Lei 7.166/96, mais especificamente, “na subárea da Praça Rui

Barbosa, Bulevar Arrudas e quarteirões adjacentes” (Ribeiro, 2020, p.36). Em 2007, essa subárea já revelava a vocação para o apelo cultural, fundamentada pelo complexo da Casa do Conde de Santa Marinha, do Museu de Artes e Ofícios, Serraria Souza Pinto, Parque Municipal e sua localização próxima a pontos de ônibus e estação central do metrô (que influencia muito na história da rua devido a estação ferroviária). Sendo assim, essa região passa a estar no radar para ser um potencial para a cultura em Belo Horizonte.

No ano de 2009, o prefeito Márcio Lacerda (PSD) é eleito, e desde então lança políticas oficiais de regulamentação do espaço público de Belo Horizonte. O mandato foi então prefeito foi marcado por conflitos e manifestações de reivindicação do direito à cidade diretamente em áreas do então chamado hipercentro de Belo Horizonte, no ano de 2013, surge a Praia da Estação, movimento político e cultural que buscou reivindicar diretamente a ocupação da Praça da Estação e seu entorno. Berquó identificou esses movimentos como “manifestações culturais de resistência”:

Tais manifestações são iniciativas autônomas, que nos parecem apontar, tanto por meio das experimentações estéticas por elas promovidas quanto por suas próprias formas organizacionais, para caminhos que, ao invés de confluir para a padronização dos espaços públicos da área (ou para a sua utilização como meros motores de acumulação capitalística) promovam tensionamentos ou indiquem possibilidades no sentido de uma sua vivência (e produção) de fato abertas e democráticas (Berquó, 2015, p. 113).

No ano de 2014, a Prefeitura de Belo Horizonte desperta seu interesse em criar um Corredor Cultural Praça da Estação, com a intenção de “alterar o visual e fortalecer a vocação artística da região” (Ribeiro, 2020, p.38). Em 2014, é criada a Zona Cultural Praça da Estação, que contou com consulta à sociedade civil por meio de um conselho consultivo para sua criação. Em sua composição atual estão: Funarte, Centro de Referência da Juventude, Museu de Artes e Ofícios, Praça da Estação, Escola Livre de Artes, Cento e Quatro, Centro Cultural da UFMG, Grupo Espanca!, Viaduto Santa Tereza, Serraria Souza Pinto, Mirante de Arte Urbana (Rua Sapucaí, com sua primeira edição no ano de 2017), Teatro Alterosa (que hoje não existe mais), Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Parque Municipal, Palácio das Artes e Teatro Marília (Figueiredo, 2020).

O Decreto que estabelece a Zona Cultural Praça da Estação, é o Decreto Municipal nº 15.587, de 09 de junho de 2014, em que reconhece os espaços culturais assinalados como lugares em que devem acontecer o fomento à diversidade, à preservação e à promoção do conjunto arquitetônico, paisagístico e histórico; fomento das atividades culturais, artísticas, de lazer e entretenimento; a integração da comunidade local e do público visitante e a potencialização do uso do espaço público com atividades compatíveis com os demais objetivos, cabendo à PBH promover e incentivar a realização de eventos, atividades e programas culturais, de caráter eventual ou permanente, na área cultural instituída pelo decreto (Figueiredo, 2020, p. 63).

Pela cronologização dos dados, a sinalização do potencial cultural da região da rua Sapucaí acontece desde 2009 institucionalmente, mas só é efetivada a partir da luta popular pela reivindicação do direito à cidade. A requalificação do centro da cidade e o mirante da rua Sapucaí (que existe desde a destituição da *Favela*), propiciaram a apropriação turística e sua localização como um ponto belo para se observar a paisagem urbana potencializada pelo projeto CURA sinaliza um cenário interessante para análise da paisagem.

Recentemente, no ano de 2024, com a proposta da Prefeitura de Belo Horizonte¹, aconteceu a requalificação da rua Sapucaí, supervisionada pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital e fazendo parte do Projeto Centro de Todo o Mundo, em que o projeto se baseava no fechamento da rua para veículos, “pavimentação de um plano único entre os dois passeios, ladrilho hidráulico e pedra portuguesa, implantação de ciclovia bidirecional e passagem de pedestres, adequação do sistema de drenagem, mobiliários de bancos e cestos coletores metálicos, arquivancada mirante, arborização e paisagismo” (Jornal Globo).



Com parte da reforma já feita, em nosso campo conseguimos identificar novos usos da rua e uma frequência maior de pessoas sem a presença dos veículos, sendo usada para a contemplação da paisagem, usufruto dos bares e comércios no entorno da rua e para demais atividades de lazer, como descreveremos no próximo capítulo.

4. A PAISAGEM ATUAL DA RUA SAPUCAÍ

A paisagem não é estática e, sim, um sistema aberto, em constante transformação, resultante da interação entre elementos naturais e sociais (Santos, 1996). Ela é dinâmica, não somente em relação à história passada, mas à história presente e cotidiana na cidade: o tempo

¹<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/04/17/obra-de-requalificacao-da-rua-sapucaí-vai-custar-r-46-milhoes-diz-publicacao.ghtml>

é condicionante para usos diversos do território e, conseqüentemente, produz diferentes paisagens ao longo do dia.

Pela manhã, a Rua Sapucaí tem pouco movimento de pessoas, se comparada ao turno da noite. Em trabalho de campo realizado no dia 14 de junho de 2025, foi possível observar que havia mais fluxo de passantes do que de pessoas que permaneciam por mais tempo no quarteirão fechado da rua. Apesar de haver bancos de concreto por toda a extensão da Sapucaí, poucas pessoas estavam assentadas: foi possível observar pessoas passeando com cachorros, fazendo caminhada e correndo. Havia turistas acompanhados por anfitriões de Belo Horizonte passeando pela rua, observando a paisagem da cidade e tirando fotos.

Há poucas árvores e, portanto, pouca sombra na Rua Sapucaí: o quarteirão fechado é um espaço novo na cidade, então, as árvores recentemente plantadas pela Prefeitura de Belo Horizonte ainda não são suficientes para criar um ambiente agradável e sombreado. Ao contrário, a paisagem da Sapucaí é marcada pelo concreto e pelas obras: requalificação de edificações, construção de espaço para caminhantes e plantio de grama em uma parte da rua, por exemplo, foram possíveis de serem observadas ao longo do trabalho de campo. Considera-se que a ausência de áreas sombreadas e a grande quantidade de poeira de construção podem ser empecilhos para que as pessoas permaneçam por mais tempo no espaço público da Rua Sapucaí, ao longo do dia.

Ao longo da manhã e da tarde foi possível observar que, apesar de o trânsito ser somente de pedestres no quarteirão fechado da Sapucaí, havia motociclistas transitando pela rua. Esses entregadores trabalhavam principalmente com entrega de fast-food e a transgressão da regra de não-circulação de veículos na Rua Sapucaí nos faz refletir sobre o espaço como “prático-inerte”, conforme teorizado por Milton Santos (1996), com base em Jean-Paul Sartre. Para Santos (1996), o prático-inerte é a materialidade do espaço que testemunha as ações passadas, que se torna uma condição para as ações presentes e que expressa a complexa relação entre os sujeitos, o tempo e o lugar.

Transpondo o conceito para nossa reflexão, uma barreira física foi criada onde antes havia uma rua (o quarteirão fechado que estabelece a não circulação de veículos) e, portanto, foi ditado um novo uso para este espaço. Entretanto, há uma subversão do uso imposto e uma transgressão da regra devido à necessidade de acesso de motociclistas às empresas e aos edifícios residenciais localizados na Rua Sapucaí para a realização de suas entregas.

O segundo momento de realização das entrevistas aconteceu no mesmo dia, porém no período de final de tarde às 17:30 horas até parte da noite por volta de 20:30 horas, durante esse segundo momento, pudemos perceber rotatividade nos grupos presentes na Rua Sapucaí,

havendo maior fluxo de pessoas na parte da noite. O público geral era bastante diversificado em termos geracionais, todavia, durante a noite a faixa etária predominante seria de jovens e adultos de 18 a 35 anos que permaneciam durante toda a extensão da rua ocupando os bares, os bancos e a mureta. O número de passantes, apesar de reduzido, permaneceu ao longo da noite e era caracterizado por pessoas que percorriam a rua como parte do trajeto de acesso a outras localidades, passeando com o cachorro e/ou crianças e especialmente praticando atividades físicas como caminhada, corrida e bicicleta. A iluminação da rua é satisfatória e possibilita seus diversos usos no período noturno.

Ampliando a reflexão, é possível se pensar na Rua Sapucaí, enquanto um mirante urbano de onde se pode observar boa parte do denominado “Baixo Centro” da cidade. Deste mirante, é possível observar as construções mais antigas da cidade, os prédios mais modernos, as grandes vias de circulação de veículos, enfim, a paisagem enquanto “palimpsesto”, onde diferentes camadas de tempo e de ações humanas se sobrepõem, mas não se apagam completamente (Santos, 1996).

Dentre as novas ações que marcam o tempo presente, podemos destacar os murais do Projeto CURA que compõem a fachada de alguns prédios do Centro da cidade e que podem ser observados da Rua Sapucaí. Com o intuito de incentivar a observação da paisagem a partir do mirante, a Prefeitura de Belo Horizonte instalou lunetas ao longo da rua. Por meio delas é possível observar as obras do CURA, detalhes do espaço urbano e outros bairros da cidade, como a Pedreira Prado Lopes, por exemplo. Destaca-se que ao longo da manhã e da tarde, a paisagem da cidade muda ao longo do tempo devido à insolação e ao movimento aparente do sol, o que pode ser observado do mirante da Rua Sapucaí.

As percepções sobre a paisagem estão em constante mudança entre a manhã e à tarde, o que no período da manhã se fazia um ambiente mais calmo, com pouca música e pessoas observando a paisagem de maneira contemplativa, a medida que os bares que compõem a rua Sapucaí iam abrindo as portas para o público frequentador e colocando as cadeiras na rua, iniciava um movimento de pessoas que também estavam ali para o consumo, seja de comidas quanto de bebidas alcoólicas e não alcoólicas.

Aqui é muito legal, é bar, é restaurante, é sorveteria, é tudo. (M.S.)

Quem quer frequentar um restaurante frequenta, quem não quer trazer sua bebida, sua comida, sentar aqui e faz também. Então assim, pra qualquer tipo de classe social e isso é muito importante, é muito bom. (M.O.)

À medida que o tempo passava durante o dia, a rua se movimentava a partir das pessoas que dela usufruíam em toda a sua gama de possibilidades, como por exemplo sentar em um banco para conversar após almoço à frequentar a rua à noite, como os entrevistados relataram:

Eu venho para espairar mesmo, sair da rotina, a gente vai para vários desses lugares, mas por exemplo, agora a gente acabou de vir almoçar e sentar aqui, é só por prazer mesmo. (M.S.)

A gente vem aqui pra comer e beber, obviamente, mas a gente sempre vem tipo assim, vamos almoçar e a gente acaba tomando chopp, vamos lá tomar um chopp de tarde, a gente come uns petiscos, então assim, é um lugar mesmo que eu comparo com praia, é a praia que a gente tem no sentido assim, vamos fazer uma coisa diferente, temos várias praças obviamente, mas uma coisa diferente é onde você pode fazer duas coisas ao mesmo tempo, aproveitar tanto... Alimentação, né, e bebida quanto um lugar bacana onde está. (M.O.)

sexta-feira também, tipo na parte da tarde depois do trampo, por exemplo, a galera vem aqui beber um chopp e tal, tudo. Acho que é um lugar muito boêmio, descontraído. (G.A.)

Tivemos relatos de diversos usos diferentes que os entrevistados faziam da Rua, como passear com seus cachorros, dançar, etc.

[...] traz tanta liberdade de a gente poder ter um momento de lazer aqui, que é muito, é trazer nossas filhas, nossas cachorras. Então, tipo assim, é realmente satisfatório vir aqui. (M.S.)

E hoje a gente veio aqui porque a gente estava com os doguinhos, e era um espaço amplo para eles, estar com eles. (A.N.)

A gente estava num prédio que tem ali, onde tem uma biblioteca, e a gente estava ensaiando lá. A gente falou, por que não ensaiar na Sapucaí, aproveitar que ela está vazia agora? Porque assim ninguém fica olhando muito, não incomoda também quem está passando. Aí eu falei, vamos lá gente, aí eles toparam, que também é um dos meus lugares favoritos (L.A.)

O tipo de uso que mais se destacou durante as entrevistas foi o uso para lazer noturno, foi reforçado por alguns dos entrevistados o caráter acolhedor e diverso da rua, sobretudo na parte da noite, que faz com que pessoas com corpos discentes (pessoas racializadas, mulheres, pessoas LGBTI+, etc) encontrem na rua um local seguro para se divertirem, encontrarem seus amigos ou marcarem encontros românticos.

É um espaço acolhedor. É um espaço pra você fazer um date, fazer uma amizade, fazer uma "sapecação". Fugir da mamãe, se você é menor de idade. Um espaço muito bom, um espaço que se você viesse, você não seria... Sei lá, não se sentisse tão diferente ou diminuído, mas participando, sabe? (R.V.T.)

É pra todo mundo, independente de raça, cor, gênero, todo mundo.

Idade, todo mundo pode vir. (E.A.F.S.)

[...] eu acho um excelente lugar mesmo pra vir, pra tomar um chope com os amigos ali, pra ficar aqui apreciando a vista, acho um lugar bonito, principalmente agora depois dessa reforma. (M.O.)

Quem quer frequentar um restaurante frequenta, quem não quer quer trazer sua bebida, sua comida, sentar aqui e faz também. Então assim, pra qualquer tipo de classe social e isso é muito importante, é muito bom. (M.O.)

[...] eu já venho com mais frequência e sempre é pra reunir a galera. Eu junto com as minhas amigas, a gente pega um chope. Né? E tomar um chopezinho. (M.J.)

Apesar de a maior parte dos entrevistados apontarem a Rua como um local diverso e confortável, a separação hoje imaginária que antes era marcada pela rua, segue sendo perceptível na medida em que os bares se abrem e seus frequentadores chegam.

Um fato chamou atenção desde o momento que chegamos para a observação, que foi a frequência do policiamento e manutenção da segurança na área. Primeiro, pensamos que não haveria, depois, por volta das 11h, à medida que os bares iam sinalizando que abriram as portas para o atendimento ao público, a polícia iniciou sua ronda de moto. O que nos fez questionar qual a motivação para o policiamento neste horário apenas, tendo em vista que já haviam pessoas frequentando a rua desde o momento anterior à abertura dos bares.

A Base Móvel Floresta, localizada na esquina com a Rua Sapucaí e a Avenida Assis Chateaubriand, tem horário fixo de funcionamento, e as informações sobre a base, como horário de funcionamento e telefone, constam no *Google*. Verificamos que a base funciona de 14h à 00h, todos os dias. Além disso, pela conversa que tivemos com um dos entrevistados, que trabalha na base, pudemos verificar a relação do horário de funcionamento da base com os horários de funcionamento dos bares e demais comércios. O policial que conversou conosco afirmou que não frequenta a rua de manhã e está lá estritamente à trabalho, durante a tarde e à noite.

M.P.M.: Eu fico a tarde e a noite aqui, então vai de manhã não.

De manhã você não costuma passar aqui?

M.P.M.: De manhã não.

(Entrevista 08)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: ENTRELACES DO DIREITO À CIDADE, OS USOS E A PAISAGEM DA CIDADE

Conforme apontado ao longo dessa pesquisa, o projeto CURA, com seus murais de grafite na cidade de Belo Horizonte, pode ser considerado uma materialização do conceito de "direito à cidade" preconizado por Henri Lefebvre. Este conceito, que vai além do mero acesso à

propriedade, enfatiza o direito à participação ativa na produção e no uso do espaço urbano e à apropriação dos recursos e oportunidades da cidade, questionando a lógica mercantilista. Nesse sentido, nos diversos discursos das pessoas entrevistadas, a narrativa predominante foi a de transformação da cidade “cinza” em um lugar mais colorido, agradável, acolhedor, por meio dos murais do projeto CURA, reforçando a ideia de reapropriação do espaço urbano, como apontado por Lefebvre (2001 [1968]).

Nesse contexto, destacamos que as atividades do projeto CURA, um dos maiores festivais de arte pública da América Latina, aproximam-se da teoria de Lefebvre ao se comprometerem com a democratização da arte, transformando o espaço urbano de Belo Horizonte em uma galeria a céu aberto e convidando a comunidade a interagir com as obras por meio da observação da paisagem. A arte de rua, nesse contexto, atua como um "substantivo que desconcerta o superlativo da mercantilização da vida, do roubo do tempo, da privatização dos espaços públicos" (Traspadini, 2022, p. 175), buscando "curar" os sentidos e a cidade de uma lógica utilitária. A ocupação do hipercentro por meio dos murais pode ser interpretada, com base nos relatos das pessoas entrevistadas nesta pesquisa, como uma reivindicação do direito à centralidade visual e cultural, confrontando a proposta hegemônica de produção do espaço e promovendo uma cidade mais inclusiva.

Sendo assim, é possível afirmar que a percepção das pessoas entrevistadas sobre a paisagem composta pelos murais visíveis a partir da Rua Sapucaí é predominantemente positiva. A análise dos discursos das pessoas entrevistadas revelou que os murais são compreendidos como elementos que trazem "aconchego" e "detalhe" a uma "cidade de pedra", tornando-a "mais cultural e identitária". Há, assim, um forte sentimento de identidade e acolhimento em relação aos murais, que reforça a ideia de que o direito à cidade se efetiva pela reapropriação do espaço urbano "sem cores".

As pessoas entrevistadas, em geral, descreveram a Rua Sapucaí como um espaço "muito mais bonito visualmente", destacando a importância dos murais para a paisagem urbana da metrópole. Eles afirmaram que os murais "trazem arte, trazem beleza" e que a cidade fica “colorida e cheia de arte”, configurando-se como um "espaço acolhedor" para pessoas de diferentes gêneros, faixas etárias, raças e orientações sexuais. Enfim, embora nem todas as pessoas entrevistadas conhecessem o projeto CURA pelo nome, a percepção delas é que os murais contribuem significativamente para a experiência do espaço público, tornando a Rua Sapucaí um ponto turístico e um local de encontro e inclusividade.

Assim, é possível afirmar que o projeto CURA deixa, de fato, um legado palpável para a cidade e para a sua comunidade, conforme preconizado por seus idealizadores. Apesar de ser

um evento cultural e turístico, o projeto modifica a paisagem urbana e contribui de forma positiva para a vida comunitária, promovendo a arte como um dos elementos que compõem uma sociedade mais inclusiva e consciente.

Nesse ínterim, é necessário sublinhar algumas limitações desta pesquisa: seria necessário maior tempo para uma análise mais aprofundada sobre as contradições inerentes à turistificação da Rua Sapucaí, a partir do projeto CURA e da mudança da paisagem promovida pelos estabelecimentos comerciais “gourmetizados” nela instalados, e o real uso deste espaço por toda a população de Belo Horizonte e região metropolitana. Alguns apontamentos foram feitos neste texto e que apontam caminhos para possíveis reflexões em novas pesquisas: o fato de os policiais realizarem patrulhas na Rua Sapucaí somente à tarde e à noite, durante o funcionamento dos estabelecimentos comerciais; o fato de haver mais pessoas passantes no período da manhã e mais pessoas usufruindo do espaço da rua à tarde e à noite; e a barreira física representada pelo fechamento da Rua Sapucaí e a transgressão da regra feita por motoentregadores ao longo do dia.

Por fim, reafirma-se que os murais do projeto CURA podem ser considerados como uma das possíveis materializações do conceito de direito à cidade, conforme elaborado por Lefebvre. Outras materialidades e imaterialidades são necessárias e urgentes para a cidade de Belo Horizonte, entretanto, os murais com suas cores, suas histórias, suas autorias, configuram-se como uma forma de reapropriação do espaço urbano da metrópole.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas, RIBEIRO, Rafael Rajão. Histórias de bairros [de] Belo Horizonte : Regional Leste / coordenadores, Cintia Aparecida Chagas Arreguy, Raphael Rajão Ribeiro. – Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008.

BERQUÓ, Paula Bruzzi. A Ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte: entre rastros e emergências. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

BOELSUMS, Mariah. A cidade como suporte: o grafite no limiar entre a criminalização e a consagração. **PÓS**: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG, Belo Horizonte, v. 13, n. 29, p. 156–174, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/45484> Acesso em 08 jun. 2025.

CALEGARI, Gabriel Braga. **Imagem, dano e CURA**: cenas dissensuais em Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2023 (Mestrado em Psicologia), 100p. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/57584> Acesso em 09 jun. 2025.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.

FIGUEIREDO, Paula de Senna. Na Praça da Estação: ativismos urbanos e transformações espaciais a partir da cultura e do lazer. Belo Horizonte, 2020. 167 f.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. História de Belo Horizonte. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1832/>>. Acesso em: 19 jun. 2025

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000 [1974]).

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001 [1968]. Tradução: Rubens Eduardo Frias.

LIMA, Carolina Maria Soares. Arte, espaço público e exclusão: o circuito urbano de arte em Belo Horizonte/MG. **Anais do XIV ENANPEGE**, Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77537> Acesso em 09 jun. 2025.

NUNES, Dennys Henrique Miranda. O circuito urbano de arte de Belo Horizonte – CURA/BH: uma leitura geográfica. **Congresso Brasileiro de Geógrafos e Geógrafas**, 07 a 12 jul. 2024, São Paulo (anais), p. 1-12. Disponível em: https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1725839774_ARQUIVO_a1ec3191903fefde39e3a57902f877d0.pdf Acesso em 08 jun. 2025.

RIBEIRO, Raphael Vilas Boas Leonel. Cultura e criatividade: rua Sapucaí e a produção contemporânea do espaço.

PEREIRA, Josimeire Alves. Os herdeiros da “fazenda Bom Sucesso” e a população negra Na história de Belo Horizonte (MG). **Revista História, histórias**. Brasília, vol. 4, n. 8, 2016. ISSN 2318-1729.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, 308p.

TRASPADINI, Roberta. O CURA na cura dos sentidos: a arte de rua como substantivo em uma sociedade encharcada de superlativos. In: CURA-Circuito Urbano de Arte 2017-2020. Juliana Flores (coord). Belo Horizonte: Agência Cura, 2022, p. 167-175.

ANEXOS

Anexo I - Roteiro de entrevista semiestruturada

1. Você nos autoriza a gravar o áudio de sua entrevista? Qual o seu nome, sua idade e seu gênero? Você é de Belo Horizonte?
2. Qual a sua percepção sobre a rua Sapucaí?
3. Em sua opinião, qual a influência ou importância dos murais para a Rua Sapucaí?
4. Qual a sua opinião sobre os murais que podem ser vistos da Rua Sapucaí?
5. Você conhece o Projeto CURA?
6. Qual uso você faz da rua? Qual frequência você vem à Rua Sapucaí?

GT 2

**EDUCAÇÃO EM
DISPUTA**

Capítulo VII

ENTRE A RESSOCIALIZAÇÃO E A MORTIFICAÇÃO DO EU: A OFERTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (EJA) NAS PRISÕES DE MINAS GERAIS EM COMPARAÇÃO AO CENÁRIO NACIONAL (2022-2024)

Christianno Conceição Silva ¹

RESUMO

Este estudo investiga a oferta de educação formal no sistema prisional de Minas Gerais e as desigualdades de gênero no acesso à escolarização. Fundamentado na teoria da instituição total de Goffman e na criminologia feminista, o trabalho analisa dados secundários do INEP (Censo Escolar) e da SEJUSP/MG (2020-2024). Metodologicamente, utilizou-se análise descritiva para traçar o perfil educacional de entrada, Regressão Linear Simples para verificar resiliência da oferta de matrícula e Teste Qui-Quadrado para aferir a associação entre gênero e cobertura educacional. Os resultados indicam uma tendência de crescimento na oferta de vagas prisionais, contrariando a retração da EJA regular nacional, e revelam que as mulheres apresentam taxas de escolarização significativamente superiores às dos homens.

Palavras-chave: Educação Prisional; Gênero; Análise Quantitativa; Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

O sistema prisional é objeto de análise sobre diversas perspectivas, dentre elas, as problemáticas que envolvem a situação das mulheres encarceradas. A população carcerária feminina no Brasil vem crescendo consideravelmente nos últimos anos em torno de 5% segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas Penais (2023), e uma das questões mais relevantes e pouco exploradas é a relação entre a educação escolar ao longo da vida dessas mulheres e suas trajetórias que culminaram na prisão.

Dentro desse contexto, em referência aos dados estatísticos do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN em dezembro de 2022, a população carcerária do Brasil é de 648.692 mil pessoas, dos quais 4.24% são mulheres. Além disso, 27.81% deste montante são presas provisórias. No mesmo período, o Estado de Minas Gerais apresenta um total de 65.710 mil presos, dos quais 36.47% são presos provisórios, e a população feminina encarcerada corresponde 3.07% de presas.

Dessa forma, a experiência educacional desempenha um papel fundamental no que se refere ao desenvolvimento moral e a mobilidade social. No entanto, mulheres em situação de

¹ Bacharel em Ciências do Estado e Mestrando em Sociologia pela UFMG.

vulnerabilidade social muitas vezes enfrentam obstáculos impostos em seu acesso à educação formal, o que pode afetar sua capacidade de crescimento pessoal e profissional.

Ao longo da história, as mulheres foram submetidas a uma posição de dominação e exclusão social, deixando marcas que persistem até os dias atuais. Mesmo nos tempos atuais, vestígios dessa exclusão e invisibilidade ainda podem ser percebidos, o que reflete a necessidade contínua de esforços para alcançar a igualdade de gênero e a valorização plena das mulheres na sociedade. No entanto, “em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas” (PERROT, 2007, p.17).

Diante desse contexto, este trabalho se propõe a analisar dados estatísticos educacionais das mulheres encarceradas, utilizando dados estatísticos sobre o número de presas e suas escolaridades como fatores relevantes na compreensão de suas trajetórias que culminaram na prisão. Para isso, serão analisados dados estatísticos do nível de ensino das mulheres encarceradas no âmbito das instituições penitenciárias femininas e masculinas nas unidades prisionais do Estado de Minas Gerais.

Sendo assim, na educação prisional, é relevante ressaltar que se trata de uma via bidirecional, notada tanto pela oferta educacional quanto pela forma como é assimilada pelos detentas. A instituição prisional desempenha o papel de espaço onde ocorre o processo educativo, abarcando a rotina da unidade prisional e a organização escolar, o currículo lecionado, os materiais e recursos didáticos, bem como as particularidades que envolvem o ensino no sistema carcerário.

2. A PRISÃO E O INDIVÍDUO EGRESSO DO SISTEMA PRISIONAL

No Brasil, o sistema prisional é um tema de relevância e complexidade. A prisão, como uma das principais formas de punição para crimes, é destinada a promover a ressocialização e a segurança da sociedade. Entretanto, características como superlotação, condições precárias, violência e a falta de acesso a programas de reabilitação têm sido desafios persistentes. Dados do Departamento Penitenciário Nacional revelam que muitas prisões operam bem acima de sua capacidade, o que compromete as condições de vida dos detentos e dificulta qualquer esforço de reabilitação.

No entanto, o egresso penitenciário segundo Adorno et al (1984) carrega uma identidade virtualmente deteriorada, construída ao longo de um plano de vida em que a desvantagem e a desigualdade social podem ser o ponto de partida. O dia a dia são caracterizados pelo contato contínuo com a polícia e o sistema judicial, tornando o retorno à prisão uma inevitável lógica.

Nesse sentido, Goffman (2010, p.11) traz suas contribuições ao conceituar as prisões como instituições totais sendo “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.” Nestes locais normalmente tudo é realizado através de permissões e a comando para a condução da vida dos custodiados. Nesse contexto, os detentos têm pouca autonomia sobre suas rotinas diárias e são frequentemente submetidos a regras rígidas e punições.

Nessas circunstâncias, ocorre uma constante recusa, por parte da sociedade legítima, de qualquer declaração simbólica do valor do detento como um indivíduo, como mencionado por SYKES. Dessa forma, Sykes (1969, p. 19) destaca que este sujeito em “sua posição como um ser rejeitado pela coletividade é evidenciada a cada momento e nos seus raros contatos com membros da comunidade livre ele acha pouco alterar o quadro de si mesmo como um fora da lei”. Nessa realidade, a pessoa na condição de encarcerado vivenciam a mais cruel experiência de sua condição subalterna, especialmente ao recuperar seus direitos civis. Sendo assim, muitos ex-presidiários relatam dificuldades em serem aceitos de volta pela comunidade após cumprir suas sentenças, o que pode levá-los a se sentirem marginalizados e isolados.

Contudo, aprofundando em mais a relação dos indivíduos que entram em contato com o sistema de justiça criminal que sofrem com uma sujeição criminal destacado por Michel Misse (2010) que a formação do estigma criminal resulta continuamente de uma interpretação contextualizada entre os participantes, vinculada às ações julgadas como normais ou desviantes. Essa interpretação acontece durante o procedimento, não previamente a ele. A atribuição de alguém a uma categoria legal reconhecida não se resume a uma categorização direta, mas sim a um intrincado processo interpretativo que também abrange os poderes de definição da situação.

É essencial compreender que a sujeição criminal impacta não apenas a existência dos indivíduos envolvidos no sistema legal, mas também sua relação com a sociedade em geral. Essa sujeição restringe suas perspectivas futuras, complica a reconstrução de suas vidas de maneira positiva e limita suas oportunidades de transformação e reintegração social.

Dentro desse contexto, o sistema prisional brasileiro enfrenta diversos desafios, e a superlotação que são um dos mais preocupantes. Entre os grupos mais afetados, estão as mulheres, que constituem uma parcela significativa da população carcerária no País.

Além destas condições, os egressos enfrentam um processo de dor de estigmatização por ter passado pelo sistema carcerário. Segundo Goffman (2010, p.11) este processo de estigmatização muitas vezes são uma avaliação/classificação social desfavorável de não

conformidade com padrões sociais convencionais. Sinaliza imperfeição, desvantagens ou fragilidade física ou simbólica. Discrepância entre identidade social virtual ou real.

Nesse contexto, Erving Goffman promove uma análise do domínio da microssociologia evoluindo a compreensão da realidade. Em comparação realizado por Norbert Elias (2000) em seu trabalho “Os estabelecidos e os outsiders”, conduz uma investigação qualitativa explorando a interligação entre grupos classificados/categorizados, que evidenciam as consequências de uma pressão social sobre as pessoas, preservando a estrutura normativa existente. Essa abordagem de análise compreensiva também se assemelha à de Garfinkel (1984), que apresenta uma abordagem etnometodológica, destacando a importância da compreensão das tendências sociais.

Na linha de pesquisa de análise de Goffman da microssociologia teríamos como exemplo os egressos dos sistemas prisionais ao observar como esses indivíduos interagem em entrevistas de emprego ou em interações com colegas de trabalho, é possível entender como as etiquetas e estigmas sociais associados ao histórico criminal interagiram suas interações e oportunidades de reintegração.

Por este motivo, a construção social do gênero é um conceito complexo e multidimensional que se intersecta com outras categorias sociais, como raça, etnia e classe. As mulheres enfrentam diversas dificuldades na sociedade, e essas dificuldades são frequentemente agravadas por outras categorias sociais. A interseccionalidade é um conceito importante que nos ajuda a entender como as pessoas enfrentam preconceitos ao longo de múltiplas dimensões identitárias.

Dentro desse contexto, o sistema prisional brasileiro enfrenta diversos desafios, e a superlotação que são um dos mais preocupantes. Entre os grupos mais afetados, estão as mulheres, que constituem uma parcela significativa da população carcerária no País.

Piscitelli (2008) argumenta que a categoria mulher não é fixa e imutável, mas está constantemente sendo recriada. Nesse sentido, a construção social do gênero é um conceito complexo e multidimensional e que enfrentam diversas dificuldades na sociedade, e essas dificuldades são frequentemente agravadas por outras categorias sociais.

Contudo, a criminalidade das mulheres é um tema que tem sido abordado por diversas perspectivas, incluindo a criminologia feminista e a criminologia crítica. De acordo com a criminóloga Campos (2017), a criminologia feminista tem como objetivo discutir a criminalidade em relação ao gênero, levando em consideração as especificidades das mulheres. Ela destaca a importância de analisar a criminalidade feminina em tempos de guerra e paz, considerando os diferentes contextos em que as mulheres estão inseridas.

Sendo assim, a criminologia feminista destaca a importância de analisar a criminalidade das mulheres em diferentes contextos, levando em consideração as especificidades de gênero e as formas únicas de opressão que as mulheres enfrentam na sociedade. Por exemplo, as teorias feministas exploram como as experiências de violência de gênero, discriminação no mercado de trabalho e desigualdades estruturais podem influenciar o envolvimento das mulheres no crime. Essas teorias destacam que as mulheres são frequentemente empurradas para a criminalidade como uma forma de lidar com o abuso, a pobreza e outras formas de opressão.

Além disso, a criminologia feminista critica as abordagens tradicionais da criminologia, que muitas vezes negligenciam as questões de gênero e perpetuam estereótipos sexistas. Essa crítica enfatiza a necessidade de uma análise mais ampla e inclusiva da criminalidade, que leve em consideração as experiências das mulheres e as dinâmicas de poder de gênero que moldam suas vidas. Por exemplo, a criminologia feminista questiona as definições convencionais de crime e punição, destacando como essas definições refletem preconceitos de gênero e marginalizam as experiências das mulheres.

Por sua vez, a criminologia crítica amplia essa análise ao questionar as estruturas de poder e as desigualdades sociais que sustentam o sistema penal. Essa abordagem destaca como o sistema penal não apenas pune o crime, mas também reproduz e reforça as desigualdades existentes na sociedade. Por exemplo, a criminologia crítica examina como o sistema penal é seletivo em sua aplicação, direcionando-se de maneira desproporcional às comunidades marginalizadas, incluindo mulheres, pessoas negras e pobres.

Ambas as abordagens enfatizam a necessidade de políticas públicas e intervenções sociais que abordem as causas estruturais da criminalidade feminina, como a violência de gênero, a pobreza e a falta de acesso a oportunidades econômicas. Elas defendem uma abordagem mais holística e empática para lidar com o crime, que reconheça as complexidades das experiências das mulheres e trabalhe para criar uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

2.1. Educação carcerária: Dados preliminares e discussão de literatura

A análise da educação no contexto prisional exige, inicialmente, a compreensão do perfil dos sujeitos que habitam essas instituições. Ao cruzarmos os dados de escolaridade na admissão com as teorias sociológicas do desvio, torna-se evidente que a prisão não recebe

indivíduos aleatórios, mas seleciona aqueles marcados por uma trajetória de exclusão prévia. Os dados preliminares do sistema prisional mineiro revelam que a absoluta maioria da população carcerária (tanto masculina quanto feminina) ingressa no sistema sem ter concluído a Educação Básica, com uma concentração expressiva no Ensino Fundamental incompleto.

Este déficit educacional anterior ao cárcere corrobora a tese de Adorno et al. (1984) sobre a “identidade deteriorada”. Para estes sujeitos, a desvantagem social não é um acidente de percurso, mas o ponto de partida de uma biografia marcada pela ausência de oportunidades, onde a escola “lá fora” falhou em sua promessa integradora. A prisão, portanto, acaba por gerir os rejeitos de um sistema educacional excludente.

Contudo, ao observarmos a oferta de educação *dentro* das unidades prisionais, notamos um fenômeno paradoxal. Enquanto a sociedade tende a negar valor simbólico ao detento (Sykes, 1969), os dados de fluxo escolar em Minas Gerais (2020-2024) apontam para uma tendência de crescimento nas matrículas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) prisional, em contraste com a retração observada na rede pública geral. Isso sugere que, na “instituição total” descrita por Goffman (2010), a escola assume um papel ambíguo: serve tanto à disciplina e gestão do tempo “morto” da pena quanto oferece uma fenda de ressignificação para o sujeito.

Especificamente para as mulheres, a análise preliminar indica uma taxa de cobertura educacional proporcionalmente superior à dos homens. Se, como aponta Perrot (2007), a história das mulheres é marcada pelo silêncio e invisibilidade, a escola na prisão pode estar atuando como um raro espaço de visibilidade e agência. A sala de aula permite à mulher presa despir-se momentaneamente do estigma de “criminoso” para vestir a identidade de “estudante”, uma tentativa de recompor a autoimagem fragmentada pela punição penal. Assim, a educação carcerária não deve ser lida apenas como um dado estatístico de “ressocialização”, mas como um campo de disputa onde se jogam as possibilidades de sobrevivência subjetiva diante da rigidez da instituição total.

3. GÊNERO, PUNIÇÃO E EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

A interseccionalidade entre gênero, educação e prisões lança luz sobre a complexa teia de desigualdades enfrentadas por mulheres no sistema carcerário. Ao examinar a tabela 1 que detalham a população prisional em Minas Gerais, junho de 2022, e considerando as perspectivas de autoras como Piscitelli e Laqueur, é possível traçar conexões entre as experiências de mulheres encarceradas e as estruturas sociais que moldam suas vidas.

Tabela 1 - População Prisional em Minas Gerais, junho de 2022.

População feminina	População masculina
3.44%	96.56%

Fonte: Observatório de Segurança Pública MG

Piscitelli (2008), em seu trabalho sobre interseccionalidades, destaca como as mulheres são impactadas por diversas categorias de articulação, como gênero, etnia, classe social e migração. No contexto prisional, essas interseccionalidades amplificam as disparidades e acentuam as dificuldades enfrentadas por mulheres. A tabela que descreve a população prisional feminina por escolaridade revela um quadro multifacetado.

Mulheres analfabetas ou semialfabetizadas representam uma parcela significativa da população prisional feminina, refletindo uma interseção entre falta de educação e vulnerabilidade ao sistema criminal. Piscitelli (2008) argumenta que compreender essas categorias de articulação é crucial para abordar as desigualdades sistêmicas que perpetuam o ciclo de encarceramento feminino.

Ao mesmo tempo, as ideias de Laqueur (2001) sobre a construção social do gênero contribuem para a análise, oferecendo uma lente histórica que destaca como as normas de gênero moldam as experiências das mulheres na sociedade. A tabela que diferencia a população prisional total por escolaridade na admissão amplia essa perspectiva.

O número expressivo de mulheres com ensino fundamental incompleto ou analfabetas no momento da admissão destaca a relação entre falta de educação formal e as trajetórias que levam ao encarceramento. A compreensão da construção social do gênero, conforme proposta por Laqueur, nos leva a questionar como as expectativas sociais moldam as oportunidades educacionais disponíveis para as mulheres, contribuindo para a sua representação desproporcional nas prisões.

Confrontar a realidade das mulheres no sistema prisional exige uma abordagem interdisciplinar, considerando não apenas as políticas criminais, mas também os sistemas educacionais e as normas de gênero arraigadas na sociedade. Investir na educação feminina, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, pode representar um caminho fundamental para quebrar o ciclo de encarceramento e promover a equidade de gênero.

Lugones (2008) introduz o conceito de colonialidade de gênero para descrever como as relações coloniais se manifestam nas hierarquias de gênero. No contexto prisional, essa abordagem oferece uma perspectiva crítica sobre como as mulheres, especialmente aquelas de origens étnicas marginalizadas, enfrentam não apenas as estruturas penitenciárias, mas também as ramificações de uma história colonial que permeia as práticas sociais e de justiça.

Tabela 2 - População Prisional Feminina, por escolaridade, junho de 2022

Nível de ensino	Quantidade %
Analfabeta	2.46 %
Semialfabetizado	6.65 %
Ensino fundamental incompleto	68.73 %
Ensino fundamental completo	16.49 %
Ensino médio incompleto	23.57 %
Ensino médio completo	24.09 %
Superior incompleto	3.06 %

Fonte: Observatório de Segurança Pública MG

Ao considerar a tabela 2 que apresenta a escolaridade e idade na admissão à prisão, a análise de Lugones destaca como as mulheres, muitas vezes pertencentes a comunidades historicamente oprimidas, podem ter seu acesso à educação dificultado devido às estruturas coloniais persistentes. Isso evidencia a necessidade de abordar não apenas as desigualdades de gênero e educação, mas também as implicações da colonialidade que ampliam essas disparidades.

Combinando as perspectivas de Piscitelli, Laqueur e Lugones, emerge a compreensão de que a desigualdade de gênero no sistema prisional é intrinsecamente ligada a sistemas mais amplos de opressão e discriminação. A abordagem descolonial proposta por Lugones destaca a urgência de dismantlar as estruturas coloniais arraigadas que perpetuam a marginalização das mulheres.

Reforçando ainda que Piscitelli, Laqueur e Lugones enriquecem o diálogo, fornecendo ferramentas conceituais para entender não apenas os dados estatísticos apresentados, mas também as complexas dinâmicas sociais e históricas que moldam as experiências das mulheres encarceradas. Ao buscar soluções e políticas públicas, é imperativo considerar essas nuances para promover uma abordagem mais justa e igualitária no sistema penal e educacional.

4. METODOLOGIA

Para investigar a relação entre a demanda potencial por escolarização no sistema prisional e a oferta efetiva de vagas, bem como as disparidades de gênero nesse acesso, este trabalho adotou uma abordagem quantitativa de caráter descritivo e inferencial, fundamentada em dados secundários administrativos. A estratégia metodológica buscou operacionalizar os conceitos teóricos de exclusão e instituição total através de indicadores estatísticos robustos.

4.1. Fontes de Dados

A construção do corpus analítico baseou-se na triangulação de três fontes oficiais:

1. **Censo Escolar (INEP):** Foram extraídos os microdados referentes aos resultados das matrículas na EJA presencial (redes estaduais e municipais) para os anos de 2022, 2023 e 2024, permitindo comparar a tendência prisional com o cenário da rede pública geral.
2. **Dados de Estoque (SEJUSP/MG):** Utilizou-se a base do Observatório de Segurança Pública referente ao perfil da população prisional (escolaridade na admissão e sexo) em julho de 2023, essencial para dimensionar a demanda potencial e o nível de instrução prévio dos custodiados.
3. **Dados de Fluxo (DEP/SEJUSP):** Foram compilados relatórios mensais de matrícula em unidades prisionais e APACs de Minas Gerais, abrangendo a série histórica semestral de 2020 a 2024, para análise de tendência temporal.

4.2. Procedimentos de Análise

O tratamento dos dados foi realizado utilizando o software Jamovi, estruturado nas seguintes etapas:

- **Análise Descritiva:** Inicialmente, realizou-se o levantamento do perfil educacional de entrada, calculando-se frequências absolutas e relativas por nível de ensino e gênero. Esta etapa visou mensurar o *deficit* educacional acumulado antes do encarceramento.
- **Análise de Tendência (Regressão Linear):** Para verificar o comportamento da oferta de vagas ao longo do tempo, aplicou-se um modelo de **Regressão Linear Simples** ($Y = \beta_0 + \beta_1 X$), onde a variável dependente (Y) foi o total de matrículas e a independente (X) foi o tempo (semestres letivos). O objetivo foi testar se há uma tendência estatisticamente significativa de expansão ou retração da oferta escolar no sistema prisional mineiro.
- **Teste de Associação (Qui-Quadrado):** Para testar a hipótese de que o gênero influencia o acesso à educação na prisão, utilizou-se o **Teste de Independência Qui-Quadrado de Pearson (χ^2)**. Foi construída uma tabela de contingência cruzando as variáveis “Gênero” (Feminino/Masculino) e “Situação Escolar” (Matriculado/Não Matriculado) com dados de 2023. O teste buscou verificar se a distribuição das matrículas ocorre de forma aleatória ou se há uma associação

significativa entre ser mulher e estar na escola, dialogando com as teorias de gênero e punição.

5. RESULTADOS

5.1. ANÁLISE 1: REGRESSÃO LINEAR (Tendência de Matrículas 2020-2024)

5.1.1. Resultados 1: Estatística Descritiva

A tabela abaixo sumariza as variáveis fundamentais do modelo: o Tempo (variável preditora, mensurada em semestres de 1 a 10) e o volume de Matrículas (variável resposta).

A análise das medidas de tendência central revela um cenário de alta volatilidade na oferta educacional prisional. Observa-se uma média de **10.823** matrículas por semestre. Contudo, a **mediana** apresenta um valor superior (**11.750**). Essa discrepância estatística não é trivial: ela indica que a média aritmética foi “puxada” para baixo devido aos valores extremos mínimos registrados (Mínimo = **530** matrículas), reflexo direto da suspensão das atividades presenciais durante o pico da crise sanitária.

Além disso, o **desvio-padrão** elevado (**3.835,18**) quantifica a instabilidade institucional do período. Em termos sociológicos, isso demonstra que a oferta de educação na prisão, diferentemente da escola regular, sofreu oscilações drásticas, variando de um estado de quase inoperância (530 alunos) a picos de alta cobertura (Máximo = **14.500**), dependendo das condições de segurança sanitária e gestão interna.

Estatística Descritiva

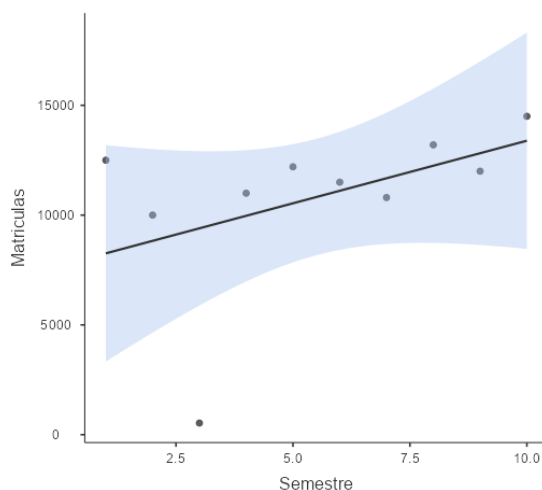
	N	Omisso	Média	Mediana	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Semestre	10	0	5.50	5.50	3.03	1	10
Matriculas	10	0	10823.00	11750.00	3835.18	530	14500

5.1.2. Resultado 2: Gráfico de Dispersão e Ajuste (Model Fit)

A inspeção visual do gráfico de dispersão permite compreender a dinâmica temporal da oferta educacional para além dos coeficientes frios.

A reta de regressão ajustada (linha azul) projeta a tendência estrutural de crescimento das matrículas ao longo dos semestres. No entanto, a dispersão dos pontos observados em relação a essa reta evidencia a “turbulência” do período. Nota-se claramente o “vale” profundo correspondente ao início de 2021 (o *outlier* visual na parte inferior), seguido por uma trajetória de recuperação íngreme.

A área sombreada, representando o intervalo de confiança de 95%, alarga-se consideravelmente em torno da média, ilustrando visualmente a incerteza e a variância introduzidas pela crise sanitária. O gráfico, portanto, não desenha uma linha reta de progresso, mas sim uma curva de resiliência: o sistema sofre um choque externo brutal, mas reorganiza-se para retomar sua tendência expansiva original.



5.1.3. Resultados 3: Modelo de Regressão Linear

Medidas de Ajustamento do Modelo

Medidas de Ajustamento do Modelo

Modelo	R	R ²
1	0.450	0.202

Nota. Models estimated using sample size of N=10

Coefficientes do Modelo

Coefficientes do Modelo - Matriculas

Preditor	Estimativas	Erro-padrão	t	p
Intercepto	7688	2482	3.10	0.015
Semestre	570	400	1.43	0.192

Análise da Regressão

A análise de regressão linear simples buscou avaliar a tendência de oferta de vagas educacionais no sistema prisional mineiro ao longo de 10 semestres (2020 a 2024).

- **Tendência Positiva:** O coeficiente angular (*Semestre*) apresenta um valor de **570** ($\beta=570$), indicando que, em média, o sistema adicionou cerca de **570** novas matrículas a cada semestre letivo no período analisado.
- **Impacto da Pandemia e Ajuste:** O coeficiente de determinação (R^2) de **0.202** revela que o modelo linear explica apenas cerca de 20% da variação dos dados. Juntamente com o valor de p (**0.192**), observa-se que o resultado não atinge significância estatística ao nível de 5%.
- **Interpretação Sociológica:** A ausência de significância estatística não denota inexistência do fenômeno, mas reflete a instabilidade introduzida pelo “outlier” severo do 1º semestre de 2021 (apenas 530 matrículas), visível no gráfico de dispersão. Este dado representa o choque exógeno da crise sanitária que interrompeu abruptamente as atividades presenciais. Sociologicamente, contudo, a retomada da curva ascendente nos semestres subsequentes confirma a resiliência da instituição escolar prisional, que em 2024 já superava os patamares pré-pandemia.

5.2. ANÁLISE 2: TESTE DE ASSOCIAÇÃO (Correlação)

Utilizando o arquivo “medidas de associação” como referência, aplicou-se o teste Qui-Quadrado (χ^2) para verificar a relação entre as variáveis categóricas Gênero e Acesso à Educação (Matriculado vs. Não Matriculado) no ano base de 2023.

5.2.1. Resultados 4: Tabelas de Contingência e Teste

Tabela de Contingência (Observada)

Os dados são ponderados pela variável **Contagem**.

Genero	Situacao_Escolar		Total
	Matriculado	Nao_Matriculado	
Feminino	543	2136	2679
Masculino	5604	57503	63107
Total	6147	59639	65786

	Valor	gl	p
χ^2	393	1	<.001

Testes χ^2			
	Valor	gl	p
N	65786		

Análise da Correlação (Associação)

O teste indicou uma associação estatisticamente significativa entre gênero e matrícula ($\chi^2= 392.1$, $p < 0.001$).

- **Interpretação:** Rejeita-se a hipótese nula de independência. A probabilidade de estar inserido em atividades escolares dentro da prisão varia significativamente conforme o gênero do custodiado.
- **Direção da Associação e Desigualdade:** A análise da tabela de contingência revela que as mulheres apresentam uma taxa de cobertura educacional de aproximadamente **20,3%** (543 matriculadas em um universo de 2.679), enquanto os homens apresentam uma taxa de apenas **8,9%** (5.604 em um universo de 63.107).
- **Inferência:** O teste confirma que, no sistema prisional de Minas Gerais, a mulher encarcerada tem mais que o dobro de chances (em termos proporcionais) de acessar a escola do que o homem. Esse dado corrobora a hipótese de que a prisão feminina possui uma dinâmica de controle e gestão do tempo distinta, onde a adesão aos programas educacionais pode ser interpretada tanto como uma estratégia de sobrevivência subjetiva quanto uma resposta às maiores pressões institucionais por "bom comportamento" que recaem sobre o gênero feminino.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da interseccionalidade entre gênero, educação e encarceramento revela uma realidade complexa, onde a escola prisional atua simultaneamente como instrumento de gestão da pena e espaço de resistência subjetiva. Este estudo, ao se debruçar sobre os dados educacionais do sistema prisional de Minas Gerais entre 2020 e 2024, evidenciou dinâmicas que desafiam o senso comum sobre a “falência da ressocialização”.

Embora o coeficiente angular aponte para uma tendência positiva de crescimento ($\beta=570$), o resultado não atingiu significância estatística ao nível de 5% ($p=0,192$), muito provavelmente devido ao tamanho reduzido da série histórica ($N=10$) e à forte variância introduzida pelo período pandêmico. Contudo, graficamente e substantivamente, observa-se uma recuperação da oferta educacional, sugerindo que a escola prisional possui uma dinâmica

de resiliência própria, capaz de se reorganizar após o choque externo da crise sanitária, o que reforça seu papel central na gestão da rotina carcerária.

Esse dado corrobora a perspectiva de Goffman sobre a “instituição total”, sugerindo que a expansão da escola no cárcere atende a uma lógica institucional própria: ela é funcional para a manutenção da ordem interna e gestão do tempo dos custodiados, ao mesmo tempo em que oferece ao indivíduo uma via de remição de pena e fuga da ociosidade forçada.

No que tange às disparidades de gênero, o teste de associação (Qui-Quadrado) confirmou que as mulheres acessam a educação proporcionalmente mais que os homens (taxa de cobertura de aproximadamente 20% contra 8%). Longe de indicar apenas uma “vantagem”, este achado deve ser interpretado à luz da criminologia feminista: a maior adesão feminina pode refletir uma resposta às pressões sociais mais intensas por conformidade e “bom comportamento” que recaem sobre a mulher presa, bem como uma estratégia vital de sobrevivência psíquica diante das dores do encarceramento.

Por fim, o perfil de baixa escolaridade na admissão reafirma a tese de Adorno sobre a “identidade deteriorada” construída antes mesmo da prisão. O sistema penal acaba por gerir os déficits deixados pelo sistema escolar em liberdade. Diante desse panorama, conclui-se que as políticas públicas para o setor não podem se limitar à expansão quantitativa de vagas, embora esta seja positiva. É necessário que a prática pedagógica dentro dos muros considere as especificidades de gênero e a trajetória de exclusão desses sujeitos, garantindo que a escola seja, de fato, um instrumento de emancipação e não apenas mais um dispositivo disciplinar da engrenagem punitiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. et al. *A personalidade autoritária*. São Paulo: Cortez, 1984.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. (Org.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Brasília: SENAPPEN, 2023.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Relatório anual de políticas penais**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Relatório estatístico mensal do sistema penitenciário**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022.

CARLEN, P. *As mulheres, o crime e a punição*. Lisboa: Fim de Século, 2007.

- GOFFMAN, E.** *Manicômios, prisões e conventos*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- GRACIANO, M.; SCHILLING, F.** A educação como forma de resistência no cárcere. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 3, 2008.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP).** *Microdados do Censo Escolar da Educação Básica: Matrículas na EJA Presencial (2022-2024)*. Brasília: INEP, 2024.
- LUGONES, M.** Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 9, p. 73-101, 2008.
- MINAS GERAIS.** Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Observatório de Segurança Pública. *Base de Dados: Perfil da População Prisional (2017-2024)*. Belo Horizonte: SEJUSP, 2024.
- MINAS GERAIS.** Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP). Diretoria de Ensino e Profissionalização. *Relatórios de Matrícula em Unidades Prisionais e APACs (2020-2024)*. Belo Horizonte: SEJUSP, 2024.
- MISSE, M.** Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 15, n. 28, 2010.
- PERROT, M.** *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PISCITELLI, A.** Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, 2008.
- SYKES, G.** *A sociedade dos cativos: estudo de um presídio de segurança máxima*. Rio de Janeiro: Vozes, 1969.

GT 3

**ENCARCERAMENTO
EM PAUTA**

Capítulo VIII

A SEPERAÇÃO DE MUNDOS: A PRISÃO ENQUANTO CAMPO ETNOGRÁFICO

Caetano Henrique Rodrigues Campos ¹

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo origina-se de um dos capítulos da monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A proposta consiste em uma adaptação de fragmentos dessa pesquisa, de natureza autoetnográfica, a fim de atender aos objetivos do presente seminário e contribuir para o debate sobre o sistema prisional brasileiro sob uma perspectiva antropológica.

Trata-se de uma análise que emerge da experiência empírica e existencial do autor enquanto sujeito pesquisador e, simultaneamente, pesquisado: alguém que vivenciou o encarceramento em dois modelos institucionais distintos: o Presídio de Viçosa e a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) entre abril de 2018 a julho de 2020. Durante dois anos e três meses em regime fechado, o autor registrou observações sistemáticas, narrativas cotidianas e dinâmicas relacionais que atravessam o universo prisional, compondo um retrato etnográfico singular desse espaço de confinamento.

O contraste entre as duas instituições nas quais fui inserido: uma sob a lógica do sistema prisional comum e outra sob o método apaqueano (APAC) oferece terreno fértil para refletir sobre as contradições entre a teoria e prática, o discurso e a realidade na execução penal brasileira. Evidenciam-se tensões entre o cumprimento e o descumprimento da Lei de Execução Penal (LEP), entre o direito e o dever, bem como as diferentes condições de gestão, custos e resultados no processo de ressocialização. Ao mesmo tempo, essa experiência direta revela o modo como o cárcere opera enquanto dispositivo de poder e exclusão, reproduzindo desigualdades e gerando efeitos que transbordam seus muros, atingindo famílias, comunidades, a sociedade e o próprio sistema de justiça.

A descrição etnográfica aqui apresentada busca captar as múltiplas dimensões do cotidiano prisional, seus espaços, ritmos, afetos, economias e linguagens, observando as

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). caetanohrc@gmail.com

relações entre pessoas privadas de liberdade, familiares, policiais penais, equipes técnicas e administrativas. Dessa forma, o campo prisional é compreendido como um espaço físico de confinamento, um microcosmo social, político e simbólico que reflete e reproduz estruturas mais amplas de desigualdade e controle na sociedade brasileira.

O objeto da pesquisa é o sistema prisional, analisado a partir de uma etnografia autoetnográfica desenvolvida dentro sistema prisional, com foco nas relações sociais, econômicas e subjetivas oriundas desses espaços. O estudo observa o cotidiano dos detentos, suas formas de sociabilidade, estratégias de sobrevivência, redes de poder, o funcionamento interno das instituições, do sistema judicial e os seus reflexos sobre e da sociedade.

O problema central da pesquisa reside em compreender como o sistema prisional captura corpos, destrói subjetividades e institui formas próprias de convivência, economia e poder, em meio a condições materiais e simbólicas de escassez, abandono e injustiças. Busca-se entender de que modo as relações de poder, os códigos informais e as práticas cotidianas estruturam a vida no cárcere e revelam as contradições entre os princípios legais da execução penal e a realidade concreta das prisões.

A hipótese que orienta este trabalho é a de que o cárcere funciona como um microcosmo da desigualdade social brasileira, (re)produzindo hierarquias e violências que atravessam a sociedade como um todo. Ao mesmo tempo, ele produz formas alternativas de sociabilidade, moralidade e economia, nas quais os sujeitos privados de liberdade criam estratégias de resistência, cuidado e sobrevivência diante da ausência e da falência do Estado. Assim, a prisão, além de refletir, amplifica as lógicas de violência, exclusão, invisibilidade e desigualdade que sustentam a estrutura social contemporânea.

1.1. OBJETIVOS

Diante do percurso empírico e do problema de pesquisa delineado, este artigo tem como objetivo geral analisar o sistema prisional brasileiro a partir de uma perspectiva autoetnográfica, compreendendo-o como um campo social de produção de subjetividades, relações de poder e economias da escassez, tomando como base a experiência vivida no cárcere. Busca-se, assim, compreender como o cárcere opera enquanto dispositivo de controle, exclusão e reorganização da vida social.

De modo específico, o estudo propõe descrever etnograficamente o cotidiano prisional em suas múltiplas dimensões: espaciais, temporais, afetivas e simbólicas, evidenciando os códigos de convivência, linguagens próprias e formas de organização social que estruturam a vida no cárcere. Pretende-se ainda analisar as relações de poder que atravessam esse universo,

considerando as interações entre pessoas privadas de liberdade, agentes institucionais, equipes técnicas e familiares, bem como investigar os efeitos do encarceramento sobre a subjetividade dos indivíduos, com ênfase nos processos de sofrimento psíquico, adaptação, resistência e reconstrução identitária.

O trabalho também se dedica a examinar as economias internas do sistema prisional, observando as dinâmicas de troca, reciprocidade e sobrevivência que emergem em contextos de escassez material e simbólica. Por fim, o estudo pretende evidenciar as tensões entre os dispositivos legais da execução penal e sua materialização concreta, interpretando o cárcere como um microcosmo que reproduz e intensifica as desigualdades estruturais da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que revela formas de sociabilidade, cuidado e resistência que emergem diante da ausência ou insuficiência do Estado.

2. ADENTRANDO O SISTEMA PRISIONAL

Ao adentrar o sistema prisional, a sensação imediata foi a de atravessar uma fronteira simbólica que separava o mundo dos vivos daquele dos esquecidos. Mais do que a perda da liberdade, tratava-se do confisco de todos os suportes que constituíam minha existência: nome, tempo, vínculos, planos, referências e até a própria continuidade da vida cotidiana. A prisão se apresentava, assim, como uma instituição total, entendida nos termos de Goffman (1988), como um espaço no qual indivíduos “cortados do mundo exterior por um período relativamente longo, levam em conjunto uma vida reclusa segundo modalidades explícita e minuciosamente regulamentadas” (p. 11). Nesse contexto, todas as dimensões da vida passam a ser administradas sob um mesmo teto, sob regras rígidas e vigilância constante.

Essa estrutura institucional produz aquilo que Goffman (1988) nomeia de mortificação do self, isto é, um processo sistemático de desintegração da antiga identidade social do indivíduo, substituída por uma nova identidade institucional. A entrada nesse espaço envolveu um verdadeiro rito de despojamento: corpo despido, agachamento pelado, retirada de objetos pessoais e acessórios, atribuição de um número de matrícula e perda imediata do direito de escolha sobre gestos básicos: comer, beber, dormir, andar, escutar. Esse conjunto de procedimentos gerou um sentimento de dissolução da biografia anterior, como se a pessoa que eu havia sido estivesse sendo progressivamente apagada.

A perspectiva dramatúrgica de Goffman (1988) auxilia a compreender a prisão como um teatro extremo. Cada detento é forçado a sustentar continuamente uma fachada, um conjunto de signos, posturas e performances socialmente reconhecíveis que garantem a sobrevivência dentro da lógica carcerária. Tal fachada, como o autor enfatiza, não exprime o self autêntico,

mas representa um papel pré-fabricado pela instituição e pela moralidade interna do cárcere. Nos primeiros dias, percebi que qualquer gesto, postura ou palavra poderia ser interpretado como ameaça, submissão ou desrespeito, exigindo vigilância constante sobre minha atuação, exatamente como descreve Goffman (1988): uma performance sem intervalo, sem bastidores, onde falhas ou palavras (até mesmo dar bom dia) podem acarretar confusões, punições ou agressões.

É nesse sentido que o sistema prisional opera como um dispositivo que restringe o corpo reconfigurando a própria subjetividade. Nas instituições totais, observa Goffman (1988), o indivíduo perde o controle sobre os mecanismos que sustentam sua identidade social, sendo compelido a incorporar uma persona institucional. Essa transformação é reforçada por uma plateia permanente: outros presos, agentes, câmeras, sons, estímulos manipulados, diante da qual a atuação precisa ser incessantemente ajustada. A prisão elimina a separação entre palco e bastidores proposta em *O jogo da vida cotidiana* (Goffman, 2002); no cárcere, não há espaço íntimo nem possibilidade de manejar diferentes audiências: tudo se dá sob a vigilância totalizante do olhar alheio.

Cada pequena ação, desde a forma de sentar, guardar objetos, arrumar a cama, comer, adquire significados simbólicos cruciais e é regulada por normas tácitas que organizam a vida coletiva. O desvio dessas normas pode implicar o conflito social e a “invalidação da fachada”, isto é, a destruição pública da identidade performada, gerando riscos à integridade física e moral do indivíduo. No interior da cela, vivi constantemente a tensão entre a imposição institucional e a tentativa de preservar traços de minha individualidade, mesmo sob um regime que buscava homogeneizar corpos e subjetividades.

Contudo, mesmo dentro desse aparato de dominação, emergiam o que Goffman (2002) denomina ajustamentos secundários: práticas discretas pelas quais os indivíduos buscam recuperar margens de autonomia. Desenvolvi rotinas próprias, escrevi quando era possível, meditei, observei silenciosamente os movimentos da cela. Esses pequenos gestos funcionavam como formas de resistência subjetiva, afirmando que, apesar do sistema atuar como “uma estufa para mudar pessoas” (Goffman, 1988), ainda havia em mim zonas de vida não completamente colonizadas. Eram esforços mínimos, mas fundamentais, para manter a integridade psíquica diante de um regime que, ao capturar corpos, busca igualmente destruir subjetividades.

No interior das instituições totais, como o sistema prisional, a vida social se organiza a partir de um rigoroso controle das interações, identidades e performances dos sujeitos. A partir da perspectiva dramaturgica de Goffman (1988), pode-se compreender a prisão como um

teatro extremo, onde os detentos são atores obrigados a sustentar uma “fachada”, um conjunto de signos e performances que validam uma identidade social aceitável, mesmo que precária ou artificial. Essa fachada, conforme Goffman (1988), não é expressão autêntica do *self*, mas um empréstimo da sociedade, um papel pré-estabelecido que o indivíduo precisa interpretar para sobreviver e evitar a desclassificação social.

Outro fenômeno recorrente era a colonização: presos que passavam a perceber a prisão como espaço mais estável que o mundo externo. A cela tornava-se casa; o pátio, quintal; a rotina, familiaridade. Essa “inversão de sentido” evidenciava, como diz Goffman (1988), a eficácia da mortificação do *self*. Ainda assim, pequenas brechas de humanidade persistiam: conversas sobre espiritualidade, compartilhamento de um cigarro, cuidados mútuos. Nessas “insurreições simbólicas”, reconheci a força de uma ética subterrânea que resistia à dominação.

O aparato disciplinar do cárcere, como analisa Foucault (2014), produz “corpos dóceis” (p. 164) a partir do controle minucioso dos gestos. O banho de sol era um ritual de humilhação: cabeça baixa, mãos para trás, o cão avançando sobre nós, o ranger áspero das portas ecoando como um “tic-tac” disciplinar de cela em cela. O mesmo se repetia em todas as movimentações internas, sempre com algemas e condução forçada, reafirmando o corpo como alvo da disciplina e da sujeição.

O mesmo aparato disciplinar descrito anteriormente se repetia em todas as movimentações dentro da unidade prisional, revelando uma coreografia sistemática de dominação. Transferências entre pavilhões, idas à enfermaria ou ao atendimento jurídico eram sempre realizadas com algemas e com a condução firme dos agentes pelos braços, configurando aquilo que só pode ser compreendido como uma “coreografia forçada de obediência”. Até mesmo o deslocamento dos detentos que estudavam seguia o mesmo padrão: fila indiana, entrada na sala de aula algemados, e vigilância constante. Tal dinâmica evidencia que, em vez de produzir corpos “dóceis e produtivos”, como descreveu Foucault (2014), a prisão contemporânea opera, nos termos de Wacquant, como um mecanismo destinado à “neutralização brutal, retribuição automática e simples armazenamento”. (2012, p. 22)

A lógica disciplinar também se manifestava na chamada “conferência das grades”, realizada três vezes por semana. Agentes percorriam todas as celas golpeando com cassetetes as barras de ferro das janelas e das cambraias (portões), gesto que, embora justificável como procedimento de segurança, produzia uma violência sonora cotidiana. O estardalhaço metálico criava um ambiente de permanente alerta, funcionando como instrumento de intimidação, tortura e controle psicológico. Esse tipo de atmosfera, marcada por medo, exaustão sensorial e vigilância absoluta, aproxima-se do que Mbembe (2018) conceitua como necropoder: a

produção de “mundos de morte” e de existências em estado liminar, em que sujeitos são transformados em “mortos-vivos”, vivendo sob um regime que embaralha “resistência e suicídio, sacrifício e redenção” (p. 50).

Como explicita Foucault (1988), trata-se de uma “anatomopolítica do corpo humano” (p. 189), em que cada gesto, da alimentação ao sono, é regulado por uma microfísica do poder que se infiltra nos detalhes da vida. A vigilância, assim, não opera apenas por grandes dispositivos punitivos, mas por pequenas interdições, silêncios, gestos obrigatórios e normas invisíveis que moldam posturas, expressões e até mesmo a forma de caminhar. O sujeito é, desse modo, desposuído de si e reinscrito como corpo-controlado, corpo-suspeito.

Esse processo se intensifica quando se observa o controle minucioso sobre objetos cotidianos. Escovas de dente, travesseiros, papel, caneta e outros artefatos ordinários tornam-se elementos regulados e vigiados pela instituição. A restrição de uso ou posse desses itens opera como mecanismo de domesticação e reforça a impossibilidade de preservar um espaço íntimo ou um gesto mínimo de autocuidado e conforto. Assim como Goffman (1988) descreve nas instituições totais, o presídio administra toda a vida do indivíduo sob um regime de regras absolutas, proibindo até mesmo os objetos mais banais em uma lógica de exceção permanente.

Nesse universo simbólico em que a normalidade é suspensa, o cárcere promove o confinamento físico, produzindo subjetividades. O processo de mortificação do eu, como aponta Benelli (2014, p. 28), ocorre por procedimentos padronizados, que desconstroem a identidade anterior e instauram uma nova forma de existência marcada pela submissão, pelo estigma e pela vigilância. A vida cotidiana, permeada por coerções diretas e indiretas, reconfigura sentidos, rotinas e percepções, fazendo do cárcere uma máquina de sujeição e de produção de sujeitos sob controle.

A vigilância e a interdição contínuas no cárcere atingem o corpo como objeto de controle comprometendo profundamente a experiência subjetiva da corporeidade. Na perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty, o corpo é “o veículo do ser no mundo” e ter um corpo significa “juntar-se a um meio definido, confundir-se com certos projetos e empenhar-se continuamente neles” (2011, p. 122). No ambiente prisional, porém, esse corpo vivido é progressivamente desfeito. Transformado em instrumento funcional, medido, vigiado, condicionado e disciplinado, ele perde sua condição originária de ser-no-mundo e se converte em corpo administrado, incapaz de habitar plenamente a própria existência.

A impossibilidade de dispor de si mesmo, seja por restrições de objetos pessoais, pela limitação dos gestos ou pelo controle minucioso sobre ações cotidianas, produz uma ruptura entre o corpo vivido e o corpo controlado. O detento deixa de experienciar seu corpo como

extensão sensível da liberdade e passa a percebê-lo como território sitiado pela instituição. A privação de escolhas elementares, como a forma de dormir ou de organizar seus pertences, transforma o corpo em espaço de constante intrusão e vigilância, rompendo sua continuidade com o mundo e reduzindo-o a um campo de obstáculos. A prisão, nesse sentido, produz sequelas fisicamente, como também ontologicamente, restringindo a própria possibilidade de existir de modo encarnado.

A redução do corpo à função institucional revela um poder que ultrapassa a disciplina e atinge dimensões necropolíticas. Como afirma Mbembe, “a necropolítica é a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (2018, p. 122), algo que se manifesta no cárcere não apenas nas mortes efetivas, mas também na produção de vidas suspensas, esvaziadas de direitos e reconhecimento. Esse processo convive com o que Arendt (1999) denominou “banalidade do mal”. Para a autora, “o mal pode ser cometido por pessoas comuns, que não são monstros, mas funcionários que cumprem ordens” (1999, p. 147). No sistema prisional, essa banalização aparece na figura de agentes que executam protocolos de humilhação como se fossem meras tarefas administrativas, degradando subjetividades sob o pretexto da segurança. A violência institucional, portanto, não é exceção, mas um mecanismo ordinário que molda subjetividades e organiza a experiência prisional.

Nesse cenário, a violência interna entre os próprios presos torna-se um elemento estruturante do cotidiano. A superlotação, a tensão constante e a precariedade material alimentam conflitos que rapidamente se transformam em “problemas”: dívidas, rivalidades, perseguições, insinuações e ameaças, muitas vezes impulsionadas pela penúria emocional e pela paranoia que atravessam a vida encarcerada. Esses conflitos não se encerram nos muros do presídio, ao contrário, transbordam para as ruas, onde se desdobram em tentativas de homicídio e assassinatos motivados por disputas e conflitos muitas vezes originadas no interior do cárcere. Assim, a violência prisional cria um circuito contínuo entre dentro e fora, reforçando a lógica necropolítica que administra vidas e mortes tanto no espaço institucional quanto no tecido urbano.

Dessa forma, as intersecções entre a mortificação do self analisada por Goffman (1988), a microfísica do poder descrita por Foucault (2014), a noção de corpo vivido em Merleau-Ponty (2011), a necropolítica de Mbembe (2018) e a banalidade do mal em Arendt (1999) permitem compreender o cárcere para além de um espaço de confinamento físico. Trata-se de um território onde forças materiais e simbólicas operam de maneira sistemática para desumanizar, controlar e corroer subjetividades. A cela se expressa, assim, como estrutura arquitetônica, e como campo ontológico no qual o ser é continuamente desmontado, capturado e reduzido.

A estrutura de desumanização do cárcere, embora profundamente violenta, não elimina por completo a possibilidade de resistência subjetiva. Nesse ponto, a perspectiva existencial de Viktor Frankl (2011) torna-se fundamental ao afirmar que, mesmo em situações extremas, resta ao sujeito a liberdade interior de escolher sua atitude. Como afirma o autor: “tudo pode ser tirado de um homem, exceto uma coisa: a última das liberdades humanas, escolher a sua atitude em qualquer circunstância, escolher o seu próprio caminho” (Frankl, 2011, p. 86). No ambiente prisional, essa liberdade não se expressa como rebelião, mas como resistência silenciosa, empatia e compaixão diante da privação e da vigilância contínua. Mesmo sob escassez de objetos, repetição mecânica dos dias e ausência de afeto, o sujeito pode resignificar sua experiência e manter brechas de sentido que escapam à lógica disciplinar.

A articulação entre Frankl (2011) e Foucault (2014) evidencia o cárcere como um campo de tensões ontológicas: de um lado, a tentativa de reificação do preso, de outro, a persistência do humano que busca sentido, memória e futuro. A cela funciona, simultaneamente, como dispositivo técnico de contenção e espaço liminar de produção e destruição de sentidos, onde o sujeito confronta a própria condição de existência.

Outro aspecto da economia do sofrimento prisional era o uso recorrente de medicamentos. Muitos detentos solicitavam analgésicos e anti-inflamatórios, não por dores específicas, mas para anestesiar o sofrimento psíquico do confinamento. A distribuição, geralmente aleatória e sem supervisão médica, funcionava como um sedativo social. Também havia o xarope de damasco, consumido mais pelo sabor doce e pela sensação de consolo do que por necessidade terapêutica.

Os medicamentos controlados destinados ao sono, conhecidos como “queijinho”, possuíam alto valor material e simbólico entre os presos. Embora enviados pelas famílias com prescrição médica, sua distribuição pelos agentes era marcada por disputas internas, funcionando como moeda de troca. Dormir tornava-se um privilégio farmacológico. Mais do que descanso, era uma fuga temporária da vigilância incessante do regime fechado.

O uso de psicotrópicos, contudo, não se restringia aos internos. A partir dos relatos dos próprios agentes e de dados aos quais tive acesso ao organizar documentos, estimei que cerca de 80% deles fazia uso regular de remédios controlados para ansiedade, insônia e depressão, além de apresentarem frequentemente afastamentos médicos. Esse quadro revelava que a prisão também atuava sobre seus operadores, que, ao exercerem a violência institucional e estar sob extrema pressão, tornavam-se igualmente atravessados por seus efeitos psíquicos e pelas consequências desse ambiente. Assim, o cárcere configurava-se como um espaço de sofrimento compartilhado, no qual as fronteiras entre vítima e algoz se tornavam difusas. Como

afirma Goffman, “nos estabelecimentos totais, todos são transformados: internos e funcionários, ainda que de maneiras distintas” (1988, p. 33).

2.1. A arquitetura do enclausuramento: mapeando o território prisional

A estrutura do Presídio de Viçosa, para além de seus muros e grades, configurava uma arquitetura simbólica onde o espaço materializava a lógica do poder e da segregação. Conforme Michel Foucault (1987), a prisão funciona como um diagrama de poder que regula corpos por meio da vigilância constante e da fragmentação espacial. Tempo, movimento e relações eram rigidamente controlados.

O presídio possuía 21 celas, organizadas em diferentes regimes e funções. As celas de 1 a 10 constituíam o núcleo do regime fechado, marcadas por superlotação extrema: cerca de 17m² ocupados por até 24 homens. Esse adensamento criava uma “coreografia da sobrevivência”, na qual dormir, circular ou simplesmente existir tornava-se uma disputa política pelo espaço. A cela 6, destinada aos estigmatizados, evidenciava a inscrição espacial de uma moralidade interna. Outras celas abrigavam menores, doentes e visitas íntimas, compondo uma geografia de exclusão progressiva que se estendia até as celas externas associadas ao semiaberto.

Dentro das celas, a organização seguia hierarquias próprias: “jegas” (leitos de concreto), “cantos” e a “praia” (chão coletivo), distribuídos segundo antiguidade e relações de poder. Essa economia espacial articulava-se a uma economia moral baseada em trocas, favores e reciprocidades, aproximando-se do sistema da dádiva descrito por Marcel Mauss (2003). Como observou Karina Biondi (2010), a prisão produz sistemas próprios de regulação e justiça, paralelos ao Estado.

A superlotação e o confinamento intensificavam a vigilância mútua. O corpo tornava-se simultaneamente alvo e instrumento de controle, em consonância com a noção foucaultiana de panoptismo. Esse regime era reforçado pela materialidade dos objetos e pela gestão minuciosa do cotidiano: escovas reduzidas, canetas adaptadas, ausência de travesseiros. Cada item era potencialmente perigoso, produzindo uma pedagogia da suspeita e da docilização.

Nesse cenário, o uniforme vermelho da SEAP operava como tecnologia de visibilidade. Conforme teorias da cor e da percepção, o vermelho intensifica a atenção e produz sobrerrepresentação visual. Em um ambiente saturado de corpos e olhares, essa cor ampliava a hipervisibilidade e reforçava a vigilância horizontal e vertical, convertendo o corpo preso em signo permanente de controle. A rotina era estruturada por rituais cotidianos: refeições,

faxinas, banho de sol, futebol, entrega de sacolas e visitas. As refeições funcionavam como marcador temporal, organizando o dia em ciclos de espera. Esse regime temporal reforçava o que Foucault denomina “anatomopolítica”: a disciplina dos corpos por meio da regulação dos ritmos vitais.

Mesmo nesse contexto de controle, emergiam táticas de resistência. Inspirados no que Michel de Certeau (1994) denomina “artes de fazer”, os presos reinventavam o cotidiano por meio de improvisos materiais, redes de solidariedade e estratégias simbólicas de sobrevivência. A sacola, por exemplo, assumia valor afetivo e político, conectando o dentro e o fora.

As noites, marcadas por ruídos, vigilância e medo, produziam uma subjetividade de hipervigilância permanente. Dormir tornava-se um ato precário. Ainda assim, nesse espaço de violência e escassez, surgiam vínculos, solidariedades e formas coletivas de resistência.

A experiência do cárcere, nesse sentido, configura-se como um rito de passagem, nos termos de Arnold Van Gennep (1978): uma fase liminar de ruptura com o mundo exterior, onde identidades são desfeitas e reconfiguradas. Entre controle e invenção, disciplina e resistência, o território prisional revela-se como um microcosmo que condensa e intensifica as dinâmicas de poder, desigualdade e produção de subjetividades na sociedade brasileira contemporânea.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de base autoetnográfica, na qual a experiência pessoal torna-se o caminho de acesso a processos socioculturais mais amplos. Em consonância com Bourdieu (1998), parto do princípio de que o pesquisador não se separa da própria vida: “A reflexão acerca da realidade é um trabalho constante e tende a se misturar com o papel do intelectual no mundo social em que ele vive” (p. 239). Assim, o percurso vivido no cárcere constitui simultaneamente objeto, método e campo de investigação.

A autoetnografia é aqui compreendida como intersecção entre o autobiográfico e o cultural, tal como afirmam Versiani (2005; 2020) e Gama et al. (2021), que a definem como uma metodologia que converte “o impulso autobiográfico e a análise etnográfica” (p. 4). Essa perspectiva permite analisar como silenciamentos, resistências e processos de subjetivação emergem em contextos-limite, como a prisão, compreendida também como espaço-tempo liminar no sentido de Turner (1974).

A ancoragem fenomenológica orienta a descrição do vivido, entendendo, com Husserl (2006), a experiência como relação intencional entre consciência e mundo; e, com Merleau-Ponty (2011), o corpo como via privilegiada de acesso ao campo. No contexto prisional, marcado por confinamento extremo, vigilância contínua e ausência de distanciamento, o corpo

do pesquisador não observa o campo: ele é o campo. A narrativa busca, portanto, alcançar uma descrição densa (Schütz, 2012) que torne inteligível a articulação entre biografia, estrutura social e vida coletiva.

Ricoeur contribui ao destacar que narrar é produzir significação, pois “contar é tornar presente o passado [...] e sempre uma construção da identidade do sujeito narrador” (2007, p. 74). A escrita torna-se, assim, instrumento de elaboração e também dispositivo epistemológico, atravessado pelo que Larrosa (2002) define como experiência aquilo que nos transforma e pelo que Evaristo (2011) compreende como ato político de dar forma à memória e à dor.

A autoetnografia assume uma posição crítica diante da sociedade contemporânea, marcada pela aceleração e pelo esvaziamento do acontecimento (Deleuze, 1997; Han, 2015). Em oposição a tal lógica, a metodologia reivindica um saber da experiência, entendido, como afirma Bondía (2002), como “particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal” (2002, p. 28). Produzir conhecimento a partir da própria trajetória torna-se então exercício ético no sentido foucaultiano do cuidado de si, que, segundo Revel (2005), envolve experiências e técnicas que o sujeito elabora e que o ajudam a transformar-se a si mesmo.

A observação participante ganha intensidade radical no cárcere. Como sustenta Roberto Cardoso de Oliveira (1996), compreender o outro “de dentro” exige um olhar implicado, o que aqui se torna inevitável, já que o pesquisador encontra-se submetido às mesmas regras e sofrimentos dos demais presos. A memória, nesse processo, deixa de ser mero depósito de fatos para tornar-se prática interpretativa que articula temporalidades e produz inteligibilidade (Ricoeur, 2007).

Ao escrever desde o corpo marcado pela violência, pela tortura, pela privação de luz solar, pelo confinamento e pela luta cotidiana por sobrevivência, assumo uma metodologia que não busca neutralidade, mas implicação. Como destacam Gama et al., são pesquisas “que apostam na forte reflexividade [...] e que apresentam experiências que extrapolam aquelas das pessoas que narram” (2021, p. 5). A narrativa constitui-se, assim, como inscrição política, epistêmica e ética das formas de vida produzidas no cárcere.

Por fim, a metodologia articula tais vivências com a teoria social, em especial com Bourdieu (2011), para quem o habitus resulta das condições de existência e tende a naturalizar a dominação. O cárcere, como campo social extremo, molda disposições, percepções e práticas que organizam a sobrevivência e internalizam mecanismos de controle. Ao mesmo tempo, permite identificar brechas de autonomia, espiritualidade e reconstrução, que a escrita autoetnográfica busca iluminar.

Dessa forma, a metodologia deste trabalho se consolida como um processo reflexivo e dialógico, no qual vida, teoria e escrita se entrelaçam para produzir uma análise que é simultaneamente testemunho, crítica social e elaboração antropológica. Trata-se de uma sociologia feita desde dentro, no coração das contradições do cárcere e das possibilidades de transformação subjetiva que dele emergem.

4. RESULTADOS

A análise autoetnográfica realizada a partir das experiências no Presídio de Viçosa e na APAC evidencia que o cárcere brasileiro funciona como uma instituição total, orientada pelo controle dos corpos e pela gestão das subjetividades. Observou-se que o encarceramento promove uma reorganização profunda da vida social, econômica e psíquica dos sujeitos, configurando um microcosmo que reproduz as desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

No plano psicossocial, identificaram-se estados recorrentes de angústia, medo e hipervigilância, associados à reatualização de experiências primárias de desamparo e à ativação de mecanismos de defesa psíquica. As subjetividades formadas nesse contexto caracterizam-se pela instabilidade emocional, oscilando entre retração, agressividade e regressão afetiva, além da presença de ressentimento e impulsos destrutivos.

No plano sociocultural, constatou-se a construção de sistemas próprios de sociabilidade, moralidade e economia interna, organizados por códigos, hierarquias e redes de troca que regulam o cotidiano prisional. Essas dinâmicas configuram uma ordem social paralela, que ao mesmo tempo reproduz e reconfigura as desigualdades externas.

A comparação entre o sistema prisional comum e o modelo APAC revelou diferenças significativas nas condições de gestão, nas práticas institucionais e nos efeitos sobre os sujeitos. Enquanto o modelo tradicional se estrutura na lógica punitiva e na precarização, a APAC apresenta práticas voltadas à corresponsabilidade, ao trabalho e à valorização da dignidade humana, ainda que não esteja isenta de contradições e limites.

Por fim, mesmo em meio à violência estrutural, foram identificadas formas de resistência e produção de sentido, expressas em redes de solidariedade, práticas religiosas, vínculos afetivos e estratégias cotidianas de sobrevivência e cuidado.

5. DISCUSSÃO

Os resultados obtidos permitem compreender o cárcere como um dispositivo biopolítico de gestão da marginalidade, cuja função central não é a ressocialização, mas a contenção de

populações vulnerabilizadas. A prisão revela-se, assim, como uma expressão coerente de um modelo social excludente, no qual a punição opera como tecnologia de controle e manutenção de desigualdades.

Do ponto de vista subjetivo, a intensificação do sofrimento psíquico e a produção de estados de angústia permanente evidenciam a incapacidade do sistema prisional de promover condições mínimas de elaboração simbólica e reconstrução existencial. A ausência de mediações institucionais e de políticas de cuidado contribui para a reprodução de ciclos de violência, ressentimento e exclusão.

No plano sociocultural, a emergência de uma ordem social interna demonstra a potência criativa dos sujeitos diante da escassez e do abandono, mas também evidencia como o cárcere reproduz, em escala reduzida, as hierarquias e desigualdades da sociedade mais ampla. As práticas de sociabilidade e economia interna funcionam simultaneamente como estratégias de sobrevivência e como mecanismos de reprodução de poder.

A comparação entre os modelos institucionais indica que experiências alternativas, como a APAC, podem produzir efeitos distintos na subjetividade e nas trajetórias dos sujeitos, ao introduzirem elementos de corresponsabilidade, trabalho e reconhecimento. Contudo, tais iniciativas permanecem tensionadas pelos limites estruturais de um sistema penal fundamentado na lógica punitiva.

Diante disso, a análise aponta para a necessidade de uma revisão crítica do papel do cárcere na sociedade contemporânea. Superar o modelo vigente implica deslocar o eixo da punição para práticas de justiça restaurativa, políticas de cuidado e estratégias de inclusão social, reconhecendo que a prisão, tal como se configura atualmente, não representa uma falha do sistema, mas a sua própria expressão mais acabada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho permitem compreender o cárcere como um marco biográfico e existencial de profunda inflexão, que reorganiza trajetórias, identidades e modos de estar no mundo. A experiência prisional revelou-se como um território liminar, no qual a identidade é suspensa e o sujeito é lançado em um processo de reconstrução interior, possibilitando simultaneamente uma vivência encarnada e um olhar etnográfico sobre si e sobre o coletivo.

Do ponto de vista antropológico, o cárcere se apresenta como um campo cultural próprio, estruturado por códigos, linguagens e formas de sociabilidade específicas. Contudo, esse universo é atravessado por uma condição de anomia social, marcada pela ruptura das

normas, pela arbitrariedade institucional e pela naturalização da violência. Nesse cenário, a prisão opera como uma miniatura do Estado, onde se intensificam dispositivos de poder, controle e vigilância sobre os corpos e as subjetividades.

A análise evidencia que o sistema prisional brasileiro funciona como uma instituição total de caráter biopolítico, cuja finalidade não é a ressocialização, mas a gestão da marginalidade e a contenção de populações vulnerabilizadas. O cárcere emerge, assim, como expressão coerente de uma ordem social desigual, que administra a exclusão por meio da disciplina, da vigilância e do sofrimento institucionalizado.

Dessa forma, conclui-se que a prisão não constitui uma falha do sistema, mas sim sua manifestação mais acabada. Sua existência revela os limites éticos de um modelo civilizatório que privilegia a punição em detrimento do cuidado, a exclusão em vez da transformação, e o controle em lugar da dignidade humana.

Como horizonte crítico e propositivo, este trabalho aponta para a necessidade de reimaginar as formas de justiça e cuidado social, investindo em práticas restaurativas, políticas públicas inclusivas e alternativas ao encarceramento, que reconheçam a complexidade dos sujeitos e promovam, de fato, processos de reconstrução de vidas e vínculos sociais.

REFERÊNCIAS

BENELLI, S. J. Goffman e as instituições totais em análise. In: BENELLI, S. J. *A lógica da internação: instituições totais e disciplinares (des)educativas*. São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 23–62.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima (org.). *Escrevivência: a escrita de nós*. Belo Horizonte: Mazza, 2011. p. 11–22.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANKL, Viktor E. *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. Tradução de Walter O. Schlupp e Carlos Ginzburg. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GAMA, Maria Gabriela et al. Apresentação - Autoetnografias, escritas de si e produções de conhecimentos corporificadas. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n. 37, e21300, 2021.

- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- HUSSERL, Edmund. *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*. Tradução de Márcio Suzuki. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28, jan./abr. 2002.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- REVEL, Judite. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SCHÜTZ, A. *A fenomenologia do mundo social*. Tradução de George Schlesinger. Petrópolis: Vozes, 2012. TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VERSIANI, Daniela. Cartografias de uma escrita indisciplinada: entre a formação do pesquisador e a pesquisa-formação. *Revista Currículo sem Fronteiras*, v. 20, n. 2, p. 683-707, maio/ago. 2020.
- WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

Capítulo IX

PARTICIPAÇÃO SOCIAL E O ENFRENTAMENTO DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES PARA A GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA DO PLANO PENA JUSTA

Márcia Lopes Ferreira ¹
Gabrielle Pereira Soares ²
Sidnelly Aparecida de Almeida ³

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta.

Nelson Mandela

1. CONTEXTUALIZAÇÃO: CRISE ESTRUTURAL E MECANISMOS DE GOVERNANÇA NO PLANO PENA JUSTA

A presente pesquisa propõe uma análise sobre o papel dos mecanismos e instituições vinculados ao sistema penal, bem como os desafios para democratização da política prisional, no contexto da segurança pública, a partir principalmente da participação e controle social na implementação do Plano Nacional Pena Justa⁴, voltado ao enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas prisões brasileiras (ECI), impulsionado pela Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347 reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e instituído em 2025 pelo Conselho Nacional de Justiça em colaboração direta do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Embora o objeto de estudo seja de âmbito nacional, a análise ancora-se na realidade de Minas Gerais, estado em que as autoras atuam como servidoras no âmbito do sistema prisional e na área de educação, permitindo uma visão técnica e territorializada dos desafios de governança.

¹Assistente Social, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas e Analista Executivo de Defesa Social da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais. E-mail: marciaas168@gmail.com Telefone: (31) 99204-1410.

²Historiadora, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas e Professora da Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais. E-mail: gabriellepsoares2010@gmail.com Telefone: (31) 99806-5220.

³Psicóloga, Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC Minas e Analista Executivo de Defesa Social da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais. E-mail: sidnellyalmeida@gmail.com Telefone (31) 98556-8118.

⁴Arquivo em PDF: Pena Justa – Plano Nacional para o Enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional nas Prisões Brasileiras – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 347. fevereiro/2025

A viabilidade do Plano Nacional ancora-se em critérios de gestão integrada voltados à mitigação das violações de direitos nas prisões brasileiras. De acordo com os parâmetros definidos em sua homologação:

Apresenta uma abordagem integrada e tem o propósito de enfrentar o estado de coisas inconstitucional no sistema prisional brasileiro, com a adoção de medidas concretas para aprimorar o controle de vagas, a progressão de regime, e a saída das pessoas privadas de liberdade, além de fortalecer a reintegração social e prevenir a reincidência das graves violações de direitos (STF, 2025, p. 02).

Pensar a política prisional brasileira, demanda diálogos transdisciplinares e intersetoriais, considerando a complexidade da custódia de pessoas envolvidas com práticas delitivas. O Plano Pena Justa representa neste contexto um conjunto de medidas que visam uma reforma estrutural no enfrentamento da crise instalada no sistema prisional, marcada pelo hiperencarceramento, pela violação sistemática de direitos humanos e, sobretudo, pela seletividade penal racista que ainda predomina na esfera penal brasileira (Borges, 2019). Inspirado na crítica às instituições totalitárias e de controle (Goffman, 2010; Foucault, 2008), o estudo foca no eixo de governança, destacando a atuação cooperativa entre autoridades, instituições, comunidade carcerária e sociedade civil, como importante processo na democratização e humanização do setor conforme diretriz do STF.

Este estudo oferece uma análise crítica da participação social como ato de responsabilização e reconstrução histórica e descolonização do poder punitivo e do autoritarismo ainda muito presentes na cultura e cena pública no país (Baratta, 1993; Batista, 2007; Salla, 2000), conectando o campo acadêmico à construção prática de políticas penais mais alinhadas às perspectivas democráticas de justiça e direitos humanos.

Portanto, objetivamos analisar a efetividade da participação social na governança democrática do Plano Nacional Pena Justa, com especial enfoque no desdobramento em Minas Gerais, mapeando os mecanismos de inclusão de movimentos sociais e população carcerária nos planos estaduais, além de buscar identificar desafios à superação do racismo institucional na seletividade penal e avaliar as implicações para alcançar a democratização da política prisional frente ao ECI.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CRÍTICA: RAÇA, PODER E COLONIALIDADE

A revisão de literatura abrange quatro eixos teóricos principais que fundamentam esta pesquisa. O primeiro eixo examina o racismo institucional e a seletividade penal, compreendendo como o sistema prisional brasileiro evidencia uma profunda desigualdade

estrutural. Essa realidade não é um acidente, mas sim uma seletividade penal racializada, herança de uma sociedade que, como apontou Freyre (2001), mascara desigualdades profundas sob a ideia de uma democracia racial harmoniosa, ignorando a violência estrutural contra corpos negros e pobres.

Esse mecanismo institucionalizado resulta na criminalização desproporcional e no encarceramento massivo da população negra, configurando um ciclo persistente de exclusão social. Fernandes (1972) contribui para a compreensão desse foco ao enfatizar que a estrutura social brasileira mantém uma divisão racial histórica, na qual a população negra permanece marginalizada e submetida a condições de desigualdade. Uma resistência do capitalismo neoliberal a transformações na estrutura de funcionamento do corpo social, que investe na reprodução da violência e da repressão contra os corpos, como técnica aprimorada de controle da sociedade (Foucault, 2008; Wacquant, 2001).

Nesse contexto, emerge o debate sobre o Estado de Coisas Inconstitucional (ECI), conceito formalmente reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF 347, que apontou a situação do sistema prisional brasileiro como condição grave e persistente de descumprimento dos direitos fundamentais, também aponta o recorte racial da violência estatal. O ECI caracteriza-se pela combinação de superlotação, condições degradantes, insuficiência de políticas públicas e violação sistemática dos direitos humanos. Esse reconhecimento jurídico tem implicações profundas, pois orienta a implementação de políticas públicas estruturais, como o Plano Nacional Pena Justa, que busca enfrentar os múltiplos desafios do sistema prisional.

O Plano nasce da necessidade de garantir a dignidade humana e a efetividade dos direitos dos privados de liberdade, buscando superar o quadro de ilegalidade e inconstitucionalidade que marca o sistema. O conceito de ECI destaca que não se trata apenas de problemas pontuais, mas de um quadro estrutural complexo, que exige intervenções coordenadas e contínuas, com a participação efetiva da sociedade civil e dos diferentes entes federativos, conforme preconizado pelo STF. Para enfrentar esse cenário, a participação social e a democracia deliberativa formam um elemento central na construção de políticas públicas democráticas e eficazes. Habermas (2003) apresenta a teoria da democracia deliberativa, na qual a legitimidade das decisões públicas depende do diálogo aberto, inclusivo e racional entre os envolvidos.

A participação deve ser efetiva, garantindo não apenas a representação formal, mas o engajamento real de diversos atores sociais, especialmente aqueles diretamente afetados pelas políticas. No contexto do sistema prisional, a participação social enfrenta desafios específicos,

como a marginalização da população carcerária e a complexidade das estruturas institucionais. Portanto, torna-se essencial avaliar a qualidade e efetividade dos mecanismos de participação previstos pelo Plano Pena Justa, distinguindo entre participação nominal e participação substantiva. A adoção de espaços de participação pública, audiências e consultas deve ser acompanhada de práticas que empoderem os atores sociais e possibilitem a eficácia nas decisões.

O quarto eixo dialoga com as teorias decoloniais e sistema punitivo. O olhar crítico das teorias decoloniais revela as camadas profundas de opressão presentes no sistema penal. Frantz Fanon (2008) analisa a violência da colonização sobre os corpos pretos, que em suas sutilezas e especificidades, transforma a cor da pele em marca de inferioridade intelectual, moral e sobretudo econômica e política. A institucionalidade do Estado burguês com a marca colonial, se manifesta em práticas punitivas que reforçam e amplificam o poder do estado em fazer morrer ou deixar viver, como bem posiciona a definição de necropolítica apresentada por Mbembe (2018). Aníbal Quijano (2005) contribui com o conceito de colonialidade do poder, que destaca a persistência de posições de dominação e exclusão mesmo após o período colonial formal.

A partir das reflexões propostas por Foucault (1987) onde se pode compreender as prisões como espaços de disciplina e controle social, mecanismos que moldam e regulam os corpos conforme os interesses do poder. Podemos analisar as perspectivas apresentadas por Wacquant (2001) ao demonstrar o encarceramento em massa como expressão da penalização da pobreza no contexto de avanço da acumulação capitalista no modelo neoliberal.

Angela Davis (2018) propõe reflexões críticas que questionam o modelo penitenciário tradicional, apontando caminhos para uma justiça mais restaurativa, garantista e inclusiva, reconhecendo a desigualdade social e racial como componentes estruturais da violência na atualidade, de forma que, sem uma alteração significativa na estrutura política, social, cultural e econômica dificilmente haverá uma perspectiva menos violenta nas sociedades e sobretudo nas políticas de segurança pública. Essas abordagens são essenciais para compreender os limites do sistema prisional e propostas fundamentais transformadoras, como as contidas no Plano Pena Justa, que visa, teoricamente, interromper o ciclo de violência estrutural e a reprodução do racismo institucional no sistema prisional.

Diante desta herança de violência estrutural, a máxima internacional “Nada sobre nós, sem nós”, consagrada pela ONU na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) e amplamente adotada por movimentos de direitos humanos, torna-se um imperativo contundente, ético e político. A participação efetiva da sociedade civil neste processo de

reformulação e superação do estado de coisas inconstitucional do sistema prisional brasileiro deixa de ser mero complemento técnico e se afirma como uma condição ética e democrática para a governança do Plano Pena Justa.

3. PERCURSO METODOLÓGICO: ANÁLISE DOCUMENTAL E O OLHAR DA PRÁTICA PROFISSIONAL

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e documental, focada na articulação dos movimentos sociais dentro dos mecanismos de governança do Plano Nacional Pena Justa. Para dar concretude à análise, utiliza-se o cenário de Minas Gerais como estudo de caso, justificando-se pelo exercício profissional das autoras na SEJUSP/MG e na Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG). Nesse sentido, a pesquisa beneficia-se da observação participante de uma das autoras, que atuou diretamente na elaboração do Plano Estadual Pena Justa como membro da Secretaria Executiva integrada ao Comitê de Políticas Penais Estadual, representando a SEJUSP/MG. Essa trajetória possibilitou confrontar as diretrizes nacionais com os desafios da implementação local através de uma perspectiva de observação participante e técnica, essencial para compreender a necessidade de transformação no modelo de controle social das políticas penais, como também, pelo reconhecimento da ADPF 347 sobre a necessidade de um modelo de controle social das políticas penais.

O estudo foca especificamente na dinâmica da participação social como eixo central para o enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucionais (ECI) nas prisões brasileiras. O Plano Pena Justa dá especial atenção à inclusão de atores diversos, como movimentos de familiares, coletivos de defesa dos direitos humanos, frentes pela racionalização da pena e pelo cumprimento estrito da legalidade, além da própria população carcerária, que conquistam participação nos espaços de decisão, diretriz que retoma e amplia a Lei de Execução Penal 7.210/1984 (LEP).

A LEP foi o primeiro marco legal a prever certo grau de participação social por meio da instituição dos Conselhos da Comunidade. Tais conselhos deveriam ser compostos por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Assistência Social e representantes do setor comercial, com a função de fiscalizar e apresentar relatórios sobre os estabelecimentos penais. Mas tais Conselhos deveriam ser escolhidos e constituídos por Magistrados, limitando assim, a inserção de movimentos sociais e uma organização democrática de participação da sociedade civil e dos próprios indivíduos privados de liberdade e suas famílias, enquanto alvos principais da política pública.

O principal problema central que conduz as análises aqui propostas, delimita-se a partir da busca em compreender como a participação social tem sido efetivada ou não, no processo de construção e implementação do Plano Pena Justa em Minas Gerais e quais são os desafios para inclusão de movimentos da sociedade civil e das pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional nos processos decisórios do sistema penal brasileiro, com ênfase na superação do racismo institucional que estrutura a seletividade penal. As análises se pautam pelos documentos oficiais publicados pela Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP, responsável pela execução da política prisional, tal como, da Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN, enquanto responsável pela execução da política a nível federal, como também, das publicações do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, enquanto órgão responsável pelo acompanhamento da esfera jurídica da política penal.

A pesquisa examina os mecanismos de governança previstos no Plano Pena Justa e sua capacidade de inclusão social, com ênfase no enfrentamento ao racismo institucional. O rigor da pesquisa é complementado por uma literatura crítica inspirada na sociologia contemporânea e no pensamento decolonial, ferramenta essencial para questionar a permanência do poder colonial na sociedade e compreender as dinâmicas sociais, culturais e políticas que envolvem o mundo moderno.

Conforme propõe Bardin (2011) o percurso metodológico estruturou-se em três fases sequenciais: a pré-análise sistematizadas das fontes primárias oficiais (relatórios CNJ, SENAPPEN e o plano estadual), priorizando documentos do recorte temporal 2024-2025 pós-consulta pública nacional seguiu com a codificação exploratória organizando o corpus por categorias analíticas emergentes como a participação social, representatividade em comitês e coordenação intersetorial e por último realizou o tratamento analítico-inferencial com a triangulação metodológica entre fontes oficiais e interpretação crítica decolonial.

Essa triangulação articula a análise documental com categorias teóricas de autores como Fernandes (1972 e 1984), Foucault (1987), Habermas (2003), Quijano (2005) e Fanon (2008), para compreender as dinâmicas de poder e o racismo institucional. Esta abordagem metodológica permite uma compreensão crítica, fundamentada em dados oficiais e documentos legais, da articulação entre a participação social e a governança democrática no enfrentamento do Estado de Coisas Inconstitucional, contribuindo cientificamente para a avaliação do Plano Pena Justa e suas implicações.

4. DIAGNÓSTICO, GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: DO CENÁRIO NACIONAL AO CONTEXTO MINEIRO

Considerando que segundo dados do Relatório de Informações Penais - RELIPEN referentes ao primeiro semestre de 2025, publicizados pelo Sistema de Informações Penitenciárias - SISDEPEN (Brasil, 2025), o sistema prisional brasileiro possui 701.637 (setecentos e um mil, seiscentos e trinta e sete), contando as pessoas em privação de liberdade das 27 unidades federativas. Dentre esses entes, o recorte analítico deste estudo recai sobre Minas Gerais, por representar a segunda maior população carcerária do país e por ser o território de atuação técnica das pesquisadoras. A população carcerária de Minas Gerais apresenta atualmente 72.149 (setenta e dois mil, cento e quarenta e nove) custodiados. A população prisional mineira representa, assim, 10,28% da população carcerária brasileira.

Os dados do SISDEPEN seguem apontando o perfil das pessoas privadas de liberdade que 86,54% da população carcerária mineira é composta por jovens adultos em idade produtiva, tendo entre 18 e 45 anos, 74,93% são identificadas como pessoas não brancas, sendo que pretos e pardos representam 73,56% deste quantitativo. Essa estatística não é um mero acaso demográfico, mas a validação empírica da tese de Fernandes (1972), demonstrando que a estrutura social brasileira preserva uma divisão racial histórica onde o encarceramento atua como mecanismo de contenção da população negra.

Quanto à situação civil, 67,68% são solteiros e 82,49% não concluíram a educação básica que reforça a perspectiva de Foucault (2008) sobre a biopolítica: O Estado gerencia essa população não pela inclusão, mas pela exclusão sistemática. No tocante às oportunidades ofertadas no ambiente prisional, apenas 24,23% têm acesso ao trabalho, sendo que destes, 17,14% trabalham apenas por remição de suas penas e 7,09% recebem algum rendimento que chega no máximo a 1 (um) salário mínimo, não havendo registro de remuneração maior que esta. No quesito acesso à educação formal, somente 12,76% dos custodiados se encontram matriculados em algum nível de escolarização, cumprindo a função de “depósito”, contrariando a ressocialização proposta na lei e reafirmando a lógica de controle de corpos denunciada pelos autores decoloniais.

Os dados de Minas Gerais são apresentados aqui não apenas como estatística regional, mas como exemplo representativo das tensões enfrentadas pelo Plano Nacional em sua segunda maior jurisdição carcerária. A partir desses dados públicos é possível identificar que o sistema prisional mineiro, assim como o brasileiro, vem sendo estruturado por um racismo institucional que perpetua a seletividade penal contra a população negra e pobre, o foco recai

sobre os entraves à democratização. A partir da provocação do STF, os estados foram estimulados, a ampliar a articulação setor judiciário, executivo e sociedade civil, visando a construção de planos estaduais para superação do Estado de Coisas Inconstitucional em suas jurisdições. Segundo os dados publicados pela estratégia Pena Justa¹, Minas Gerais é o segundo estado brasileiro em orçamento para segurança pública e sistema prisional, investindo no ano de 2024 o quantitativo de R\$106.7 bilhões, dos quais R\$8.366 bilhões foram gastos no custeio de polícias, se constituindo no terceiro estado em investimento com força policial.

No que tange a política prisional foram investidos pelo governo de Minas Gerais R\$2.778 bilhões, não alocando nenhum percentual do orçamento para políticas voltadas aos egressos do sistema prisional. Esse abismo orçamentário materializa o conceito de “penalização da miséria” de Wacquant (2001), o Estado enrijece o braço punitivo enquanto atrofia o braço social. Mais do que isso a decisão política de zerar o investimento em egressos exemplifica a necropolítica de Mbembe (2018) ao negar recursos para a sobrevivência pós-cárcere, o Estado exerce seu poder soberano de “deixar morrer” socialmente esses indivíduos, perpetuando o ciclo de violência que o próprio Plano Pena Justa surgiu para combater.

No entanto, na prática o estado não acatou a inclusão de representação da sociedade civil de forma equitativa na construção e no monitoramento do plano, corroborando com a continuidade da exclusão histórica de vozes periféricas na tomada de decisão em setores públicos, no monitoramento das políticas e audiências de construção e implementação de propostas, um problema que o reconhecimento do ECI pelo Supremo Tribunal Federal em 2023 se tornou ainda mais urgente. O relatório de Análises Técnicas dos planos estaduais e distrital (Brasil, 2025b), aponta a questão da importância do controle social nas políticas públicas, destacando:

Quanto à participação social, ela ocorreu por meio da vinculação de representantes da sociedade civil no Comitê de Políticas Penais (dois membros titulares e dois suplentes, indicados pelo CONEDH), pela realização de consulta pública, organizada pelo Comitê, e por debate público, coordenado pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) [...] Merece ainda atenção, o fato de não constar da Matriz de Implementação Estadual as contribuições oriundas das Câmaras Temáticas e das etapas de participação social que foram aprovadas [...] Destaca-se, por fim, que, em reunião do Comitê realizada para aprovação do plano estadual, a sociedade civil se manifestou contrária à aprovação do plano, uma vez que não foi identificado comprometimento do poder público com o desencarceramento e com ações concretas para cessar o estado de tortura atual. (Brasil, 2025b, p.91 e 92).

¹ Site do Plano Pena Justa onde é possível obter informações a nível nacional e por estados, de onde retiramos os dados referentes ao orçamento da segurança pública de Minas Gerais. Disponível em:<<https://dados.justa.org.br/>>. Acesso em 05 de nov. de 2025.

Desta forma, entre as adequações necessárias dos planos apresentados pelo Estado de Minas Gerais se encontra a seguinte determinação:

Inste as instâncias coordenadoras do Comitê de Políticas Penais do estado de Minas Gerais a adotarem medidas concretas que visem garantir, de maneira democrática, a participação efetiva, colaborativa e ampliada da sociedade civil, especialmente na etapa subsequente à homologação — ou seja, na implementação e monitoramento do Plano Estadual (Brasil, 2025b, p. 94).

Cabe ressaltar que o relatório de Análises Técnicas dos planos estaduais e distrital (Brasil, 2025b) aponta a essencialidade do controle social e destaca que as ressalvas apresentadas pelos órgãos de monitoramento não são meras sugestões, mas diretrizes obrigatórias. Nesse sentido, as ressalvas e inconsistências¹ foram analisadas e atualizadas complementarmente no Plano Estadual e enviadas aos órgãos competentes para efetivação. Somente após esse ciclo de correções e validação técnica e política pelos órgãos de controle, o plano poderá ser considerado apto a enfrentar as violações estruturais diagnosticadas.

Ademais, analisa-se os registros e resultados da Consulta Pública Nacional sobre o Plano Pena Justa realizada entre os dias 15 de abril e 5 de maio de 2024, as audiências públicas, e a participação da sociedade civil nos processos deliberativos. Esse processo participativo totalizou 1.855 pessoas e entidades participantes e cerca de 6.500 sugestões sistematizadas. Destaca-se que 93,4% (1.733) participantes foram identificados como pessoas físicas, destes, 35% (603 respostas) se identificaram como pessoas em privação de liberdade. Do montante, 6,6% (122) das respostas originaram-se de entidades públicas e privadas, incluindo 20 Conselhos da Comunidade.

Complementando a Consulta Pública, nos dias 29 e 30 de abril de 2024, realizou-se a Audiência Pública Nacional. A audiência ouviu sete pessoas físicas e 45 entidades. Além disso, estiveram presentes, no local da audiência, ao menos 280 participantes e ao menos 225 acompanharam os trabalhos de forma remota, sendo que, posteriormente, foram registradas mais de seis mil visualizações nos canais do CNJ e do MJSP.

Esse engajamento resultou em 417 contribuições diretas sistematizadas, oferecendo subsídios estratégicos ao Plano a partir dos quatro eixos estruturantes: Controle da Entrada e das Vagas do Sistema Penal; Qualidade da Ambiência, dos Serviços Prestados e da Estrutura; Processos de Saída da Prisão e de Inserção Social; e Políticas de Não Repetição do Estado de Coisas Inconstitucionais no Sistema Prisional.

¹ Link de acesso ao Diário Oficial de Minas Gerais referente a publicação no dia 27 de janeiro de 2026, na página 07, da PORTARIA CONJUNTA SEJUSP/TJMG/CGJMG/PGJMG/DPMG/OABMG No 05, de 16 de dezembro de 2025 que Altera a Portaria Conjunta SEJUSP/TJMG/CGJMG/PGJMG/DPMG/OABMG No 01, de 28 de fevereiro de 2025.

Além disso, foram registradas 371 propostas de órgãos como Associação dos Magistrados Brasileiros, Conselho Nacional do Ministério Público, Defensoria Pública da União e Conselho Federal da OAB. No total, 5.993 propostas foram comprovadas, resultando em 152 novas ações mitigadoras integradas à matriz final de 307 metas.

Em face desse volume de participação que totalizou mais de 6 mil contribuições da sociedade civil e envolveu mais de 100 instituições, reflete um marco de governança deliberativa. No entanto, a participação registrada da população carcerária, de apenas 35% do total de participantes individuais, demonstra que o processo não alcançou o protagonismo esperado do grupo diretamente afetado, caracterizando um formalismo participativo que compromete a efetividade de uma democracia plena.

A análise dos dados buscará identificar os principais desafios e possibilidades para o protagonismo da população carcerária e grupos marginalizados nos processos decisórios, considerando critérios de representatividade, efetividade e inclusão. O foco reside na identificação de espaços e mecanismos de inclusão e participação social, avaliando sua efetividade por meio de indicadores que mensuram a presença de representantes de grupos e/ou movimentos raciais em Comitês de políticas penais.

Embora a Consulta pública tenha registrado 6.500 sugestões e uma participação inédita de pessoas privadas de liberdade, a governança efetiva revelou-se um desafio. A teoria da democracia deliberativa habermasiana pressupõe que a legitimidade nasce do diálogo. No entanto, nossa observação participante e a análise do relatório técnico mostram uma ruptura desse ideal, na aprovação do plano estadual, a sociedade civil votou contrária, denunciando a falta de compromisso com o desencarceramento e o combate à tortura.

Esse conflito expõe que, apesar dos ritos formais, a estrutura de poder operou para silenciar as demandas substantivas. O alto volume de participação contrastado com a baixa incidência na decisão final sugere o risco de um “simulacro deliberativo”, onde a escuta ocorre, mas a estrutura autoritária denunciada por Goffman (2010) e Baratta (1993) permanece impermeável às mudanças estruturas exigidas pelo ECI.

A pesquisa não apenas analisa mecanismos formais, mas propõe uma leitura crítica da participação social como ato de reparação histórica e descolonização do poder punitivo, conectando o campo acadêmico à construção prática de políticas penais mais justas. Esta pesquisa oferece uma contribuição valiosa ao debate acadêmico, conectando a teoria crítica sobre a judicialização da política penal a práticas concretas. Ao focar no racismo institucional, este trabalho se posiciona para subsidiar políticas realmente inclusivas, promovendo a redução de desigualdades e fortalecendo a democracia participativa.

Conecta-se também com agendas globais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas, especialmente o ODS 16, que visa promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise demonstrou que, apesar dos avanços normativos do Plano Nacional Pena Justa, sua implementação em Minas Gerais enfrenta obstáculos severos à democratização. O diagnóstico revelou uma desconexão entre o alto investimento orçamentário em repressão policial e a inexistência de recursos para políticas de egresso, além de uma resistência institucional em incluir a sociedade civil de forma paritária.

A seletividade penal identificada, que atinge massivamente jovens negros e de baixa escolaridade, confirma que o sistema opera sob uma lógica de controle racial e social profunda. Os espaços de participação pública, embora existentes, correm o risco de se tornarem meros simulacros deliberativos caso não incorporem as vozes dos movimentos sociais comprometidos com a legalidade e das próprias pessoas privadas de liberdade. Conclui-se que o enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional exige mais do que reformas administrativas; demanda uma ruptura com a racionalidade punitivista e a descolonização das instâncias de decisão. O Plano Pena Justa é, portanto, um marco de resistência e uma oportunidade para que a reintegração social e a dignidade humana deixem de ser retórica jurídica e passem a ser o cerne da política penal.

É certo que nossos horizontes devem situar a superação do modelo de aprisionamento voltado estritamente à repressão, em consonância com os movimentos que clamam por justiça social. Contudo, ante o avanço do conservadorismo na sociedade brasileira, a ascensão de vertentes punitivistas e a progressiva policialização das políticas públicas, somadas ao histórico autoritário da segurança pública no país, o Plano Pena Justa configura-se como um marco fundamental. Ele assegura que perspectivas democráticas alcancem o setor, promovendo a dignidade humana e garantindo que, conforme postula a lei, a reintegração social torne-se o cerne da política penal. Embora o cenário atual ainda seja permeado pelo populismo penal, o que obstaculiza o avanço de novas diretrizes na segurança pública, o presente texto firma-se como análise e perspectivas de que novos caminhos se abram para a superação da violência.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Edições 70 Lisboa 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Análise Técnica dos Planos Estaduais e Distrital; Comitê de Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional do sistema prisional brasileiro. – Brasília: CNJ, 2025b. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/11/relatorio-planos-estaduais.pdf>>. Acesso em 05 de nov de 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Plataforma Justa. O funil de investimentos em segurança pública e sistema prisional em 2024. Disponível em: <https://dados.justa.org.br/> Acesso em 05 de nov 2025.

BRASIL. Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal (LEP). Diário Oficial da União, Brasília, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 01 de nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN. 1º Semestre – Relatório de Informações Penais - RELIPEN. Brasília, DF: Ministério da Justiça, jan.-jun., 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios>>. Acesso em: 03 nov. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal - STF, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF no 347/DF. MC/DF. Rel.: Min. Marco Aurélio. DJ. 09/09/2015. Disponível em: <<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10300665>>. Acesso em: 25 out. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal – STF. Homologação em processo estrutural na Arguição de Descumprimento de Preceito fundamental 347 DF, 2024. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15373531869&ext=.pdf> Acesso em: 20 jan. 2026.

BARATTA, A. Direitos humanos: entre a violência estrutural e a violência penal. Fascículo de Ciências Penais, Porto Alegre. v. 6, n. 2, p. 44-61, abr./maio/jun., 1993.

BATISTA, N. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. 11ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BORGES, J. Encarceramento em massa. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

DAVIS, A. Estarão as prisões obsoletas? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008

FERNANDES, F. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERNANDES, F. Entrevista concedida ao programa Vox Populi, TV Cultura, 1984. Disponível em: <<https://eraju2013.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/09/fernandes-florestan-o-negro-no-mundo-dos-brancos-1.pdf>>. Acesso em 28 de out de 2025.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

- FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREYRE, G. Casa-Grande & Senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – I. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001.
- GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. 8ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- MBEMBE, A. Necropolítica. São Paulo: Editora N 1, 2018.
- ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: ONU, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Agenda 2030. Nova York: ONU, 2015.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 09 de nov. 2025.
- SALLA, F. A retomada do encarceramento, as masmorras *high tech* e a atualidade do pensamento de Michel Foucault. Cadernos da FFC, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 35-58, 2000. Disponível em: <<https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/01/down223.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2023.
- WACQUANT, L. As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GT 4

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL, CLASSE E DESIGUALDADES

Capítulo X

"AUTONOMIA" SOB VIGILÂNCIA: UBERIZAÇÃO, COLONIALIDADE E A LUTA POR TRABALHO DECENTE NO BRASIL

Cristiane Lucia Cota Lanini¹

RESUMO

Este artigo analisa o trabalho por aplicativo no Brasil como parte de um continuum da colonialidade do trabalho, argumentando que a gig economy não inaugura a precariedade, mas atualiza formas históricas de exploração racializada. Dialogando com Fanon, Quijano, Maracle, Collins e autores brasileiros da sociologia do trabalho, sustento que a uberização combina gestão algorítmica, individualização neoliberal e hierarquias coloniais para produzir um regime de disponibilidade total e desproteção social. Ao mesmo tempo, destaco que trabalhadores engajam práticas de resistência, mutualidade e cura coletiva que desafiam a lógica da produtividade e apontam para concepções de trabalho decente baseadas em reciprocidade, dignidade e soberania sobre o tempo. A partir desse diálogo, proponho que descolonizar o trabalho exige reimaginar suas dimensões éticas, comunitárias e políticas, para além da formalização contratual, incorporando saberes situados e epistemologias decoloniais.

Palavras-chave: Uberização; Colonialidade do trabalho; Precarização; Gestão algorítmica; Trabalho decente.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho mediado por plataformas digitais tornou-se uma das expressões mais visíveis da reestruturação contemporânea do trabalho. No Brasil, a expansão dos serviços de entrega e transporte por aplicativo evidencia um paradoxo estrutural: a digitalização do trabalho não supera as desigualdades históricas de classe, raça e gênero; ao contrário, as reconfigura e as atualiza. A chamada gig economy opera sob o discurso sedutor da autonomia e da flexibilidade enquanto aprofunda a precarização.

Este artigo parte da hipótese de que esse fenômeno deve ser compreendido não apenas como inovação econômica, mas como expressão renovada da colonialidade do trabalho, conceito elaborado por Aníbal Quijano (2000) para descrever a persistência de hierarquias raciais e estruturas de dependência no interior do capitalismo moderno. A gestão algorítmica, o discurso moral do empreendedorismo e a invisibilização do trabalho reprodutivo, argumenta-se, constituem mecanismos que atualizam formas coloniais de controle.

¹ ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8924-8986> . Advogada. Especialista em Direito e Processo do Trabalho. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG). Mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutoranda em Sociologia e Assistente de Ensino na Universidade do Estado da Flórida (FSU).

O artigo está organizado em quatro seções. A Seção II apresenta o referencial teórico central, articulando Quijano, Fanon, Maracle e Collins. A Seção III analisa o controle algorítmico no Brasil à luz desse quadro. A Seção IV examina contribuições dos feminismos decoloniais como horizonte ético alternativo. A Seção V discute o conceito de trabalho decente a partir das práticas de resistência coletiva. A conclusão sintetiza a contribuição do artigo e aponta uma agenda de pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: COLONIALIDADE, RACIALIZAÇÃO E CRÍTICA DO TRABALHO

Compreender a precarização contemporânea exige situá-la em uma longa história de colonialidade. Aníbal Quijano (2000) define a colonialidade do poder como a lógica que, mesmo após o fim formal do colonialismo, preserva a hierarquização racial e o controle do trabalho como pilares do capitalismo global. Na América Latina, essa continuidade é estrutural: a inserção subordinada nas cadeias produtivas internacionais e a naturalização da informalidade indicam que a dependência não foi superada, apenas reorganizada. No Brasil, desde a escravidão, corpos negros e indígenas foram posicionados como mão de obra excedente, condição que o capitalismo digital reconfigura sem dissolver.

Frantz Fanon (1986) aprofunda essa análise ao mostrar que o colonialismo não se restringe à expropriação material: ele opera também sobre a subjetividade. Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, descreve a "epidermalização da inferioridade" como o processo pelo qual o corpo racializado internaliza o olhar do colonizador, passando a enxergar-se a partir dessa ótica (p. 112). Essa formulação é produtiva para pensar o trabalho por aplicativo, em que a vigilância algorítmica funciona como uma forma renovada de olhar disciplinar: o trabalhador é permanentemente monitorado, avaliado e reduzido a indicadores de desempenho. O que antes era disciplina fabril transforma-se em autovigilância internalizada. Importa sublinhar, porém, que essa transposição conceitual não equivale a uma identidade entre colonialismo histórico e gestão digital; ela aponta para uma continuidade de lógicas, não para uma equivalência de situações.

Lee Maracle (2019), a partir de um feminismo indígena enraizado nas experiências das Primeiras Nações no Canadá, propõe que a libertação é um processo de cura coletiva, não um ato individual de ascensão, mas a reconstrução de vínculos de reciprocidade fragmentados pela colonização (p. 73). Transportar esse conceito para o contexto brasileiro exige mediação: a colonização portuguesa, a escravidão africana e a violência contra povos indígenas sul-americanos possuem especificidades que não se confundem com o colonialismo britânico no

Canadá. Ainda assim, a ideia de que a modernidade colonial rompeu laços comunitários e espirituais, substituindo reciprocidade por competição, ressoa nas análises sobre o trabalho informal e racializado no Brasil.

O pensamento feminista negro, especialmente em Patricia Hill Collins (2000) e Kimberlé Crenshaw (1991), é igualmente central. Collins formula a noção de "matriz de dominação", articulando gênero, raça e classe como eixos interdependentes de poder (p. 18). Crenshaw, ao cunhar o conceito de interseccionalidade, demonstra que essas opressões não operam de forma aditiva, mas se cruzam e se reforçam mutuamente. Esse quadro analítico ilumina o perfil dos trabalhadores por aplicativo no Brasil, em sua maioria negros, com baixa proteção social, que vivenciam simultaneamente exploração econômica, discriminação racial e invisibilidade institucional. O discurso da "autonomia empreendedora" mascara desigualdades profundamente estruturais.

A sociologia do trabalho brasileira dialoga com esses referenciais a partir de uma perspectiva materialista. Ricardo Antunes (2020) sustenta que o capitalismo de plataforma representa uma metamorfose da condição do trabalhador: o sujeito deixa de ser reconhecido como portador de direitos e passa a ser tratado como prestador descartável (p. 41). Ludmila Abílio (2020) formula o conceito de "trabalhador just-in-time" para evidenciar como as plataformas aplicam aos corpos humanos a lógica da circulação eficiente de mercadorias (p. 22). Vaclavik, Oltramari e Oliveira (2022) mostram que essas empresas "empresariam a informalidade", convertendo a ausência de direitos em estratégia de acumulação (p. 33). Essas leituras convergem: o capitalismo contemporâneo não elimina a exploração, mas a flexibiliza e difunde, borrando as fronteiras entre tempo de trabalho e tempo de vida.

3. UBERIZAÇÃO E CONTROLE ALGORÍTMICO NO BRASIL

A uberização do trabalho constitui um dos desdobramentos mais sofisticados da reestruturação produtiva recente. Como aponta Abílio (2020), ela inaugura uma "nova morfologia do trabalho" (p. 19): o controle é exercido de maneira difusa, descentralizada e profundamente internalizada. O trabalhador de aplicativo opera como figura contraditória: juridicamente autônomo, materialmente subordinado.

O modelo de negócios das plataformas desloca para o trabalhador quase todos os riscos e custos da produção. Veículo, combustível, manutenção, celular, pacote de dados e a própria segurança física são responsabilidade individual. Essa privatização dos meios de trabalho vem acompanhada de desresponsabilização empresarial em relação a direitos trabalhistas e previdenciários. Vaclavik, Oltramari e Oliveira (2022) demonstram que as empresas utilizam a

retórica da autonomia para se eximirem de obrigações legais, produzindo uma força de trabalho independente no papel e subordinada na experiência cotidiana (p. 33).

Rauber et al. (2025) caracterizam esse processo como neotaylorismo digital: o algoritmo assume o lugar do gerente de fábrica, definindo ritmo, intensidade e distribuição das tarefas (p. 47). Se no fordismo o corpo do operário era coordenado pela linha de montagem, na uberização ele é guiado pela tela do aplicativo, pelo som das notificações e pelas métricas de avaliação em tempo real. A vigilância deixa de ser exercida por um agente humano identificável e passa a ser estrutural, inscrita no próprio funcionamento da plataforma.

Para além do controle técnico, há um controle moral que atravessa a subjetividade do trabalhador. Abílio (2020) observa que o trabalhador de aplicativo internaliza uma ética da disponibilidade constante, típica da racionalidade neoliberal (p. 24): o sucesso é narrado como prova de esforço individual, enquanto o fracasso é convertido em culpa pessoal. Klein e Bachur (2024) descrevem esse arranjo como "alienação do trabalhador sob o disfarce da autonomia" (p. 15), em que o controle produtivo é encoberto por uma retórica de liberdade empresarial.

O poder algorítmico é também racialmente situado. Pesquisas sobre o perfil dos trabalhadores de plataforma no Brasil indicam que a maioria dos entregadores é composta por homens negros de baixa renda, herdeiros diretos de uma longa história de informalidade e marginalização (Antunes, 2020, p. 41; Rauber et al., 2025, p. 10). Essa distribuição racial do trabalho digital evidencia aquilo que Quijano (2000) chama de colonialidade do trabalho: a naturalização de hierarquias étnico-raciais como fundamento da organização econômica. O algoritmo não cria o racismo, mas o reproduz estatisticamente, atualizando padrões históricos de exclusão sob aparência de neutralidade técnica.

Klein e Bachur (2024) descrevem o regime de tempo como "disponibilidade total, em que o trabalhador é convocado a ser tempo integral sem garantia de tempo pago" (p. 15). O trabalhador uberizado vive em estado de espera constante, num intervalo indefinido entre estar trabalhando e estar à disposição. Silva e Chaves (2021) mostram que o monitoramento contínuo gera ansiedade, competição e esgotamento físico e emocional entre esses trabalhadores (p. 36). O corpo torna-se o lugar onde o poder se inscreve, não mais pelo chicote, mas pela métrica de desempenho e pela ameaça de desativação do perfil.

Ao mesmo tempo, a experiência da uberização revela fissuras importantes. O exemplo mais expressivo é o Breque Nacional dos Apps, realizado nos dias 31 de março e 1o de abril de 2025, que mobilizou trabalhadores em ao menos cem municípios brasileiros, incluindo todas as capitais e o Distrito Federal. A paralisação foi organizada pela Aliança Nacional dos Entregadores por Aplicativos (ANEA) em articulação com sindicatos da categoria, e suas

reivindicações centrais incluíam o reajuste da taxa mínima por entrega de R\$ 6,50 para R\$ 10,00 e o pagamento integral por pedido, mesmo em entregas agrupadas. O impacto econômico foi expressivo: estabelecimentos que operavam exclusivamente com o iFood registraram queda de 100% nas entregas, enquanto aqueles que utilizavam múltiplas plataformas relataram redução entre 70% e 80% no volume de pedidos. Especialmente relevante para a análise aqui desenvolvida é o dado racial: pesquisa realizada durante os atos apontou que 66% dos participantes se reconheciam como negros ou pardos, confirmando empiricamente a tese de que a distribuição racial do trabalho de plataforma no Brasil não é acidental, mas estrutural. Esses movimentos, que combinam paralisações, bloqueios, fundos de ajuda mútua e pressão institucional junto a tribunais do trabalho, representam práticas de solidariedade que escapam às categorias clássicas do sindicalismo, aproximando-se de formas de organização gestadas em experiências históricas de exclusão racial e comunitária.

4. FEMINISMOS DECOLONIAIS E ALTERNATIVAS À PRECARIIDADE

Pensar alternativas à precariedade contemporânea exige romper com a lógica individualizante do neoliberalismo e recuperar uma ética relacional da existência. O feminismo decolonial e o feminismo negro oferecem ferramentas teóricas e políticas importantes para esse deslocamento.

Patricia Hill Collins (2000) argumenta que o conhecimento produzido por mulheres negras não é apenas um ponto de vista periférico, mas uma epistemologia capaz de revelar engrenagens de poder invisibilizadas pelas teorias tradicionais. Sua noção de *outsider within*, ou seja, estar "dentro" das instituições, mas nunca plenamente incluída (p. 14), descreve com precisão a condição dos trabalhadores precarizados: fundamentais para o sistema, mas mantidos à margem dos direitos, do reconhecimento e da estabilidade. Para Collins, o saber situado que nasce da experiência coletiva de exclusão constitui uma forma legítima de conhecimento sociológico, o que, no campo do trabalho por aplicativo, significa levar a sério as narrativas, percepções e estratégias dos próprios trabalhadores como fonte analítica.

Crenshaw (1991), ao desenvolver o conceito de interseccionalidade, demonstra como opressões de raça, gênero e classe se entrelaçam na produção de vulnerabilidades específicas. No contexto da *gig economy*, as mulheres, especialmente negras, periféricas e responsáveis pelo trabalho de cuidado, enfrentam múltiplas camadas de invisibilidade: são minoria num mercado marcado pela figura masculina do entregador/motorista e, ao mesmo tempo, concentram-se em atividades informais de cuidado e serviços precarizados. A

interseccionalidade não é apenas ferramenta analítica; é também horizonte normativo, pois aponta para formas de justiça que considerem a complexidade das experiências.

Lee Maracle (2019), a partir do feminismo indígena, insiste que a libertação não é um ato individual de ascensão, mas um processo de cura coletiva. A colonização fragmentou redes de reciprocidade, substituindo relações comunitárias por uma lógica de competição e isolamento. A proposta de cura coletiva é, portanto, uma tentativa de reconstruir vínculos a partir do cuidado, da partilha e da responsabilidade mútua. No contexto dos trabalhadores por aplicativo no Brasil, essas ideias iluminam as redes de apoio, os fundos coletivos e as greves coordenadas como algo mais do que simples estratégias de sobrevivência: como reconstrução ativa de laços sociais destruídos pela lógica neoliberal.

Robin Maynard e Leanne Betasamosake Simpson (2022) propõem, em *Rehearsals for Living*, que a resistência seja entendida também como ensaio, um exercício coletivo, muitas vezes imperfeito, de imaginar outros modos de viver (p. 214). Viver de forma insurgente, para elas, é marcar pausas, cultivar vínculos, cuidar uns dos outros. Aplicadas ao cotidiano dos trabalhadores precarizados, essas ideias sugerem que desacelerar, compartilhar recursos ou simplesmente suspender o aplicativo por algumas horas podem ser lidos como pequenos atos de recusa à temporalidade capitalista, disputas cotidianas sobre o ritmo do tempo e o uso do corpo.

Essas abordagens convergem na crítica à promessa liberal de empoderamento individual. A noção de empowerment, capturada por políticas empresariais, transforma a emancipação em produto: basta investir no indivíduo, não na estrutura. Maracle (2019) e Collins (2000) rejeitam essa narrativa, lembrando que poder, numa perspectiva relacional, não se acumula individualmente, mas se compartilha coletivamente. Em vez de "empoderar indivíduos" para que ascendam em mercados estruturalmente desiguais, trata-se de reconstruir laços e instituições que sustentem vidas dignas.

5. TRABALHO DECENTE, DIGNIDADE E RESISTÊNCIA COLETIVA

O conceito de trabalho decente, formulado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao final dos anos 1990, procurou condensar dimensões econômicas, sociais e políticas da dignidade no trabalho: liberdade, equidade, segurança e respeito aos direitos humanos (OIT, 2019). Diante do avanço do capitalismo de plataforma, essa definição tem sido fortemente tensionada. No Brasil, onde a informalidade e o racismo estrutural sempre organizaram o mercado de trabalho, a gig economy não inaugura a precariedade; ela aprofunda um cenário historicamente marcado pela desigualdade.

A crítica decolonial ajuda a compreender essa tensão. O trabalhador de plataforma é "livre" apenas em sentido formal: não tem garantias previdenciárias, não controla seu tempo e não compartilha efetivamente os lucros gerados. O corpo, antes controlado pela linha de montagem, passa a ser monitorado por aplicativos, GPS e sistemas de avaliação algorítmica. Isso atualiza, sob linguagem tecnológica, o que Fanon (1986) descreveu como a redução do sujeito racializado a força produtiva e símbolo de inferioridade simultaneamente (p. 112).

A perspectiva de Lee Maracle (2019) oferece um horizonte ético distinto: ao afirmar que a libertação é um processo de cura coletiva (p. 73), ela desloca o foco de soluções meramente legais ou individuais para processos de reconstrução das relações sociais. Trabalho decente, sob essa lente, não se resume a contracheques ou contratos formais: implica recuperar vínculos de cuidado, reciprocidade e sentido comunitário. Dignidade deixa de ser atributo individual e passa a ser compreendida como bem comum, sustentado por relações de reconhecimento mútuo.

Collins (2000) reforça essa visão ao discutir a "ética do cuidado" presente nas experiências de mulheres negras (p. 256). Essa ética, baseada na responsabilidade coletiva e na interdependência, contrasta com o individualismo meritocrático dos discursos de empregabilidade. Quando trabalhadoras informais, domésticas ou de aplicativo reivindicam respeito e proteção, elas não estão apenas pedindo "inclusão" em um mercado pré-dado, mas estão reconfigurando os próprios significados de trabalho digno, incorporando dimensões simbólicas e afetivas que os indicadores econômicos convencionais não capturam.

Maynard e Simpson (2022) vão nessa direção ao propor a descolonização como ensaio contínuo de vida (p. 214). No mundo do trabalho, isso se traduz em práticas concretas já em desenvolvimento: criação de cooperativas de entregadores, formação de fundos coletivos, grupos de apoio em redes sociais e estratégias coletivas de autoproteção. São experiências que podem parecer pequenas diante da escala das plataformas, mas que carregam um potencial de reinvenção da dignidade no trabalho ao recolocar no centro o cuidado e a solidariedade, em vez da produtividade e do lucro.

Importa sublinhar, contudo, que a regulação estatal permanece necessária. A valorização das práticas de auto-organização não equivale a abrir mão de proteções legais, mas a reconhecer que estas são condição necessária, não suficiente. Políticas públicas que não questionem a lógica do capital tendem a reorganizar a dependência sem suprimi-la. Um projeto de trabalho decente efetivamente comprometido com a descolonização precisa articular regulação estatal, reconhecimento dos direitos e condições para a auto-organização coletiva dos trabalhadores.

6. CONCLUSÃO: DESCOLONIZAR O TRABALHO E REIMAGINAR A DIGNIDADE

Este artigo argumentou que a precarização do trabalho por aplicativo no Brasil não é efeito colateral de inovações tecnológicas, mas expressão renovada de uma colonialidade do trabalho historicamente constituída. A *gig economy* se alimenta da instabilidade e da fragmentação social, transformando o desemprego em empreendedorismo e a desigualdade em prova de mérito, ao mesmo tempo em que reproduz, sob linguagem algorítmica, hierarquias raciais e mecanismos de controle com longa genealogia colonial.

A articulação entre sociologia crítica brasileira e teorias feministas e decoloniais permitiu identificar três contribuições analíticas centrais. Primeiro, a gestão algorítmica não é tecnicamente neutra: ela reproduz estatisticamente padrões de exclusão racial, operando como mecanismo de controle que atualiza, sem reproduzir idênticamente, lógicas coloniais de subordinação dos corpos. Segundo, o discurso da autonomia empreendedora cumpre função ideológica precisa: converte a exploração em escolha individual e dificulta sua contestação coletiva, operando sobre a subjetividade de modo análogo ao que Fanon descreveu como internalização do olhar colonial. Terceiro, as práticas de resistência coletiva, a saber, redes de ajuda mútua, paralisações coordenadas e fundos coletivos, não são apenas estratégias de sobrevivência, mas ensaios de descolonização: experimentações de outras formas de viver e trabalhar que desafiam a temporalidade e a individualização impostas pelas plataformas.

A contribuição específica deste artigo reside na mobilização do conceito de cura coletiva de Maracle para reinterpretar formas emergentes de organização entre trabalhadores de plataforma no Brasil, um deslocamento que, ao mesmo tempo, exige rigor na mediação conceitual entre contextos coloniais distintos. Essa tradução teórica, propositalmente tensionada ao longo do texto, aponta para uma agenda de pesquisa: investigar empiricamente, por meio de trabalho de campo e entrevistas, em que medida as práticas coletivas desses trabalhadores incorporam dimensões de reciprocidade e cuidado que excedam as categorias clássicas do sindicalismo.

Descolonizar o trabalho é, portanto, um movimento ao mesmo tempo intelectual e político: exige reposicionar a sociologia, recolocando o corpo, a experiência e o cuidado no centro da produção de conhecimento, e afirmar que o trabalho decente só será plenamente realizado quando for também um lugar de reconstrução de vidas e de reinvenção da dignidade coletiva.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111–126, 2020. DOI: 10.1590/s0103-4014.2020.3498.008.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASIL DE FATO. Breque dos apps: saiba como foi a greve nacional dos motoboys contra precarização do trabalho. *Brasil de Fato*, 2 abr. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/04/02/breque-dos-apps-saiba-como-foi-a-greve-nacional-dos-motoboys-contra-a-precariacao-do-trabalho>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2. ed. New York: Routledge, 2000.
- CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.
- ESQUERDA DIÁRIO. A maior paralisação da história dos entregadores de app tem rosto negro, aponta pesquisa. *Esquerda Diário*, 2025. Disponível em: <https://www.esquerdadiario.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- KLEIN, Sávio; BACHUR, João Paulo. Uma leitura sobre trabalho e teoria crítica. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 26, e-soc132327, p. 1–33, 2024.
- MARACLE, Lee. *I Am Woman: A Native Perspective on Sociology and Feminism*. Vancouver: Press Gang / Raincoast, 2019.
- MAYNARD, Robyn; SIMPSON, Leanne Betasamosake. Part Five: We are peoples of the lands, of more lands than could ever be counted. In: MAYNARD, Robyn; SIMPSON, Leanne Betasamosake. *Rehearsals for living*. Toronto: Knopf Canada, 2022. p. 203–233.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Women and men in the informal economy: A statistical picture*. 3. ed. Geneva: ILO, 2019.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201–246.
- RAUBER, Verônica et al. Uberização, neo-taylorismo e supressão de direitos no trabalho de plataformas. *Cadernos MetrÓpole*, São Paulo, v. 27, n. 64, p. 5–23, 2025.
- SILVA, Bruna; CHAVES, Leonardo. Ansiedade e vigilância: subjetividade sob controle nas plataformas digitais. *Revista Brasileira de Sociologia*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 33–52, 2021.
- VACLAVIK, Marcelo C.; OLTRAMARI, Anna Paula; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sílvio. Empresariando a informalidade: um debate teórico à luz da gig economy. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 248–258, 2022. DOI: 10.1590/1679-395120210065.

Capítulo XI

A TIPOLOGIA DA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE RENDIMENTO MEDIANO, RECORTE OCUPACIONAL, AFLUÊNCIA DOMICILIAR E STATUS (BRASIL, 2013)

Larissa Oliveira Franca Santos¹

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre a classe média brasileira ocupa um espaço central no campo da sociologia da estratificação social, especialmente diante das transformações econômicas e simbólicas ocorridas nas últimas décadas. A análise das classes sociais constitui um esforço de compreender como as diferenças de renda, prestígio e poder se articulam na produção de hierarquias e desigualdades. A partir da emergência de abordagens que reduzem a classe à dimensão estritamente monetária — como nas interpretações de Neri (2008) —, tornou-se imperativo retomar o debate sociológico sobre as bases simbólicas e estruturais que compõem a posição de classe.

O presente estudo parte de duas hipóteses centrais: (a) as frações da classe média são heterogêneas em relação ao rendimento e aos estratos socioeconômicos; e (b) a classe média brasileira apresenta heterogeneidade em relação à riqueza domiciliar e ao status. Tais hipóteses orientam os objetivos de analisar a composição ocupacional da classe média e compreender suas frações segundo indicadores de afluência domiciliar e status.

O tema é sociologicamente relevante porque a classe média não constitui um grupo homogêneo, mas um espaço social de disputas simbólicas e materiais. Seu estudo revela os mecanismos de distinção e fechamento que sustentam a estrutura social, permitindo apreender as fronteiras entre mobilidade, status e legitimidade. Como argumenta Scalon (1998), o status não se resume à renda, mas expressa recompensas simbólicas traduzidas em estilos de vida e práticas de distinção, operando como uma forma de exclusão e hierarquização entre grupos.

Assim, compreender a heterogeneidade interna da classe média significa reconhecer que o pertencimento a esse grupo envolve dimensões múltiplas — econômicas, ocupacionais e

¹ Doutoranda em Sociologia/ Linha: Economia, Organizações e Desigualdades (PPGS/UFMG). Mestre em Demografia (CEDEPLAR/UFMG). Bacharel em Ciências Sociais (PUC Minas). larissaofsantos@gmail.com

simbólicas — que se entrecruzam no espaço social. Ao analisar os dados da PNAD de 2013 com base nos métodos de Scalon e Salata (2012), Caetano e Dias (2017) e Peilin Li (2017), o artigo propõe uma leitura que combina abordagens weberianas e bourdieusianas da estratificação, articulando o capital econômico à posição ocupacional e à credencialização acadêmica como vetores de distinção social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: ESTRATIFICAÇÃO, CLASSE E STATUS

A problemática da estratificação social ocupa lugar central na teoria sociológica, sobretudo nas análises voltadas à produção e reprodução das desigualdades no capitalismo. Desde Marx e Weber até releituras contemporâneas como Bourdieu, Goldthorpe e Scalon, essa tradição busca compreender os mecanismos de hierarquização social a partir da articulação entre economia, ocupação e status.

Na tradição marxista, as classes sociais são definidas pela posição objetiva nas relações de produção, expressando o antagonismo estrutural entre capital e trabalho (Marx, 1852). Trata-se de uma concepção relacional e histórica, orientada pela polarização entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores assalariados, ainda que o autor reconheça posições intermediárias. A questão da classe média, contudo, permanece marginal nessa formulação, aparecendo mais como posição transitória do que como categoria analítica autônoma.

Weber (1953) amplia essa abordagem ao introduzir a noção de ordens de estratificação, nas quais classe, status e partido constituem dimensões distintas e interdependentes do poder social. O status refere-se à estima social e à honra, manifestando-se em estilos de vida e práticas de distinção. Essa perspectiva fundamenta as classificações neoweberianas, especialmente as de Goldthorpe (2000), nas quais a posição ocupacional, a relação com o mercado e a autoridade organizam as fronteiras de classe.

Bourdieu (1987), por sua vez, reformula a análise da estratificação ao conceber a sociedade como um espaço de posições estruturado pela distribuição desigual dos capitais econômico, cultural, social e simbólico. As classes são entendidas como configurações probabilísticas de agentes, definidas pelo volume e pela composição de capitais. A noção de distinção permite compreender a dimensão simbólica da desigualdade, sendo particularmente fecunda para a análise das frações da classe média, cuja posição intermediária depende tanto de recursos materiais quanto de credenciais culturais.

No contexto brasileiro, as abordagens neoweberianas e neobourdieusianas avançaram na compreensão da especificidade da estrutura social nacional, com destaque para as

contribuições de Scalon e Salata (2012; 2015). Partindo do modelo EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarero, 1979), os autores propõem uma adaptação tipológica que articula ocupação, escolaridade e status social na análise da classe média brasileira. Essa classe é composta, segundo os autores, por profissionais e administradores, trabalhadores não manuais de rotina e pequenos proprietários e empregadores, grupos marcados por distintos níveis de autonomia ocupacional, capital educacional e reconhecimento simbólico.

Salata (2015) enfatiza o caráter heterogêneo e ambíguo da classe média brasileira, atravessada por um duplo movimento de ascensão material e insegurança simbólica. Essa condição tensionada faz da classe média um espaço privilegiado para observar as transformações recentes da sociedade brasileira. De forma convergente, Scalon (2012) destaca a importância de articular posição objetiva e percepção subjetiva, reconhecendo o status como mediador entre as dimensões econômicas e culturais da estratificação, operando como mecanismo de fechamento social (Parkin, 1979) e credencialização (Witz, 1990).

É nesse debate que o presente artigo se insere, propondo uma leitura integrada da classe média brasileira a partir da combinação do modelo EGP, do critério de Rendimento Mediano (Li, 2017) e do método do Estrato Socioeconômico Latente – ESeL (Caetano & Dias, 2017). Essa triangulação permite captar a intersecção entre renda, ocupação e afluência domiciliar, compreendendo a classe média como um espaço social plural, marcado por diferenciações internas e disputas simbólicas por reconhecimento e status.

3. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

A análise da classe média brasileira exige uma abordagem capaz de articular dimensões econômicas, ocupacionais e simbólicas da estratificação. Com esse objetivo, o presente estudo combina três referenciais metodológicos complementares: o esquema ocupacional EGP, o critério de Rendimento Mediano e o método do Estrato Socioeconômico Latente (ESeL). Essa triangulação permite captar tanto a posição objetiva dos indivíduos no mercado de trabalho quanto as desigualdades de renda, afluência domiciliar e status.

O esquema EGP (Erikson, Goldthorpe e Portocarero, 1979), adaptado ao contexto brasileiro por Scalon e Salata (2012), classifica as posições sociais a partir da relação com o mercado e com a autoridade, distinguindo profissionais e administradores, trabalhadores não manuais de rotina e pequenos proprietários e empregadores. Essa tipologia é particularmente adequada ao contexto brasileiro por evitar a redução da classe média à renda e por incorporar diferenças de autonomia ocupacional e reconhecimento simbólico.

O critério de Rendimento Mediano, proposto por Li (2017), define como pertencentes à classe média os indivíduos com rendimentos situados entre 75% e 200% da mediana nacional, permitindo observar fronteiras relativas de classe e evitar cortes arbitrários. Já o ESeL (Caetano & Dias, 2017), baseado em análise fatorial de indicadores de ocupação, escolaridade, riqueza domiciliar e posse de bens duráveis, capta dimensões não monetárias da desigualdade, operando como medida indireta de capital material e simbólico acumulado nos domicílios.

A base empírica consiste nos microdados da PNAD 2013, representativos da população brasileira. O universo de análise inclui indivíduos com 25 anos ou mais, economicamente ativos e residentes em domicílios particulares permanentes. Foram consideradas variáveis de ocupação, rendimento domiciliar per capita, escolaridade, sexo, raça/cor e estrato socioeconômico latente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da estrutura ocupacional segundo o esquema EGP revela que a classe média brasileira é fortemente heterogênea. Os pequenos proprietários e empregadores constituem a maior fração, seguidos pelos trabalhadores não manuais de rotina e, em menor proporção, pelos profissionais e administradores. Essa distribuição evidencia que a classe média não é formada majoritariamente por ocupações de alto prestígio, mas por posições intermediárias marcadas por distintos graus de autonomia e estabilidade.

Quadro 1 - Categorias Ocupacionais para o Esquema EGP

Categorias do Esquema EGP	Profissões
Profissionais e Administradores	Dirigentes, Diretores, Gerentes, especialistas, técnicos e profissionais de <i>status</i> elevado
Trabalhadores Não-Manuais de Rotina	Secretários, Professores do Ensino Fundamental, Delegados de Polícia, Escritores, Jornalistas e vendedores de lojas
Pequenos Proprietários	Na posição de Pequenos Proprietários: Dirigentes, Gerentes, Representantes Comerciais, Produtores, Vendedores, dentre outros

Fonte: Scalon e Salata (2012).

Os profissionais e administradores ocupam o núcleo superior da classe média, caracterizado por elevado capital educacional e maior controle sobre o processo de trabalho, o que reforça seu status simbólico. Os trabalhadores não manuais de rotina compõem uma base estrutural sustentada por vínculos formais e aspirações de mobilidade, enquanto os pequenos proprietários, embora disponham de algum capital econômico, enfrentam maior vulnerabilidade e dependência das oscilações do mercado. Essa configuração confirma a

interpretação de Salata (2015), segundo a qual a classe média brasileira é atravessada por uma tensão permanente entre reconhecimento simbólico e insegurança material.

Tabela 1 – Composição ocupacional da classe média brasileira segundo tipologia EGP (Brasil, 2013)

	Porcentagem válida (%)
Profissionais e Administradores	14,9
Trabalhador não-manual de rotina	24,2
Pequenos Proprietários	60,8
Total	100

Fonte: PNAD 2013. Tabela de Elaboração própria

A distribuição por rendimento mediano reforça essa heterogeneidade. Em 2013, aproximadamente 45% da população brasileira situava-se no intervalo relativo da classe média, definido entre 75% e 200% da renda mediana. No entanto, esse grupo apresenta fortes diferenciações internas: as frações superiores concentram maior escolaridade e capital cultural, enquanto as inferiores dependem predominantemente do rendimento do trabalho e exibem maior instabilidade econômica. Esses resultados corroboram as críticas de Scalón e Salata (2012) às concepções economicistas de classe média, evidenciando que o rendimento, embora necessário, é insuficiente para captar as desigualdades simbólicas e culturais.

Tabela 2 - Medidas de Posição e de Dispersão do Rendimento Mensal Domiciliar Per Capita – Brasil, 2013

		Assimetria			Percentis					
Média	Mediana	Valor	Erro Padrão	Mínimo	25%	38%	50%	75%	79%	Máximo
936,75	575	10,321	0,004	1	312	434	575	1000	1133	82000

Fonte: PNAD 2013. Tabela de Elaboração própria

Tabela 3 – Distribuição dos rendimentos na classe média (Brasil, 2013)

	Porcentagem (%)	Valor em Real (R\$)
Classe Média Alta	(125 a 200)	719 a 1.150
Classe Média Baixa	(76 a 125]	437 a 718,75

Fonte: PNAD 2013. Tabela de Elaboração própria

A incorporação do Estrato Socioeconômico Latente aprofunda essa leitura ao evidenciar que mais da metade da classe média brasileira se concentra nos estratos médios e baixos de afluência domiciliar, indicando limitado acúmulo patrimonial e elevada vulnerabilidade. Apenas uma parcela minoritária situa-se nos níveis alto e muito alto de afluência, correspondendo às frações mais estáveis e socialmente reconhecidas. O ESeL demonstra, assim,

a centralidade de dimensões não monetárias — como patrimônio, credencialização e status — para compreender as hierarquias intraclasse.

Tabela 4 – Distribuição da classe média segundo o Estrato Socioeconômico Latente (Brasil, 2013)

Estrato Socioeconômico	Percentual (%)
ESeL 1 – Muito baixo	12,4
ESeL 2 – Baixo	26,8
ESeL 3 – Médio	33,7
ESeL 4 – Alto	20,1
ESeL 5 – Muito alto	7,0
Total	100,0

Fonte: PNAD 2013. Tabela de Elaboração própria

Em conjunto, os resultados confirmam que a classe média brasileira constitui um espaço social plural e internamente diferenciado, no qual coexistem posições marcadas por distintos volumes de capital econômico, cultural e simbólico. A triangulação metodológica adotada permite superar definições unidimensionais de classe, revelando as disputas por reconhecimento e os mecanismos de reprodução das desigualdades no interior dos estratos médios.

4.1. ANÁLISE DE REGRESSÃO LOGÍSTICA MULTINOMIAL

Na etapa final da análise, foi estimado um modelo de Regressão Logística Multinomial, apropriado para variáveis dependentes com múltiplas categorias, com o objetivo de examinar os fatores associados à inserção dos indivíduos nas diferentes frações ocupacionais da classe média definidas por Scalón e Salata. A variável dependente corresponde às três frações da classe média — profissionais e administradores, trabalhadores não manuais de rotina e pequenos proprietários — sendo esta última utilizada como categoria de referência. Como variáveis explicativas, foram incluídos o Estrato Socioeconômico Latente (ESeL), o rendimento mediano, a escolaridade e a raça/cor.

Os resultados indicam que o modelo apresenta capacidade explicativa moderada (Pseudo R^2 de Cox & Snell = 0,311), evidenciando que a inserção nas frações da classe média não é determinada por um único fator, mas resulta da combinação entre recursos educacionais, ocupacionais e patrimoniais.

No caso dos profissionais e administradores, a escolaridade emerge como o principal fator explicativo, reforçando o papel central do capital educacional na ocupação das posições de maior prestígio e autonomia. Além disso, indivíduos situados nos estratos mais elevados do

ESeL apresentam maiores chances de pertencer a essa fração, indicando a convergência entre afluência domiciliar, credencialização e status ocupacional. Observa-se também que indivíduos pretos apresentam maiores chances relativas de inserção nessa fração em comparação aos pequenos proprietários, quando controlada a escolaridade, o que sugere que o efeito da raça opera de forma mediada pelos recursos educacionais e ocupacionais.

Entre os trabalhadores não manuais de rotina, os resultados evidenciam uma associação ainda mais forte com os estratos intermediários do ESeL, especialmente o ESeL 3, indicando que essa fração ocupa uma posição central na estrutura da classe média, combinando rendimentos médios, escolaridade intermediária e menor acúmulo patrimonial. O rendimento mediano mais elevado também aumenta a probabilidade de inserção nesse grupo em relação aos pequenos proprietários, reforçando o caráter assalariado e relativamente estável dessa fração. Assim como no grupo dos profissionais, a escolaridade e a raça mostram-se estatisticamente significativas, confirmando a interseção entre desigualdades educacionais e raciais na estruturação das posições de classe.

Em conjunto, os resultados da regressão corroboram a hipótese de que a classe média brasileira é internamente heterogênea em termos de riqueza domiciliar e status. A heterogeneidade da riqueza manifesta-se na distribuição desigual das frações ocupacionais ao longo dos estratos do ESeL, enquanto o status é operado pela combinação entre escolaridade e condição na ocupação. A análise multivariada reforça, assim, a interpretação da classe média como um espaço social marcado por hierarquias internas e por diferentes formas de acumulação de capital material e simbólico.

Com os dados apontados pela Regressão, aceitamos a hipótese II de que a Classe Média brasileira é heterogênea em relação à riqueza domiciliar e status. A riqueza domiciliar é analisada a partir da heterogeneidade apresentada pela distribuição da Classe Média de Scalon e Salata no Estrato Socioeconômico Latente (ESeL) e o status é representado aqui como a junção da Escolaridade e a condição na ocupação, vista também nos ESeL's.

Dessa forma, o item dos Resultados testou as duas hipóteses propostas e atingiu seus objetivos.

Tabela 5 - Regressão Logística Multinomial

Classe Média de Scalon e Salata ^a	B	Erro Padrão	Wald	gl	Sig.	Exp(B)	95% Intervalo de Confiança para Exp(B)	
							Limite inferior	Limite superior
Profissionais e Administradores	Intercepto	-7,244	,893	65,830	1	,000		
	Escolaridade	,441	,037	145,419	1	,000	1,554	1,446
	ESeL 1	,949	,798	1,416	1	,234	2,584	,541
	ESeL 2	,463	,817	,322	1	,571	1,589	,321
	ESeL 3	,238	,822	,084	1	,772	1,269	,253
	ESeL 4	0 ^b			0			
	Classe Média Alta	-,065	,185	,124	1	,725	,937	,652
	Classe Média Baixa	0 ^b			0			
	Branca	-,143	,191	,558	1	,455	,867	,596
	Preta	,175	,318	,302	1	,582	1,191	,639
	Parda	0 ^b			0			
Trabalhador não-manual de rotina	Intercepto	-5,598	,679	67,913	1	,000		
	Escolaridade	,347	,025	196,556	1	,000	1,415	1,348
	ESeL 1	1,366	,641	4,544	1	,033	3,921	1,116
	ESeL 2	1,101	,653	2,841	1	,092	3,008	,836
	ESeL 3	1,421	,644	4,877	1	,027	4,143	1,173
	ESeL 4	0 ^b			0			
	Classe Média Alta	-,532	,142	14,052	1	,000	,587	,445
	Classe Média Baixa	0 ^b			0			
	Branca	-,223	,147	2,307	1	,129	,800	,600
	Preta	,124	,244	,259	1	,611	1,132	,702
	Parda	0 ^b			0			

a. A categoria de referência é: Pequenos Proprietários.

b. Este parâmetro é configurado para zero porque é redundante.

Fonte dos Dados: PNAD, 2013

4.2. INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA DOS RESULTADOS

Os resultados da regressão confirmam que a classe média é internamente diferenciada por múltiplas dimensões — econômicas, educacionais e simbólicas.

A escolaridade exerce efeito significativo e negativo sobre as frações inferiores, indicando que o capital cultural é um determinante crucial da hierarquia intraclasse. O ESeL, igualmente significativo, evidencia que o patrimônio domiciliar e o nível de conforto material afetam diretamente o status e o reconhecimento social, reforçando a pertinência de abordagens multidimensionais.

O rendimento domiciliar per capita reforça as desigualdades econômicas entre as frações, e a variável raça/cor evidencia que a racialização do status permanece como um eixo estruturante da desigualdade, ainda que com menor magnitude estatística.

A combinação desses resultados sugere que o espaço social da classe média brasileira é configurado por lógicas distintas, mas interdependentes: (I) econômica, que define as condições objetivas de vida; (II) cultural, que legitima o pertencimento através da escolarização; e (III) simbólica, que assegura reconhecimento e prestígio.

A análise confirma a hipótese (b) — a heterogeneidade interna da classe média em relação à riqueza e ao status — e demonstra parcialmente a hipótese (a), pois, embora o rendimento explique parte das diferenças, as variáveis culturais e simbólicas são decisivas para compreender a estrutura intraclasse.

Como observa Scalon (2012), o status é uma forma de “distinção dentro da igualdade”, e o pertencimento à classe média opera como uma fronteira simbólica: define não apenas a capacidade de consumo, mas também o direito de ser reconhecido como distinto. Nesse sentido, a heterogeneidade da classe média brasileira expressa tanto a diversidade estrutural quanto as disputas simbólicas que organizam o espaço social contemporâneo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da classe média brasileira, articulando rendimento, ocupação, afluência domiciliar e status, evidencia que esse grupo social não constitui uma unidade homogênea, mas um espaço complexo de posições desiguais. A triangulação metodológica entre o modelo ocupacional de Scalon e Salata (2012), o critério de Rendimento Mediano (Li, 2017) e o Estrato Socioeconômico Latente (Caetano & Dias, 2017) revela que a classe média é estruturada por diferenças substantivas nos volumes e nas composições de capital econômico, cultural e simbólico.

Os resultados demonstram que a posição de classe não pode ser reduzida ao rendimento. Embora a renda seja uma dimensão relevante, a escolaridade e a afluência domiciliar exercem papel central na definição das hierarquias intraclasse, operando como mecanismos de distinção e reconhecimento. Em consonância com Weber (1953) e Bourdieu (1987), o estudo evidencia que a classe média é atravessada por disputas simbólicas e por processos de fechamento social que delimitam o acesso ao status e ao prestígio.

A análise multivariada confirma a importância da escolarização como forma de capital cultural institucionalizado, fundamental para a ocupação das posições mais valorizadas no interior da classe média. De modo complementar, o ESeL evidencia que a acumulação patrimonial e os níveis de conforto material reforçam as fronteiras simbólicas entre as frações médias, indicando que o status resulta da convergência entre recursos materiais e credenciais culturais.

Esses achados sugerem que o pertencimento à classe média deve ser compreendido não apenas como uma posição no espaço econômico, mas como uma condição simbólica, mediada pelo reconhecimento social. A heterogeneidade observada expressa a ambiguidade constitutiva dessa classe: enquanto suas frações superiores se aproximam das elites culturais e profissionais, suas frações inferiores permanecem marcadas pela vulnerabilidade e pela instabilidade das condições de reprodução social.

Do ponto de vista teórico, o estudo reafirma a relevância de uma abordagem multidimensional da estratificação, capaz de articular as tradições marxista, weberiana e bourdieusiana em um quadro analítico integrado. Empiricamente, demonstra que a combinação entre EGP, Rendimento Mediano e ESeL constitui um instrumento metodológico robusto para captar as múltiplas dimensões da desigualdade no Brasil, oferecendo uma leitura mais refinada da diferenciação interna da classe média.

Por fim, a pesquisa aponta a necessidade de investigações futuras que incorporem análises longitudinais com dados mais recentes, bem como recortes de gênero e raça, a fim de aprofundar a compreensão dos mecanismos que estruturam as hierarquias e disputas simbólicas no interior das classes médias brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKKER, B. F. M. A New Measure of Social Status for Men and Women: The Social Distance Scale. **Netherlands Journal of Social Sciences**, n. 29, p. 113-29, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **O capital social** – notas provisórias. In: CATANI, A.; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Condição de classe e posição de classe**. In: *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON J. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

CAETANO, A. J.; DIAS, J. G. **Socioeconomic Classification of the Working-Age Brazilian Population: A Joint Latent Class Analysis Using Social Class and Asset-Based Perspectives**. Springer Science+Business Media B.V. 2017.

CARDOSO, A; PRÉTECEILLE, E. Classes Médias no Brasil: Do que se trata? Qual seu Tamanho? Como Vem Mudando? **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 4, p. 977-1023, 2017.

CARVALHAES, F. A. D. O. A tipologia ocupacional Erikson-Goldthorpe-Portocarero (EGP): uma avaliação analítica e empírica. **Revista Sociedade e Estado**, v. 30, n. 3, p. 673-703, 2015.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 4. ed. São Paulo: Martins Fonte dos Dados, 2010.

ERIKSON, R. GOLDTHORPE, J. H. PORTOCARERO, L. Intergenerational Class Mobility in Three Western European Societies. **British journal of Sociology**, n. 30, p. 415-441, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**, 2013. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/>.
Acesso em: 10 abr. 2019.

LI, Peilin. China's Path to Overcoming the Double Middle-income Traps. **China & World Economy**, v. 25, n. 6, p. 28-44, 2017.

NERI, M, C. **A Nova Classe Média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PARKIN, F. **Marxism and Class Theory: A Burgeois Critique**. London: Tavistock, 1979

PRANDY, K; LAMBERT, P. Marriage, Social Distance and the Social Space: An Alternative Derivation and Validation of the Cambridge Scale. **Sociology**, London, v. 37, n. 3, 2003.

QUADROS, W. J. D. A evolução da estrutura social brasileira: Notas metodológicas. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n. 147, nov., 2008.

RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: EdUSC, 2007.

_____. **Desigualdade de Oportunidade no Brasil**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____. Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. **Sociologias**, v. 16, p. 178-217, 2014.

SALATA, A. R. Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 1, p. 111-149, 2015.

_____. Uma nova abordagem empírica para a Hierarquia de *Status* no Brasil. **RBCS**, v. 31, n. 92, out., 2016.

SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil**: mapeamento, mudanças, e efeitos na renda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SANTOS, J. A. F; RIBEIRO, L. V. F. Emprego, estratificação e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, 2016.

SCALON, M. C. Mapeando Estratos: Critérios para Escolha de uma Classificação. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, 1998. ISSN 0011-5258

SCALON, M. C; SALATA, A. D. Uma Nova Classe Média no Brasil da Última Década? O debate a partir da perspectiva sociológica. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, maio/ago., 2012.

SILVA, P. L. N; PESSOA, D. G. C; LILA, M. F. Análise estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, 2002.

TELLES, H. de Souza. O que os protestos trazem de novo para a política brasileira? **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2 p. 7-14, abr., 2015.

TILLY, C.; TILLY, C. **Work under capitalism**. Boulder: Westview Press, 1998.

WEBER, Max. **Class, Status and Power**. In: R. Bendix e S. M. Lipset (eds.), *Class, status and power: a reader in social stratification*, Glencoe, Free Press. 1953

_____. **Conceitos Básicos de Sociologia**. São Paulo: Ed. Moraes, 1987.

WITZ, A. Patriarchy and professions: the gendered politics of occupational closure. **Sociology**, v. 24, n. 4, p. 675-690, nov., 1990.

WRIGHT, Erik Olin. **Rethinking once again, the concept of class structure**. In: Erik Olin Wrigth (ed), *The Debate on Classes*. London: Verso, 1980. 269-348p.

Capítulo XII

SUPEREXPLORAÇÃO, RAÇA E GÊNERO: A PRECARIZAÇÃO ESTRUTURAL DO TRABALHO NO SETOR DE SOFTWARE BRASILEIRO

Vinícius Sousa de Oliveira ¹

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da pergunta-problema: dentro das condições do capitalismo dependente, como os mecanismos de exclusão por raça e gênero atuam na alocação da força de trabalho no setor de TI brasileiro? Foca-se no subsetor de *software* (desenvolvimento, adaptação e operação), organização de forças produtivas chaves na digitalização contemporânea.

Parte-se do pressuposto de que, no capitalismo dependente, a acumulação de capital se baseia na superexploração da força de trabalho. A centralidade de mecanismos que rebaixa os salários para manutenção das taxas de lucro limita a difusão dos ganhos de produtividade e orienta a aplicação tecnológica, gerando bolsões restritos de trabalho bem remunerado concomitante a uma ampla precarização. A expansão do setor ocorre, assim, especialmente pelo barateamento generalizado da força de trabalho, com as desigualdades estruturais relacionadas à formação de um exército de reserva setorial. Os resultados revelam o crescimento das faixas salariais inferiores e o aumento da proporção de trabalhadores(as) remunerados abaixo do preço correspondente ao valor socialmente necessário para reprodução, com especial impacto sobre *mulheres* e pessoas *não brancas*.

A exposição está organizada em: fundamentação teórica (trabalho assalariado e superexploração da força de trabalho); caracterização do trabalho em TI no Brasil; metodologia; análise de dados da RAIS; e considerações finais.

1.1. OBJETIVOS

- a) Verificar a tendência de rebaixamento salarial médio no setor de *software*
- b) Identificar padrões diferenciais de exposição à precarização setorial ("Condição Crítica")

¹ Mestrando em Sociologia - PPGS/UFMG. viniciussousa99@hotmail.com.

- c) Analisar a associação entre os grupos interseccionais (definidos pelo intercruzamento de raça e gênero) e a probabilidade de estarem submetidos a condições laborais críticas

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise fundamenta-se nas categorias da tradição marxista e sua vertente latino-americana da *Teoria Marxista da Dependência (TMD)* para compreender a precarização estrutural do trabalho no subsetor de *software* brasileiro. Localiza-se historicamente esse setor como produto do processo de reestruturação produtiva global que estabeleceu um novo paradigma produtivo baseado em estruturas flexíveis, genericamente reconhecíveis no *toyotismo*, e a implementação de sistemas informacionais digitais. Conforme Antunes (2009a, 2009b, 2018), este modelo busca flexibilidade produtiva e controle microeletrônico, tornando o trabalho 'polivalente' e intensificando ritmos, o que aprofunda a subsunção real. Contrariando teses sobre o fim do trabalho (GORZ, 1997), o crescimento das atividades informacionais reafirma as relações assalariadas e a exploração sob novas formas (BRIDI, 2018; CASTRO, 2016).

Adota-se a categoria marxista de *trabalho assalariado* (MARX, 2013), na qual o salário é a contraparte da mercadoria força de trabalho. A exploração ocorre porque o valor pago pelo uso da capacidade de trabalho é inferior ao novo valor criado na produção, sendo a diferença — o mais-valor — apropriada pelo capital. O *valor da força de trabalho* corresponde ao tempo socialmente necessário para produzir os meios de subsistência que reproduzem a capacidade de trabalhar, sendo um padrão histórico e variável de acordo com as condições da luta de classes.

Para analisar a especificidade latino-americana, recorre-se à TMD e à categoria central de *superexploração da força de trabalho* (MARINI, 2013, 2022). Essa não é um mero aumento quantitativo da exploração, mas uma organização funcional específica do capitalismo dependente (CARCANHOLO, 2013). A dependência, resultante da inserção subordinada dos países periféricos no sistema mundial, gera transferências contínuas de valor para os centros. O domínio tecnológico, um dos fatores pelos quais são controlados os principais elos das cadeias produtivas, tem grande peso na formação de preços superiores ao custo produtivo (MARINI, 2013, 2022). Como mecanismo compensatório, as economias dependentes desenvolvem a superexploração, que se estabelece por três vias principais: 1) aumento da intensidade do trabalho sem mudança tecnológica; 2) prolongamento da jornada de trabalho;

e 3) pagamento de remuneração sistematicamente *inferior* ao valor real da força de trabalho, comprometendo sua reprodução biopsíquica e social.

Essa particularidade tem raízes históricas profundas na herança escravocrata. A objetificação de corpos negros sustentou um sistema produtivo exportador baseado no monopólio da terra (GORENDER, 2016). O legado moral escravista estabeleceu bases comportamentais de inferiorização da pessoa negra, limitando seu acesso e estabilidade no trabalho assalariado (FERNANDES, 2008). Conforme Souza (2024), o racismo pós-abolição estruturou um mercado de trabalho já tensionado por uma massa de desocupados majoritariamente negra, criando as "bases concretas para a superexploração" (p. 24). O racismo atuou, e atua, sob novas condições, como um dispositivo de produção do exército industrial de reserva. A concentração de pessoas negras em informalidade, subemprego e desocupação (IBGE, 2023) é produto de mecanismos discriminatórios e funciona como pressão estrutural para a contenção salarial no mercado formal.

Paralelamente, opera a exploração diferencial baseada no gênero. Para além da segmentação ocupacional, a força de trabalho feminina é sistematicamente remunerada abaixo do valor da força de trabalho masculina para funções equivalentes. A divisão sexual do trabalho é uma característica organizadora da estrutura produtiva (HIRATA; KERGOAT, 2007) que se consolida funcionalmente na conversão da desvalorização salarial marcada pelo gênero em diferencial de lucro (SAFFIOTI, 2013). No capitalismo dependente, a articulação entre racismo e sexismo gera uma hierarquia interseccional que modula vulnerabilidades internas da classe trabalhadora.

Tal formação histórica condicionou um padrão de industrialização marcado por barreiras ao acesso tecnológico e por uma cisão entre produção e circulação, o que prolonga o caráter suntuário do consumo e retarda a massificação de produtos, ou seja, a introdução de mercadorias na composição da força de trabalho (LUCE, 2018). A acumulação via superexploração, ao excluir a classe trabalhadora do consumo industrial, obstrui a formação de um mercado interno de massas e restringe a via do mais-valor relativo, isto é, formação de lucro via ganhos de produtividade. Como resultado, desincentiva-se investimentos em inovação tecnológica endógena. Na era digital, essa dinâmica se reproduz: o ritmo de inovações dos países centrais impele a exportação de tecnologias moralmente desvalorizadas para mercados dependentes (MARINI, 2022; SANTOS, 2000). Levantamentos empresariais setoriais ilustram o grau da dependência: 76,3% da renda gerada por desenvolvimento de *software* no Brasil em 2024 veio da reprodução de softwares estrangeiros (ABES, 2025), e o consumo de ferramentas e infraestrutura computacional é dominado por corporações transnacionais (FGV EAESP,

2023). A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho digital, portanto, reafirma a funcionalidade da superexploração como mecanismo compensatório à transferência de valor via dependência tecnológica.

2.1. TRABALHO E TRABALHADORES DE TI NO BRASIL

O segmento analisado é conceituado como *trabalhadores de TI*, com foco naqueles dedicados ao subsetor de *software* (desenvolvimento, adaptação, operação), conforme Bridi (2014a). As condições gerais do setor não escapam da conjuntura nacional marcada pela erosão de direitos via ampla terceirização e pejetização (ALENCAR, 2024; MOLITOR, 2024). Dados da Brasscom (2025) indicam que 54% das novas contratações (2019-2024) foram informais ou como MEI, refletindo uma tendência de flexibilização extrema.

A precarização contratual combina-se com a organização do trabalho por projetos, com prazos exíguos e disponibilidade quase ininterrupta, sobrecarregando a jornada (CASTRO, 2014). O teletrabalho, apresentado como autonomia, muitas vezes se torna extensão não remunerada da jornada e internaliza a disciplina (HUWS, 2017), atingindo especialmente mulheres, que precisam articular trabalho produtivo e reprodutivo no mesmo espaço-tempo (CASTRO, 2014). O controle patronal é reconfigurado por *softwares* de gestão e metodologias ágeis (Scrum, Kanban), que, sob a aparência de autonomia, impõe microprazos, avaliações diárias e métricas individualizadas de desempenho, configurando uma "*taylorização digital*" (AMORIM, GRAZIA, 2018; AMORIM, CARDOSO, BRIDI, 2022). Embora etapas criativas do desenvolvimento de *software* conservem relativa autonomia (BOLAÑO; CASTRO FILHO, 2014), a lógica geral é de fragmentação das tarefas, subsunção aos ritmos algorítmicos e intensificação do trabalho.

Em síntese, a análise do trabalho no setor de TI brasileiro deve considerar sua dupla determinação: as condições gerais de precarização e flexibilização do mercado de trabalho e a especificidade da organização produtiva digital, ambas inscritas na moldura mais ampla do capitalismo dependente e de seus mecanismos compensatórios de superexploração modulados pelos vetores de gênero e raça.

3. METODOLOGIA

Em consonância aos trabalhos de Bridi (2014, 2015) e Castro (2014), o grupo de trabalhadores de TI foi identificado a partir da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2.0, IBGE, 2013), resultando em 4 subgrupos e 13 ocupações. Foram utilizados microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), acessados via plataforma Base dos Dados e

manipulados no RStudio. A análise abrange o período 2003-2024 e limita-se ao mercado formal celetista, não capturando a informalidade, a pejetização ou o trabalho via plataformas.

Para operacionalizar a categoria de *valor da força de trabalho* e o mecanismo da superexploração, utilizou-se o Salário Mínimo Necessário (SMN) calculado pelo DIEESE, conforme proposta de Luce (2018). O SMN estima o custo de reprodução social da força de trabalho. O valor-hora foi obtido dividindo-se o SMN mensal por 220 horas. A condição "Abaixo do SMN" (salário-hora inferior a esse patamar) constitui um *proxy* para o pagamento inferior ao valor real da força de trabalho. Já para uma análise aproximada da taxa de exploração, construiu-se uma tipologia que cruza remuneração e jornada contratada. A jornada média anual setorial serviu como parâmetro divisor. A combinação gerou quatro condições: 1) Condição Crítica: remuneração-hora abaixo do SMN e jornada acima da média setorial (indicador síntese da superexploração mais aguda); 2) Abaixo do SMN: remuneração insuficiente com jornada igual ou inferior à média; 3) Acima da Hora Média: remuneração igual ou superior ao SMN, mas com jornada extensa; 4) Condição Neutra: demais combinações.

Os recortes de raça e sexo seguiram a autodeclaração na RAIS. Os códigos "Preta" e "Parda" foram agrupados na categoria analítica "Negra" (IBGE, 2019). Foram analisados quatro grupos interseccionais: Homem Branco (grupo de referência), Mulher Branca, Homem Negro e Mulher Negra.

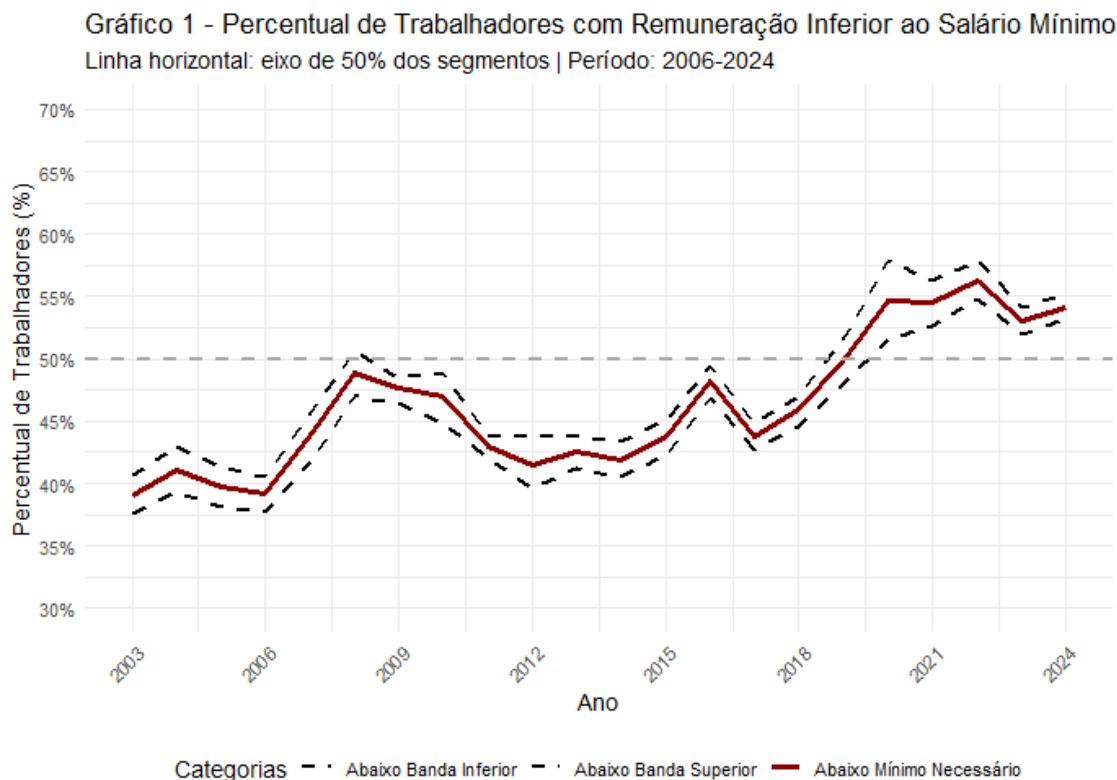
Dada a hiper-sensibilidade de testes como o qui-quadrado de Pearson para grandes amostras, as análises inferenciais priorizaram medidas de efeito e associação: Razões de Possibilidades (Odds Ratios - OR) com intervalos de confiança de 95% (para risco relativo) e o V de Cramér (para intensidade da associação). Complementou-se com uma análise longitudinal para capturar a evolução temporal das desigualdades. A principal limitação reside na variável "horas contratadas" da RAIS, de caráter declaratório e que não reflete a jornada real efetivamente trabalhada, subestimando a superexploração via intensificação e horas extras não remuneradas. A restrição ao mercado formal também silencia sobre dinâmicas cruciais de precarização. Os resultados devem ser interpretados como a expressão visível, ainda que subestimada, no núcleo formal, de tendências que se manifestam de forma mais aguda nas margens informais do setor.

4. RESULTADOS GERAIS

A análise do período 2003-2024 revela que o mercado de trabalho do setor de TI passou por dois ciclos expansionistas (2003-2010 e 2018-2023), intercalados por uma fase de estagnação (2011-2017). Em termos absolutos, o setor criou mais de 600 mil novos postos

formais e mais que dobrou o volume de horas trabalhadas. Mantém características históricas, como remuneração média superior à nacional e baixa rotatividade. A partir de 2018, predominaram jornadas de até 40h semanais, reduzindo a média setorial.

Contudo, operam os mecanismos da superexploração, conforme a TMD: 1) rebaixamento salarial sistemático e aumento dos vínculos que pagam abaixo do Salário Mínimo Necessário (SMN); 2) aprofundamento das desigualdades de raça e gênero; 3) avanço de condições precárias onde o salário-hora é inferior ao SMN em jornadas acima da média.



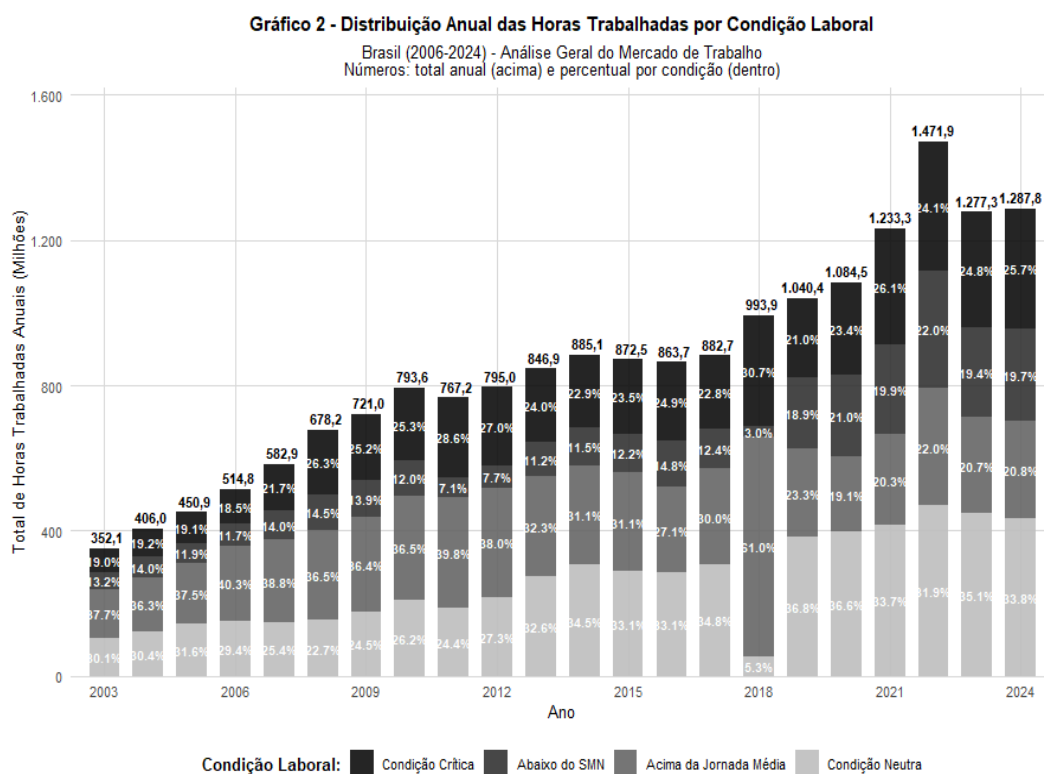
Fonte: Dados Rais/MTE, gráfico elaborado pelo autor (2025)

A partir de 2019, como apontado no Gráfico 1, a maioria dos vínculos passou a remunerar abaixo do SMN, evidenciando empiricamente a remuneração inferior ao valor real da força de trabalho (MARINI, 2022; LUCE, 2018). A estrutura salarial deteriorou-se: a parcela que ganhava acima de 7,01 salários mínimos caiu de 55,6% (2003) para 29,4% (2024). O colapso foi mais agudo no topo: a faixa superior (acima de 15 SM) reduziu-se de 26,0% para apenas 4,2%. A segmentação por sexo mostra um setor progressivamente masculinizado.

A participação feminina encolheu de 30,8% para cerca de 20% em 2024, indicando possível atuação da divisão sexual do trabalho como barreira de acesso e na formação do estoque de trabalhadores. Já a composição racial alterou-se com aumento da presença de trabalhadores negros (+17,5 pp), concentrado no segmento de *homens negros* (+14,4 pp). Essa

entrada, no entanto, ocorre sob o signo da inclusão precarizada, com concentração em faixas salariais inferiores e jornadas extensas.

Por fim, as condições de criação da massa de mais-valor apontam para a centralidade da precarização. As condições laborais precárias ("Abaixo do SMN" e "Condição Crítica"), que em 2003 respondiam por 32,3% das horas totais (~113,4 milhões), passaram a responder por 45,5% em 2024 (~585,6 milhões). A "Condição Crítica" (salário abaixo do SMN e jornada acima da média) manteve participação persistente acima de 20% do total de horas após 2006, configurando um núcleo duro de superexploração racialmente estruturado.



Em síntese, a expansão ocorreu via constituição de camadas com remunerações inferiores e crescimento da massa de mais-valor gerada sob mecanismos de superexploração, em um contexto de desigualdade estrutural de raça e gênero. A questão que se impõe é: como essa extração ampliada de mais-valor distribui-se diferencialmente entre os grupos sociais, conformando uma hierarquia interseccional? A próxima seção analisará, por recortes demográficos, a remuneração frente ao SMN e a relação entre jornada e remuneração.

4.1. PERFIS SALARIAIS DOS GRUPOS MINORITÁRIOS FRENTE AO SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

Como apontado anteriormente, nos últimos cinco anos da série histórica mais da metade absoluta de trabalhadores(as) do setor passou a receber menos que o SMN. Essa alteração é o produto da conjunção de dois eixos: o aumento das contratações em faixas salariais inferiores e a depreciação geral dos salários perante as condições de vida (Gráfico 1). Nesse sentido, nas condições da dependência brasileira, o desenvolvimento do setor ocorre pela progressão gradual de padrões médios inferiores para as condições salariais do setor. Esse padrão de deterioração escalonada — no qual a expansão absoluta do setor implicou superação dos 40% abaixo do SMN originais — constitui indicação do caráter estrutural, e não conjuntural, da superexploração no setor.

No interior desse movimento geral, observa-se a profunda diferenciação entre os segmentos de trabalhadores(as) demarcados por cor e pelo sexo. Os dados expõem uma clivagem fundamental: a precarização salarial atinge todos os grupos, mas com uma velocidade e profundidade desiguais. Ao final da série histórica, são observados: 1) os segmentos de *mulheres* apresentam porcentagens superiores aos seus pares raciais em quantidade de trabalhadoras com remunerações salariais inferiores ao SMN; 2) as variações na quantidade de trabalhadores(as) *negros(as)* com salários inferiores ao SMN é significativamente superior daqueles(as) caracterizados(as) como *brancos(as)*.

Nesse sentido, considerando a proporcionalidade dos agrupamentos, a precarização sofrida pelo segmento racializado é mais intensa que aquela observada pelos segmentos *brancos*. Por outro lado, em termos absolutos, a precarização tem maior impacto sobre o segmento de *homens brancos* – + 90.434 trabalhadores abaixo do SMN –. Nota-se que a maior variação percentual na série histórica foi sobre o agrupamento de *mulheres brancas* (+24,4 pp.), demonstrando outra face do processo de masculinização do setor. Já as *mulheres negras* são o menor grupo formado e aquele com a segunda maior taxa de aumento da condição *inferior ao SMN*. Essa dupla dimensão — volume majoritário sobre homens brancos, intensidade relativa maior sobre negros(as) e mulheres — é crucial. Ela aponta que ao invés de uma substituição racial exista uma dinâmica de modularização da superexploração por marcadores sociais.

Essa diferenciação racial de caráter estrutural apresentada alinha-se à proposta de Souza (2024) sobre o racismo como fator participante da constituição do exército de reserva no capitalismo dependente brasileiro. Contudo, o mecanismo opera em dupla direção: externamente, pela concentração de pessoas negras em situação de informalidade e

desocupação, que pressiona os salários formais para baixo; e internamente ao setor, pela alocação diferencial dos trabalhadores negros que se concentram nas faixas salariais inferiores e com jornadas mais extensas. Nesse sentido, aqui o racismo não se trata, portanto, de uma "exploração focalizada" exclusivamente sobre trabalhadores demarcados, mas de um dispositivo estrutural que produz segmentação diferencial no interior de um processo generalizado de superexploração.

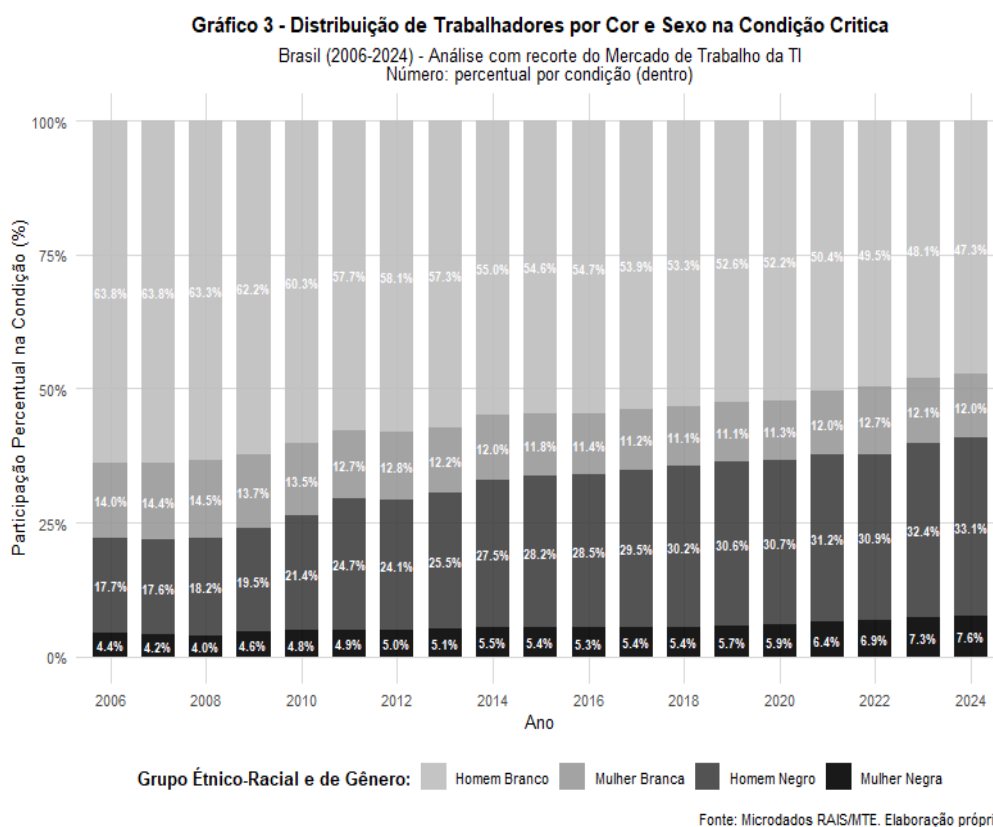
Em âmbito geral, para os capitais constitutivos do setor de TI, a precarização do grupo majoritário (homens brancos) resulta em maior liberação de montantes de capital variável para outras formas e a ampliação do mais-valor extraído. Isso devido ao seu peso populacional, em termos absolutos, é a redução salarial deste agrupamento que sustenta os ganhos na massa de mais-valor do setor. Para as seções racializadas e marcadas pelo sexo, sua funcionalidade para o capital aparenta ser a formação de uma capa marginal e flexível que responda aos aumentos temporais de demanda como a manutenção da pressão setorial para rebaixamento salarial. Em síntese: enquanto a massa de valor criada pela superexploração recai sustenta-se sobre os trabalhadores *brancos* (majoritária), a intensidade relativa é maior sobre os segmentos racializados e femininos.

4.2. CONDIÇÕES DE TRABALHO – JORNADA CONTRATADA E REMUNERAÇÃO SALARIAL – E A MASSA DE TRABALHO ANUAL REALIZADA.

Após identificar a relação entre remuneração média dos trabalhadores e o SMN exposta acima, buscou-se identificar a relação entre as jornadas contratadas e a média setorial sob os salários identificados com o intuito de identificar variações na taxa de exploração criada da massa de mais-valor setorial. Nesta seção será tratada a distribuição por recorte de raça e sexo da condição crítica de trabalho, que teve os dados expostos no Gráfico 3.

Quando são consideradas as distribuições pelos recortes interseccionais, é visível um crescimento da participação de homens negros ao longo da série histórica. Esse crescimento é paralelo àquele referente à remuneração salarial inferior ao SMN. Nesse sentido, é possível identificar um movimento de concentração racial progressiva dessa forma de extração de mais-valor, onde trabalhadores negros tendem a estar sobre-representados nas jornadas mais longas com menores remunerações horárias. Configura-se, assim, um padrão de diferenciação: enquanto todos os segmentos são submetidos ao rebaixamento salarial generalizado, os trabalhadores homens negros e mulheres negras experimentam formas mais agudas dessa condição, combinando menores salários com jornadas relativamente mais extensas. Pelo

Gráfico 3, é visível que em 2006, homens brancos realizavam 63,8% das horas trabalhadas em Condição Crítica. Em 2024, essa participação cai para 47,3%, enquanto a dos homens negros salta de 17,7% para 33,1%. As mulheres negras também veem sua participação praticamente dobrar no período (de 4,4% para 7,6%). Este movimento evidencia um processo de intensificação da exploração da força de trabalho racializada: à medida que o setor se expande, as piores condições de trabalho tornam-se progressivamente mais negras.



Para além da descrição das proporções, a análise estatística focou em medidas de efeito que pudessem aferir a força e o padrão da associação entre grupo interseccional e a probabilidade de estar na *Condição Crítica*. Os resultados, consolidados na Tabela 1, corroboram e especificam a leitura descritiva acima.

Tabela 1 - Resultados dos testes estatísticos (agregado)

Associação entre Raça/Sexo e Condição Crítica de Trabalho		
Teste	Resultado	Valor-p
Qui-Quadrado	$X(3) = 42391.86$	<0.001
V de Cramer	0.075	-
Coefficiente Contingência	0.075	-
LRT para Interação	$X^2 = 1215.60$ (df=3)	<0.001
Tendência Linear (Score Test)	$t=1.59, \beta = 0.0246$	0.2522

RAZÕES DE POSSIBILIDADE - RISCO RELATIVO POR GRUPO (ANUAL)				
Comparação com Homens Brancos (grupo de referência)				
Ano	2006	2012	2018	2024
Grupo	Razões de Possibilidade - OR			
Mulher Branca	0.72 (0.70-0.76)	0.85 (0.83-0.87)	0.87 (0.85-0.89)	0.94 (0.92-0.96)
Mulher Negra	1.18 (1.12-1.25)	1.38 (1.33-1.44)	1.26 (1.22-1.30)	1.32 (1.29-1.35)
Homem Negro	1,54 (1,49-1,58)	1,53 (1,50-1,56)	1,38 (1,36-1,40)	1,41 (1,39-1,43)

* Restante referente a 'Não identificados', 'Indígenas' e 'Amarelos'
Nível de significância α : 0.05 | Período: 2006 - 2024 | N: 7.466.190
¹Intervalo de confiança: 95%

Fonte: Dados RAIS - MTE | Elaborado pelo autor (2025)

A força dessa associação, medida pelo V de Cramér para o período total (0,075) e analisada em sua evolução anual, é de intensidade fraca-modesta. Contudo, sua estabilidade ao longo da série histórica – variando entre 0,06 e 0,10 – revela um padrão estrutural resiliente, onde os marcadores interseccionais modulam consistentemente a vulnerabilidade à *Condição Crítica*. Isso ainda que outros fatores existam para explicar a maior parte da variância do fenômeno. Os resultados das Razões de Possibilidades (Odds Ratios - OR), que toma os homens brancos como grupo de referência (OR=1) em cada ano, apontam que as mulheres brancas possuíram, em todo o período, uma probabilidade menor de estarem na Condição Crítica, com OR variando entre 0,72 e 0,99. Contudo, essa situação mostrou clara tendência de erosão, aproximando-se da paridade (OR=0,99) em 2022. Em direção oposta, os homens negros apresentaram um risco relativamente elevado e persistente, com ORs anuais sempre superiores a 1,38, atingindo um pico de 1,67 em 2011. As mulheres negras, por sua vez, ocuparam uma posição intermediária, mas de risco consistentemente acima da referência, com ORs entre 1,16 e 1,47, com margem de variância superior aos demais devido ao tamanho populacional inferior.

O ingresso relativo crescente de *homens negros* no setor não se traduz em mobilidade ascendente, mas em sua canalização preferencial para as posições onde a superexploração assume *condição crítica*. Eles funcionam como a base racializada da massa de trabalho superexplorado, garantindo a extração de mais-valor em seus termos mais intensos. A OR das *mulheres negras*, ainda que elevada, é menor que a dos *homens negros*. Esta nuance pode indicar que a interseccionalidade opera de forma complexa: a barreira de gênero pode estar excluindo muitas mulheres negras até mesmo dessas posições precárias extremas, ou confinando-as a

outras modalidades de inserção vulnerável (como o "*Abaixo do SMN*" com jornada menor), não capturada pela "*Condição Crítica*".

O teste de razão de verossimilhança (LRT) para interação ($\chi^2 = 1215,60$; $p < 0,001$) corrobora a existência de um efeito interseccional específico, não meramente aditivo. A análise longitudinal, portanto, confirma que a superexploração na sua forma mais aguda é mediada por relações de raça e gênero que configuram uma hierarquia interseccional estável no tempo. O racismo opera canalizando os trabalhadores homens negros, de forma desproporcional e resiliente, para as posições de combinação mais extrema de baixo salário e longa jornada. A trajetória das ORs, especialmente a redução moderada, mas incompleta após 2011, sugere que a desigualdade estrutural, uma vez instituída, resiste como um núcleo duro, adaptando-se sem se dissipar frente às mudanças conjunturais do setor.

A ausência de uma tendência linear significativa no *score test* ($p = 0,2522$) indica que, ao contrário de uma piora ou melhora linear e geral ao longo do tempo, a associação entre grupo interseccional e *condição crítica* mantém um padrão estável de desigualdade. Em que estrutura de privilégio e desvantagem é reaprovaada ano a ano, resistente às flutuações econômicas e à própria expansão do setor.

Portanto, em suma, os testes confirmam que a *superexploração*, enquanto mecanismo estrutural de rebaixamento salarial e extensão da jornada, é mediada e modulada por relações de raça e gênero. O racismo opera garantindo que a superexploração inerente ao mercado de trabalho seja relativamente intenso sobre corpos negros, especialmente masculinos. A divisão sexual do trabalho, por sua vez, atua majoritariamente como um funil de exclusão, mas, para as mulheres que acessam o setor, a cor da pele permanece como um eixo decisivo de vulnerabilidade. Deste modo, tais eixos desvendam uma geografia interna desigual do setor de TI para extração do mais-valor no capitalismo dependente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise revelou um duplo movimento na indústria de *software*: expansão quantitativa concomitante à precarização qualitativa generalizada. Interpretado à luz da TMD, este fenômeno expressa a superexploração como mecanismo compensatório às transferências de valor impostas pela dependência tecnológica. O crescimento setorial foi sustentado pelo rebaixamento salarial sistemático. A partir de 2019, a maioria dos vínculos formais passou a remunerar abaixo do valor socialmente necessário (SMN). Em volume absoluto, a precarização do segmento majoritário – *homens brancos* – amplia a massa de mais-valor.

Contudo, a análise interseccional desvela impactos desiguais. A estrutura histórica do mercado de trabalho, moldada pelo racismo e pela divisão sexual, modula a intensidade da precarização. Os resultados não indicam uma simples substituição por força de trabalho racializada mais barata. Revelam, sim, uma inclusão precarizada e seletiva de *homens negros* – com risco 44% maior de estarem na "Condição Crítica" – combinada a uma exclusão relativa das mulheres, cuja participação setorial encolhe. Entre as que permanecem, a vulnerabilidade é diferenciada: mulheres brancas têm menor risco relativo, enquanto mulheres negras permanecem concentradas nos estratos inferiores. Raça e gênero se apresentam, assim, não como determinantes únicos, mas como princípios organizadores que hierarquizam um processo mais amplo de precarização de classe, canalizando grupos para nichos de superexploração mais intensa.

A restrição aos dados formais da RAIS subestima a magnitude real da superexploração, pois não captura a informalização, a jornada real não declarada (horas extras, teletrabalho não remunerado) e outras formas de precarização documentadas pela literatura. Estas lacunas apontam caminhos futuros: investigar a aglomeração da precarização interseccional em categorias ocupacionais específicas (CBO); utilizar outras bases (como a PNAD-C) para capturar a informalidade e a intensidade do trabalho; e analisar a dinâmica das cadeias de valor e terceirização (CNAE). Em síntese, a chave para entender a superexploração no capitalismo dependente em sua fase contemporânea está no mapeamento de como a divisão técnica do trabalho, reestruturada por tecnologias externas, internaliza e reproduz as hierarquias de raça e gênero, convertendo-as em mecanismos funcionais para a extração diferenciada de mais-valor.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, F V de. A reforma trabalhista de 2017 no Brasil: uma perspectiva histórica dos direitos trabalhistas e de sua destruição em um período de crise (2011-2017). São Paulo: Lutas Anticapital, 2024.

AMORIM, H; GRAZIA, M R. A indústria de software e as metodologias ágeis como estratégia de taylorização e auto-taylorização do trabalho imaterial. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v. 8, n. 2, p. 747-776, jul./dez. 2018.

AMORIM, H; CARDOSO, A C M; BRIDI, M A. Capitalismo industrial de plataforma: externalizações, sínteses e resistências. *Caderno CRH*, v. 35, p. e022021, 10 out. 2022.

ANTUNES, R L. C. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009a.

- ANTUNES, R; BRAGA, R; NOGUEIRA, A. Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b.
- ANTUNES, R. O privilégio da servidão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.
- BOLAÑO, C; CASTRO FILHO, José Guilherme da Cunha. Os limites à taylorização do trabalho na fase de concepção da produção de software. In: MARQUES, R. M. et al. (org.). A informação e o conhecimento sob as lentes do marxismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.
- BRASSCOM. Relatório Perspectivas do Mercado de Trabalho do Macrossetor de TIC. 2025.
- BRIDI, M A. O Trabalho no Setor de Informática no Paraná: reflexões sociológicas. Revista Paranaense de Desenvolvimento, v. 34, n. 124, p. 93-118, 2013.
- BRIDI, M A. O setor de tecnologia da informação: o que há de novo no horizonte do trabalho? Revista de Ciências Sociais: Política & Trabalho, n. 41, p. 277-304, out. 2014.
- BRIDI, M A; BRAUNERT, Mariana Bettega. O trabalho na indústria de software: a flexibilidade como padrão das formas de contratação. Caderno CRH, v. 28, n. 73, p. 199-214, abr. 2015.
- CARDOSO, F H; SERRA, J. As desventuras da dialética da dependência. Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 23, p. 34-80, 1978.
- CASTRO, B. Afogados em contratos: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI. 2013. 368 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- CASTRO, B. Mothering and Fathering in Flexible and Precarious Working Contexts: The Brazilian IT Sector Case. International Journal of Gender, Science and Technology, v. 6, n. 1, p. 125-143, 2014.
- DIEESE. Análise cesta básica – Salário mínimo nominal e necessário. 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 10 dez. 2024.
- FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Globo, 2008.
- GORENDER, J. Escravidão Colonial. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016.
- GORZ, A. Farewell to the working class: an essay on post-industrial socialism. London: Pluto Press, 1997.
- HIRATA, H; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- HUWS, U. A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real. Campinas: Editora Unicamp, 2017.
- IBGE. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2.0). 2013.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). 2023.
- IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019

LUCE, M S. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: FILHO, Niemeyer Almeida (org.). Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. p. 145-166.

LUCE, M S. Teoria marxista da dependência: problemas e categorias uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARINI, R M. Dialética da dependência. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (org.). Ruy Mauro Marini: dialética da dependência e outros escritos. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MARINI, R M. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, Úrsula (org.). Mercado y dependencia. México: Nueva Imagen, 1981. p. 37-55.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOLITOR, T E. Forma jurídica e terceirização no direito do trabalho brasileiro: o capital de comércio da força de trabalho no Brasil. São Paulo: Lutas Anticapital, 2024.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Manual de Orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): anos anteriores. Brasília: MTE, 2025.

SAFFIOTI, H I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

SANTOS, T dos. A teoria da dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, C L S de. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. Serviço Social & Sociedade, v. 146, n. 1, p. 16-35, 2023.

XAVIER, C D. Fábrica de software: até que ponto fordista? 2007. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

Capítulo XIII

TRABALHO, LINGUAGEM E EXPERIÊNCIA: AÇÃO E AGÊNCIA DA CLASSE TRABALHADORA ENTRE PRAGMATISMO E MARXISMO

Clarissa Amorim Barcala ¹

Helena Palhares Zschaber Lages ²

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, de natureza teórica, busca aportar às ciências sociais uma visão sobre trabalho, classes sociais e agência a partir de um diálogo entre duas tradições distintas da sociologia: o marxismo e o pragmatismo norte-americano. Pretende-se, assim, resgatar elaborações de ambas as tradições sobre ação e agência humana, *práxis* e pragmáticas trabalhistas, transformação humana do mundo físico e dinâmicas sociais de organização do trabalho para, a partir disso, (re)alocar no trabalho seu caráter inerentemente coletivo. Tal esforço pretende reforçar a importância da temática trabalhista para a sociologia, promovendo uma visão social acerca do tema e contestando visões que buscam alijar o trabalho das ciências sociais e humanas.

Para tanto, estrutura-se o artigo em três seções para além da introdução. A primeira resgata as bases do pensamento marxista sobre o trabalho sintetizando brevemente as diferentes visões e abordagens de Karl Marx sobre o tema. Partimos de um “jovem Marx” mais idealista e fortemente influenciado por Hegel e chegamos até a forma pela qual o trabalho é abordado no primeiro volume d’O Capital (Marx, 2024 [1867]), com atenção a concordâncias e contradições ao longo do extenso período brevemente analisado. Percebe-se, assim, que o caráter social, comunicativo e por vezes até semiótico do trabalho é algo exaustivamente presente na obra marxiana.

Em seguida, em uma seção mais extensa, reconstrói-se alguns dos principais conceitos do pragmatismo norte-americano em uma base deweyana para, então, captar como o pragmatismo aborda, mesmo que por vezes tangencialmente, o trabalho. Ressalta-se a

¹ Graduanda em Gestão Pública com núcleo complementar em Ciências Econômicas pela UFMG. Pesquisadora do Margem - Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça, sediado no Departamento de Ciência Política da UFMG. Contato: clarissabarcala@gmail.com.

² Graduanda em Ciências Sociais pela UFMG. Estagiária da Práxis Projetos e Consultoria. Contato: helenazschaber@gmail.com.

centralidade do conceito de experiência e o papel que a investigação e a comunicação cumprem dentro da própria experiência. Então, a partir dessa reconstrução, identifica-se na obra de John Dewey repetidas referências ao trabalho como uma forma de experiência, comunicação e investigação, sempre coletiva, funcionando como uma forma de fixação de sentido e de descobrimento do mundo físico e social.

Por fim, a seção final do artigo busca pontos de encontro entre ambas as tradições e vantagens que um diálogo entre elas pode aportar à uma perspectiva sociológica do trabalho. Marxismo e pragmatismo são correntes teóricas amplamente tratadas como absolutamente distintas e até antinômicas entre si, apesar de, como defende-se aqui, existirem amplos pontos de contato desde suas respectivas origens epistemológicas até suas elaborações finais. O que o presente trabalho pretende não é uma unificação de duas teorias em um “marxismo pragmático”, empreitada essa que caracteriza, por exemplo, a obra do filósofo Sidney Hook, alvo de muitas polêmicas e contestações que não serão abordadas a fundo aqui¹. O objetivo é um diálogo crítico entre marxismo e pragmatismo, ressaltando convergências e dissonâncias entre elas. A seção final joga luz a como o caráter social do trabalho na obra marxiana é frequentemente apagada em muitas das interpretações já cristalizadas de Marx. Ao mesmo tempo, reforça-se que leituras mais recentes do pragmatismo subestimam a centralidade do conceito de experiência e abordam a linguagem sem seu vínculo material-natural². Assim, encerra-se o artigo apontando as origens hegelianas do pragmatismo deweyano e do marxismo, o apreço de ambos ao materialismo e alguns importantes pontos de convergência de organização e significado social do trabalho.

2. TRABALHO NO PARADIGMA MARXISTA

Ao analisar a trajetória teórica e ideológica do marxismo, especialmente no que tange às produções de Karl Marx, é possível entender o trabalho como um importante eixo teórico. No entanto, esse conceito apresenta mudanças ao longo do desenvolvimento da teoria, as quais servem como um termômetro não teleológico da maturidade da teoria marxiana e serão abordadas nesta seção.

No início de suas vastas produções teóricas, principalmente na época do “jovem Marx”, desenvolveu-se um marxismo humanista e antropológico (Althusser, 2002), calcado em uma

¹ Para uma análise da vida e obra de Sidney Hook e sua relação espinhosa com ambos pragmatismo e marxismo, ver Mendonça e Reis (2015).

² Para uma crítica pragmatista ao neopragmatismo de Richard Rorty, ver Pogrebinski (2006). Para uma visão ampla da influência pragmatista na obra de Jürgen Habermas, expoente da virada linguística ou pragmática na teoria crítica, ver Aboulafia, Bookman e Kemp (2002).

forte herança feuerbachiana que buscava compreender o homem enquanto essência. A partir da visão de Ludwig Feuerbach de que a materialidade e a naturalidade seriam justamente a essência do homem, sendo necessário que ele entrasse em contato com seu gênero e com os objetos para superar o estranhamento de si, Marx passa a colocar a relação entre os homens e a natureza como elementos substanciais. Mais do que isso, o homem se distinguiria do animal não pelo pensamento ou pela religião, mas pela capacidade de se relacionar produtivamente com a natureza de forma consciente e livre, i.e, independentemente de suas necessidades de subsistência, capacidade essa expressa no *trabalho*. Nesse sentido, o trabalho é colocado como o fundador da existência do homem enquanto gênero - *gattungswesen* - e ser social, sob uma perspectiva quase estanque e idealista de que a essência seria algo dado *a priori*, e não historicamente construída e circunscrita.

Já no período do chamado “velho Marx”, apesar de apresentar uma ruptura com a visão anterior, Marx retoma, uma única vez, no início do capítulo 5 de “O Capital”, uma formulação do trabalho como algo referente à essência humana.

“O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.” (Marx, 2024 [1867], p. 326)

“Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.” (Marx, 2024 [1867], p. 327)

À medida que, nos excertos, o trabalho ainda é colocado como uma atividade exclusiva do homem, visto que somente ele seria capaz de mentalizar o produto antes de realmente produzi-lo, Marx remete ao mesmo conceito ontológico existente nos manuscritos. O ser humano, no exemplo dado, teria uma essência inteiramente distinta da abelha, mesmo realizando a mesma atividade, constituindo-se enquanto gênero e modificando sua própria natureza por meio desse processo. Antes de romper de fato com os princípios do marxismo humanista, no entanto, a teoria do valor acaba por solidificar-se justamente sobre as bases desse trabalho enquanto essência, visto que define o valor como algo que somente pode ser oriundo do trabalho *humano*, gerando, posteriormente, o mais-valor.

Apesar das breves menções à essência humana em “O Capital”, pode-se afirmar que o corte ao marxismo humanista e idealista se dá no texto “Contribuição à crítica da economia política” (Marx, 2008 [1859]), reverberando no fio condutor da análise do capitalismo em sua obra principal. Marx, a partir dessa ruptura em processo, passa a enxergar o trabalho como um conceito inteiramente relacionado às relações sociais de produção, fazendo com que os meios de produção e, por consequência, as classes sociais, antecedam o sujeito. Nessa perspectiva, o trabalho deixa de ser a essência do homem ou assumir uma forma ontológica, passando a ser historicamente e economicamente circunscrito. Mais ainda, as relações sociais de produção e as forças produtivas constituem a estrutura, que, por sua vez, condiciona o desenvolvimento da vida social e política. Nas palavras de Marx:

“A conclusão geral a que cheguei é que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor dos meus estudos, pode formular-se resumidamente assim: na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser que, inversamente, determina a sua consciência (Marx, 2008 [1859], p. 47).

A concepção de trabalho como a capacidade coletiva e socialmente organizada que determina o desenvolvimento da vida social e política atravessa toda a obra do Marx que, embora tenha abordado isso de diferentes formas, não apresenta uma grande ruptura entre as produções do “jovem” e do “velho” Marx (Tavares, 2016). Como visto na presente seção, o conceito de liberdade e agência, em sua perspectiva sempre social de transformação consciente e instrumental do mundo natural, está presente - mais uma vez, de formas diferentes - tanto nos primeiros manuscritos (Marx, 2004 [1844]) quanto na obra considerada derradeira (Marx, 2024 [1867]) do autor.

3. UMA LEITURA PRAGMATISTA DO TRABALHO

Por mais que o pragmatismo clássico, dentro de seu extenso arcabouço político-filosófico, não tenha abordado sistematicamente o trabalho (ou o labor) em suas especificidades, seu foco na ação humana em relação ao contexto no qual ela ocorre oferece um substantivo insumo teórico para se pensar as relações sociais de produção. Nesta seção, buscase reconstruir alguns conceitos pragmatistas que circunscrevem a existência e agência humana em uma perspectiva praxiológica, como experiência, investigação, linguagem e fixação de

sentido, para, em seguida, aplicá-los a atividades trabalhistas e demais relações de produção material.

O pragmatismo clássico, em toda a sua extensão teórica, não será (e sequer poderia) ser inteiramente abarcado no presente trabalho. Com aplicações nas áreas de filosofia, teoria democrática, ciência política, sociologia, educação, linguística, semiótica, lógica e psicologia, entre muitas outras, o dito pragmatismo “clássico” — frequentemente referenciado como o cerne teórico dos trabalhos de Charles S. Peirce, William James e John Dewey, mas também, por vezes, de George H. Mead e Sidney Hook — é uma corrente filosófica particularmente ampla. Cada um dos autores citados têm obras extensas, que passaram por mudanças ao longo dos anos, que nem sempre estão em concordância com elas mesmas, e que frequentemente entram em conflito com as obras de outros autores do próprio pragmatismo clássico. Não propõe-se, aqui, apontar o pragmatismo como uma filosofia única, uma vez que há profundas diferenças entre a filosofia de cada um dos pragmatistas clássicos aqui mencionados (Mendonça, 2016).

A presente seção, portanto, estrutura uma análise teórica da agência e do trabalho humanos a partir de um pragmatismo sedimentado majoritariamente na obra mais tardia de John Dewey (1929, 1934, 1935, 1938, 1939a, 1946). Para complementá-lo, mobiliza-se também alguns conceitos de investigação, comunicação e semiótica de Charles S. Peirce, ressaltando sua influência no pensamento de Dewey; a sociologia de George H. Mead e o marxismo pragmático de Sidney Hook, colegas de Dewey; e a influência de Hegel no pragmatismo deweyano.

3.1. EXPERIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As premissas teóricas que atravessam os diferentes autores e abordagens do pragmatismo clássico giram em torno de princípios antifundacionalistas, consequentialistas e contextualistas. O antifundacionalismo do pragmatismo clássico consiste na recusa da existência de verdades absolutas e imutáveis, conferindo à verdade um caráter acontecimental e relacional; a partir disso, surge o contextualismo, que ressalta a importância do contexto específico para a definição relacional das verdades. Por fim, o consequentialismo retira o foco das causas e pressupostos dos fatos e o realoca nas consequências dos fatos, apontando que a compreensão e o questionamento dessas consequências é o que permite a apreensão do fato em si (Mendonça e Reis, 2015).

A “máxima pragmática”, elaborada por Charles S. Peirce e popularizada por William James, sistematiza essa estrutura teórica a partir da qual o pragmatismo clássico se desenvolveu ao reforçar que a concepção de certo objeto depende da consideração do contexto no qual ele está inserido e de suas implicações práticas nesse contexto. Nesse sentido, Peirce

(1878, p. 293) afirma: “considere quais efeitos, que possam concebivelmente ter implicações práticas, concebemos que o objeto de nossa concepção possa ter. Então, nossa concepção desses efeitos é a totalidade de nossa concepção do objeto”. No mesmo sentido, Dewey (1938) aponta que, em uma interpretação correta do que é “pragmático”, os pressupostos da ação humana devem ser testados por suas consequências a partir de uma investigação. Dewey (1929, p. iii) também ressalta que o pragmatismo destrói aquilo que uma vez foi celebrado, mas não de forma destrutiva, por inspirar a mente “com coragem e vitalidade para criar novas ideias e valores em face das complexidades do novo mundo”.

O pragmatismo deweyano, portanto, mobiliza o cerne teórico do pragmatismo clássico para conferir centralidade à capacidade transformadora da existência humana, que, dentro de seu contexto, é capaz de reformular o que parece dado a partir da investigação contínua das consequências das ações. No cerne da filosofia política pragmatista, há uma teoria da ação social centrada na capacidade criativa da investigação e resolução de problemas. Central para isso é um conceito particular sobre o que é *experiência*, sistematizado em *Experiência e Natureza* (Dewey, 1929) e *Arte como Experiência* (Dewey, 1934).

Experiência, no pragmatismo deweyano, é o resultado das interações entre uma criatura viva e o mundo em que ela vive. É dizer: o processo de viver implica, necessariamente, em uma dinâmica interacional, tanto dos sujeitos entre si quanto entre sujeitos e o mundo físico, as condições ambientais e culturais que circunscrevem a existência e a agência dos sujeitos. No pragmatismo deweyano, também chamado de naturalismo cultural (Hildebrand, 2024), há uma rejeição categórica da separação entre experiência como algo subjetivo e natureza como algo prático e material, e, conseqüentemente, da existência humana enquanto a interação de ambas as coisas separadas. “Cada experiência”, afirma Dewey (1934, pp. 43-44), “é o resultado da interação entre uma criatura viva e algum aspecto do mundo em que ela vive. [...] O processo (de interação) continua até emergir uma adaptação mútua entre o eu e o objeto”. Experiência é, portanto, “o resultado, o signo e a recompensa da interação entre organismo e ambiente” (Dewey, 1934, p. 22), resultado esse que pode ser algo prático, técnico, material, intelectual ou artístico, mas que, num geral, altera organismo e ambiente e traz algo significativo ao mundo comum.

Uma experiência, portanto, não é puramente mental ou física, mas envolve dinâmicas intelectuais e práticas na constituição da existência humana dentro da natureza, e não reconhece “nenhuma divisão entre ato e material, sujeito e objeto, mas os contém ambos em uma totalidade não analisada”, denotando tanto o “campo plantado, as sementes [...], as mudanças da noite e do dia, primavera e outono”, quanto “aquele que planta e colhe” (Dewey,

1929, p. 8). Com vistas para a autorrealização, um sujeito age sobre aspectos do mundo físico e social no qual vive, e, nesse processo, ambos sujeito e mundo se modificam. A dualidade entre agir e padecer, para o pragmatismo deweyano, não é uma dinâmica alternada, mas uma interação unificada que confere sentido à experiência. Sujeitos agem sobre o mundo na mesma medida em que padecem ao que vem de fora, e ambos se modificam através dessa interação (Dewey, 1934). Portanto, rejeita-se, também, uma distinção categórica entre privado e público ou entre individualidade e coletividade. A dinâmica transacional e interacional da experiência confere à formação do indivíduo um caráter associativo por princípio, uma vez que “as formas de interação entre a natureza humana e condições culturais são a primeira e mais fundamental coisa a ser examinada” (Dewey, 1939a, p. 33). Sujeitos não existem separada e isoladamente, como em visões atomistas, mas em uma intrincada rede de relações e interações.

Uma vez que a experiência altera ambos sujeito e mundo, transformando “eventos em objetos, coisas com significado” (Dewey, 1929, p. 166), o pragmatismo deweyano não encara o conhecimento como a busca exclusivamente intelectual por uma verdade absoluta oculta da percepção imediata. Não há, portanto, uma previsão teleológica de obtenção de uma verdade definitiva, mas uma busca pela apreensão do sentido das consequências práticas de uma experiência, processo chamado de *investigação*. A capacidade humana de aferir sentido à própria experiência, isto é, de determinar suas qualidades específicas, não é um processo milagroso “da alma para coisas externas, nem de uma atribuição ilusória de entidades psíquicas a coisas físicas”, visto que “qualidades nunca estiveram ‘no’ organismo; elas sempre foram qualidades de interações nas quais tanto coisas extra-orgânicas quanto organismos participam” (Dewey, 1929, p. 259). O foco, portanto, não está na ação da mente sobre um determinado aspecto do mundo, mas sim em uma lógica inversa: busca-se entender as consequências práticas das interações sujeito-mundo para entender o contexto na qual elas ocorrem. Em outras palavras, o pressuposto de uma ação é validado a partir das consequências práticas dela, em uma lógica mais abduativa que necessariamente indutiva ou dedutiva.

Uma experiência mobiliza determinados meios e atinge uma determinada consequência, alterando, assim, o contexto que circunscreve mundos e sujeitos em um processo contingente, fluido e relacional; logo, o processo de investigação de tais consequências deve ser igualmente contingente, fluido e relacional. A interação entre mundo e sujeitos, na qual ambos agem e padecem simultaneamente, constitui uma experiência, que “tem padrão e estrutura porque não é apenas fazer e sofrer em alternância, mas consiste neles em relação. [...] É essa relação que dá sentido à vida; compreendê-la é o objetivo de toda inteligência” (Dewey, 1934, p. 44). A investigação, portanto, “é uma questão da relação entre meios e consequências, não de

princípios fundamentais fixos como premissas últimas” (Dewey, 1938, p. 9). A necessidade para a investigação emerge quando uma experiência apresenta novas implicações ainda não conhecidas e, logo, não é algo separado da existência cotidiana, uma atividade puramente intelectual na qual a mente age sobre um objeto. É algo embutido na prática cotidiana, é um processo social de tentativa de apreensão do significado de uma experiência. Na investigação, indivíduos testam a validade de hipóteses sobre as consequências práticas de uma experiência, buscando resolver um problema que afeta, de forma prática, suas respectivas vidas.

Desse modo, se a experiência é algo necessariamente social e relacional, a investigação também o é. A investigação é, portanto, “um modo de atividade socialmente condicionado e que tem consequências culturais” (Dewey, 1938, p. 19). Ou seja, o processo de investigação, sempre contínuo, é determinado pelo contexto social no qual emerge, carregando consigo valores e métodos que imperam em tal contexto. Ao mesmo tempo, seu resultado - isto é, a obtenção de conhecimento acerca das consequências de uma determinada experiência - também tem implicações sociais, uma vez que a aplicação de tecnologias desenvolvidas pela ciência apresentam profundas consequências nas relações humanas, pois reorganizam processos de produção, comunicação e distribuição (Dewey, 1938, p. 489). A investigação social é intrínseca à prática social, e a “compreensão ou interpretação consiste na ordenação dos materiais que são considerados fatos; ou seja, na determinação (social) de suas relações” (Dewey, 1938, p. 511).

Assim, a investigação não é algo externo ou posterior à experiência, mas parte constituinte dela, uma vez que atrela meios, consequências, ações e reações na obtenção de percepção e significado. O processo intrinsecamente social de investigação, com vistas à fixação de sentidos sobre as consequências de uma experiência, faz emergir uma concepção particular sobre *comunicação e linguagem*. A transformação de eventos em objetos e coisas com significados, resultado da investigação, depende da capacidade que a comunicação tem de submeter todos os eventos naturais à reconsideração e revisão, readaptando-os para “atender às exigências da conversa, seja ela discurso público ou aquele discurso preliminar denominado pensamento”; logo, onde há comunicação, coisas adquirem significado, “adquirindo, portanto, representantes, substitutos, sinais e implicantes, que são infinitamente mais suscetíveis à gestão” (Dewey, 1929, pp. 166-167). A comunicação também não é algo externo à experiência e à investigação, mas algo que emerge delas. Não é um processo de atribuição de sentido *a posteriori*, que se limita à representação do que é conhecido. Comunicação, para o pragmatismo, “não é anunciar coisas”, mas “o processo de criar participação, de fazer comum aquilo que estava isolado e singular” (Dewey, 1934, p. 244).

Desse modo, a comunicação não se resume à tarefa de representação, mas de constituição de objetos em um mundo fluido e contingente que começa na interação de organismos com seu ambiente e culmina em uma experiência (Langsdorf, 2002). A capacidade da investigação, em sua dinâmica social, de buscar novas possibilidades a partir da experiência de modo a avançar em relação a um entendimento anterior confere um caráter constitutivo, mais que representativo, à linguagem. Assim, ter uma experiência, investigar suas consequências, é sempre algo mediado pela linguagem, que só é capaz de gerar algo novo pelo potencial criativo e constitutivo da comunicação. “Até a composição concebida mentalmente, e portanto fisicamente privada”, explica Dewey (1934, p. 51), “é pública em seu conteúdo significante, visto que é concebida com referência à execução em um produto que é perceptível e que pertence, portanto, ao mundo comum”. Em outras palavras, o pragmatismo rebate o atomismo individualista e a separação hermética entre público e privado ao afirmar que mesmo a experiência intelectual exclusivamente mental e, portanto, fisicamente privada, ocorre em um contexto compartilhado de mundo, relações sociais, signos. Ao mesmo tempo, ter uma experiência, por produzir algo que pertence ao mundo comum, depende da implicação coletiva de se gerar, através da linguagem, um novo real.

A linguagem, portanto, “é uma função natural da associação humana; e suas consequências reagem a outros eventos, físicos e humanos, conferindo-lhes significado ou importância” (Dewey, 1929, p. 173). A inseparabilidade entre natureza e experiência, experiência e investigação, investigação e comunicação etc. torna, em uma perspectiva pragmatista, impensável a separação da ação humana em diferentes categorias, cada uma com sua própria importância. A comunicação, a estética, a linguagem, não existem separadamente da ação instrumental, isto é, aquela que mobiliza meios em direção a um fim. “Os inimigos do estético não são o prático nem o intelectual”, afirma Dewey (1934, p. 40), “são a monotonia, a desatenção para com as dependências, a submissão às convenções na prática e no procedimento intelectual”. O que define o caráter social e, portanto, comunicativo de uma experiência não é sua natureza prática ou intelectual, mas sua capacidade de trazer algo novo ao mundo comum. A capacidade transformadora de uma experiência é restringida pela monotonia da ação ou pela submissão às convenções, não por seu objetivo prático, estético ou intelectual. Uma experiência, na medida em que ela constitua uma experiência singular, ou uma “ação decisiva” que “estabeleça contato com as realidades da vida”, cujas “impressões possam relacionar-se com os fatos de tal maneira que seu valor seja testado e organizado” (Dewey, 1934, p. 45), é capaz de produzir novos significados, em um processo socialmente determinado e que apresenta implicações sociais; é, portanto, intrinsecamente linguageiro e comunicativo.

3.2. O CARÁTER COMUNICATIVO E SÓCIO-POLÍTICO DO TRABALHO

Em *Arte como Experiência*, Dewey (1934) afirma que o que confere capacidade transformadora a uma experiência — e, conseqüentemente, significado social e qualidade estética — é sua capacidade de interconectar meios com vistas a um fim que existe como a consumação de um processo. O interesse em consumir um processo interconectado e fluido, composto por partes distinguíveis entre si e atravessada por uma única qualidade, dota uma experiência de uma dimensão estética que a caracteriza como algo que traz, efetivamente, algo novo e socialmente significativo ao mundo comum. O fim de uma experiência não é, necessariamente, algo positivo à coletividade, mas algo com valor social por trazer implicações coletivas. Um indivíduo, visando sua autorrealização, mobiliza e interconecta meios em sua experiência, seja ela intelectual, artística ou prática. Uma experiência pode ser predominantemente intelectual por ter sentido ou predominantemente prática por interagir com o ambiente que a cerca, mas a organização de um esforço de reunir meios para fins, com partes que se interligam (ao invés de meramente suceder umas às outras) em direção a um desfecho lhe confere uma qualidade singular, social e estética (Dewey, 1934).

Desse modo, não há motivo para separar o trabalho de qualquer outro tipo de experiência, contanto que a experiência prática de trabalhar constitua uma experiência singular. O trabalho, ao transportar “coisas físicas dos confins da terra” e fazê-las “agir e reagir umas sobre as outras na construção de um novo objeto [...] provê a unidade na e através das variadas partes da experiência” (Dewey, 1934, p. 42). Assim, o “trabalho útil” é uma “experiência auto-evidente”, uma vez que ele manifesta a “interconexão de coisas umas com as outras em eficiência, produtividade, promovendo, impedindo, gerando, destruindo”; isto é, “a regularidade, a sequência ordenada, no trabalho produtivo, apresenta-se ao pensamento como um princípio controlador. As artes industriais são as formas tipológicas da experiência que revelam as conexões sequenciais das coisas entre si” (Dewey, 1929, pp. 84-85).

Em outras palavras, o trabalho, por mobilizar e interconectar diferentes meios, instrumentos, ferramentas, práticas, tecnologias etc. com vistas à satisfação de uma necessidade de um indivíduo, coloca em interação o indivíduo, os meios mobilizados, o contexto social e o mundo físico na produção de um fim que atenda a tais necessidades. Nesse sentido, trabalhar é, assim como demais atividades predominantemente práticas de interação com o ambiente físico, uma experiência por conferir, a quem trabalha, a possibilidade de agir e sofrer ação do ambiente na produção de algo novo. Ou seja, o trabalho, por transformar uma sequência

ordenada em um meio de atingir fins, “não apenas converte um fim casual em uma realização, mas também confere ao trabalho uma qualidade imediata de finalidade e consumação” (Dewey, 1929, p. 109). Além disso, na concepção ampla de cultura que Dewey (1938) elabora em seu naturalismo cultural, a experiência de trabalhar ao mesmo tempo cria e instrumentaliza os aspectos materiais da cultura, uma vez que envolve tanto o uso de meios de transporte, habitações, instrumentos e máquinas quanto os processos técnicos usados para produzi-los. Assim, tanto processos práticos quanto intelectuais de trabalho estão inseridos no processo de experiência que transforma sujeitos e mundo.

A partir desse entendimento, Dewey (1929) caracteriza em *Experiência e Natureza* o trabalho como uma forma particular de investigação. O uso de uma ferramenta na experiência de trabalhar, por caracterizar “uma coisa usada como agência para algum evento conclusivo” (Dewey, 1929, p. 128), desempenha um papel significativo na fixação de significados do processo de investigação. A partir disso, Garrison (1995) identifica a presença da influência hegeliana no naturalismo cultural de Dewey ao apontar que as ferramentas, de acordo com Dewey, são expressões concretas da racionalidade. Nas palavras de Dewey (1929, p. 186), usar uma ferramenta na busca de meios para consequências “é ter e dotar de significado; a linguagem, sendo a ferramenta das ferramentas, é a mãe carinhosa de toda a significância”, e, portanto, “as coisas geralmente consideradas como aparelhos, agências e mobiliário, só podem surgir e se desenvolver em grupos sociais possibilitados pela linguagem”. Nesse sentido, assim como Hegel, Dewey defende que uma experiência emerge do labor e do uso de ferramentas. A experiência de trabalhar, o uso de ferramentas para atingir um fim determinado, não é um processo alijado da dinâmica social da comunicação e da linguagem, mas uma forma específica de fixação de sentido que emerge das dinâmicas languageiras de interação social (Garrison, 1995). O desenvolvimento e uso de ferramentas, instrumentos, tecnologias é algo que emerge da dinâmica social que a comunicação permite; o trabalho, portanto, é tanto uma forma de comunicação, por ser capaz de organizar sujeitos e objetos para fixar sentido, quanto fruto das dinâmicas comunicativas de uma sociedade.

Emerge, assim, a teoria social da ação e agência coletiva presente no cerne da filosofia pragmatista. Na perspectiva pragmatista, o conceito de agência está vinculado a como a ação humana dentro de seu contexto pode apresentar significado e propósito, alterando de forma significativa o mundo e a percepção dos sujeitos a partir da investigação, da experiência e da resolução coletiva e social de problemas (Gross, Reed e Winship, 2022). As implicações sócio-políticas do processo sempre coletivo e comunicativo de investigação na perspectiva pragmatista seriam sistematizadas em *O Público e Seus Problemas* (Dewey, 1946).

Frequentemente referenciado como a derradeira obra de Dewey sobre a democracia, o livro apresenta um ponto de vista social e político a partir da definição filosófica de agência enquanto ação social voltada à resolução investigativa e reflexiva de problemas. Nele, Dewey contesta visões passivas sobre as massas ao trabalhar com um conceito próprio de *públicos* que emergem ao redor de um problema cujas repercussões afetam a coletividade. Confrontados com uma situação considerada problemática, sujeitos se organizam ao redor dela, associam-se e tentam solucionar o problema a partir de processos coletivos de investigação e reflexão encarnados na linguagem, formando, assim, um público específico (Cefai, 2017a). A formação de um público que busca resolver social e comunicativamente um problema que diz respeito à coletividade exige, portanto, alguma organização política que permita que os processos sociais de investigação se desenvolvam democraticamente (Dewey, 1946). A democracia no pragmatismo é uma dinâmica sócio-política que organiza os públicos de forma que eles aproveitem todo o potencial crítico da experiência vivida e que, portanto, exige um processo constante de reinvenção (Kadlec, 2007).

Logo, o trabalho, sendo uma “experiência auto-evidente” (Dewey, 1929, p. 84), e, por excelência, uma forma coletiva e social de organização da agência humana, constitui públicos das mais variadas formas. Ao mesmo tempo que a própria organização de trabalhadores na produção constitui um público, uma vez que indivíduos se reúnem para, através do potencial crítico da experiência, investigar e resolver problemas coletivos, o trabalho também pode ser alvo da investigação coletiva de um público se a forma de organização trabalhista acabar apresentando um problema social; em ambos os sentidos, por constituir públicos, o trabalho exige algum nível de organização política. Dewey (1946, p. 62) destaca, por exemplo, como as legislações trabalhistas são uma forma de organização política de um problema relacionado ao trabalho na medida em que “os recursos econômicos das partes no acordo são tão díspares que as condições de um contrato genuíno estão ausentes; a ação do Estado é então introduzida para criar um nível no qual a negociação ocorre”. Os sindicatos, por sua vez, são uma forma de organização política que visam garantir a participação política efetiva dos trabalhadores.

É a partir disso que se desenvolve a crítica pragmatista ao modo de produção capitalista por restringir e limitar a experiência dos trabalhadores e retirar do trabalho seu potencial crítico e social de investigação. A economia política do pragmatismo, apesar de não ter sido plenamente desenvolvida, aponta categoricamente que a concentração de poder nas mãos do capitalismo financeiro resulta na “capacidade (do capitalismo financeiro) de comandar as condições sob as quais a massa do povo tem acesso aos meios de produção e aos produtos que resultam de sua atividade”, e que tal processo “vem sendo a característica fundamental da

repressão da liberdade e a barreira ao desenvolvimento da individualidade ao longo de todos os tempos” (Dewey, 1937, p. 126). A civilização capitalista, segundo Dewey (1985, p. 54), “eleva alguns abrindo horizontes; deprime outros ao fazê-los escravos das máquinas operadas para o ganho pecuniário dos outros”.

Tal repressão da liberdade e do desenvolvimento das individualidades, segundo a economia política pragmatista, ocorre porque o capitalismo incentiva um desenvolvimento científico não para “modificar os atos e atitudes fundamentais dos homens em questões sociais”, mas para “estender enormemente o escopo e o poder de interesses e valores” (Dewey, 1985, p. 58). A raiz desse processo está na divisão do trabalho no capitalismo, que restringe a autorrealização e o controle consciente do trabalhador individual sobre seu próprio trabalho de acordo com os fins que ele escolheu. Retirando o controle do trabalhador sobre os meios e os fins que ele mobiliza e empobrecendo a experiência de trabalhar existência ao relegá-la à mecanização da produção em massa, o potencial crítico e investigativo do trabalho. Assim, no capitalismo, as “tecnologias da indústria derivam da natureza intrínseca da ciência. [...] Mas os objetivos pecuniários que determinaram os resultados sociais do uso dessas tecnologias não derivam da natureza inerente da ciência” (Dewey, 1985, pp. 57-58).

A ciência opera, portanto, como um meio para estender a influência da propriedade privada, e não para florescer novas percepções e significados pelo processo de investigação. Retirar dos trabalhadores o controle sobre os meios de produção e a capacidade de decidir os fins da produção limita o desenvolvimento individual dos indivíduos e barra o potencial crítico da experiência. “A maioria daqueles envolvidos no trabalho de produção e distribuição”, afirma Dewey (1931, p. 122), “não tem qualquer participação — imaginativa, intelectual ou emocional — na direção das atividades em que participam fisicamente”. Uma leitura pragmatista da civilização capitalista aponta que a divisão entre mente e corpo, tão contestada pelo pragmatismo, “é realizada em milhares de trabalhadores industriais, e o resultado é um corpo depressivo e uma mente vazia e distorcida” (Dewey, 1931, p. 123). Além disso, o capitalismo fomenta um individualismo possessivo no qual a busca incessante por ganhos pessoais afasta os indivíduos uns dos outros, rompendo comunidades a partir do incentivo à competição (Westbrook, 1991). O principal obstáculo para uma concepção de indivíduo que existe socialmente e em cooperação associativa, vital para o processo coletivo de investigação, “é a persistência daquela característica do individualismo anterior que define a indústria e o comércio por ideias de lucro pecuniário privado” (Dewey, 1931, p. 85), causando uma “distorção e estupidificação da personalidade humana pelo regime monetário e competitivo” (Dewey, 1937, p. 126). A consequência direta desse processo, identificada por Dewey, é o

“desperdício de homens e mulheres adultos que não têm a chance de trabalhar, e nos rapazes e moças jovens que encontram portas fechadas onde antes havia oportunidade” (Dewey, 1939b).

De um ponto de vista pragmatista, esse processo é inerente ao capitalismo e não pode ser contido por ajustes que não alterem radical e significativamente o sistema. Dewey (1937, p. 126) não nega os ganhos dos trabalhadores frutos de políticas sociais na chamada era dourada do capitalismo, mas afirma que “glorificar tais ganhos e não dar atenção às brutalidades e injustiças, ao alistamento e ao impedimento, à guerra aberta e encoberta que estão a serviço do presente sistema é hipocrisia intelectual e moral”. O capitalismo de bem-estar social, segundo Dewey, acabava por falhar em cultivar a capacidade dos trabalhadores de participação autônoma na vida social (Westbrook, 1991). A democracia enquanto *modo de vida*, aquela que “acredita sinceramente no processo de experiência como fim e como meio” e que possibilita a “condução de uma experiência maior que libera emoções, necessidades e desejos de modo a tornar existentes coisas que não existiram no passado” (Dewey, 1939b, p. 137), só poderia ser alcançada mediante a democratização da economia política, libertando o potencial crítico da experiência também - e principalmente - nas relações sociais de trabalho e produção. O capitalismo, por restringir a liberdade dos trabalhadores e fomentar um individualismo que fragmenta comunidades, é, em si, um impedimento à democracia. Por isso, Dewey (1931, p. 143) vislumbra, em seu horizonte normativo, “um tempo em que todos os indivíduos possam compartilhar as descobertas e os pensamentos dos outros, para a libertação e o enriquecimento de sua própria experiência”, afirmando categoricamente que “nenhum pesquisador científico pode guardar para si o que descobre ou utilizá-lo apenas para fins particulares sem perder seu prestígio científico. Tudo o que é descoberto pertence à comunidade de trabalhadores”.

4. TRADIÇÕES EM DIÁLOGO: O TRABALHO PELA INFLEXÃO PRAGMATISMO-MARXISMO

Se, como amplamente referenciado, a relação entre trabalho e linguagem foi explicitamente estabelecida por Hegel (Haddad, 1999), não é de se estranhar que a influência hegeliana na sociologia pragmatista e marxista confere, a ambas correntes teóricas, uma especial atenção ao trabalho como atividade social e comunicativa. Se, como diz Tavares (2016), Marx levou o pensamento de Hegel às últimas consequências, o “depósito permanente” de influência hegeliana na obra de Dewey (Garrison, 2006) permitiu ao pragmatista, segundo Habermas (2002), naturalizar Hegel. As implicações sócio-políticas do conceito de trabalho no pragmatismo e no marxismo seguirão, portanto, esse importante ponto de encontro.

Como visto nas seções anteriores, ambos Marx e Dewey compartilham uma visão particular de humanismo que, recusando o individualismo racionalista dos utilitaristas, buscaram reforçar a “reciprocidade entre humanidade, sociedade e natureza”, caracterizando o ser humano como um “agente criativo e social cujos desejos e potencial criativo deve ser respeitado e encorajado para se desenvolver o máximo possível” (Shuklian, 1995, p. 783). Tal semelhança é, por exemplo, o que levará ambos os autores a um diagnóstico semelhante do capitalismo industrial e de suas repercussões negativas para o desenvolvimento e a autorrealização humana, como aponta Min (1979). É importante dizer que essa convergência não é algo amplamente reconhecido nem pelo marxismo e pragmatismo e nem pelo próprio Dewey, que criticaria o marxismo dogmatizado da União Soviética por sua desatenção da relação entre meios e fins e por uma visão excessivamente economicista¹. A presente seção busca endereçar alguns ruídos entre ambas as tradições, contestando por exemplo a acusação marxista e frankfurtiana de primeira geração de que o pragmatismo seria aquiescente, excessivamente utilitarista e conivente quanto às relações de poder (Mendonça, 2013), ou a crítica habermasiana a uma suposta negligência de Marx à dimensão comunicativa (Habermas, 2002; Tavares, 2016). Assim, argumenta-se que pragmatismo e marxismo podem ser complementares em muitos sentidos para o desenvolvimento, por exemplo, de uma visão sociológica sobre o trabalho.

Tanto o pragmatismo, desde sua origem na semiótica peirceana, quanto o marxismo promoveram críticas e respostas contundentes ao cartesianismo que caracteriza um sujeito universal, unificado e totalizante. Reforça-se, aqui, a importância da obra de Mikhail Bakhtin, destacadamente *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2006), que, baseado em Marx, teve uma importância ímpar para reforçar “não apenas a materialidade da ideologia na concreção do signo, mas também a conexão entre a linguagem e as relações sociais de produção” (Santaella, 2006, p. 129). Tanto no marxismo de Bakhtin como no pragmatismo de Charles S. Peirce, identifica-se “uma rede social de signos”, que conecta o passado com os indivíduos do presente “sempre carregado de promessas e expectativas de futuro” (Santaella, 2006, p. 131). Dewey herdaria uma forte influência do pragmatismo de Peirce ao reforçar que o processo de criação de sentido é sempre intersubjetivo e que uma teoria da significação - como a semiótica peirceana - não deveria focar apenas nos signos verbais, mas se expandir para a influência das

¹ Não há como nem por que prever como seria a leitura de Dewey sobre a obra de Marx sem a dogmatização soviética, basta dizer que não foi esse o caso. O pragmatista criticaria o marxismo veementemente em suas obras mais tardias sobre teoria política, como *Liberalismo e Ação Social* (Dewey, 1935) e *Liberdade e Cultura* (Dewey, 1939a), mas essas críticas estavam mais voltadas à interpretação cristalizada do stalinismo do que ao que Marx propriamente escreveu, como apontou Greenbaum (1967).

relações materiais sobre a formação da linguagem, extensivamente abordada por Bakhtin, e para a própria produção material como um processo de criação de sentido, tópico que, como visto antes, foi extensivamente abordado por Dewey (1929, 1934).

Se, como visto nas duas seções anteriores, o sujeito para o marxismo e para o pragmatismo se configura nas dinâmicas sociais, materiais e linguageiras de (re)construir o mundo natural que cabe em comum à humanidade e à natureza, a concepção liberal de política e sociedade assentada no sujeito cartesiano não é apenas danosa como não faz sentido dentro dessas tradições. É dizer: uma ideia de sociedade composta por indivíduos alijados uns dos outros, com preferências individuais e dadas, que competem entre si pela realização sempre individual de seus interesses, não faz sentido, uma vez que desconsidera que a formação de preferências desse indivíduo, por mais privada que seja, é socialmente condicionada por estar inserida em um contexto social de mundo comum experienciado e transformado coletivamente. É a partir disso, por exemplo, que Dewey conduziria, já no final de sua vida, uma investida na teoria política para resgatar o que o pragmatista considerava o verdadeiro sentido do liberalismo, advogando por um “liberalismo radical” ao reafirmar que os princípios liberais de livre expressão e investigação só seriam realizáveis por meio da vida coletiva (Dewey, 1935, 1937, 1939a, 1939b).

Assim, ambos marxismo e pragmatismo convergem na crítica ao capitalismo industrial por sacar dos seres humanos a coletividade inerente à própria existência. Os milhares de trabalhadores industriais de “corpo depressivo e mente vazia e distorcida” (Dewey, 1931, p. 123) são um sintoma direto cuja origem está na separação do trabalhador dos controles dos meios e dos fins da produção, controle este que demanda, necessariamente, uma dinâmica criativa, cooperativa e interativa. É um diagnóstico semelhante ao do marxismo, que identifica que “o problema maior da sociedade dos produtores de mercadorias é, precisamente, a degeneração do humano em mercadoria” (Tavares, 2016, p. 104). O trabalho na civilização capitalista deixa de ter a função de produzir coletivamente algo novo no mundo comum — seja em termos pragmatistas de “execução em um produto que é perceptível e que pertence, portanto, ao mundo comum” (Dewey, 1934, p. 51) ou em termos marxistas de “(re)construir o mundo natural por meio de sua ação produtiva solidária” (Tavares, 2016, p. 101) — para produzir apenas “fins pecuniários” (Dewey, 1985) ou mais-valor (Marx, 2024 [1867]).

Em outras palavras, a elaboração de Marx sobre valor de uso, valor e alienação do trabalho, quando investigada pela semiótica pragmatista, aponta que o problema fundamental do capitalismo é colocar como o objetivo final da ação humana não a autorrealização, o (auto)descobrimento da natureza e a produção de comum, mas a extração do valor de uso para

a valorização expressa no signo dinheiro que, embora elaborado intersubjetivamente, tem objetivos exclusivamente privados (Dongo, 2025). Em outras palavras, o valor almejado pelo capitalismo não é o valor comunitário pelo qual Charles S. Peirce advogava, mas uma expressão alienada e privatizada nos meios e nos fins daquilo que é produzido pelo trabalho. Separando o trabalhador dos meios e dos fins, separa-se o humano da natureza, e a investigação científica que leva à inovação acontece com desprezo às consequências sociais e naturais da produção material (Dewey, 1985). A experiência não está mais voltada ao descobrimento do mundo, mas uma sucessão alienada, mecanizada e apressada de fins e meios que trata a resistência “como uma obstrução a ser vencida, e não como um convite à reflexão” (Dewey, 1934, p. 45).

A socialização das forças produtivas, chamada por Dewey de “democracia industrial” (Westbrook, 1991) e posteriormente de “democracia radical” (Dewey, 1937) ou “democracia criativa” (Dewey, 1939b) e por Marx de comunismo, configura-se como um importante horizonte normativo para ambas as tradições por expandir o conceito de democracia para todas as esferas da vida e devolver à humanidade o controle social daquilo que tem impacto social, como os modos de produção e o processo do trabalho. Ambos pragmatismo e marxismo, em seu conteúdo social, vislumbram a retomada da agência crítica e coletiva às relações materiais de produção, reforçando que uma vida livre e verdadeiramente democrática não pode ser limitada em sua dinâmica material-natural por um processo alienador e privatizador daquilo que sempre disse respeito à coletividade: a produção intelectual, estética, prática e material de algo novo em um mundo que, como reforça Cefai (2017b), nos cabe em comum.

REFERÊNCIAS

ABOULAFIA, Mitchell; BOOKMAN, Myra; KEMP, Catherine (Eds.). **Habermas and Pragmatism**. New York: Routledge, 2002.

ALTHUSSER, Louis. A querela do humanismo II. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 14, pp. p. 48-72, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BERNSTEIN, Richard. **The Pragmatic Turn**. Cambridge: Polity Press, 2010.

CEFAI, Daniel. Públicos, Problemas Públicos, Arenas Públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). **Novos Estudos Cebrap**, vol. 36, nº 1, pp. 187-213, 2017a.

CEFAI, Daniel. Públicos, Problemas Públicos, Arenas Públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). **Novos Estudos Cebrap**, vol. 36, nº 2, pp. 129-142, 2017b.

DEWEY, John. **Experience and Nature**. Londres: George Allen & Unwin, 1929.

- DEWEY, John. **Individualism Old and New**. Londres: George Allen & Unwin, 1931.
- DEWEY, John. **Art as Experience**. Nova York: G. P. Putnam's Sons, 1934.
- DEWEY, John. **Liberalism and Social Action**. Nova York: G. P. Putnam's Sons, 1935.
- DEWEY, John. A democracia é radical. In: FRANCO, Augusto; POGREBINSCHI, Thamy (Eds.). **Democracia Cooperativa: Escritos Políticos Escolhidos de John Dewey**. Porto Alegre: EDIPUCRS (2008), pp. 125-129, 1937.
- DEWEY, John. **Logic: The Theory of Inquiry**. Nova York: Henry Holt and Company, 1938.
- DEWEY, John. **Freedom and Culture**. Nova York: G. P. Putnam's Sons, 1939a.
- DEWEY, John. Democracia Criativa: A tarefa diante de nós. In: FRANCO, Augusto; POGREBINSCHI, Thamy (Eds.). **Democracia Cooperativa: Escritos Políticos Escolhidos de John Dewey**. Porto Alegre: EDIPUCRS (2008), pp. 131-138, 1939b.
- DEWEY, John. **The Public and Its Problems: An Essay on Political Inquiry**. Chicago: Gateway Books, 1946.
- DEWEY, John. Science and Society. In: BOYDSTON, Jo Ann (ed.). **The Later Works of John Dewey, 1925-1953: Volume 6, 1931-1932**. Carbondale: Southern Illinois University Press, pp. 53-63, 1985.
- DONGO, Eduardo Yalán. Peirce y la semiótica del dinero: indexicalidad, trabajo y capitalismo. **Federación Latinoamericana de Semiótica**, nº 43, pp. 141-154, 2025.
- GARRISON, Jim. Dewey's Philosophy and the Experience of Working: Labor, Tools, and Language. **Synthese**, vol. 105, pp. 87-114, 1995.
- GARRISON, Jim. The "Permanent Deposit" of Hegelian Thought in Dewey's Theory of Inquiry. **Educational Theory**, vol. 56, nº 1, pp. 1-37, 2006.
- GREENBAUM, Fred. John Dewey Views Karl Marx. **Social Science**, vol. 42, nº 4, 1967.
- GROSS, Neil; REED, Isaac; WINSHIP, Christopher. Pragmatist Sociology: Histories and Possibilities. In: GROSS, Neil; REED, Isaac; WINSHIP, Christopher (eds.). **The New Pragmatist Sociology: Inquiry, agency, and democracy**. Nova York: Columbia University Press, 2022.
- HABERMAS, Jürgen. Postscript: Some concluding remarks. In: ABOULAFIA, Mitchell; BOOKMAN, Myra; KEMP, Catherine (Eds.). **Habermas and Pragmatism**. New York: Routledge, 2002.
- HADDAD, Fernando. Trabalho e Linguagem (para a redialetização do materialismo histórico). **Lua Nova**, vol. 48, pp. 5-31, 1999.

HILDEBRAND, David. John Dewey. In: ZALTA, Edward; NODELMAN, Uri (eds.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy Summer 2024 Edition**. Stanford: The Metaphysics Research Lab, 2024.

HONNETH, Axel. Democracy as Reflexive Cooperation: John Dewey and the Theory of Democracy Today. **Political Theory**, Vol. 26, No. 6, 1998.

KADLEC, Alison. **Dewey's Critical Pragmatism**. Lanham: Lexington Books, 2007.

LANGSDORF, Lenore. Reconstructing the Fourth Dimension: A Deweyan critique of Habermas' conception of communicative action. In: ABOULAFIA, Mitchell; BOOKMAN, Myra; KEMP, Catherine (Eds.). **Habermas and Pragmatism**. New York: Routledge, 2002.

LEVINE, Steven. Hegel, Dewey, and Habits. **British Journal for the History of Philosophy**, vol. 23, nº 4, pp. 632-56, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2006 [1859].

MARX, Karl. **O Capital** | Livro I: O processo de produção do Capital. 3ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2024 [1867].

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Teorias críticas e pragmatismo: a contribuição de G. H. Mead para as renovações da Escola de Frankfurt. **Lua Nova**, 90, 2013.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Antes de Habermas, para além de Habermas: uma abordagem pragmatista da democracia deliberativa. **Sociedade e Estado**, vol. 31, nº 3, 2016.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; REIS, Luisa de Albuquerque. Pragmatismo, marxismo e democracia: A negligenciada contribuição de Sidney Hook. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº17, pp. 247-275, 2015.

MIN, Pyong Gap. A Comparison of Marx's and Dewey's Reactions to Industrialization. **Educational Theory**, vol. 29, nº 1, 1979.

PEIRCE, Charles Sanders. How to Make Our Ideas Clear. **Popular Science Monthly**, vol. 12, pp. 286-302, 1878.

PEIRCE, Charles Sanders. What Pragmatism Is. **The Monist**, Vol. 15, No. 2, pp. 161-181, 1905.

PEIRCE, Charles Sanders. **The Essential Peirce**: Selected philosophical writings. Edited by the Peirce Edition Project. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

POGREBINSCHI, Thamy. Será o neopragmatismo pragmatista? **Novos Estudos Cebrap**, vol. 74, pp. 125-138, 2006.

SANTAELLA, Lucia. Os Conceitos Anticartesianos do *Self* em Peirce e Bakhtin. **Cognitio**, vol. 7, nº 1, pp. 121-132, 2006.

SHUKLIAN, Steve. Marx, Dewey, and the Instrumentalist Approach to Political Economy. **Journal of Economic Issues**, vol. 29, nº 3, 781–805, 1995.

TAVARES, Francisco Mata Machado. **Deliberação e Capitalismo**: uma crítica marxista ao pensamento de Habermas. Curitiba: Appris, 2016.

WESTBROOK, Robert. **John Dewey and American Democracy**. Nova York: Cornell University Press, 1991.

GT 5

**GÊNERO, EXTREMA-
DIREITA E
AUTORITARISMOS**

Capítulo XIV

CORRUPÇÃO COMO GRAMÁTICA POLÍTICA: UMA BREVE ANÁLISE COMPARADA DAS TRANSIÇÕES DE PODER NA AMÉRICA LATINA RECENTE

Miguel Vitor de Araujo Vieira¹

RESUMO

Esta pesquisa, em estágio preliminar de desenvolvimento, investiga a instrumentalização da retórica anticorrupção em momentos de transição de poder na América Latina recente, tomando como casos Brasil (impeachment de Dilma Rousseff, 2016), Argentina (fim do kirchnerismo e eleição de Macri, 2015), México (eleição de López Obrador, 2018) e Colômbia (eleição de Gustavo Petro, 2022). O estudo parte da hipótese central de que a corrupção, mais do que fato jurídico ou administrativo, tem se convertido em *gramática política* — linguagem capaz de ordenar percepções, hierarquizar legitimidades e reconfigurar fronteiras do jogo democrático. A análise comparativa, apoiada nos métodos de comparação pareada (Tarrow, 2010) e *Process Tracing* (Perissinotto, 2024), busca identificar padrões e contrastes na mobilização desse discurso, considerando as condições históricas e institucionais de cada país, os atores que o mobilizam e as funções políticas que assume nos diferentes contextos, seja como instrumento de desgaste de governos estabelecidos, seja como elemento estruturante de projetos de renovação que se apresentam como alternativa ao sistema político tradicional. O que se apresenta são hipóteses de trabalho, que aguardam confirmação ou refutação ao longo do percurso investigativo.

Palavras-chave: Corrupção. Retórica política. Transições de poder. América Latina. Comparação pareada.

1. INTRODUÇÃO

A forma como a corrupção se converte em linguagem política, ultrapassando o campo jurídico e adquirindo força capaz de influenciar transições de poder, constitui o eixo central desta pesquisa. O objeto concentra-se precisamente nesse movimento: a instrumentalização da retórica anticorrupção em momentos decisivos da história recente de Brasil, Argentina, México e Colômbia, quatro países que, embora compartilhem tradições políticas variadas, revelam padrões comuns no uso estratégico dessa narrativa para justificar rupturas, remodelar alianças e legitimar novos projetos de governo. Delimitar esse objeto significa observar não apenas a presença da corrupção como denúncia, mas compreender o percurso que torna essa denúncia um recurso simbólico estruturante, apto a disputar sentidos, construir credibilidade e desestabilizar hegemonias.

A partir desse recorte, o problema de pesquisa emerge de modo claro: como a retórica anticorrupção foi instrumentalizada nas transições de poder na Argentina em 2015 e no Brasil

¹ Graduado em História, Mestre e Doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: miguelaraujovieira47@gmail.com Telefone: (31) 98869-6670.

em 2016, de um lado, e no México em 2018 e na Colômbia em 2022, de outro, e que funções políticas assumiu em cada caso, considerando que esses dois pares se situam em momentos distintos do ciclo político latino-americano? A pergunta que orienta a investigação não pressupõe homogeneidade interna em cada par nem diferenças previamente determinadas entre eles, mas busca justamente identificar atores, padrões, variações e mecanismos que permitam compreender, de forma comparativa, o papel da retórica anticorrupção nas transformações políticas contemporâneas da região. Trata-se, portanto, de investigar de que maneira a corrupção é mobilizada como argumento político por atores situados em diferentes posições no campo político, quais funções ela cumpre em contextos de crise, disputa eleitoral e recomposição institucional, e sob quais condições esse discurso se torna mais ou menos central nos processos de transição.

A hipótese prévia que orienta este percurso parte da suposição de que a retórica anticorrupção adquire força política especialmente quando se articula a contextos de desgaste institucional, crises econômicas ou disputas por legitimidade democrática, convertendo-se em catalisador capaz de reorganizar fronteiras políticas e produzir efeitos concretos. Pressupõe-se, ainda, que sua eficácia não depende apenas do conteúdo moralizante que enuncia, mas da capacidade de ser amplificada por meios de comunicação, campanhas eleitorais, investigações judiciais e disputas narrativas dentro e fora das instituições, bem como da circulação regional e transnacional de repertórios jurídicos, midiáticos e políticos que atravessam os casos analisados.

A partir dessas premissas, o objetivo geral consiste em analisar comparativamente como a retórica anticorrupção foi instrumentalizada nos processos recentes de transição de poder na Argentina, Brasil, México e Colômbia, identificando as funções políticas que assumiu em cada caso e examinando como sua mobilização se relacionou com dinâmicas mais amplas do ciclo político latino-americano. Para sustentar esse percurso, desdobram-se os seguintes objetivos específicos: analisar os contextos históricos, institucionais e políticos que antecederam e moldaram a emergência dessa retórica nos quatro países; identificar os atores e instituições que ocuparam posições estratégicas nas transições, distinguindo aqueles situados no governo e na oposição; examinar as dinâmicas de formulação, circulação e disputa da retórica anticorrupção nas diferentes esferas de expressão política; investigar a influência de fatores e atores regionais e transnacionais na configuração desse discurso; comparar a estrutura argumentativa, os sentidos e os enquadramentos mobilizados por atores no governo e na oposição; e, por fim, verificar a existência de dissonâncias na retórica anticorrupção conforme

a posição dos atores no campo político, examinando eventuais deslocamentos discursivos quando situados na oposição ou no exercício do governo.

2. JUSTIFICATIVA

A centralidade que a retórica anticorrupção adquiriu nos processos de transição política na América Latina contemporânea constitui o ponto de partida desta investigação. Longe de fenômeno lateral ou meramente conjuntural, trata-se de um operador simbólico que tem atravessado disputas institucionais, redefinido percepções de legitimidade e reconfigurado as fronteiras do jogo democrático na região. O que se observa nos quatro casos selecionados, Argentina em 2015, Brasil em 2016, México em 2018 e Colômbia em 2022, é justamente a capacidade desse discurso de produzir efeitos políticos concretos, seja em contextos de encerramento de ciclos progressistas duradouros, seja em momentos de ascensão de novas forças ao poder.

A relevância da pesquisa reside, em primeiro lugar, no tratamento comparativo que propõe. Ao colocar em diálogo dois pares de casos situados em momentos distintos do ciclo político latino-americano, o desenho metodológico ancorado na comparação pareada e no rastreamento de processos permite identificar não apenas padrões transversais na instrumentalização da retórica anticorrupção, mas também variações significativas conforme a posição dos atores no campo político, governo ou oposição, e conforme as distintas funções que o discurso assume: deslegitimação de governos estabelecidos, justificação de rupturas institucionais, crítica às elites tradicionais ou estruturação de projetos de renovação.

Ademais, a investigação oferece contribuição teórica ao tratar a corrupção não como desvio individual ou disfunção administrativa, mas como categoria política discursivamente construída e historicamente variável. O esforço de compreender como sua definição pública é expandida ou reconfigurada nas transições analisadas, incorporando não apenas ilegalidades formais, mas práticas políticas moralmente desqualificadas, ilumina um mecanismo central da disputa contemporânea por legitimidade: o deslocamento do confronto programático para a polarização moral, com consequências profundas para a qualidade da representação democrática.

Por fim, a pesquisa se justifica por sua pertinência no debate público mais amplo. Em contexto regional marcado por polarização crescente, judicialização da política e fragilidade institucional, compreender os mecanismos pelos quais discursos moralizantes são mobilizados para legitimar rupturas, reconfigurar alianças ou desqualificar adversários oferece instrumentos analíticos para interpretar a instabilidade que atravessa as democracias latino-

americanas. Mais do que diagnosticar o fenômeno, trata-se de iluminar suas condições de possibilidade e seus efeitos sobre a própria dinâmica democrática.

3. BREVE REVISÃO DA LITERATURA E METODOLOGIA PRELIMINAR

Há algum tempo venho me inquietando com a forma como determinadas retóricas são utilizadas e demonstram potencial de influenciar na balança do poder. A instrumentalização da retórica anticorrupção ocupa lugar central. Ela não é apenas denúncia de práticas ilícitas, mas instrumento estratégico capaz de legitimar projetos, corroer reputações e reconfigurar alianças em momentos de transição. Minha pesquisa parte desse ponto de tensão: compreender como a corrupção deixa de ser um fato restrito às instâncias jurídicas e se converte em linguagem política mobilizadora, atuando como catalisador de mudanças institucionais e eleitorais. Esse debate vem sendo renovado por estudos recentes, como o de Vera (2025), que chama atenção para os modos variados pelos quais plataformas anticorrupção podem ganhar ou perder eficácia. Escolhi olhar para os países mais populosos da América Latina: Brasil, Argentina, México e Colômbia, justamente porque nos recortes demarcados para a análise a retórica anticorrupção foi um marcador, podendo ter servido como elemento importante para desmontar governos e modelos longamente estabelecidos, assim como para abrir espaço a novos atores, capazes de se apresentar como alternativa.

No Brasil e na Argentina, a pesquisa se concentra em experiências remanescentes da chamada “maré rosa” na região, iniciada em 1998. Esse ciclo de governos progressistas, que constitui o pano de fundo da minha proposta, fornece o contexto necessário para analisar como a retórica anticorrupção foi instrumentalizada nos processos de desgaste e substituição dessas administrações. Silva (2015) contribui ao destacar a heterogeneidade dos governos, diferenciando aqueles voltados a mudanças constitucionais e institucionais mais profundas dos associados a transformações mais graduais, além de apontar os dilemas de reprodução desses modelos. No primeiro caso, o recorte será a crise que culminou no impeachment de Dilma Rousseff (2016) e na ascensão de Michel Temer, período em que a retórica anticorrupção ganhou centralidade na disputa política brasileira, envolvendo partidos, mídia, movimentos sociais e o sistema de justiça. No segundo caso, o foco estará na transição de 2015 que marcou o fim do longo período do kirchnerismo e levou à chegada do empresário Mauricio Macri ao poder, considerando que, embora a corrupção já fosse tema de debate público, interessa compreender como foi mobilizada politicamente em um contexto de dificuldades econômicas e reconfiguração política. Em ambos os casos, a investigação buscará analisar a construção e a

instrumentalização da retórica anticorrupção, explorando como ela se insere em processos de desgaste de governos progressistas duradouros, característicos da onda rosa. Para isso, a obra de Santos (2015) é importante, ao interpretar a força progressista como expressão de um ciclo de contestação ao neoliberalismo, cuja própria dinâmica de contradições ajudaria a compreender os impasses vividos, especialmente nos dois casos citados.

No México e na Colômbia, a pesquisa analisará momentos que marcaram a ascensão de governos de esquerda em países que não haviam participado da primeira maré rosa e que podem ser considerados indicativos de uma segunda onda progressista na região. No primeiro caso, o recorte será a eleição de Andrés Manuel López Obrador em 2018, cujo projeto político estruturou-se em torno de uma narrativa de necessidade de moralização do estado, articulando-se com um histórico de acusações sistêmicas de corrupção no PRI e o desgaste do sistema político tradicional. Bech (2024) ressalta a instrumentalização bem-sucedida de uma retórica moral pelo presidente mencionado, apoiada em recursos como linguagem coloquial, grandiloquência e apelos emocionais, capazes de mobilizar amplos setores sociais. No segundo caso, o foco será a eleição de Gustavo Petro em 2022, momento em que a esquerda assume o poder pela primeira vez, com a corrupção ocupando posição relevante no debate público, articulando-se a pautas de mudança institucional e transformações sociais. Nesse contexto, Arias (2025) mostra que o discurso presidencial colombiano desde a eleição tem se estruturado em uma relação erística com os meios de comunicação, valendo-se de estratégias de metadiscursividade e de disputa pela informação veraz. A análise permite supor usos, por vezes menos evidentes, mas significativos, da retórica moralizante. A pesquisa buscará compreender como, em ambos os contextos, a retórica sobre corrupção foi construída e mobilizada, considerando as especificidades históricas, políticas e sociais de cada experiência, sem pressupor previamente seu alcance nos novos projetos políticos.

Para pensar a corrupção em um sentido mais amplo, um dos referenciais bibliográficos decisivos é o livro *Corrupção: ensaios e críticas*, organizado por Leonardo Avritzer, Heloísa Starling, Newton Bignotto e Juarez Guimarães (2008), no âmbito do Centro de Referência do Interesse Público (CRIP/UFMG). A obra reúne ensaios de 61 intelectuais brasileiros e estrangeiros que se debruçaram sobre diferentes dimensões da corrupção, buscando ao mesmo tempo situar o tema no debate público e avançar na sua compreensão teórica. O caráter plural do volume, que mobiliza autores como Fernando Filgueiras, Fábio Wanderley Reis, Leonardo Avritzer, Isabel Lustosa, José Murilo de Carvalho e Jessé Souza, permite analisar o fenômeno sob múltiplos ângulos, desde sua presença na cultura política brasileira até os meios de seu controle institucional. Essa diversidade de abordagens fornece não apenas um repertório

amplo de interpretações, mas também chaves para articular a dimensão histórica, política e normativa da retórica anticorrupção. É nesse sentido que a obra se torna impulsionadora para o meu trabalho: por mobilizar diferentes tradições disciplinares e oferecer ferramentas conceituais que dialogam diretamente com o esforço de compreender como a corrupção se transforma em linguagem política estratégica nos casos latino-americanos. (Avritzer et al., 2008).

Retornando aos nossos casos, a escolha dos recortes antes comentados permite observar dois movimentos distintos: no Brasil e Argentina, a esquerda, que integrava a maré rosa, perde o poder em meio a processos de desgaste, em que a corrupção aparece como elemento mobilizado na disputa política; no México e Colômbia, governos de esquerda chegam ao poder posteriormente, em momentos de contestação ao sistema político tradicional, também acompanhados de referências à corrupção, mas em registros diferentes. Portanto, essa configuração favorece a adoção de uma comparação pareada (Tarrow, 2010), que coloca pares de casos em diálogo direto. Ainda assim, uma comparação mais ampla entre os casos analisados (Perissinotto et al., 2022) será utilizada, de modo a avaliar os diferentes usos e pesos atribuídos à retórica anticorrupção em cada recorte nacional. Nesse sentido, a orientação metodológica de Sartori (1997) é decisiva, pois sua reflexão sobre a lógica da comparação fornece critérios para lidar com a diversidade empírica sem perder de vista a coerência analítica do exercício comparativo. De modo mais sintético, a pesquisa vai combinar duas técnicas do método comparativo, quais sejam, estudos de casos comparados e comparação pareada.

Para estruturar a análise e permitir comparações consistentes, categorias transversais a todos os casos serão consideradas: as condições históricas e institucionais em que a retórica sobre corrupção emergiu, os atores políticos e sociais que mobilizaram essa narrativa e as funções políticas que lhe foram atribuídas nos momentos de transição de poder. Para tornar essa instrumentalização mais concreta e comparável entre os países, a pesquisa se concentrará em direcionamentos específicos: discursos presidenciais e parlamentares, onde a retórica é oficialmente anunciada; programas eleitorais e campanhas, em que a corrupção aparece como promessa de combate ou como acusação contra adversários; cobertura midiática, responsável por amplificar a narrativa no espaço público; e, em alguns casos, processos judiciais e investigações, que transformam acusações em instrumentos de disputa política. Tomando Tarrow (2010) como referência de comparação pareada: de um lado, Brasil e Argentina como contextos de perda de hegemonia progressista; de outro, México e Colômbia como experiências de chegada da esquerda em cenários até então refratários. Esse arranjo busca controlar semelhanças de fundo e maximizar contrastes, permitindo identificar padrões de

instrumentalização da retórica anticorrupção. O objetivo não é fazer uma justaposição de casos, mas controlar variáveis e testar inferências de modo rigoroso, utilizando o Process Tracing para rastrear como os encadeamentos retóricos foram apropriados, amplificados e convertidos em resultados políticos, garantindo uma narrativa estruturada e fundamentada nas evidências empíricas (Perissinotto, 2024).

A retórica anticorrupção, ao mesmo tempo em que denuncia práticas condenáveis, pode servir para corroer a confiança institucional, alimentar polarizações e legitimar rupturas. Compreender os mecanismos pelos quais esse discurso é mobilizado em momentos de transição de poder é, portanto, também uma forma de abordar o próprio funcionamento da política latino-americana. Trata-se de uma pesquisa que ultrapassa a descrição de casos, oferecendo instrumentos analíticos para pensar como os discursos políticos reconfiguram legitimidades em contextos de crise. É essa a contribuição que pretendo levar não apenas ao meu campo de pesquisa, mas também ao debate público mais amplo, mostrando que a corrupção não pode ser entendida apenas como desvio individual ou estrutural, sendo necessário que ela seja compreendida também como linguagem política constitutiva das disputas de poder. Nesse sentido, tomo como referência a abordagem de Hirschman (1992) e suas teses da perversidade, da futilidade e da ameaça, para examinar como certas retóricas políticas, sob o pretexto de corrigir distorções, podem ao mesmo tempo limitar alternativas, reforçar impasses e reconfigurar legitimidades.

4. CONCLUSÃO PRELIMINAR: A CORRUPÇÃO COMO GRAMÁTICA POLÍTICA EM CONSTRUÇÃO

À guisa de conclusão provisória, tratando-se de pesquisa em estágio inicial cujo percurso ainda se encontra em aberto, cumpre menos apresentar resultados consolidados do que explicitar as potencialidades analíticas do quadro hipotético construído e os desafios que dele derivam para o desenvolvimento da investigação. O exercício aqui empreendido não visa ao fechamento, mas à abertura controlada de um programa de pesquisa que pretende justamente interrogar os mecanismos pelos quais a retórica anticorrupção se converte em operador simbólico estruturante das transições políticas na América Latina recente.

As hipóteses que orientam este percurso apontam para uma direção interpretativa comum: a corrupção, mais do que fato jurídico ou desvio administrável, tem se constituído como *gramática política*, isto é, como linguagem capaz de ordenar percepções, hierarquizar legitimidades e reconfigurar fronteiras do jogo democrático. A pesquisa parte do pressuposto de que os contextos institucionais e políticos que antecederam cada transição de poder

condicionaram a forma de emergência dessa retórica, produzindo variações quanto à sua função política: em alguns casos, assumindo centralidade como instrumento de desgaste e deslegitimação governamental; em outros, consolidando-se como elemento estruturante de projetos que se apresentavam como alternativa de renovação. Haveria, assim, uma distinção relevante entre os momentos de encerramento de ciclo político como Argentina em 2015 e Brasil em 2016, nos quais a retórica anticorrupção tenderia a assumir caráter predominantemente punitivo e retrospectivo, e os momentos de ascensão de novas forças, México em 2018 e Colômbia em 2022, nos quais o mesmo discurso seria incorporado como crítica às elites políticas tradicionais articulada a um horizonte normativo de transformação estatal.

Sustenta-se ainda que, embora atores de diferentes posições no espectro político mobilizem a retórica anticorrupção, haveria matrizes normativas distintas orientando esses usos: enquanto à direita o discurso tenderia a associar-se à eficiência, à punição e ao combate ao desvio individual, à esquerda tenderia a vincular-se à denúncia da desigualdade estrutural, da captura do Estado por elites e da necessidade de transformações sistêmicas. Essa diferenciação, contudo, não impediria um movimento comum aos casos analisados: a expansão semântica do conceito de corrupção para além das ilegalidades formais, incorporando práticas políticas consideradas moralmente inadequadas e ampliando significativamente o escopo acusatório e a capacidade de mobilização do discurso.

Tal expansão estaria associada a um fenômeno mais profundo: durante as transições de poder, a retórica anticorrupção operaria deslocando a disputa política do plano programático para o plano moral, redefinindo o adversário não como competidor legítimo, mas como ator eticamente desqualificado. Esse movimento ajuda a compreender a intensificação da polarização e a dificuldade de construção de consensos mínimos em democracias já fragilizadas, não como desvio conjuntural, mas como efeito estrutural de uma nova gramática política que, na América Latina recente, parece substituir parcialmente as antigas clivagens ideológicas por uma polarização moral entre "honestidade" e "sistema".

Resta saber, ao longo do percurso investigativo, se essas hipóteses encontrarão lastro consistente na empiria dos quatro casos nacionais. Caberá à pesquisa, por meio da comparação pareada e do rastreamento de processos (Process Tracing), examinar se os padrões aqui esboçados se confirmam, se as distinções propostas resistem ao confronto com a complexidade histórica de cada país e se a circulação regional e transnacional de repertórios jurídicos, narrativas midiáticas e estratégias políticas potencializa, ou, ao contrário, atenua a eficácia dessa retórica nos momentos decisivos de transição. O que por ora se apresenta como hipótese

poderá, ao final, revelar-se chave interpretativa para compreender não apenas os casos particulares, mas os próprios dilemas contemporâneos das democracias latino-americanas e os modos pelos quais processam suas crises de legitimidade. É essa a contribuição que se espera oferecer: iluminar, por meio da análise comparativa, como a corrupção deixou de ser apenas problema administrativo ou jurídico para se converter em linguagem política constitutiva das disputas de poder na região.

BIBLIOGRAFIA

ARIAS, Giohanny Olave. Análisis del discurso de Gustavo Petro frente a la prensa colombiana: un enfoque erístico. **Estudios Políticos**, n. 72, p. 172-193, 2025. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/estudiospoliticos/article/view/356421/20818813>. Acesso em: 10 nov. 2025.

AVRITZER, Leonardo. **Corrupção**: ensaios e críticas. Editora UFMG, 2008.

BECH, Julio Amador. La retórica mítica de López Obrador: Grandilocuencia, resentimiento y odio. **Estudios Políticos**, n. 62, p. 47-65, 2024. Disponível em: <https://revistas.unam.mx/index.php/rep/article/view/88533>. Acesso em: 09 nov. 2025.

HIRSCHMAN, Albert O. **A retórica da intransigência**: perversidade, futilidade, ameaça. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

PERISSINOTTO, Renato. QCA e Process Tracing: conectando Ciência Política e História. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 39, p. e39020, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/KYXyZtgMQxXKmzLHshMfrRD/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 09 nov. 2025.

PERISSINOTTO, Renato; BOTELHO, João Carlos; BOLOGNESI, Bruno; BATISTA, Mariana; SANTOS, Manoel Leonardo. **Política comparada**: teoria e método. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2022.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)**. Editora Elefante, 2019.

SARTORI, Giovanni. **A política**. Lógica e método nas ciências sociais. Tradução Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 1997.

SILVA, Fabricio Pereira. Da onda rosa à era progressista: a hora do balanço. **Revista Sures**, n. 5, 2015. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/sures/article/download/295/279/0>. Acesso em: 09 nov. 2025.

TARROW, Sidney. The strategy of paired comparison: Toward a theory of practice. **Comparative Political Studies**, v. 43, n. 2, p. 230-259, 2010.

VERA, Sofia. Cleaning up Politics: Anti-Corruption Appeals in Electoral Campaigns. **British Journal of Political Science**, v. 55, p. e108, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0007123425100501>. Acesso em: 09 nov. 2025.

Capítulo XV

DESMONTE INSTITUCIONAL E RETROCESSOS NO ESPORTE: IMPACTOS DA EXTINÇÃO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE NAS POLÍTICAS DE GÊNERO DURANTE O GOVERNO BOLSONARO

Mariana Oliveira de Faria ¹

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o campo esportivo passou a incorporar, ainda que de forma desigual, debates em torno da equidade de gênero e da violência contra mulheres. No âmbito federal, políticas públicas voltadas à promoção da igualdade no esporte desempenharam papel relevante na ampliação da visibilidade institucional das mulheres atletas e na construção de mecanismos, ainda incipientes, de enfrentamento ao assédio, à discriminação e à exclusão. Até 2018, essas iniciativas estavam articuladas no âmbito do Ministério do Esporte, que atuava como instância central de coordenação, planejamento e articulação intersetorial.

A extinção do Ministério do Esporte, em 2019, com sua incorporação ao então Ministério da Cidadania, representou mais do que uma reorganização administrativa. Esse rearranjo institucional implicou a perda de autonomia política e administrativa da área esportiva, a diluição de suas estruturas decisórias e o enfraquecimento de sua capacidade de sustentar políticas públicas estruturantes. No contexto do governo Bolsonaro (2019–2022), essas transformações se inseriram em um processo mais amplo de desmonte institucional e reorientação conservadora do Estado, marcado pela desarticulação de agendas de direitos e pela despolitização das desigualdades sociais.

No campo esportivo, esse processo teve efeitos particularmente relevantes sobre a agenda de gênero. A incorporação da pasta a uma estrutura ministerial mais ampla contribuiu para a descontinuidade de programas, para a fragmentação das ações e para o rebaixamento da centralidade política das pautas voltadas às mulheres. Paralelamente, observou-se um apagamento progressivo da categoria “gênero” nos documentos oficiais, acompanhado da substituição por discursos genéricos e moralizantes, que reduziram a visibilidade institucional da violência e da discriminação no esporte.

¹ Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS/FAFICH). mariof08@gmail.com

A hipótese central que orienta este estudo é que a extinção do Ministério do Esporte comprometeu de forma sistemática a capacidade do Estado de formular, coordenar e implementar políticas voltadas à equidade de gênero e ao enfrentamento da violência contra mulheres no campo esportivo. Sustenta-se que esse processo produziu lacunas normativas, descontinuidade institucional e fragilização simbólica da pauta, configurando um padrão coerente de desmobilização estatal entre 2019 e 2022.

Apesar da relevância dessas transformações, a literatura ainda dedica atenção limitada aos efeitos políticos e simbólicos da reorganização ministerial sobre as políticas de gênero no esporte. Permanecem lacunas analíticas quanto às consequências da instabilidade institucional para a produção de capacidades estatais, para a legitimação das desigualdades e para a proteção das mulheres atletas em nível federal. Assim, este estudo busca contribuir para esse debate ao examinar empiricamente como rearranjos organizacionais, apagamentos discursivos e descontinuidades administrativas impactaram a agenda de gênero no setor.

A pertinência da pesquisa reside na análise das relações entre mudanças institucionais, disputas morais e fragilização de direitos em um campo historicamente marcado por hierarquias de gênero. O período de 2019 a 2022 configura-se como um ponto de inflexão, no qual decisões administrativas produziram efeitos duradouros sobre a formulação, a implementação e a permanência de políticas voltadas à inclusão de mulheres no esporte. Ao investigar esse processo, o estudo contribui para a compreensão sociológica dos efeitos do avanço da extrema-direita sobre políticas públicas sensíveis à promoção da igualdade.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa articula os debates sobre desmonte institucional, poder simbólico e ofensiva antigênero a partir de uma perspectiva crítica dos estudos de gênero e da sociologia política. Ao analisar o Estado como instância de produção material e simbólica das desigualdades, o trabalho oferece subsídios para refletir sobre como instabilidades organizacionais e discursos conservadores moldam (e frequentemente fragilizam) as respostas públicas às demandas por justiça social. Além disso, amplia o escopo dos estudos sobre esporte, conectando-o às disputas em torno do reconhecimento, da proteção e do protagonismo feminino em arenas historicamente dominadas por homens.

Diante disso, esta pesquisa busca compreender como a extinção do Ministério do Esporte e sua incorporação ao Ministério da Cidadania impactaram a agenda de gênero no campo esportivo nacional, enfatizando seus efeitos institucionais, políticos e simbólicos no período de 2019 a 2022 e suas repercussões para os processos de reconstrução posteriores.

1.1. OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os efeitos políticos e simbólicos da extinção do Ministério do Esporte sobre a agenda de gênero nas políticas públicas esportivas federais, durante o governo Bolsonaro (2019–2022).

Os objetivos específicos são:

- a) Mapear as iniciativas federais voltadas à equidade de gênero e ao enfrentamento da violência contra mulheres no campo esportivo;
- b) Analisar os impactos da descontinuidade institucional entre 2019 e 2022 sobre a efetividade dessas políticas;
- c) Compreender os sentidos políticos atribuídos à questão de gênero nos discursos e práticas governamentais do período.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente trabalho parte da compreensão de que o desmonte de políticas públicas no Brasil, especialmente durante o governo Bolsonaro, deve ser interpretado como parte de um projeto político mais amplo. Tal projeto articula elementos do neoliberalismo com uma agenda conservadora e antigênero, afetando de forma significativa áreas como o esporte e as políticas de equidade de gênero. Nesta seção, serão apresentadas as bases conceituais que orientam essa análise, divididas em dois eixos: o primeiro aborda a lógica do desmonte institucional como projeto político-ideológico; o segundo analisa seus impactos diretos sobre o campo esportivo e a agenda de gênero.

2.1. Neoliberalismo, conservadorismo e o desmonte como projeto político

A literatura recente sobre o governo Bolsonaro aponta que os processos de desmonte de políticas públicas no Brasil não devem ser interpretados como fenômenos espontâneos ou colaterais de crises administrativas. Ao contrário, configuram-se como ações deliberadas, guiadas por um projeto político-ideológico que visa à corrosão da capacidade estatal e à restrição das políticas de caráter universal (Carlos; Pereira; Rodrigues, 2023). Esse projeto articula elementos de uma racionalidade neoliberal, com ênfase na austeridade fiscal, na redução do papel do Estado e na transferência de responsabilidades sociais à iniciativa privada. Possui ainda uma agenda conservadora, centrada na defesa da moral cristã, da família tradicional e na negação das pautas feministas e dos direitos sexuais e reprodutivos.

Frizzo (2019) contribui para esse entendimento ao situar o desmonte das políticas sociais no contexto de aprofundamento da crise do capitalismo e da hegemonia do ultraliberalismo. Segundo o autor, o ciclo de reformas iniciado a partir de 2016, com a aprovação da Emenda Constitucional 95, marcou a adoção de um modelo de Estado mínimo que afetou diretamente setores como saúde, educação, cultura, assistência social e esporte. A austeridade imposta pelo teto de gastos instituiu uma política de retração fiscal que inviabilizou a continuidade de programas sociais e fragilizou a capacidade estatal de intervenção.

A ofensiva contra os direitos sociais foi acompanhada por uma retórica antigênero que, segundo Biroli, Tatagiba e Quintela (2023), ganhou centralidade na reorganização do Estado brasileiro. A nomeação de agentes comprometidos com pautas conservadoras, a captura de cargos estratégicos e a legitimação moralista do discurso de defesa da família configuraram uma coalizão antigênero com acesso sem precedentes à administração pública.

O caso do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) ilustra com nitidez esse movimento: conforme Moschkovich (2025), a substituição da categoria “gênero” por termos do senso comum como “mulher” e “família” representou não apenas um reordenamento discursivo, mas uma redefinição dos marcos conceituais que orientam as políticas públicas. Esse uso estratégico da linguagem evidenciou o afastamento dos referenciais técnicos e científicos, sendo substituídos por crenças religiosas e valores morais que passaram a fundamentar a gestão estatal.

A captura institucional operou de maneira sistemática, desestruturando conselhos participativos, enfraquecendo canais de controle social e substituindo quadros técnicos por representantes de grupos religiosos, militares e políticos conservadores. Como indicam Carlos, Pereira e Rodrigues (2023), tratou-se de um processo que afetou tanto a capacidade administrativa do Estado quanto seus fundamentos simbólicos, redefinindo o que se entende por interesse público.

No plano internacional, a retórica antigênero também permeou a política externa brasileira. Simioni e Kyrillos (2022) demonstram que a política externa do governo Bolsonaro incorporou a ideologia antigênero como parte de sua agenda moral, alinhando-se a movimentos conservadores globais e afastando o país de pautas de direitos humanos. A pauta de gênero, antes vinculada à promoção da igualdade, passou a ser apresentada como ameaça à soberania nacional e à moral cristã. Essa convergência entre política interna e externa reforça o argumento de que o desmonte das políticas de gênero foi parte de um projeto político coerente, com múltiplas frentes de atuação. Não se tratou de recuos pontuais, mas de um movimento

sistemático de reconfiguração do papel do Estado frente às demandas feministas e à promoção da diversidade.

2.2. Efeitos do desmonte no campo esportivo e nas políticas de gênero

No campo esportivo, o desmonte se manifestou de forma significativa. Embora a área historicamente tenha sofrido com baixa institucionalização, avanços importantes foram conquistados entre 2003 e 2016. A criação de programas como o Segundo Tempo e os investimentos realizados nos ciclos olímpicos de 2007 a 2016 representaram uma tentativa de consolidar o esporte como política pública de inclusão, desenvolvimento humano e projeção internacional (Silva; Borges; Amaral, 2018).

A partir de 2019, com a extinção do Ministério do Esporte e sua incorporação ao Ministério da Cidadania, observou-se a desarticulação das políticas de esporte e lazer, a perda de autonomia administrativa e a interrupção de programas estruturantes (Ramos *et al.*, 2025; Costa, 2024). Essa reconfiguração implicou tanto perdas materiais quanto simbólicas: segundo Costa (2024), tratou-se de um processo ativo de desmonte, caracterizado pela militarização da área, pela substituição de gestores com experiência técnica e pela tentativa de mudança de arena decisória — do campo da política social para o da segurança nacional e da moralidade pública.

Essas mudanças não afetaram apenas a governança do esporte, mas tiveram efeitos profundos sobre a agenda de gênero no setor. O apagamento das categorias “gênero” e “igualdade” foi acompanhado da priorização de temas como meritocracia e desempenho, o que contribuiu para a invisibilidade das mulheres atletas e para o silenciamento das desigualdades estruturais no campo esportivo (Matias, 2021).

A necropolítica esportiva, como propõe Matias (2021), define-se pela negação do esporte como direito social e pela gestão seletiva da vida, em que determinados corpos (periféricos, femininos, racializados) são abandonados, enquanto outros são valorizados. Isso se conecta à lógica de desmonte simbólico descrita por Carlos, Pereira e Rodrigues (2023), na qual a retórica conservadora reforça hierarquias sociais sob o pretexto da moralidade e da ordem nacional. A ausência de políticas voltadas especificamente para o enfrentamento da violência de gênero no esporte e a descontinuidade das ações anteriormente promovidas pelo Ministério do Esporte refletem essa lógica de exclusão e invisibilização.

Apesar do cenário de retração, parte da literatura aponta que houve certa resiliência institucional, especialmente nos níveis subnacionais. Costa (2024) destaca que arranjos

descentralizados, com presença de estruturas estaduais e municipais, garantiram a continuidade parcial de algumas ações, mesmo com o desmonte em nível federal. Essa resiliência, no entanto, mostrou-se limitada diante da ausência de financiamento e da fragilidade do sistema nacional de esporte, o que comprometeu a capacidade de articulação entre as esferas governamentais (Souza *et al.*, 2021). Além disso, a descontinuidade de políticas nacionais comprometeu o acúmulo institucional necessário à consolidação de programas de longo prazo, gerando uma lógica de instabilidade permanente.

Por fim, é importante destacar que os esforços de reconstrução das políticas de esporte e de gênero após 2023 enfrentam desafios significativos. Embora o restabelecimento do Ministério do Esporte e a promulgação da Lei Geral do Esporte¹, em 2023, indiquem uma mudança de direção, o contexto de instabilidade política e a persistência de disputas morais conservadoras impõem limites à consolidação de políticas progressistas. A trajetória recente das políticas públicas no Brasil evidencia que o desmonte não se restringe à extinção de estruturas formais, mas envolve a redefinição dos sentidos, das prioridades e dos próprios sujeitos de direito. A reconstrução institucional exigirá, portanto, não apenas investimentos materiais, mas também a revalorização dos marcos conceituais da igualdade, da justiça social e da produção científica como base legítima para a formulação de políticas públicas.

3. METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, com base em pesquisa documental, orientada pela perspectiva dos estudos de gênero, e tem como objetivo compreender os sentidos políticos e simbólicos da extinção do Ministério do Esporte no contexto do governo Bolsonaro (2019–2022), no âmbito das políticas de gênero voltadas ao esporte nacional. A investigação abrange o período de 2015 a 2025, permitindo observar três momentos distintos: (i) o período anterior à extinção do Ministério do Esporte, em que políticas voltadas à equidade de gênero estavam em desenvolvimento; (ii) os anos de 2019 a 2022, marcados pela descontinuidade institucional sob o governo Bolsonaro; e (iii) o início dos esforços de reconstrução após 2023, com o restabelecimento do ministério.

¹ A Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023) constitui o principal marco normativo recente da política esportiva brasileira, ao sistematizar princípios, diretrizes e instrumentos para a organização do esporte em âmbito nacional. A legislação estabelece fundamentos como a democratização do acesso, a inclusão, a integridade e a não discriminação, além de definir responsabilidades do poder público, das entidades esportivas e dos demais atores do setor. No que se refere à agenda de gênero, a lei incorpora dispositivos voltados à promoção da igualdade de oportunidades, à participação das mulheres em cargos de gestão e à isonomia nas condições de atuação esportiva, ainda que não regulamente de forma detalhada mecanismos específicos de enfrentamento à violência ou à discriminação de gênero.

O corpus empírico da pesquisa é composto por legislações em nível federal, além de programas, relatórios institucionais e normativas produzidos pelo Ministério do Esporte vinculados à área do esporte e das políticas de gênero. A seleção das fontes segue critérios de relevância temática, compatibilidade temporal com o recorte do estudo e acessibilidade pública por meio de bases oficiais. Foram priorizados materiais que abordem diretamente a equidade de gênero, a inclusão de mulheres no esporte e o enfrentamento da violência de gênero, com o intuito de mapear os impactos das mudanças institucionais sobre essas agendas.

A análise será conduzida por meio de leitura crítica e categorização temática. O tratamento dos dados busca identificar elementos como lacunas normativas, apagamentos discursivos, deslocamentos institucionais e ressignificações da agenda de gênero no campo esportivo. A investigação dialoga com autores que discutem desmonte institucional, ofensiva antigênero e captura simbólica do Estado, articulando essas abordagens com o material empírico analisado. Dessa forma, busca-se construir uma interpretação sociológica sobre como as transformações no arranjo institucional federal impactaram a presença e a proteção das mulheres no campo esportivo brasileiro.

4. RESULTADOS

A análise dos documentos institucionais, normativas, programas, campanhas e relatórios federais relacionados à interface entre esporte, gênero e políticas públicas, no período de 2015 a 2025, permitiu identificar padrões recorrentes de reorganização institucional, descontinuidade de ações, apagamentos discursivos e reconfiguração da proteção às mulheres no campo esportivo.

Os resultados foram organizados em quatro blocos temáticos, construídos a partir da categorização analítica do material empírico: (i) reconfiguração institucional e esvaziamento da agenda de gênero; (ii) descontinuidade e fragmentação das políticas; (iii) apagamentos discursivos e deslocamentos simbólicos; e (iv) repercussões no enfrentamento da violência contra mulheres no esporte.

4.1. Reconfiguração institucional e esvaziamento da agenda de gênero (2019–2022)

A análise dos atos normativos e documentos administrativos evidencia que a extinção do Ministério do Esporte, em 2019, produziu uma reconfiguração significativa da posição institucional da política esportiva no âmbito federal. A incorporação da área como Secretaria

Especial do Esporte no Ministério da Cidadania implicou a perda de autonomia administrativa, orçamentária e política, afetando diretamente a centralidade da agenda de gênero.

No período anterior a 2019, observa-se a existência de campanhas e programas com participação ativa do Ministério, como o programa “Esporte Sem Assédio” (2018) e ações públicas de enfrentamento à misoginia no esporte. Essas iniciativas estavam vinculadas a uma estrutura ministerial própria, com capacidade de articulação intersetorial e visibilidade institucional.

A partir de 2019, os documentos analisados indicam a diluição dessa agenda em estruturas mais amplas, sem coordenações específicas voltadas à equidade de gênero no esporte. A análise dos regimentos internos e atos administrativos do período revela a ausência de unidades organizacionais dedicadas exclusivamente à temática, bem como a subordinação das ações esportivas a outras prioridades da política social.

Esse deslocamento institucional produziu um rebaixamento da pauta de gênero, que deixou de ocupar posição estratégica na formulação e na coordenação das políticas esportivas federais. O esvaziamento da estrutura organizacional contribuiu para a fragilização da capacidade estatal de planejamento, monitoramento e indução de políticas voltadas às mulheres no esporte.

4.2. Descontinuidade, fragmentação e perda de capacidade estatal

A análise dos relatórios de gestão, programas federais, planos plurianuais e documentos de execução administrativa aponta para um padrão de descontinuidade e fragmentação das políticas de gênero no campo esportivo após 2019.

No período de 2015 a 2018, observa-se maior regularidade na incorporação do tema nos instrumentos de planejamento e na existência de ações estruturadas, ainda que limitadas. Programas e campanhas de enfrentamento ao assédio e à violência eram mencionados nos relatórios institucionais, assim como iniciativas de sensibilização e mobilização.

Entre 2019 e 2022, verifica-se a interrupção ou a redução significativa dessas ações. Os relatórios de gestão desse período apresentam baixa incidência de referências sistemáticas à equidade de gênero, ao enfrentamento da violência ou à promoção da participação feminina. Em muitos casos, as menções são pontuais, desarticuladas e desvinculadas de metas, indicadores ou mecanismos de avaliação.

Além disso, a análise dos documentos de fomento, como os vinculados à Lei de Incentivo ao Esporte, indica a ausência de critérios consistentes de incorporação do recorte de gênero

durante o período do desmonte institucional. A fragmentação das ações e a ausência de diretrizes integradas evidenciam a perda de capacidade estatal para coordenar políticas estruturantes na área. Esse padrão sugere que a descontinuidade não decorreu apenas de limitações técnicas, mas se insere em um processo mais amplo de desmobilização institucional da agenda de gênero no esporte.

4.3. Apagamentos discursivos e deslocamentos simbólicos da agenda de gênero

A análise qualitativa dos documentos normativos, relatórios, e materiais institucionais permite identificar um processo de apagamento discursivo da questão de gênero no período compreendido entre 2019 e 2022.

Nos documentos anteriores, observa-se maior presença de termos como “mulheres”, “equidade”, “assédio”, “violência” e “discriminação”. Essas categorias aparecem associadas a diagnósticos, justificativas e propostas de intervenção. A partir de 2019, tais referências tornam-se menos frequentes e, em muitos casos, desaparecem dos principais instrumentos institucionais.

Paralelamente, verifica-se a substituição de uma abordagem baseada em direitos por discursos genéricos de “valores”, “família”, “respeito” e “conduta”, que tendem a despolitizar as desigualdades de gênero. Esse deslocamento semântico contribui para a neutralização da violência e para a invisibilização das assimetrias estruturais presentes no campo esportivo.

A ausência de menções sistemáticas à categoria “gênero” nos documentos do período do desmonte indica não apenas um recuo temático, mas uma reconfiguração simbólica da política esportiva, alinhada a uma perspectiva conservadora e moralizante. Nesse sentido, o apagamento discursivo opera como mecanismo de deslegitimação da agenda de gênero, ao restringir sua visibilidade pública e institucional.

4.4. Repercussões no enfrentamento da violência e na proteção das mulheres no esporte

A análise das normativas, programas, relatórios e instrumentos de gestão revela impactos diretos do desmonte institucional sobre as políticas de enfrentamento à violência contra mulheres no esporte.

No período anterior a 2019, ainda que de forma incipiente, existiam iniciativas voltadas à prevenção do assédio, à conscientização e à mobilização pública, como o programa “Esporte

Sem Assédio” e campanhas associadas a eventos esportivos. Essas ações estavam vinculadas a uma política mais ampla de promoção da equidade.

Entre 2019 e 2022, observa-se a ausência de programas federais estruturados voltados especificamente à proteção das mulheres atletas. Os documentos analisados indicam lacunas normativas, fragilidade dos canais institucionais de acolhimento e inexistência de protocolos nacionais consolidados.

A retomada da agenda a partir de 2023, com a Estratégia Nacional para o Futebol Feminino, o Diagnóstico do Futebol Feminino, os acordos de cooperação com o Ministério das Mulheres, ONU Mulheres e parcerias internacionais, evidencia que houve um hiato institucional no período anterior. Esses novos marcos surgem como tentativas de reconstrução de capacidades estatais previamente enfraquecidas. Assim, os dados indicam que o desmonte institucional contribuiu para a ampliação da vulnerabilidade das mulheres no esporte, ao comprometer mecanismos de prevenção, monitoramento e responsabilização.

De forma articulada, os resultados apresentados ao longo desta seção evidenciam que a extinção do Ministério do Esporte produziu efeitos estruturais e simbólicos sobre a agenda de gênero nas políticas esportivas federais. A reconfiguração institucional, a descontinuidade das ações, o apagamento discursivo e a fragilização dos mecanismos de enfrentamento à violência conformaram um padrão coerente de desmobilização estatal no período de 2019 a 2022. Esses processos não se configuraram como falhas pontuais de gestão, mas como parte de um movimento mais amplo de reorientação política, que rebaixou a centralidade da equidade de gênero no campo esportivo. A retomada parcial da agenda a partir de 2023, por meio de novos marcos normativos, diagnósticos e acordos interinstitucionais, reforça o caráter regressivo das transformações anteriores, ao indicar a necessidade de reconstrução de capacidades institucionais previamente enfraquecidas.

5. DISCUSSÃO

Os resultados confirmam a hipótese central do estudo ao indicar que a extinção do Ministério do Esporte, em 2019, operou como mecanismo de reorientação política com efeitos materiais e simbólicos sobre a agenda de gênero no campo esportivo. A incorporação da área esportiva ao Ministério da Cidadania implicou perda de autonomia administrativa e redução da capacidade de coordenação, afetando diretamente a formulação e a sustentação de políticas voltadas às mulheres no esporte.

Esse processo se articula à interpretação do desmonte como projeto político, conforme discutido por Carlos, Pereira e Rodrigues (2023). No caso analisado, a reconfiguração

institucional foi acompanhada por descontinuidade de ações, fragmentação de programas e enfraquecimento dos instrumentos de planejamento, indicando que o retrocesso não decorreu de limitações técnicas, mas de uma reorientação deliberada das prioridades estatais. A lógica de austeridade e retração do Estado, analisada por Frizzo (2019), contribuiu para a fragilização das políticas de longo prazo e para a erosão da capacidade estatal.

No plano simbólico, os dados evidenciam um processo de apagamento discursivo da categoria “gênero” entre 2019 e 2022, com substituição por discursos moralizantes e genéricos. Esse deslocamento dialoga com a literatura sobre ofensiva antigênero e captura institucional (Biroli; Tatagiba; Quintela, 2023; Moschkovich, 2025), ao indicar a redefinição dos enquadramentos que sustentam políticas orientadas por direitos. A despolitização da desigualdade contribuiu para restringir a visibilidade da violência de gênero como problema público.

A fragilização dos mecanismos de enfrentamento à violência contra mulheres no esporte constitui uma das consequências mais expressivas desse processo. A ausência de programas estruturados, protocolos nacionais e canais institucionais consolidados ampliou a vulnerabilidade das atletas, configurando uma forma de produção institucional de risco. Essa dinâmica se aproxima da noção de necropolítica esportiva (Matias, 2021), na medida em que o Estado passa a operar seletivamente na proteção de determinados corpos.

A retomada parcial da agenda após 2023, com novos marcos normativos e arranjos interinstitucionais, evidencia que a institucionalização da pauta de gênero depende de capacidades estatais específicas, fragilizadas no período anterior. O contraste reforça a caracterização de 2019–2022 como hiato institucional.

Em síntese, o estudo demonstra que o desmonte no campo esportivo envolveu não apenas redução de políticas, mas a reconfiguração da lógica estatal que define prioridades, sujeitos de direito e objetos legítimos de intervenção. A extinção do Ministério do Esporte reorganizou, de forma regressiva, a relação entre política esportiva federal e direitos das mulheres, com efeitos que ultrapassam o período analisado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou os efeitos políticos e simbólicos da extinção do Ministério do Esporte sobre a agenda de gênero nas políticas públicas esportivas federais durante o governo Bolsonaro (2019–2022), a partir de pesquisa documental realizada no período de 2015 a 2025. Os resultados indicam que a reorganização institucional promovida em 2019 produziu

impactos estruturais sobre a capacidade do Estado de formular, coordenar e sustentar políticas voltadas à equidade de gênero e ao enfrentamento da violência contra mulheres no esporte.

A incorporação da área esportiva ao Ministério da Cidadania implicou a perda de autonomia administrativa e a diluição da agenda de gênero em estruturas mais amplas, sem coordenação específica. Esse rearranjo contribuiu para a descontinuidade de programas, para a fragmentação das ações e para o enfraquecimento dos instrumentos de planejamento e monitoramento. No plano simbólico, observou-se um processo sistemático de apagamento discursivo da categoria “gênero”, acompanhado pela substituição por narrativas moralizantes e genéricas, que despolitizaram as desigualdades estruturais presentes no campo esportivo.

A fragilização dos mecanismos de enfrentamento à violência contra mulheres emergiu como uma das consequências mais expressivas desse processo. A ausência de programas estruturados, protocolos nacionais consolidados e canais institucionais de acolhimento entre 2019 e 2022 contribuiu para ampliar a vulnerabilidade das atletas, evidenciando a responsabilidade estatal na produção institucional de riscos. Nesse sentido, o desmonte não se restringiu à interrupção de políticas, mas operou como forma de reorganização seletiva da proteção e do reconhecimento de direitos.

A retomada parcial da agenda a partir de 2023, por meio da recriação do Ministério do Esporte, da promulgação da Lei Geral do Esporte e da formulação de novas estratégias e parcerias, evidencia que a institucionalização da pauta de gênero depende de capacidades estatais específicas, fragilizadas no período anterior. O contraste entre os dois momentos reforça a caracterização do quadriênio 2019–2022 como hiato institucional, marcado pela ruptura de trajetórias organizacionais e pela redefinição regressiva das prioridades públicas.

Do ponto de vista analítico, o estudo contribui para a compreensão do desmonte institucional como processo multidimensional, que articula dimensões administrativas, políticas e simbólicas. Ao evidenciar como rearranjos organizacionais, apagamentos discursivos e lacunas normativas afetaram a agenda de gênero no esporte, a pesquisa reforça a importância de analisar o Estado não apenas como aparato técnico, mas como instância de produção de sentidos, hierarquias e sujeitos de direito.

Como limitação, destaca-se o foco exclusivo em documentos oficiais federais, o que restringe a análise às dimensões institucionais formais da política pública. Pesquisas futuras podem ampliar essa abordagem por meio de entrevistas com gestoras (es), atletas e representantes de entidades esportivas, bem como pela incorporação de análises comparativas com políticas estaduais e municipais, contribuindo para aprofundar a compreensão dos efeitos do desmonte em diferentes níveis de governo.

Por fim, conclui-se que a extinção do Ministério do Esporte constituiu um evento crítico na trajetória das políticas esportivas brasileiras, com impactos duradouros sobre a agenda de gênero. A reconstrução institucional em curso demanda não apenas a retomada de estruturas formais, mas o fortalecimento de marcos conceituais, capacidades técnicas e compromissos políticos com a igualdade, a justiça social e a produção científica como fundamentos legítimos da ação pública no campo esportivo.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; QUINTELA, Débora Françolin. Reações à igualdade de gênero e ocupação do Estado no governo Bolsonaro (2019–2022). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 43, e243320, 2023. DOI: 10.1590/0103-3352.2023.43.243320.

BRASIL. Lei n. 14.597, de 14 de junho de 2023. Institui a Lei Geral do Esporte. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 15 jun. 2023.

BRASIL. Portaria MEsp nº 96, de 3 de novembro de 2025. Ministério do Esporte, 03 nov. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/composicao/estrutura/legislacao/portaria-mesp-no-96-de-3-de-novembro-de-2025>. Acesso em: 15 jan. 2026.

CARLOS, Euzeneia; PEREIRA, Matheus Mazzilli; RODRIGUES, Cristiano. Desmonte de políticas públicas no governo Bolsonaro: ideologia e ação política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, v. 42, n. 1, e233213, 2023. DOI: 10.1590/0103-3352.2023.42.233213.

COSTA, Luciana Assis. Os processos de desmontes e mudanças de rumos nas políticas de esporte e lazer: o que aprender com isto? *Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 27, n. 4, dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2024.57328>.

FRIZZO, Giovanni Felipe Ernst. Crise do capitalismo, política ultraliberal e a extinção do Ministério do Esporte. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 1–15, out./dez. 2019. DOI: 10.5007/2175-8042.2019e67108.

MATIAS, Wagner Barbosa. A necropolítica esportiva do governo Bolsonaro. *Motrivivência*, Florianópolis, v. 33, n. 64, p. 1–17, 2021. DOI: 10.5007/2175-8042.2021e84566.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Futebol feminino. Gov.br, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/futebol-feminino>. Acesso em: 15 jan. 2026.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Ministério do Esporte se une à campanha nacional contra o feminicídio. Gov.br, 10 jun. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/ministerio-do-esporte-se-une-a-campanha-nacional-contra-o-femicidio>. Acesso em: 15 jan. 2026.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Programa Esporte Sem Assédio combate violência e assédio a atletas brasileiras. Gov.br, 29 mar. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br>

br/noticias-e-conteudos/esporte/noticias_esporte/programa-esporte-sem-assedio-combate-violencia-e-assedio-a-atletas-brasileiras. Acesso em: 15 jan. 2026.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. Relatórios de atendimentos presenciais e relatórios de gestão — Lei de Incentivo ao Esporte. Gov.br, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/lei-de-incentivo-ao-esporte/relatorios-atendimentos-presenciais-e-relatorios-de-gestao>. Acesso em: 15 jan. 2026.

MINISTÉRIO DO ESPORTE; MINISTÉRIO DAS MULHERES. Ministérios do Esporte e das Mulheres assinam acordo de cooperação técnica para combate à misoginia no esporte. Gov.br, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/ministerios-do-esporte-e-das-mulheres-assinam-acordo-de-cooperacao-tecnica-para-combate-a-misoginia-no-esporte>. Acesso em: 15 jan. 2026.

MINISTÉRIO DO ESPORTE; ONU MULHERES. Ministério do Esporte e ONU Mulheres firmam parceria para combater discriminação e violência no ambiente esportivo. Gov.br, s.d. Disponível em: <https://www.gov.br/esporte/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/ministerio-do-esporte-e-onu-mulheres-firmam-parceria-para-combater-discriminacao-e-violencia-no-ambiente-esportivo>. Acesso em: 15 jan. 2026.

MOSCHKOVICH, Marília. “Mulher” e “família”: o senso-comum como política pública no governo Bolsonaro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 39, n. 113, e39113217, 2025. DOI: 10.1590/s0103-4014.202539113.012.

RAMOS, J. M. A.; D’AURIA, B. B.; ANDRÉ, L. C.; SILVESTRE, B. M.; SILVA, D. S. Políticas públicas de esporte em interface com a educação: o planejamento do esporte educacional no Brasil entre 2003 e 2024. *Education Policy Analysis Archives*, v. 33, n. 57, 2025.

SILVA, Dirceu Santos; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil: uma análise das práticas e estruturas organizacionais (2003–2016). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 40, n. 3, p. 231–247, 2018.

SIMIONI, Fabiane; KYRILLOS, Gabriela. Política externa no governo Bolsonaro: uma análise a partir das relações de gênero. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 65, n. 2, e012, 2022.

SOUZA, Neidiana Braga da Silva; MENEZES, Murillo Lago; SOUZA, Juliano de; STAREPRAVO, Fernando Augusto. A extinção do Ministério do Esporte no Brasil: continuidades e rupturas nas políticas públicas. *Revista Movimento*, Porto Alegre, v. 27, e27022, 2021. DOI: 10.22456/1982-8918.118637.

GT 6

**MOVIMENTOS
SOCIAIS
CONTEMPORÂNEOS**

Capítulo XVI

MOVIMENTOS ESTUDANTIS E A QUALIDADE DO ENSINO: O CASO DO MOVIMENTO DE ESTUDANTES ANGOLANOS

Pedro Seke Martins ¹

Este artigo resulta da Monografia apresentada como Trabalho de Fim de Curso (TFC) de Licenciatura em Ensino de Sociologia, defendida em 2025, no Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (ISCED-Luanda), Angola.

1. INTRODUÇÃO

O tema do ensino é frequentemente debatido no nosso quotidiano, incidindo sobre a eficácia, a eficiência e as dificuldades do processo de ensino-aprendizagem. Nesses debates, os movimentos estudantis destacam-se por representarem os estudantes e defenderem os seus interesses junto dos órgãos de gestão das instituições de ensino (Gomes; Lima, 1996, p. 121).

No contexto angolano, temos constatado a atuação do Movimento de Estudantes Angolanos (MEA), que, segundo os seus Estatutos, surgiu como uma força ativa na abordagem de questões críticas da educação, recorrendo a manifestações pacíficas, ao uso das redes sociais para denúncias e à promoção de ações de capacitação.

Ao reivindicar agendas governamentais consideradas desfavoráveis aos estudantes, o MEA atua em conformidade com os seus Estatutos e exerceria influência nos debates sobre a qualidade do ensino em Angola. Deste modo, o presente artigo busca compreender de que modo as ações do MEA têm contribuído para a melhoria da qualidade do ensino.

1.1. OBJECTIVOS

A realização deste estudo está relacionada com a necessidade de compreender o contributo do MEA na melhoria da qualidade do ensino em Angola. Esse objetivo, é auxiliado com os seguintes objetivos Específicos:

- a) Assinalar a apreciação que o MEA tem sobre a qualidade de ensino em Angola;
- b) Identificar as ações que o MEA efetua para a contribuição na melhoria da qualidade de ensino.

¹ Mestrando – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGS-UFMG). Pedrosekemartins.psm@gmail.com. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Deste modo, a realização deste estudo justifica-se pela constatação de que a análise do impacto das ações dos movimentos sociais angolanos, em particular a contribuição do Movimento de Estudantes Angolanos para a melhoria da qualidade do ensino, constitui um tema ainda pouco explorado na literatura académica, conforme evidenciado pelo levantamento bibliográfico realizado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. CONCEITO E ÂMBITO DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS

Neste ponto, exploraremos diferentes definições de movimentos estudantis, sua origem e objetivos, bem como as principais características que os definem.

2.1.1. Conceito, objetivos e surgimento dos movimentos estudantis

Para Gohn (2002, p. 38) os movimentos estudantis são organizações coletivas de estudantes que se constituem como sujeitos sociais e políticos, procuram influenciar nas decisões sobre as políticas educativas e participar ativamente na vida política da sociedade. Na visão de Carrano (2006, p. 72) os movimentos estudantis são expressões da mobilização política de estudantes, caracterizadas pela reivindicação de melhorias no ensino, na gestão das instituições escolares e na sociedade em geral. “Os movimentos estudantis atuam como espaços de formação política e engajamento cidadão” (*Idem*).

Ambos autores assinalam os movimentos estudantis como grupo de estudantes devidamente organizados que têm como objetivo reivindicar os seus direitos e provocar mudanças no sistema de educação bem como na sociedade em geral.

Sanches (2010) e Sofiati (2017) destacam que os movimentos estudantis defendem a qualidade do ensino como meio de promover uma educação crítica, emancipatória e comprometida com a formação de cidadãos conscientes e socialmente participativos.

Segundo Almeida (2015, p.27), os movimentos estudantis surgiram entre os séculos XVIII e XIX, a partir de organizações de estudantes voltadas sobretudo para questões académicas e culturais, como as escolas palatinas, clubes literários, sociedades de debates e *corps*.

No século XX, especialmente em contextos de intensa agitação política e social, os movimentos estudantis redefiniram o seu foco de atuação, destacando-se, na década de 1960, pela luta pela democratização do ensino, contra a ditadura militar e em defesa das liberdades civis (Souza, 2018, p. 63; Bittar; Bittar, 2014, p. 149–151). No século XXI, os movimentos

estudantis enfrentam novos desafios e processos de adaptação, destacando-se na defesa da qualidade da educação, dos direitos estudantis e na resistência a políticas governamentais que ameacem o setor educacional (Boutin; Flach, 2017, p. 1–3). Nessa perspectiva, destacam-se algumas características que definem esses movimentos e que as distinguem conforme veremos a seguir.

2.1.2. Características dos movimentos estudantis

Com base em Rocha (2015), Covas (2008), Gohn (2002) consideramos que os movimentos estudantis têm os seguintes elementos que os caracterizam: **a) Organização e Mobilização Coletiva; b) Reivindicação de Direitos e Demandas; c) Contestação e Resistência; d) Engajamento Político e Social; e) Diálogo e Construção de Conhecimento e f) Diversidade e Inclusão.**

Contudo, apesar dessas características, percebe-se que os movimentos estudantis podem enfrentar diversas dificuldades que limita o cumprimento de seus objetivos. No âmbito da organização e mobilização, os movimentos estudantis enfrentam dificuldades decorrentes da diversidade de interesses, da fraca articulação entre grupos e da interferência político-partidária, fatores que comprometem a autonomia, a unidade e a capacidade de ação coletiva na influência das políticas educativas (Gohn, 2002, p. 110; Sofiati, 2017, p. 95; Covas, 2008, p. 162).

Também enfrentam a falta de recursos financeiros e de apoio institucional que podem dificultar a mobilização e a sustentabilidade dos movimentos estudantis ao longo do tempo (Covas, 2008, p. 156).

No decurso das suas mobilizações, os movimentos estudantis enfrentam políticas autoritárias, repressão e criminalização, bem como resistência das autoridades educativas e políticas, sendo que a fragilidade da representatividade e da legitimidade pode limitar a sua capacidade de influenciar as políticas educativas (Carlos, 2005, p. 78; Rocha, 2015, p. 145; Sanches, 2010, p. 108).

2.2. CONCEITO DE QUALIDADE DE ENSINO

O debate sobre a qualidade do ensino é antigo e marcado pela ausência de consenso conceitual, dada a diversidade de abordagens existentes (Saraiva *et al.*, 2006, p. 64–65). A literatura aponta que a qualidade do ensino envolve múltiplas dimensões, considerando tanto a instituição como um todo quanto indicadores de entrada, processo, resultados e contexto, que

permitem avaliar o desempenho dos sistemas educativos (Florida et al., cit. Lussuamo; Futi, 2019, p. 4).

De modo geral, o conceito associa-se à eficácia e à eficiência, abrangendo aspectos como expansão da escolaridade, sucesso escolar, melhoria do ensino, formação docente, qualificação dos alunos e adequação dos recursos (Saraiva et al., 2006, p. 64). O ensino de qualidade relaciona-se ainda ao desenvolvimento integral dos estudantes, incluindo não apenas resultados acadêmicos, mas também atitudes, competências sociais, valores de cidadania e respeito à diversidade (Venâncio; Otero, cit. Saraiva et al., 2006, p. 64).

Alguns autores privilegiam a qualidade dos recursos, enquanto outros enfatizam os processos e os resultados, sendo a articulação entre esses elementos fundamental para a efetiva qualidade do ensino (Saraiva et al., 2006, p. 65). Assim, a qualidade do ensino pode ser entendida como a capacidade das ações, meios e condições educativas de responder às expectativas sociais, tornando o serviço educativo relevante e desejável (Libâneo, 1990, p. 23; Silva, 2020, p. 13–41).

Nessa perspectiva, a qualidade da educação envolve a articulação entre recursos, processos educativos e resultados acadêmicos, pessoais e sociais, contribuindo para a formação de indivíduos e para o desenvolvimento da sociedade (UNICEF, cit. Lussuamo; Futi, 2019, p. 4; Ethier, cit. Saraiva et al., 2006, p. 65).

2.2.1. Factores que proporcionam a avaliação da qualidade de ensino

Cunha e os estudos da OCDE (cit. Saraiva et al., 2006, p. 65–66) defendem que existem fatores prioritários para a qualidade do ensino, os quais devem ser considerados como indicadores na sua análise, conforme apresentado na Tabela 1 abaixo.

Dimensão	Indicador	Descrição
Eficácia da aprendizagem	Currículo e práticas pedagógicas	Currículo atualizado, alinhado ao estado da ciência, adequado ao desenvolvimento e à cultura dos alunos, associado a práticas de ensino eficazes e avaliações contínuas que monitoram o progresso da aprendizagem.
Excelência dos resultados	Avaliação e desempenho acadêmico	Utilização de provas e mecanismos de avaliação que harmonizem critérios de classificação, evitem injustiças, assegurem padrões de excelência e reforcem a confiança social nos diplomas.
Formação e desenvolvimento docente	Qualidade dos professores	Formação inicial e contínua dos professores, competência profissional, dedicação ao ensino, critérios de recrutamento e colocação, bem como condições de trabalho e de gestão escolar adequadas.

Dimensão	Indicador	Descrição
Gestão escolar	Eficiência administrativa e organizacional	Capacidade de gestão das escolas em promover eficiência, eficácia e um ambiente institucional favorável ao processo de ensino-aprendizagem.
Recursos e infraestrutura	Condições materiais e estruturais	Disponibilidade e adequação de recursos materiais, tecnológicos e infraestrutura escolar que sustentem a oferta de um ensino de qualidade.

Fonte: Elaboração do autor, com base em Cunha; OCDE (*Apud.* Saraiva et al., 2006, p. 65–66).

2.2.2. Os intervenientes do processo

O conceito de qualidade do ensino varia conforme os diferentes intervenientes do processo educativo, internos e externos, cujos objetivos e expectativas são diversos, sendo fundamental identificar esses atores para a sua compreensão, dado o impacto do ensino na sociedade (Saraiva *et al.*, 2006, p. 68). Os pais, enquanto agentes indiretos, influenciam o sistema educativo por meio das suas exigências quanto à formação dos estudantes, e a qualidade do ensino depende ainda da articulação entre os diversos atores das políticas públicas e do seu comprometimento com a melhoria do processo educativo (Rinehart; Scherkenbach, cit. Saraiva *et al.*, 2006, p. 68–69).

2.3. SITUAÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO EM ANGOLA

O sistema de ensino em Angola passou por distintas fases historicamente condicionadas, tendo, no período colonial, atendido a uma minoria da população, o que resultou em elevados índices de analfabetismo. No período pós-independência, priorizou-se a expansão do acesso à educação, em detrimento da qualidade, sendo apenas a partir de 2001, com a revisão das políticas educacionais e a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei n.º 13/2001), que se iniciou uma preocupação mais sistemática com a qualidade do ensino (Liberato, 2014, p. 1018–1022; 1027).

Apesar dessas reformas, o sistema educativo angolano continua a enfrentar desafios estruturais que comprometem a qualidade, a aprendizagem e a equidade, nomeadamente fragilidades nas infraestruturas, insuficiência e fraca qualificação dos recursos humanos, problemas de gestão marcados pela centralização e pela corrupção, limitações no financiamento e deficiências nos mecanismos de avaliação do ensino (Silva, 2023, p. 1–2; Carvalho, 2012, p. 63–64).

A superação desses constrangimentos é condição essencial para a melhoria da qualidade do ensino em Angola, exigindo intervenções integradas ao nível das políticas públicas, da gestão

educativa, da formação docente e da avaliação do sistema educativo (Carvalho, 2012; Chocolate, 2016; Agostinho, 2020; Silva, 2020).

2.4. PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO

Um movimento educativo quer seja estudantil ou não, deve procurar integrar políticas de promoção de qualidade (Saraiva *et al*, 2006, p. 65).

Deste modo, Brito *et al* (2023: 325) e Fernandes (2016, p. 53) destacam que os movimentos estudantis têm desempenhado um papel significativo na melhoria da qualidade do ensino através de uma variedade de eventos científicos que realizam com vista a promover a dedicação académica nos estudantes tais como Seminário, Conferência, Grupo de Estudo, Workshop, Oficina, Simpósio, Palestra, Jornada, Fórum, Encontro, Entrevista Coletiva, Curso de Curta Duração, Debate, Congresso, Concurso, Mesa-Redonda. Esses eventos científicos são fundamentais para a “comunicação informal da ciência” (troca de informações e conhecimentos fora dos canais tradicionais) por proporcionarem aos participantes acesso a informações atualizadas e facilitação da troca de contatos entre eles (Silva & Conceição, 2023, p. 27).

Além disso, segundo Meadows (2000) e Ohira (2002), os eventos científicos adaptam-se ao ritmo acelerado do desenvolvimento científico e oferecem oportunidades para aprimorar habilidades, promovendo a troca de experiências entre os participantes (Cit. Silva & Conceição, 2023: 28).

3. METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, visando compreender em profundidade os fenómenos estudados a partir das ações e percepções dos participantes em seus contextos sociais, sem a preocupação com representatividade numérica ou generalizações estatísticas (Guerra, 2014, p. 11). Como técnica de recolha de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada, por permitir maior flexibilidade na condução das entrevistas, favorecendo um ambiente mais informal e propício à livre expressão das opiniões e experiências dos entrevistados (Marconi; Lakatos, 2003; Simões, 2016).

Na condução das entrevistas, foram observados os princípios da diversidade e da saturação teórica, considerando-se a heterogeneidade dos sujeitos e encerrando-se a recolha quando os depoimentos deixaram de apresentar novas informações relevantes (Guerra, 2006, p. 40–42). A seleção dos participantes baseou-se na amostra por conveniência, privilegiando

membros do Movimento Estudantil Angolano (MEA) que se mostraram disponíveis e acessíveis (Marconi; Lakatos, 2003; Hill; Hill, 2012, p. 49).

As entrevistas foram realizadas em Luanda, nos dias 01 e 02 de novembro de 2024, em Viana e no Cazenga, sendo os dados registados por meio de gravador e câmara de telemóvel. Ressalta-se que não foi possível entrevistar representantes do Ministério da Educação, apesar das tentativas formais realizadas, devido a entraves administrativos e à recusa institucional do órgão competente.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Para melhor compreender as características dos entrevistados, apresentamos seus dados na tabela a seguir:

Tabela 2 – Descrição Sociodemográfica dos Entrevistados

Sexo	N	%
Masculino	6	75.0%
Feminino	2	25.0%
Faixa Etária		
20 - 29 anos	5	62.5%
30 - 39 anos	3	37.5%
Tempo no MEA		
2 - 4 anos	3	37.5%
5 - 7 anos	3	37.5%
8 - 10 anos	1	12.5%
11 -13 anos	1	12.5%
Cargo		
Sem Cargo	3	37.5%
Presidente	1	12.5%
Secretário (a)	3	37.5%
Conselheiro (a)	1	12.5%
Área de Formação		
Psicologia	2	25.0%
Direito	2	25.0%
Ciência da Educação	2	25.0%
Análises Clínicas	1	12.5%
Comunicação Social	1	12.5%
Nível de Instrução		
IIº ciclo do Ensino Secundário	1	12.5%
Licenciatura	7	87.5%

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

A caracterização sociodemográfica dos entrevistados mostra um grupo maioritariamente composto por jovens, com predominância do sexo masculino e concentração etária entre os 20 e os 29 anos. No que respeita ao tempo de pertença ao Movimento de

Estudantes Angolano, observa-se uma distribuição equilibrada entre membros com trajetórias mais recentes e outros com maior permanência no movimento, o que confere diversidade de experiências organizativas ao conjunto dos entrevistados.

Relativamente à posição ocupada no MEA, a amostra integra tanto membros sem cargos formais como dirigentes, nomeadamente presidente, secretários e conselheiro, o que nos permitiu captar percepções diferenciadas em função da hierarquia interna do movimento. No que se refere às áreas de formação, verifica-se uma pluralidade de percursos académicos, com maior incidência nas Ciências Sociais e da Educação, o que demonstra a heterogeneidade formativa dos participantes. Quanto ao nível de instrução, a maioria dos entrevistados possui formação superior, o que reforça a relevância das suas reflexões sobre a qualidade do ensino e as políticas educativas no contexto angolano.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste item, fizemos a análise e interpretação de dados do material empírico recolhido no campo.

4.1. DEFINIÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO NA PERSPECTIVA DO MEA

Com o objetivo de compreender a percepção dos membros do Movimento de Estudantes Angolanos sobre a qualidade do ensino, questionou-se aos entrevistados como definem qualidade de ensino, constatou-se que não existe uma definição única entre os entrevistados. Alguns associam a qualidade do ensino à capacitação e à transmissão eficiente do conhecimento, outros à capacidade de produção científica e de resposta às necessidades da sociedade, às condições e infraestruturas escolares, ou ainda ao impacto do conhecimento na vida do formado e na sua comunidade. Essas diferentes concepções evidenciam que a qualidade do ensino é entendida como um conceito multidimensional, em consonância com a perspectiva de Saraiva *et al.* (2006) e com os parâmetros propostos por Ethier.

No que se refere aos indicadores da qualidade do ensino, a maioria dos entrevistados destacou o aumento do Orçamento Geral do Estado (OGE) para a educação, a melhoria das infraestruturas, a capacitação dos recursos humanos e o fortalecimento da produção científica. Outros enfatizaram a necessidade de políticas públicas eficazes e o bem-estar e a saúde dos estudantes, sobretudo no que diz respeito à alimentação (merenda) e ao acesso à água potável. Esses indicadores revelam uma compreensão articulada da qualidade do ensino, associada ao

investimento público, à valorização dos professores, às condições materiais e às necessidades básicas dos alunos, em consonância com as abordagens da OCDE (*apud Saraiva et al., 2006*).

Quando questionados sobre a realidade angolana, alguns entrevistados adotaram uma postura crítica, considerando que os indicadores apontados não se refletem positivamente no contexto atual do país. A baixa percentagem do OGE destinada à educação, a carência de infraestruturas adequadas e a insuficiência de recursos pedagógicos foram identificadas como os principais obstáculos à melhoria da qualidade do ensino. Essa percepção reforça a ideia de que, apesar da consciência sobre os fatores essenciais para um ensino de qualidade, as limitações estruturais e financeiras continuam a comprometer o desenvolvimento do sistema educativo angolano, corroborando as análises de Carvalho (2012).

4.2. AÇÕES DO MEA PARA A CONTRIBUIÇÃO NA QUALIDADE DO ENSINO

Quando questionados sobre as ações desenvolvidas pelo Movimento de Estudantes Angolanos como contributo para a melhoria da qualidade do ensino, os entrevistados apontaram essencialmente duas formas de atuação: a) *a pressão ao governo* e b) *a realização de eventos educacionais*. A maioria destacou a pressão política, materializada por meio de manifestações, protestos e envio de propostas às instituições governamentais, enquanto outros enfatizaram a organização de palestras, debates, seminários, workshops e programas de capacitação como estratégias complementares.

Para além dessas ações, os entrevistados referiram também iniciativas de carácter social, como campanhas de consciencialização, recolha de donativos, projetos de limpeza em escolas comunitárias e atribuição de bolsas de estudo, evidenciando que a atuação do MEA não se limita à reivindicação política, mas inclui intervenções práticas voltadas para a melhoria das condições de ensino. Essas ações encontram-se alinhadas com os Estatutos do movimento e reforçam o seu compromisso com a educação.

No que diz respeito ao impacto dessas ações, constatou-se a existência de duas perspetivas entre os entrevistados. Alguns consideram que as iniciativas do MEA têm contribuído para melhorias pontuais na qualidade do ensino, sobretudo por meio da sensibilização pública e do recuo do Estado em determinadas medidas, enquanto outros defendem que, em determinados períodos, o impacto foi limitado devido à falta de abertura institucional e à percepção negativa do movimento por parte das autoridades. Todavia, os depoimentos indicam que, atualmente, o MEA tem conseguido maior aceitação institucional,

especialmente no desenvolvimento de atividades acadêmicas e sociais, em comparação com o passado.

Relativamente à colaboração com outras organizações, a maioria dos entrevistados reconheceu a existência de parcerias que têm contribuído positivamente para os objetivos do MEA, nomeadamente com associações estudantis e organizações da sociedade civil. Embora tenham existido dificuldades no passado, sobretudo por razões de ordem política, a situação atual revela uma maior abertura para o estabelecimento de colaborações, o que tem fortalecido as ações do movimento na luta pela melhoria da qualidade do ensino em Angola.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise e interpretação dos resultados da pesquisa sobre a percepção e as ações do MEA em relação à qualidade de ensino em Angola, é possível afirmar que os objetivos propostos neste estudo foram alcançados, conforme detalhado a seguir:

Compreendemos o contributo do MEA na melhoria da qualidade do ensino em Angola na medida em que a pesquisa demonstrou que o MEA desempenha um papel significativo na luta por um ensino de qualidade, por meio de ações concretas, como mobilizações políticas, reivindicações sociais e parcerias estratégicas, visando impactar positivamente a comunidade académica e a sociedade em geral.

Por meio da análise das percepções dos entrevistados sobre a qualidade de ensino, assinalamos a apreciação do MEA em relação a definição da qualidade de ensino, das definições dadas, entendemos que a qualidade de ensino é um conceito multidimensional, que vai além da transmissão de conhecimentos, incluindo fatores como capacitação reflexiva dos estudantes, impacto comunitário, condições materiais, infraestrutura adequada e políticas públicas eficazes.

As iniciativas do MEA para contribuir na melhoria da qualidade de ensino incluem pressão política, promoção de eventos educacionais e ações sociais voltadas à valorização do ensino e à melhoria das condições de estudo.

Os resultados mostraram que essas ações têm gerado impacto positivo, como maior abertura das instituições públicas para atividades educacionais e avanços em algumas reivindicações específicas feitas pelo movimento.

Adicionalmente, foi evidenciado que o MEA superou desafios relacionados à colaboração com outras organizações. Embora no passado essas parcerias tenham enfrentado barreiras políticas e divergências de objetivos, atualmente, o movimento tem fortalecido suas ações por

meio de parcerias estratégicas com ONGs voltadas à educação, ampliando seu impacto no sector.

Portanto, o MEA desempenha um papel significativo na luta por um ensino de qualidade em Angola. Contudo, em nosso entender, apesar dos resultados alcançados, o sucesso de suas ações e a concretização de seus objetivos dependem de um maior comprometimento do governo, de financiamentos adequados e de uma relação mais forte entre sociedade civil, ONGs da educação e o governo. A educação precisa ser efetivamente priorizada como a base do desenvolvimento sustentável do país.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Simão. O ensino geral: permanências e avanços. In: NGULUVE, Alberto Kapitango et al. (Org.). *Lei de bases da educação e ensino: debates e proposições*. 1. ed. Luanda: Literacia, 2020. p. 42-61.

ALMEIDA, Alberto. *Movimentos estudantis: origens e desenvolvimento*. São Paulo: Editora Campus, 2015.

BENJAMIM, Abdala Junior. Panorama histórico da literatura angolana. In: CHAVES, Rita; MACEDO, Tania (Org.). *Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006. p. 211-216.

BITTAR, Marisa; BITTAR, Mariluce. Os movimentos estudantis na história da educação e a luta pela democratização da universidade brasileira. *EccoS – Revista Científica*, n. 34, p. 143-159, 2014.

BOUTIN, Aldimara Catarina Brito Delabona; FLACH, Simone de Fátima. Movimento estudantil brasileiro: da formação às estratégias de luta na atualidade. *Revista Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 8, n. 2, p. 1-17, 2017.

BRITO, Kátia Cristina Custódio Ferreira et al. O papel do movimento estudantil brasileiro na constituição dos grêmios estudantis nos anos iniciais do ensino fundamental. *Revista Multidebates*, Palmas, v. 7, n. 4, p. 324-330, 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2005.

CARRANO, Paulo. *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, Paulo de. Evolução e crescimento do ensino superior em Angola. *Revista Angolana de Sociologia*, Luanda, n. 9, p. 51-58, 2012.

CHOCOLATE, Francisco António Macongo. *Docência no ensino superior no ISCED-Cabinda (Angola): formação de professores, atuação e práticas pedagógicas*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

COVAS, António. *Educação e políticas sociais: uma visão crítica*. Coimbra: Almedina, 2008.

- CRATO, Nuno. *Qualidade e equidade na escola*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010.
- FERNANDES, R. A participação estudantil na construção de uma educação de qualidade. *Revista de Educação*, v. 10, n. 2, p. 53-65, 2016.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais na contemporaneidade*. São Paulo: Loyola, 2002.
- GOMES, Carlos Alberto; LIMA, Licínio Carlos Viana. Associativismo estudantil no ensino secundário e reprodução política das organizações partidárias de juventude. *Sociologia: Problemas e Práticas*, n. 21, p. 121-163, 1996.
- GUERRA, Elaine Linhares de Assis. *Manual de pesquisa qualitativa*. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014.
- GUERRA, Isabel Carvalho. *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia, 2006.
- HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew. *Investigação por questionário*. 2. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2012.
- LARA, Larissa Mongruel Martins de. *Gestão de eventos e cerimonial público e privado: tipos de eventos*. Ponta Grossa: UEPG/NUTEAD, 2017.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1990.
- LIBERATO, Ermelinda. Avanços e retrocessos da educação em Angola. *Revista Brasileira de Educação*, v. 19, n. 59, p. 1003-1031, 2014.
- LUSSUAMO, João Mabiala; FUTTI, Xavier Alfredo da Silva. A qualidade acadêmica e relevância social do ensino superior em Angola. *Revista FORGES*, 2019.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Angola). *Circular nº 03/2022*, de 28 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.med.gov.ao/documentos-oficiais/circular-no-03-2022>. Acesso em: 8 dez. 2024.
- NOVO JORNAL. Estabelecimentos de ensino continuam sem verba: directores suportam manutenção das escolas públicas em Luanda. *Novo Jornal*, 14 jun. 2024. Disponível em: <https://novojournal.co.ao/noticias/estabelecimentos-de-ensino-continuam-sem-verba-directores-suportam-manutencao-das-escolas-publicas-em-luanda>. Acesso em: 8 dez. 2024.
- ROCHA, Luís de Miranda. *Movimentos sociais e educação: práticas de participação democrática*. São Paulo: Cortez, 2015.
- SANCHES, Maria de Lourdes. *Políticas públicas de educação: um enfoque emancipatório*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SARAIVA, Margarida et al. Conceituar a qualidade de ensino: uma aplicação prática no ISCTE e na Universidade de Évora. *Revista Economia e Sociologia*, n. 81, p. 63-79, 2006.

SILVA, Eugénio Adolfo Alves da. Princípios e propostas para a gestão da educação escolar em prol da eficiência e da qualidade. In: NGULUVE, Alberto Kapitango et al. (Org.). *Lei de bases do sistema de educação e ensino: debates e proposições*. 1. ed. Luanda: Literacia, 2020. p. 13-41.

SILVA, Livia Barros da; CONCEIÇÃO, Suzanne Cardoso de Lima. *A importância de eventos científicos no ambiente acadêmico*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Gestão de Eventos) – Faculdade de Tecnologia da Zona Sul, São Paulo.

SILVA, Vítor Burity da. As dificuldades, as deficiências, a qualidade, a aprendizagem e a corrupção na educação geral em Angola: várias razões. 2023.

SIMÕES, Aníbal. *A investigação qualitativa*. Tomo I. 1. ed. Luanda: Mayamba, 2016.

SOFIATI, Flávio Munhoz. *Movimentos sociais e educação: contribuições para a emancipação e a transformação social*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SOUZA, Rafael. *Movimento estudantil nos anos 1990: desafios e perspectivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

Documentos consultados

ANGOLA. *Estatutos do Movimento dos Estudantes Angolanos (MEA)*. *Diário da República*, III série, n. 53, 19 mar. 2019. Luanda: Imprensa Nacional.

ANGOLA. *Lei nº 13/01*, de 31 de dezembro de 2001. Lei de bases do sistema de educação e ensino.

ANGOLA. *Lei nº 17/16*, de 7 de outubro de 2016. Lei de bases do sistema de educação e ensino.

ANGOLA. *Lei nº 32/20*, de 12 de agosto de 2020. Lei de bases do sistema de educação e ensino.

GT 7

**PENSAMENTO SOCIAL
E POLÍTICO
BRASILEIRO**

Capítulo XVII

SOCIEDADE CIVIL E AS ALTERNATIVAS DA ESQUERDA PARA A REDEMOCRATIZAÇÃO: UM DEBATE ENTRE COUTINHO, WEFFORT E FLORESTAN

Luan Viana Damazio ¹

João Gabriel Ronsini de Carvalho ²

RESUMO

O artigo analisa as distintas concepções de sociedade civil e estratégias de redemocratização em Florestan Fernandes, Francisco Weffort e Carlos Nelson Coutinho. Fernandes, partindo de uma análise estrutural, enxerga a sociedade civil como um “Cavalo de Tróia” da autocracia burguesa, enfatizando a necessidade de autonomia política dos trabalhadores para uma transformação socialista. Weffort representa a virada teórica que valoriza a sociedade civil como esfera de liberdade e autonomia frente ao Estado autoritário, embora com tendência a um dualismo simplificador. Coutinho, baseado numa literatura gramsciana, propõe uma superação dialética do impasse através da “guerra de posição”, defendendo a democracia como valor universal e campo estratégico para a construção de uma hegemonia socialista. O debate revela projetos políticos antagônicos que continuam a informar as tensões da democracia brasileira.

Palavras-chave: Sociedade Civil; Redemocratização; Esquerda; e Socialismo.

1. INTRODUÇÃO

As décadas de 1970 e 1980 representaram, no Brasil, um período de profundas mudanças. A ditadura apresentava seus primeiros sinais de abertura, a resistência armada havia sido completamente liquidada, a esquerda aprofundava seu balanço de crítica e autocrítica e havia o (re)surgimento do movimento sindical e dos movimentos sociais. Tais mudanças impactaram profundamente a produção acadêmica e dentro das ciências sociais e humanas novas teorias e epistemologias foram produzidas e utilizadas a fim de entendê-las. Contrapondo-se às teorias hegemônicas até então, as novas abordagens possuíam, no campo do pensamento, como seus principais alvos, os teóricos do populismo e o marxismo³, especialmente aquele vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). O surgimento de novas perspectivas teóricas não apenas ligou-se a questões internas, isto é, brasileiras, mas vinculava-se, também, a novos paradigmas dentro das ciências humanas, que, por uma série de razões, passou a questionar as teorias utilizadas nos anos anteriores, essas

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

³ Houve dentro do próprio marxismo renovação e disputa. E. P. Thompson, pela relevância adquirida, representou por aqui essas mudanças e sua leitura passou a competir com a de Gramsci, que era “muito utilizado nas análises sobre o fenômeno populista no Brasil” (GOMES, 1996, p. 13).

com características mais totalizadoras, como o estruturalismo, por exemplo. Dessa forma, para compreender as novas movimentações políticas dos “de baixo”, algumas categorias foram substituídas; proletariado passou a ser subalterno, sindicatos foram preteridos pelos movimentos sociais e o Estado pela sociedade civil. No entanto, não houve apenas um caminho de “volta”, isto é, uma mudança da forma de compreender esses novos personagens que entraram em cena, para parafrasear um famoso texto¹; houve, também, um caminho de “ida”, onde essas próprias teorias passaram a informar as ações desses novos atores.

A partir disso há um contexto propício para renovação de novas perspectivas de análise, em contraposição ao que fora produzido a partir dos anos 50. No entanto, ainda com Lahuerta, marcas como o nacionalismo, o marxismo e a perspectiva de que os intelectuais posicionam-se acima da sociedade, tal como o Estado, perdurariam até os anos 80. Além disso a “predominância do economicismo no marxismo, somada à tradição funcional e dualista do pensamento social brasileiro”, dificultariam uma análise propriamente política (Ibid., p. 59-60).

Essas mudanças teóricas – de um “marxismo centrado na análise histórico-estrutural” para interpretações que privilegiassem a “autonomia relativa da dimensão política” – relacionavam-se não apenas à necessidade de lidar com o Estado autoritário da ditadura, mas também respondia às novas necessidades do processo de institucionalização das ciências sociais e também às demandas das agências internacionais de financiamento, como a Ford Foundation (que financiou o Cebrap) (Ibid., p. 75). Lahuerta argumenta que a busca por um “novo sujeito”, representativo das classes populares, esteve presente no debate dessa “nova” tradição. Pois era preciso afastar-se das massas manipuladas pelo Estado e lideranças populistas e comunistas, imbuídas de corporativismo, para criação de um sujeito autônomo. Tal concepção esteve presente na interpretação uspiana desde, pelo menos, os anos 50. E valorizava a constituição autônoma das lideranças e dos saberes populares, opondo-se, portanto, ao “tecnocratismo do regime militar [e] ao modelo de vanguarda iluminada (marxistaleninista)” (Ibid, p. 88).

A sociedade civil brasileira, por conta do desenvolvimento econômico propiciado pelo “milagre”, a partir de um país cada vez mais urbano, tornou-se mais pujante. Tal condição gerava uma série de contradições para a ditadura e a pressão pela via eleitoral foi a maneira pela qual se formou uma oposição significativa ao sistema dominante (LAMOUNIER, 1984). Em 1974, a vitória do MDB nas eleições parlamentares demonstrou a fraqueza do regime e ao

¹ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)**. Rio de Janeiro. Editora Paz & Terra. 1988.

mesmo tempo evidenciou a força da oposição, o que levou a desacelerar o projeto da “distensão lenta, gradual e segura”, tendo no Pacote de Abril¹ a primeira ressaca do início da liberalização (ABRANCHES, 1981).

Esse movimento de valorização da sociedade civil e dos movimentos sociais encontrou em Antonio Gramsci, através da influente interpretação de Carlos Nelson Coutinho, seu principal referencial teórico. Em sua obra *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político* (1992), Coutinho popularizou no Brasil conceitos fundamentais para a esquerda em renovação, como “hegemonia”, “sociedade civil” e, sobretudo, a estratégia da 'guerra de posição'. Esta última representava uma alternativa à concepção de 'assalto frontal' ao poder, propondo um processo prolongado de disputa de hegemonia na sociedade civil antes da conquista do Estado. Tal quadro teórico oferecia uma lente poderosa para analisar as novas formas de atuação política que caracterizavam a resistência à ditadura e a luta pela redemocratização, servindo como base para as reflexões de intelectuais como os aqui analisados

2. FLORESTAN FERNANDES: SOCIEDADE CIVIL COMO “CAVALO DE TRÓIA”

Florestan Fernandes é sem dúvidas um dos maiores pilares das ciências sociais brasileiras, tanto pela sua vasta produção acadêmica, quanto pela influência teórica e política, principalmente na formação de uma geração de intelectuais ligados à FFLCH. Sua produção, eminentemente acadêmica até pelo menos os anos 1969, quando foi desligado da USP pelo regime militar, torna-se sobretudo ensaística e militante a partir de então (TÓTORA, 1999). Em uma de suas obras mais importantes, *Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*, publicada em 1975, Fernandes foi capaz de reunir seu rigor científico à escrita ensaística e militante, produzindo uma interpretação do Brasil, na esteira da análise marxista. A partir dessa obra somos capazes de compreender suas análises produzidas no período que nos é de interesse.

Fernandes, tendo ciência de que não haveria uma única via para a transformação capitalista, já que os elementos econômicos e extra-econômicos de dada realidade histórico-social causam constrangimentos àquele processo, buscou lançar as bases da especificidade brasileira na hora de realizá-la (FERNANDES, 1976, p. 289). Seguindo uma tradição relevante

¹ Foi uma série de medidas realizadas, após o fechamento do congresso, pelo então presidente Ernesto Geisel e que buscaram restringir os espaços de representação da oposição institucional na figura do MDB; tais como o adiamento das eleições de governador que aconteceriam em 1978, o voto indireto para o Senado, extensão do mandato presidencial, entre outras medidas.

do pensamento marxista brasileiro, como a de Caio Prado Jr.¹, Fernandes também considerou o aspecto de condicionante externo nas realidades de países dependentes e subdesenvolvidos, como o Brasil, como fundamental para a análise. Pois além da exploração da burguesia interna, há, sobretudo no período do capitalismo de tipo monopolista, quando somado ao fator imperialista que o organizou para sua expansão, um sentido externo da nossa economia.

Fernandes (1976) trata essa articulação interna e externa como de uma dupla apropriação que teria como uma das principais consequências a dissociação entre a transformação capitalista e a democracia burguesa (Ibid., p. 292). Por esses fatores a revolução burguesa por aqui tornou-se um evento essencialmente político, no qual a burguesia teria como principal objetivo, além de consolidar suas vantagens relativas de classe, manter viva as suas condições de existência e a daquele processo que torna possível a sua reprodução, isto é, o modo de produção capitalista (Ibid., 1976, p. 294). Pode-se dizer que o mérito da sua análise está em explicar a forma como a dominação burguesa engendrou-se num país periférico, no caso, o Brasil, a partir das escolhas que a classe dominante e seus diversos setores fizeram levando em consideração os condicionantes estruturais. Ao não buscar empreender uma compreensão ideal-típica de como a transformação capitalista em seu sentido abstrato se deu, já que, ele mesmo sabia que embora existam os casos clássicos, não faz sentido analisar os casos concretos à luz de determinada régua pressuposta, comparando o que seriam nossos elementos “ausentes” com os elementos “normais”, Fernandes foi capaz de visualizar o caráter autocrático da dominação burguesa no Brasil. Nesse sentido, seria um erro supor que por não ter havido no Brasil uma conjugação entre revolução burguesa e regime democrático, bem como a consolidação de direitos civis e sociais normalmente remetidos àquela, que não a teríamos realizado. Pelo contrário, a nossa revolução nacional, pelo já dito sobre a dupla apropriação, resultou numa integração horizontal dos interesses burgueses, possibilitando a sua imposição a todos os membros da comunidade nacional, tendo como principal meio a forma coercitiva (Ibid., 1976, p. 302). Dessa forma de dominação burguesa Fernandes depreende três funções; 1) a preservação e o fortalecimento das condições econômicas, socioculturais e políticas, com o objetivo de manter sua permanência histórica com o máximo possível de eficácia; 2) a ampliação e o aprofundamento da incorporação estrutural e dinâmica ao mercado mundial, garantindo máxima “intensidade aos processos de modernização tecnológica, de acumulação capitalista e de desenvolvimento econômico”, assegurando internamente meios externos de “suporte, de

¹ PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo (Colônia). Editora Brasiliense, 1961.

renovação e de fortalecimento” (Ibid., 1976, p. 304) e, por fim, 3) a preservação, o alargamento e a unificação dos “controles diretos e indiretos da máquina do Estado pelas classes burguesas, de maneira a elevar ao máximo a fluidez entre o poder político estatal e a própria dominação burguesa (Ibid, p. 304)”, a fim de garantir a essa a máxima eficácia política, “dando-lhe uma base institucional de auto-afirmação, de autodefesa e de auto-irradiação de natureza coativa e de alcance nacional.” (Ibid, p. 304). Nota-se que uma das principais características da forma como se caracterizou a dominação burguesa no Brasil tem a ver com seu caráter constantemente defensivo para garantir-se no comando, o que levou ao conseqüente aspecto conservador e moderado, abafando possíveis tendências reformistas ou democráticas no próprio interior do bloco burguês. O Estado possui, nessas configurações, posição de destaque para consolidar, organizar e engendrar essa dominação, bem como para desenvolver as transformações capitalistas no Brasil.

Veremos as características apontadas acima presentes nas análises de Fernandes nos anos 70 e 80, pois assim como os intelectuais da época, a sua preocupação nesse período esteve diretamente ligada ao processo de transição e à questão democrática. Suas críticas, radicais, voltaram-se ao processo de abertura – onde a ditadura, escapando de uma “implosão súbita a curto prazo”, foi capaz de gerar dentro de si um regime alternativo, elegendo-se como “fiel da balança numa provável *transição para a democracia*” (FERNANDES, 1982, p. 27) e também à oposição ao regime – incapazes, tanto a ala liberal e conservadora, quanto a esquerda, de realizarem o “combate decisivo”, permitiram a substituição, pelas mãos do governo, do “ativismo democrático por sua própria forma de gradualismo” (Ibid., p. 9).

Vimos, anteriormente, como houve no período em questão uma maior valorização da sociedade civil, como espaço plural e democrático frente ao Estado autoritário. Fernandes, no entanto, embasado na teoria marxista, fez ponderações distintas sobre o caráter da sociedade civil que seria, segundo ele, sinônimo de “sociedade burguesa ou, também, sociedade de classes sociais”, isto é, “a forma histórica assumida por uma sociedade estratificada submetida à dominação das classes burguesas”. Tal conceito viria sendo utilizado como “cavalo de Tróia” pelos “intelectuais orgânicos da ordem” como uma espécie de “simulacro de oposição” (Ibid., p. 3-15).

Compreendendo que o objetivo com a transição era a constituição de uma “democracia forte”, onde o caráter de classe, portanto, burguês, do Estado brasileiro permaneceria o mesmo, mas com os “mecanismos específicos de segurança em favor dos estratos estratégicos das classes capitalistas” redirecionados para determinados setores, sem explicitar um caráter ditatorial, Fernandes opôs-se às análises, inclusive de esquerda, que não substancializavam a

“democracia”. Essa, sem seu conteúdo de classe e vinculação à transformação (socialista) da realidade, permaneceria sendo – especialmente num país como o Brasil em que, pelo que já foi explicado, não se concretizou a democracia burguesa – uma democracia restrita às classes possuidoras (TÓTORA, 1999).

Dessa forma, não caberia aos trabalhadores e, principalmente, aos seus setores organizados, especialmente os socialistas, embarcar na luta genérica pela democracia, proposta pela abertura política que estava sendo gestada dentro da própria ditadura. Era preciso, ao contrário, fortalecer os seus próprios mecanismos de auto-organização, buscando construir a autonomia política das organizações populares, seja nos seus espaços mais comuns de atuação, isto é, locais de moradia, autogerindo seus espaços de convivência, na vida sindical, através de organizações independentes, como também na esfera político-partidária, a partir de partidos socialistas (FLORESTAN apud TÓTORA, 1999). Nesse sentido, a democracia burguesa no Brasil, abortada pela sua própria burguesia – historicamente contra-revolucionária –, só poderá ser efetivada pelas mãos da classe trabalhadora. Mas não como um fim em si mesma, pois ao constituir tal ampliação democrática, seria possível dar conta de transformações tanto dentro do paradigma da ordem burguesa, isto é, a “reforma agrária, a revolução nacional e democrática”, bem como para preparar transformações mais profundas, dentro da perspectiva de rompimento de tal ordem através da revolução socialista (Ibid., p. 122).

Portanto, ao ouvir soar a palavra de ordem “rumo à democracia!”, deveria-se questionar: quais são as vozes que estão a entoá-la? Os setores burgueses que lançaram mão da ditadura e agora precisam livrar-se dela, apoiados por uma oposição condescendente ou os setores organizados da classe trabalhadora que desejam levá-la até às últimas consequências? Ao reforçar essas diferenças e pondo na ordem do dia dos seus posicionamentos a democracia socialista, Florestan se diferenciou de boa parte dos intelectuais e grupos opositores da época, inclusive dentro do próprio campo da esquerda. Além disso, sua proximidade e posteriormente adesão ao PT demonstrou seu compromisso militante e fortaleceu a importância da sua produção para desvendar os sentidos de um pensamento que ajuda explicar um contexto histórico, assim como influenciou em tal contexto servindo de base teórica para a ação prática de determinados grupos de atores políticos.

3. FRANCISCO WEFFORT: “CONSTRUIR A SOCIEDADE CIVIL PORQUE QUEREMOS LIBERDADE!”

Francisco Weffort, como já demonstrado, teve grande importância intelectual para o período em questão, especialmente como um dos principais representantes das mudanças de

perspectiva teórica capazes de expressar as transformações político-sociais dos anos 70 e 80 no campo do pensamento social brasileiro. Sua importância é reforçada por ter sido também quem condensou na teoria do populismo a visão da crítica paulista diante da política brasileira dos anos 1930 até 1964.

Desde o final dos anos 60 é possível notar em Weffort a preocupação teórica do germe do que seria o novo sindicalismo¹ e com o passar dos acontecimentos a influência da concretização de um novo movimento sindical e a eclosão de movimentos sociais ficou marcada em sua obra. Em 1978, Weffort publicou, após revisão, alguns artigos escritos entre 1963 e 1978² e embora tenha afirmado que realizou mudanças no texto que não seriam capazes de alterar seu conteúdo, análises minuciosas demonstram o contrário (MUSSI; KAYSEL, 2017).

É possível notar essas mudanças na forma com que Weffort abordou a classe operária, que passou a ser mais ativa em suas análises (ARAÚJO, 2012). Ao tratar, por exemplo, da manipulação do período populista, Weffort considerou, ainda que contraditoriamente, que tal prática envolvia certo grau de "real expressão dos interesses sociais das classes populares emergentes" (WEFFORT, 2003, p. 140). E buscou apresentar hipóteses, de caráter histórico-estrutural, que pudessem explicar as condições sociais que possibilitaram a adesão das classes populares às práticas políticas do populismo. Nesse sentido, a ascensão de estratos urbanos num contexto de decadência da sociedade agrária, possibilitaram uma identificação dos setores populares – social e politicamente heterogêneos – com o modelo político já estabelecido, bem como com suas lideranças políticas (Ibid., 176). No entanto, a ascensão individual e o acesso à cidadania também trazem consigo frustração social, já que os novos postos sociais alcançados não eliminam as desigualdades de fato existentes entre a maioria da população brasileira e os estratos abastados (Ibid., 183). Dessa forma identifica-se essa ambiguidade – adesão e insatisfação – das camadas populares com o populismo.

Além disso, Mussi e Kaysel apontam que essas modificações nos textos publicados em 1978 e que demonstrariam seu interesse em intervir no debate da época entre Cebrap e Cedec, apresentariam ideias novas não contidas nos textos anteriores, tais como "*O populismo como fenômeno ideológico de tipo pequeno-burguês que leva os trabalhadores inevitavelmente à derrota*", "*A negação da 'dependência' como uma chave de análise conceitual*" e "*A relação entre 'democracia e movimento operário'*", ausente dos artigos que compõem a coletânea de 1978, aparece como problema em boa parte da discussão posterior sobre o populismo." (MUSSI; KAYSEL, 2017, p. 13-15, grifos originais).

¹ WEFFORT, Francisco C. **Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968**. Cebrap, 1972.

² Weffort, Francisco C. *O Populismo na Política Brasileira*. São Paulo: Paz e terra, 2003.

Dessa forma, fica evidente a influência do período para a produção de Weffort, inclusive o levando, como apresentado acima, a reformular certas análises anteriores. Passou a ser marcante nas suas preocupações “como incorporar a classe operária a uma democracia de origem burguesa?” (WEFFORT apud ARAÚJO, 2012, p. 110). Dessa forma, o problema da liberdade política e da igualdade social, que já havia aparecido em um texto publicado no *Jornal Opinião* em 1974¹, fortalecia-se no início dos anos 80, já que algumas demandas reclamadas pelo “novo sindicalismo”, assim como a “ proposta de organização de um partido dos trabalhadores e também a perspectiva “geral da construção de um Estado democrático de direito”, relacionavam-se diretamente com aquele dilema (WEFFORT apud *Ibid.*, p. 110).

A ditadura inaugurada em 1964 estabeleceu uma separação radical entre desenvolvimento econômico e democracia, bem como desenvolvimento econômico e igualdade social, tais consequências associadas ao passado brasileiro marcado pelo autoritarismo e corporativismo estatal, reforçaram para Weffort a perspectiva de que a via para a democratização passava em grande medida pela autonomização da sociedade civil e do sindicalismo em relação ao Estado. O contexto, portanto, justificava em sua visão o privilegiamento da sociedade civil como espaço de florescimento democrático e como forma de “nos defender do Estado monstruoso à nossa frente”, pois, ainda em suas palavras: “nós precisávamos construir a sociedade civil porque queríamos liberdade” (WEFFORT apud LAHUERTA, 2001, p. 74). Mais do que uma questão teórica, o fortalecimento da sociedade civil tornou-se uma questão de valores democráticos que orientavam a ação política.

A constituição do CEBRAP, a partir de professores² ligados à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFLCH - USP), buscava alternativas dentro desse contexto, tanto no campo intelectual, isto é, buscando novas formas de análise, que privilegiassem a sociedade civil e a perspectiva democrática, como no campo político, diante do recrudescimento do regime e da perseguição aos espaços até então ocupados por esses intelectuais. Tornou-se, a partir dos novos temas e enfoques empreendidos, uma referência na área das ciências sociais e na luta oposicionista principalmente através da figura de Fernando Henrique Cardoso. Depois dele a figura mais emblemática é a de Francisco Weffort, que

¹ Weffort, Francisco C. A democracia e a “questão social”. In: *Jornal Opinião*, 26 de agosto de 1974.

² Lahuerta informa que do “grupo inicial faziam parte: Bóris Fausto, Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Carlos Estevam Martins, Elsa Berquó, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Correia Weffort, Francisco de Oliveira, José Arthur Giannotti, José Reginaldo Prandi, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Octávio Ianni, Paul Singer, Ruth Cardoso e Roberto Schwarz. Posteriormente, se integrariam à instituição Vilmar Faria, Bolívar Lamounier, Vinícius Caldeira Brant, Maria Hermínia Tavares de Almeida, Luiz Werneck Vianna, Régis de Castro Andrade, Frederico Mazzucchelli, José Serra, entre outros.” (*Ibid.*, p. 60-61, nota de rodapé 8).

sintetizou a crítica paulista à “herança nacional-popular” e “ao nacionalismo engendrado a partir da Revolução de 1930”, principalmente nos seus estudos sobre populismo (Ibid., 66). Sua crítica ia além da forma de Estado vigente de 1930 a 1964, mas também recaía sobre “a tradição da esquerda comunista” (p. 66-67).

Weffort expressou essas mudanças ao fundar, em 1976, junto a outros intelectuais, o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), principalmente por discordar dos rumos tomados pelo Cebrap ao aproximar-se do partido da oposição, MDB, e por estar centrado sua perspectiva na institucionalidade e nas eleições. Críticos à transição, os membros do Cedec contrapunham-se a perspectiva populista de “tutela sobre a classe trabalhadora”, além de privilegiarem os movimentos sociais, bem como o novo sindicalismo, em contraposição à institucionalidade (LAHUERTA apud PERRUSO, Ibid, p. 143). No entanto, as consequências políticas desse rompimento só irão aparecer a partir de 1979, no ano anterior, inclusive, o grupo do Cedec participou da campanha de Cardoso para o Senado.

Críticos radicalizados da transição política, considerada como uma “farsa politicista”, o grupo do Cedec encontrou principalmente com o movimento sindical do ABC, no final dos anos 70, a expressão política de suas elaborações teóricas. Intelectuais avessos à tradição populista, na análise e na política, encontraram-se com o novo sindicalismo, que buscava justamente romper com aquela tradição – principalmente desse encontro saiu o substrato que levou a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

Os intelectuais do Cebrap vincularam-se cada vez mais à sociedade civil, atuando junto ao MDB e tornando-se porta-vozes da oposição e no campo intelectual reforçava-se a perspectiva de fortalecimento da sociedade civil como forma de democratizar o Estado autoritário.

Lahuerta aponta que uma das problemáticas dessa valorização da sociedade civil expressou-se no dualismo Estado (mau) *versus* sociedade civil (bom) e resgata um texto de Weffort dos anos 80, quando já era Secretário Geral do Partido dos Trabalhadores (PT), onde esse defende que a descoberta da sociedade civil tratou-se menos de uma empreitada intelectual do que uma necessidade (sobretudo política) diante do Estado pós-golpe de 64. Dessa forma, buscaram-se novas alternativas que passassem ao largo do Estado, privilegiando especialmente movimentos sociais (LAHUERTA, 2001, p. 74).

4. CARLOS NELSON COUTINHO: SOCIEDADE CIVIL E A SUPERAÇÃO DIALÉTICA DA DEMOCRACIA LIBERAL

Sem dúvidas Carlos Nelson Coutinho é um dos mais importantes intérpretes da obra de Gramsci no Brasil. E assim como Werneck Vianna, também escreveu em um contexto de crítica e autocrítica da esquerda brasileira, especialmente dos comunistas. Além disso, o processo de redemocratização pautou fortemente sua obra. Bastante influenciado pelas leituras italianas de Gramsci, Coutinho colocou o tema da democracia no centro das suas reflexões, especialmente no importante, tanto quanto polêmico, artigo intitulado “A democracia como valor universal”. Coutinho apresentou dois objetivos principais com esse artigo: 1) demonstrar o vínculo entre socialismo e democracia, enquanto patrimônio categorial do marxismo e 2) em como a renovação democrática no Brasil, naquele momento, não pode ser entendida somente como objetivo tático imediato, mas precisa ser compreendido enquanto conteúdo estratégico da nossa revolução brasileira (COUTINHO, 1979, p. 35);

A opção de Coutinho pela democracia como valor universal e por uma estratégia institucional estava profundamente ancorada em sua leitura de Antonio Gramsci, sistematizada em *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político* (1992). Para Coutinho, a estratégia revolucionária devia variar conforme a estrutura da sociedade. Ele adotou a concepção gramsciana que divide as sociedades em dois tipos ideais: Oriental e Ocidental.

Sua análise partia da constatação de que o Brasil, outrora uma formação de tipo oriental – onde o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa –, havia se tornado uma sociedade ocidental, com uma sociedade civil mais robusta e complexa (COUTINHO, 1992, p. 133). Segundo essa visão, nas sociedades de tipo Oriental (como a Rússia czarista), o Estado concentra todo o poder, enquanto a sociedade civil – esfera das instituições autônomas como sindicatos, partidos e associações – é frágil e “primordial”. Nesse contexto, uma “guerra de movimento” – um assalto frontal ao Estado – pode ser bem-sucedida. Em contraste, nas sociedades de tipo Ocidental (como os países capitalistas avançados), a sociedade civil é robusta e complexa, funcionando como um extenso sistema de trincheiras que sustenta o Estado. A simples tomada do aparelho estatal é insuficiente, pois a hegemonia da classe dominante – sua capacidade de imprimir sua visão de mundo como senso comum – está profundamente enraizada nas instituições da sociedade civil. Para essa realidade, a estratégia adequada é a “guerra de posição”: um processo prolongado de disputa de hegemonia na sociedade civil, conquistando a adesão das maiorias para uma nova visão de mundo antes do confronto direto pelo poder estatal (COUTINHO, 1992, p. 89-90).

Dessa forma, a defesa da democracia por Coutinho não era um mero recurso tático, mas sim estratégico. Era a condição de possibilidade para a “guerra de posição”, que ele via como o único caminho viável para o socialismo em um Brasil que se tornara ocidental e, portanto, “maduro para transformações substanciais” (COUTINHO, 1992 p. 134). A guerra de posição, enquanto disputa prolongada pelo consenso, só se desenvolve plenamente em um ambiente de liberdades democráticas. A democracia torna-se, assim, o campo de batalha necessário para a construção de uma nova hegemonia. Como ele próprio argumentava, a democracia socialista não nega a liberal, mas a supera dialeticamente, "eliminando, conservando e elevando a um nível superior" suas conquistas, ao articular os mecanismos de representação tradicional com os organismos de democracia direta que emergem de uma sociedade civil organizada e autônoma.

Dessa forma, Coutinho salienta que é preciso compreender a diferença entre gênese e validade e lembra a nota de rodapé de Marx sobre a arte grega. Ainda que as condições históricas de determinada criação – no exemplo citado, a arte de Homero – não existam mais, sua validade podem permanecer (1979, p. 36). Esse seria o caso da democracia política, que não poderia ser vista apenas como princípio tático, mas "um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade" (Ibid., p. 37);

Assim como as forças produtivas necessárias para a sociedade socialista já aparecem em germe no capitalismo, o mesmo ocorre com os espaços de socialização política, democráticos... Há, segundo Coutinho, a formação de sujeitos políticos coletivos, por conta da própria socialização da produção que acentua-se especialmente no capitalismo monopolista, apresentando-se como mais uma das consequências indesejadas do próprio desenvolvimento capitalista (Ibid., p. 37). Não bastaria, portanto, a abolição da alienação econômica, mas também da alienação política (Ibid., p. 38). E essa superação seria realizada no próprio processo para realizá-la, isto é, não apenas como um fim, mas fazendo parte da prática política das classes subalternas: a democracia como horizonte e caminhada. Além disso, as classes populares devem, diferentemente da burguesia, colocarem-se como postulantes à conquista da hegemonia de forma aberta. Socialismo, de fato, significa apropriação coletiva dos mecanismos de poder, mas não pode ser feito às custas de uma nova burocracia que governe de cima para baixo (Ibid., p. 40). Sem dúvidas essa preocupação vinha na esteira das críticas e autocríticas do movimento comunista, que já havia sido abalado após o XX Congresso do PCUS, mas que aprofundou-se na América Latina com os diversos golpes militares e com a derrota da luta armada. Dessa forma, o "golpismo de esquerda" seria também

uma resposta prussiana, através de uma direção pelo alto, assim como se valem as forças conservadoras e reacionárias do país (Ibid., p. 45);

No bojo dessa discussão, o socialismo deveria empunhar a perspectiva democrática, ainda que num viés distinto da sua variante liberal. Segundo Coutinho, a democracia socialista seria uma democracia pluralista de massas, que teria como característica a "articulação do pluralismo com a hegemonia, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos" (Ibid., p. 40). Assim, a ideia é que a sociedade civil, a partir de seus organismos de autogestão, incorpore o Estado ou o absorva, numa superação dialética, sendo a democracia liberal eliminada, conservada e elevada a um nível superior pelas conquistas da democracia socialista (Ibid., p. 40). A renovação democrática de que fala Coutinho deve ser realizada não apenas como contraponto à alternativa da via prussiana, mas para que fosse possível criar as condições do socialismo no Brasil (Ibid., p. 42);

Esse processo de democratização deve constituir também numa democratização da economia, num programa "antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista"; que seja capaz de reverter os frutos da economia brasileira, para melhorar a vida da maior parcela da população (Ibid., p. 43). As conquistas democráticas devem ser conservadas e aprofundadas no processo de transição socialista, elevando a nível superior as conquistas liberais, através de uma "ampla incorporação organizada das grandes massas na vida política nacional", único meio duradouro de combater a via prussiana, para isso é necessário criar um "poderoso bloco democrático e popular" (Ibid., p. 43-4). Deve-se buscar a unidade como valor estratégico, não apenas tático. É a unidade na diversidade. A unificação política é o antídoto para que o pluralismo não caia em formas corporativistas (Ibid., p. 45);

Nessa breve exposição foi possível apresentar alguns dos principais elementos daquele período que estão expressos nas reflexões de Coutinho. A utilização de Gramsci para interpretar a forma de objetivação do capitalismo no Brasil e como pensador símbolo do período de renovação da esquerda na América Latina, no momento em que se buscava repensar os erros cometidos anteriormente, além de se afastar da herança marxista-leninista, por vezes atribuída ao período stalinista. O partido comunista, de vanguarda e "autoritário", seria substituído pelo "basismo" do PT, partido símbolo da efervescência nos anos 80, quando os novos movimentos sociais emergem, (re)surge um novo sindicalismo e o Brasil passa pela redemocratização. Coutinho aponta que é no PT, especialmente nos últimos anos [se está falando dos anos 90], a maior presença de Gramsci. Segundo ele, "o que tem predominado do legado gramsciano nos documentos apresentados no e/ou aprovados pelo PT, ainda que nem sempre sem ambiguidades, é o Gramsci teórico da hegemonia, empenhado no fortalecimento da sociedade

civil (entendida como uma arena privilegiada da luta de classes) e na construção de um bloco reformador e democrático enquanto condição para a construção no Brasil de um novo modelo de socialismo" (COUTINHO, 2012, p. 298). O PT surgia, assim, como o instrumento para a "guerra de posição" em um contexto histórico onde o desenvolvimento capitalista havia criado as condições para que o Brasil fosse considerado, nas palavras do próprio Coutinho, uma "sociedade ocidental" (COUTINHO, 1992, p. 134-135).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das perspectivas de Florestan, Weffort e Coutinho revela não apenas a diversidade, mas a profunda tensão dialética que caracterizou o pensamento de esquerda brasileiro durante a redemocratização. Longe de representarem meras divergências acadêmicas, essas diferentes concepções sobre sociedade civil, Estado e democracia encarnavam projetos políticos substantivamente distintos para o país, cujos ecos permanecem vivos no debate político contemporâneo.

De um lado, Fernandes ergueu sua crítica a partir de um diagnóstico estrutural. Sua noção de "autocracia burguesa" evidenciou os mecanismos pelos quais a dominação de classe no Brasil sempre operou com um núcleo duro autoritário, dissociando o desenvolvimento capitalista da expansão de direitos e da participação popular. Para Florestan, a sociedade civil, longe de ser um espaço incontaminado de liberdade, era um "Cavalo de Tróia" da ordem burguesa, um simulacro de oposição que poderia servir para reproduzir, sob novas roupagens, a dominação histórica das elites. Sua desconfiança encontra eco no conceito gramsciano, destacado por Coutinho, de revolução passiva. Sua posição, a mais cética em relação à abertura, alertava para o risco de uma transição que, ao não enfrentar o caráter de classe do Estado, resultaria numa democracia forte apenas para os de sempre, uma democracia restrita e tutelada.

Em uma posição intermediária, mas com desdobramentos liberais, Francisco Weffort representou a virada teórica que ele mesmo ajudou a consolidar. Ao descobrir a sociedade civil como antídoto ao Estado autoritário, Weffort traduziu no plano das ideias a energia dos novos movimentos sociais e do sindicalismo do ABC. Sua célebre frase – "precisávamos construir a sociedade civil porque queríamos liberdade" – sintetiza um momento de descoberta política, em que a autonomia e a organização independente apareciam como valores fundamentais contra a opressão do Estado ditatorial e contra a tutela da velha política populista. No entanto, esta valorização, ao cristalizar-se num dualismo simplista entre um "Estado mau" e uma "sociedade civil boa", revelaria seus limites, preparando o terreno para a posterior assimilação

de parte dessa *intelligentsia* à democracia liberal como valor em si, desvinculado de um projeto de transformação social mais profundo.

Foi precisamente nesta fenda que Coutinho buscou edificar sua síntese teórica. Ao fundar sua reflexão numa leitura rigorosa de Gramsci, Coutinho propôs uma superação dialética do impasse. Sua defesa da democracia como valor universal e da estratégia da “guerra de posição” não era uma negação das cautelas de Florestan, mas uma tentativa de responder a elas com um projeto estratégico. Para Coutinho, a sociedade civil era, de fato, um terreno de luta, e não um espaço puro; mas era precisamente nesse terreno que se deveria travar uma batalha prolongada por hegemonia, construindo uma contra-hegemonia capaz de, no longo prazo, não apenas conquistar o Estado, mas absorvê-lo e transformá-lo numa democracia socialista e pluralista de massas. Seu pensamento representava a tentativa de forjar um caminho que evitasse tanto o ceticismo paralisante quanto a assimilação liberal.

O legado desse trílogo intelectual é a compreensão de que a redemocratização brasileira não foi um processo linear de avanço democrático, mas um campo de batalha onde projetos antagônicos de democracia e de sociedade se enfrentaram. A tensão entre a desconfiança de Florestan na conciliação das elites, a aposta de Weffort na sociedade civil como espaço de liberdade e a estratégia gramsciana de Coutinho pela hegemonia e transformação radical do Estado permanece um mapa indispensável para navegar os impasses da democracia brasileira. Compreender esse debate é compreender as origens de muitos de nossos desafios atuais: a dificuldade de se realizar reformas de base, a persistência de um patrimonialismo de Estado e a constante ameaça de um aprofundamento autocrático, que demonstram a atualidade do diagnóstico de Florestan, mas também a urgência do projeto democratizante, socialista e radical que unia, cada um a seu modo, os três pensadores aqui analisados. Suas reflexões, portanto, transcendem o contexto histórico que as gerou, oferecendo ferramentas críticas permanentes para se pensar os limites e as possibilidades da democracia em uma sociedade profundamente desigual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **A Democracia Como Valor Universal**. In: SILVEIRA et al. (eds.). *Encontros com a Civilização Brasileira*, v. 9. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. p. 33-47.

_____, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: _____ Campus, 1992.

_____, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 4ª, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982.

_____, Florestan. **Que tipo de República?** 2^oed. São Paulo: Globo, 2001.

_____, Florestan. **Revolução Burguesa no Brasil - ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo 5 edição, 2 Reimpressão, 2008, Editora Globo.

MUSSI, Daniela; KAYSEL, André; **Da política de massas às massas na política: F. Weffort e o populismo no Brasil**. Seminário de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política (USP), 2017.

TÓTORA, Silvana. **A questão democrática em Florestan Fernandes**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, p. 109-126, 1999.

WEFFORT, Francisco C. **A democracia e a "questão social"**. In: Jornal Opinião, 26 de agosto de 1974.

_____, Francisco C. **O Populismo na Política Brasileira**. São Paulo: Paz e terra, 2003.

_____, Francisco C. **Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco - 1968**. In: Cadernos CEBRAP, 1972.

Capítulo XVIII

BONAPARTISMO, ORDEM E PROGRESSO: AUTOCRACIA E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO BRASIL

Sofia Nogueira Tristão Bernardes ¹

1. INTRODUÇÃO

No presente trabalho buscamos compreender as dinâmicas da luta de classes no Brasil, analisando a estrutura das relações sociais, de produção e distribuição, que as sustentam, bem como a forma como tais funcionamentos internos e relações exteriores resultaram em consequências políticas na história do país. Mais especificamente, investigamos como o fenômeno de ascensão de um regime bonapartista marcou a história brasileira, se repetindo ao longo desta, quais as suas particularidades e conexões com as estruturas histórico-sociais.

Utilizando-nos sobretudo das contribuições de Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Marini, Chasin e Demier, exploraremos o passado brasileiro, dando ênfase para momentos chave que, como uma fotografia, explicitam características marcantes da estrutura social e política do país. A começar de sua independência, que serviu também como uma revolução burguesa, mas fugiu dos moldes clássicos onde esperava-se uma participação popular no processo, como os jacobinos na França. Continuaremos em ordem cronológica com o surgimento do Estado brasileiro, que, por sua vez, nasce e se insere no mercado mundial antes do nascimento de uma nação e seus cidadãos, bem como de uma identidade nacional. A entrada do Brasil no mercado global e na divisão internacional do trabalho seguem a mesma lógica. A efetivação do capital no país ocorre de forma hipertardia, com particularidades coloniais e de uma economia baseada na exportação de bens primários, na exploração de riquezas, dependente do consumo externo e sem vínculo com o mercado interno, o caso brasileiro, portanto, precisa de ajustes nos modelos clássicos de análise, baseados em suas particularidades históricas, para que se possa compreender o funcionamento de seu Estado e sociedade. O Brasil jamais fora feudal, por exemplo, tampouco se desenvolveu em etapas típicas do capitalismo eurocêntrico. Sua entrada hipertardia ao capitalismo, em um cenário já dominado por países do centro da produção, mesmo que ainda em um capitalismo de tipo mercantil, é, contudo, precoce para a história do Brasil.

¹ Bacharel em ciências humanas, cientista social e mestranda em ciências sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: Sonogueirabernardes@hotmail.com ; tel (32) 988422449.

O país também a se industrializar, conhecendo o capitalismo verdadeiro, industrial, apenas nos idos de 1930. A seguir tratamos brevemente do que significou este ingresso hipertardio no jogo de poderes políticos, que vinha sendo restringido apenas às elites oligárquicas, até que o crash da bolsa de Nova Iorque em 1929 rearranja a economia nacional, levando a política brasileira ao longo bonapartismo varguista. O golpe da ditadura empresarial-cívico-militar representou mais um momento de um Estado marcado por bonapartismos, pela tradição colonial escravista e, principalmente, pela longa e histórica trajetória de golpes e tentativas de golpes jamais (até 2025) punidos. Além disso, os erros cometidos pelas forças democráticas, nos lembram da importância de uma leitura de conjuntura bem embasada que sirva de estrutura basilar para uma prática efetiva. Veremos com Andrada, como o movimento das Diretas Já! representa importante momento na história do país, com a participação de movimentos populares em peso, se mostrando um ponto fora da curva na história brasileira. Observaremos também como tal movimento é freado e sofre dura derrota, caminhando para um processo de reabertura democrática tutelada pela burguesia. Com a reabertura, o poder legislativo é tomado pelo fisiologismo político garantindo a impermeabilidade da política em relação ao povo, em um movimento que Nobre irá denominar pemedebismo.

Ao analisar as estruturas formadoras do estado nacional brasileiro e sua entrada no capitalismo, explorando como se deram processos de transformação social, como a independência, ou de recrudescimento político, como os momentos de bonapartismo, pretende-se oferecer um panorama sobre os resquícios autoritários e vícios da democracia burguesa brasileira e em como fortalecê-la.

1.1. OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é analisar os resquícios de autoritarismo e vícios da democracia burguesa brasileira, utilizando da categoria de bonapartismo e da análise histórica da formação social do país. Especificamente, busca-se:

(1) compreender a entrada hipertardia do Brasil no capitalismo e suas consequências na formação do Estado nacional.

(2) examinar os momentos de bonapartismo como instrumentos de modernização conservadora, acumulação de capital e exclusão popular.

(3) investigar os limites da democracia burguesa brasileira desde sua redemocratização e construção de um sistema político majoritariamente fisiologista.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Considerando o método marxista buscamos analisar tais relações sociais e as mudanças políticas que levaram ao recrudescimento autoritário de regimes no Brasil, visando a exclusão popular da participação política – vale frisar que adotaremos aqui a perspectiva do próprio Marx sobre o conceito de bonapartismo, não seguindo quaisquer filiações posteriores de autores diversos que também estudaram o tema, retomando “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” como referencial de análise, avaliaremos qual o papel da luta de classes nas transformações políticas da história brasileira. A grandeza e importância da obra de Marx, entre tantas outras coisas, se encontra também em uma ilustração das verdadeiras intenções econômicas de classe por trás de movimentações políticas, acrescentando profundidade na análise ao mapear o comportamento de frações burguesas e suas disputas, demonstrando que toda luta por poder político é uma faceta da luta de classes.

Utilizando-nos sobretudo das contribuições de Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Marini, Chasin e Demier, exploraremos o passado brasileiro, também nos apoiando em autores mais recentes como Andrada e Nobre.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e teórica, fundamentada no método do materialismo histórico-dialético. A abordagem consiste na revisão crítica de obras clássicas e contemporâneas do pensamento social brasileiro e da teoria marxista, articulando autores e debates clássicos das ciências sociais brasileiras buscando oxigenar debates historicamente relevantes. O procedimento analítico foca na interpretação de momentos-chave da história política nacional — Independência, Revolução de 30, Golpe de 64 e Redemocratização — para identificar os padrões de bonapartismo, modernização conservadora e as particularidades da via colonial de desenvolvimento capitalista.

4. RESULTADOS

A análise indica que a formação social brasileira é marcada por uma "via colonial" de objetivação do capitalismo, distinta das vias clássica e prussiana, bem como por seu lugar na divisão internacional do trabalho e por suas particularidades locais. Identificou-se que os momentos de transformação social, como a Independência, ou a Proclamação da República, operaram como revoluções passivas ou conciliações pelo alto, preservando estruturas arcaicas nas relações sociais assim garantindo não a modernização apesar do atraso, mas sim a

modernização às custas deste atraso. O estudo demonstra que os períodos de bonapartismo na história brasileira representam uma ferramenta de desenvolvimento do capitalismo dependente, para continuar a máquina de acúmulo de capital em momentos que, por motivos internos ou externos, esta se vê ameaçada. Por fim, constata-se que a redemocratização tutelada pela burguesia nacional resultou em uma estrutura política impermeável à participação popular e marcada por um fisiologismo ("pemedebismo"), como mecanismo de perpetuação da modernização conservadora, sem que para isso precise recorrer ao bonapartismo ou autoritarismo.

5. DISCUSSÃO

5.1. Bonapartismo à Brasileira e Via Colonial

O golpe militar no Brasil de 1964 se apresentou como um problema para as forças progressistas e os intelectuais de forma geral; buscava-se compreender como uma virada tão autoritária e violenta poderia ter acontecido na história do país naquele momento. Ainda por décadas após o golpe, algumas das obras mais importantes das ciências sociais brasileiras foram escritas, buscando compreender em nosso passado, formação do Estado e organização econômica, os motivos que levaram o Brasil a este regime autoritário e como superá-lo.

Entre as décadas de 60 até finais de 70, no Brasil, estavam em alta os debates em torno do caráter da formação social brasileira e de suas frações burguesas. De um lado uma proposta etapista e evolucionista que afirmava que o Brasil precisava ainda superar o feudalismo e, nesse sentido, instigar uma revolução burguesa, travando aliança com a burguesia. De outro lado, aqueles que defendiam que o Brasil nunca fora feudal — e, entre estes, havia até os que já apontavam a ausência de caráter nacional nas burguesias e na elite brasileira. Boa parte dos argumentos se apoiavam nos exemplos históricos de processos revolucionários europeus, sobretudo os casos clássicos como França e Inglaterra; outros se inspiravam mais nas categorias de via prussiana ou revolução passiva; e ainda alguns construía projetos de ação com embate armado contra o regime, usando de base os casos das revoluções cubana e chinesa.

Florestan Fernandes, intelectual que teve como objetivo vencer a contrarrevolução usando o povo brasileiro como parâmetro, se dedicou a desvelar a história nacional e os contextos socioculturais da formação do seu Estado e sociedade. As posições que defendiam a ideia de um Brasil feudal e da existência de camponato no Brasil, não o faziam de forma leviana nem pouco sofisticada, precisavam ser estudadas e contrapostas a partir da análise da história e dos contextos brasileiros, mais especificamente, da formação do seu Estado e suas

relações sociais. O ponto de partida para a compreensão das particularidades brasileiras são os resquícios do colonialismo no Brasil e as transições deste colonialismo para um Estado nacional. Florestan, assim como fez Caio Prado Jr., se debruça sobre o debate em torno da revolução no país, no momento histórico em que, politicamente, a aliança com setores da burguesia parecia uma estratégia válida para superar o atraso e o feudalismo no Brasil, para contrapor esta narrativa.

Enquanto o Estado francês moderno nasceu de uma turbulência de transformações sociais, alianças entre burguesia e proletariado e a luta de classes expressa no bonapartismo, o Estado brasileiro tem seu pontapé na primeira revolução brasileira: a sua independência. Um processo conduzido “por cima”, sem participação popular, sem revolta “jacobina”, sem interesses republicanos: a burguesia agroexportadora e de extração de minérios em expansão, liderou um processo revolucionário, visando vender diretamente para a Inglaterra, sem a mediação da coroa portuguesa. No entanto, é também o marco histórico do fim do colonialismo. De forma diferente dos processos franceses, foi uma transformação controlada pelos possuidores de terras, objetivando não uma mudança completa das estruturas sociais, mas apenas maior autonomia para estes setores. Inicia-se a construção de uma sociedade nacional a partir destes senhores de terras, formando a sociedade civil brasileira e estruturando a máquina política, mantendo, assim, mesmo após a revolução, uma estrutura social idêntica à da era colonial. Aqui está o duplo caráter do processo revolucionário brasileiro: ao mesmo tempo em que parece afirmar uma soberania nacional ao desligar-se da coroa portuguesa, conserva internamente as estruturas coloniais excludentes, inclusive em torno de sua noção do que é um cidadão brasileiro. Este ritmo de modernizações que conservam aspectos arcaicos será repetidamente exercido na história do país.

O processo de transformação social não se dá por completo, é interrompido; tampouco havia condições suficientes para o nascimento verdadeiro de uma Nação, era a constituição de uma instância autônoma sem povo, sem força popular amadurecida, escravagista e exportadora de riquezas para alimentar um mercado internacional.

Os processos de modernização europeus culminaram em revoluções burguesas que deram conta da divisão da organização social entre campo e cidade – inerente aos processos de divisão do trabalho e estabelecimentos de propriedades privadas – transformando o caráter dos latifúndios, realizando reformas agrárias e promovendo êxodos rurais para a construção das áreas urbanas. Já no Brasil “independente”, a lavoura e a mineração permaneceram por muito tempo como as estruturas produtivas majoritárias da economia, livrando-se do estatuto colonial, mas impondo sobre o país a continuidade das estruturas coloniais e da forma arcaica

e cruel da exploração do trabalho escravo dos povos negros e indígenas - mesmo os homens livres não tinham espaço na sociedade civil. A grande propriedade agromercantil funcionava como um negócio empresarial na mão dos latifundiários, operando uma lógica fundamentalmente capitalista, não aristocrática nem feudal; além disso, os trabalhadores rurais não possuíam a terra que trabalhavam nem tinham o livre uso dela, estavam subsumidos ao monopólio dos fazendeiros (PRADO JR., 2014). De forma que o Brasil já nasce, ainda que monarquista e escravocrata, um país inserido na divisão internacional do trabalho capitalista - de um capitalismo mercantil e em amadurecimento, mas ainda assim, capitalismo - e mercado internamente por seu lugar nela.

A ruptura com a coroa portuguesa não rompe com a expansão do capitalismo comercial e muito menos com a subordinação produtiva do país agroexportador, que deixou de ter suas riquezas diretamente exploradas por Portugal e passou a ter suas riquezas exploradas por uma burguesia que, apesar de nacional, sempre se alinhou aos interesses dos mercados internacionais, vendendo diretamente para o centro do capital e assim patrocinando os processos de plena modernização europeia. Enquanto as mazelas nacionais se perpetuavam pós independência, a burguesia exportadora precisava criar instituições internas que dessem conta de lidar com o intercâmbio comercial com a Europa e construir relações com os países hegemônicos do sistema - uma instância autônoma para a distribuição econômica com ferramentas políticas liberais e civilizatórias que dessem ao Brasil o sentido de uma nação. Era preciso construir um Estado nacional com uma restrita sociedade civil: "...as formas de poder político, criadas através da implantação de um Estado nacional, foram assimiladas pelos estamentos senhoriais e convertidas, desse modo, em dominação estamental propriamente dita." (FERNANDES, 1976, p.40).

Antes que agentes de transformação social ou reformas das relações de produção, ou um garantidor de liberdades e direitos, a sociedade civil e o Estado nacional brasileiros formaram uma "cadeia de ferro sobre toda a Nação" (FERNANDES, 1976), uma tutela a limitar a participação popular na política e frear os movimentos disruptivos da ordem, sempre em função de manter a dependência com o centro da produção capitalista no exterior. Nasce aí a estrutura de modernização conservadora brasileira, mantendo estruturas sociais de desigualdade, legitimando a exploração do trabalho para além de sua capacidade reprodutiva e abastecendo os mercados internacionais para que, lá, as sociedades se desenvolvessem.

Graças e através da Independência, Nação e Estado nacional independente passaram a ser "meios" para a burocratização da dominação patrimonialista e, o que é mais importante, para a sua transformação concomitante em dominação estamental típica. (...) Portanto, sob esse aspecto, a preservação de velhas estruturas e o privilegiamento

dos estamentos senhoriais possuíam, na sociedade brasileira da época, um sentido revolucionário. Eram condições para o rompimento com o estatuto colonial e, ao mesmo tempo, para erigir-se a construção da ordem social nacional a partir da herança colonial (ou seja, de uma “revolução dentro da ordem”). FERNANDES, 1976, p.55

A tutela estamental entrou para ficar na estrutura política e social brasileira como forma segura para continuar os processos modernizantes e assim manter vivas as relações comerciais com o exterior, enquanto também sem mexer na divisão interna de poder ou relações de produção - em realidade fortalecendo-as e pintando sobre elas um verniz de legitimidade e progressismo civilizatório, que escondia o elitismo político, se aliando às antigas classes dominantes. É também um momento histórico que define um mínimo acordo entre os senhores-cidadãos para estabelecer relações de solidariedade, preservando uma homogeneidade em nome da preservação da ordem e do poder, sem participação popular.

Estudando a origem colonial das estruturas sociopolíticas, Florestan revela a forma de entrada do Brasil em um sistema já existente de capitalismo mercantil, dando a chave para a compreensão sobre o subdesenvolvimento e a dependência do país e mais, das características típicas de um capitalismo dependente da periferia da produção globalizada - sobretudo com histórico colonial.

Em seguida da independência brasileira, ainda no século XIX sucedem dois eventos interligados e quase que um imediatamente após o outro, que contam a história do país, mas narram também suas conexões com o exterior e com como o capitalismo mercantil, através do comércio entre nações, ditou os rumos das transformações sociopolíticas. Em 1888 o Brasil abole a escravidão, sendo o último país a fazê-lo, acelerando o ritmo rumo à modernização e criação de um Estado nacional, e, no ano seguinte, em 1889, é proclamada a República, o primeiro golpe republicano em uma longa tradição de golpes na história brasileira. Da primeira república dos militares até a oligarquia do café com leite, a dominação política e econômica dos estados de Minas Gerais e São Paulo caracteriza o tom elitista e dependente do desenvolvimento nacional, com um ritmo lento na modernização do país, até o marco do seu fim com o crash da bolsa de Nova Iorque.

Antes do 1º Vargas as frações oligárquicas dissidentes detinham o monopólio do poder político, representando a primeira expressão de bonapartismo no Brasil: uma dominação política indireta da burguesia em aliança estratégica sobre o povo, em um cenário onde nenhuma fração se sobressaía. As primeiras décadas do século XX são o período quando a modernização industrial se desenvolve no Brasil, entrando na fase de capitalismo pleno. A grande depressão afeta a economia globalizada em cascatas e acerta a economia agroexportadora no país, gerando uma crise de hegemonia que precedeu à própria hegemonia

em si, pois não havia a fração burguesa operando politicamente a objetivação do capital. A burguesia cafeeira não via necessidade em enfrentar o mercado internacional e mudar o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho e, portanto, conduziu um processo de modernização apenas em cidades estratégicas (DEMIER, 2012). A aliança entre frações burguesas passou a se tornar impossível pós o crash da bolsa, devido as mudanças da produção e das relações sociais e políticas no país, que levaram à crescente desintegração de interesses por parte das frações oligárquicas. Para conciliar todos os interesses e apaziguar os clamores populares, o Estado brasileiro passou a crescer e se fortalecer enquanto ente autônomo cada vez mais e, assim, a era do domínio exclusivo teve seu fim com a revolução de 30.

Getúlio Vargas, por outro lado, sabendo operar politicamente o cenário nacional e em busca de uma identidade popular coesa, se colocou acima de interesses particulares e conseguiu desempenhar o papel de preservar a ordem capitalista e se projetar como representante dos interesses nacionais, impedindo a participação do povo, além de beneficiar a fração da burguesia industrial, cumprindo papel importante na modernização brasileira. Assim, Vargas ocupou o espaço do operador político bonapartista brasileiro por excelência, um líder carismático popular, em uma contrarrevolução preventiva para evitar que as massas chegassem ao poder, frente ao desacordo na aliança das frações burguesas. Em 1930 se inicia o que Demier caracterizou como “o longo bonapartismo brasileiro”, tendo raízes na crise hegemônica do começo do século XX, emergindo em 30 com Vargas e perdurando em sua forma “semibonapartismo democrático” até 1964, quando, mesmo a pequena brecha democrática não é mais segura aos interesses burgueses e do capital estrangeiro, e o país sofre com uma ditadura por 20 anos.

A constituição de 1946 reafirma o corporativismo sindical, visando a continuação do controle sobre a classe trabalhadora, em um “seminbonapartismo democrático”, mantendo por perto os sindicatos, dando pequenas reformas e vitórias à classe para amansá-la. Nesse sentido, coloca Demier, o PTB foi o partido bonapartista que, ao trazer as pautas reformistas em seu discurso trabalhista, ligava politicamente (através de Vargas) o proletariado e a burguesia nacional débil incapaz (e desinteressada) de concluir sua missão. Entre 1946-64 a classe trabalhadora passa a se comportar como massa, em grande parte sem consciência dos seus interesses, perdida em sua articulação política, seguindo uma interpretação etapista e mecanicista que aplicava uma linha política apriorística que não correspondia à realidade nacional brasileira - esta fatia de responsabilidade da desarticulação popular, cabe nomeadamente ao PCB, que demorou demais para enxergar seu erro teórico e prático.

Em 64 irrompe o golpe anteriormente adiado por Vargas. A burguesia brasileira em seu lugar de sócio minoritário do capitalismo estrangeiro não vê mais possibilidade em manter as concessões à classe trabalhadora, em um reformismo perigoso que vinha organizando as massas, e, com o auxílio dos Estados Unidos, constrói o período ditatorial. O movimento de crescimento das massas urbanas, bem como do fortalecimento dos partidos de esquerda e dos movimentos populares, despertou o medo de que o povo pudesse tomar o poder político. Além disso, os ganhos dos trabalhadores passaram a simbolizar uma ameaça ao crescimento contínuo de uma fração da burguesia financeira, do acúmulo de capital local para financiar a expansão do capital estrangeiro. Em 1964, então, inicia-se um bonapartismo “à brasileira”, aliado aos interesses imperialistas, com as frações burguesas nacionais exercendo o controle mais diretamente sobre a política através dos militares, aniquilando as organizações de esquerda, de trabalhadores da cidade e do campo, garantindo, agora de forma ainda mais autocrática (ainda que por via democrática garantida constitucionalmente) a manutenção da ordem. Seria um erro enxergar a ditadura como dirigida apenas pelos militares, nos inspirando no clássico marxiano, é preciso identificar as frações burguesas cujos interesses representavam as facções militares (ANDRADA, 2020).

É neste contexto, com o inesperado golpe contrarrevolucionário em meio a uma ebulição popular lutando por reformas, que as ciências sociais de forma geral buscam compreender como e porque a ditadura se impôs no Brasil. A chamada via prussiana, uma das ferramentas para compreender a objetivação tardia do capital, foi primeiro descrita por Lenin¹ ao analisar no caminho particular para o capitalismo - um caminho lento e tutelado para o progresso em conciliação com o atraso - a forma com a qual a sociedade responde à contradição entre cidade e campo, os latifúndios feudais, a via de modernização seguida pela Alemanha e também a Rússia, conservadora e não revolucionária como o caminho francês. A Alemanha que nasce de uma região fragmentada e dividida, diminuída pelos países desenvolvidos (à época Inglaterra e França) como os “bárbaros não civilizados”, teve de correr atrás do tempo perdido rumo a uma unidade mínima em comum e a formação de um Estado democrático burguês que desse conta de ordenar a produção de riquezas da região. A Alemanha sofre não só com as consequências inerentes ao desenvolvimento da produção, mas também com a carência deste desenvolvimento frente a seus pares (CHASIN, 2019), e, por último, pela existência de um proletariado industrial organizado, tendo que pagar tributo também às tradições e estruturas arcaicas sociopolíticas na superação do feudalismo.

¹ CHASIN, 2019.

A via prussiana de Lenin chamou a atenção para a possibilidade de formas particulares de desenvolvimento capitalista. Especificamente as que conciliam moderno e atraso, de forma lenta e pelo alto, pagando tributo às tradições e estruturas pré-existentes dos países. Ao entrar em contato com o conceito leninista abrimos possibilidade de descartar uma visão etapista sobre o desenvolvimento brasileiro e vemos inúmeras semelhanças entre este e o alemão:

Assim, irrecusavelmente, tanto no Brasil quanto na Alemanha a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o reformismo pelo “alto” caracterizou os processos de modernização de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influíram, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de alterações mais harmônicas entre as distintas partes do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progressão da indústria, isto é, do “verdadeiro capitalismo”, do modo de produção especificamente capitalista, é retardatária, tardia, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas. (...) ...o novo paga alto tributo ao velho. (CHASIN, 2019, p.139)

Contudo, as diferenças entre o caso alemão e o brasileiro são também diversas, a começar pelo passado feudal que não temos e o momento da objetivação do capitalismo que no caso alemão é tardia e no caso brasileiro é hipertardia (CHASIN, 2019). Quanto à velocidade com que um país tem sua objetivação do capitalismo plenamente vale ressaltar que diversos países só entraram na modernidade e se industrializaram por necessidade de desenvolvimento bélico a partir de guerras, como o Japão, ou que provocaram guerras por necessidade econômica. Lukács aponta para a ligação entre desenvolvimento capitalista e guerras ao dizer que é justamente a explicação para a Alemanha provocar por duas vezes guerras mundiais (LUKÁCS, apud CHASIN, 2019, p.147) para industrializar-se.

Ao invés de via prussiana, via clássica ou revolução passiva, temos no Brasil a via colonial, dando origem e continuidade ao processo de modernização conservador. O capitalismo na periferia age como sócio minoritário do capital estrangeiro essencial para sustentar os processos de expansão e acúmulo do capital central, não há possibilidade de aliança revolucionária com a burguesia e menos ainda uma burguesia de caráter nacionalista,

Se as burguesias nacionais da periferia falharem nessa missão política, não haverá nem capitalismo, nem regime de classes, nem hegemonia burguesa sobre o Estado. O que sugere que a Revolução Burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias. (FERNANDES, 1976, p.294)

Tendo em mãos o monopólio das forças produtivas, a burguesia define o caráter econômico como agrário e extrativista, altamente dependente do consumo externo e independente do consumo interno, desvalorizando a circulação e distribuição no país e

superexplorando¹ a classe trabalhadora, que vive no limite da fome e da miséria. O latifúndio do agronegócio brasileiro representa o atraso e o elemento conservador da sua modernização, atrasando processos de industrialização e desenvolvimento interno, reproduzindo relações sociais arcaicas e linhas de trabalho inseguras e mortíferas, enquanto possibilitando que no centro da produção os países pudessem concentrar suas produções em tecnologia de ponta e indústrias fortes pagando barato pelas importações brasileiras, se trata do processo de troca desigual². Além disso, financia também a modernização internamente, gerando uma sociedade extremamente desigual e com concentrações de renda altíssimas, fortalece primeiramente setores industriais, promovendo o desenvolvimento de centros urbanos e posteriormente os setores rentísticos e financeiros.

5.2. Pemedebismo e modernização conservadora

Através de Fernandes, Prado Jr., Andrada, entre outros, analisamos o nascimento do Estado nacional brasileiro e sua inserção no capitalismo, a começar pelo processo de independência por alto, sem destruição das estruturas elitistas, coloniais e escravocratas da modernidade nascente portuguesa – pelo contrário, dotando-as de maior autonomia e poder político. A ruptura entre passado e futuro é feita sem que um se sobreponha sobre o outro, a marca da “ideologia liberal como momento de vontade indecisa” (FERNANDES, 1976), momento este que forja a estrutura do Estado brasileiro dali em diante. Não o moderno apesar do atraso, mas sim o moderno em função do atraso, com o latifúndio patrocinando, ao mesmo tempo, o trabalho informal, a pobreza e a industrialização, a urbanização; a miséria e a modernização nas capitais brasileiras; a dependência econômica e a centralização de poder. Em um momento histórico de crise de superprodução do setor agroexportador oligárquico, tem início o processo de industrialização brasileira, um marco na trajetória de golpes, bonapartismos e contradições econômicas, de entrada do país no “verdadeiro” capitalismo industrial, de forma hipertardia. Uma das consequências da entrada hipertardia no capitalismo é o caráter débil da burguesia local, dependente do mercado estrangeiro se torna indisposta a romper com as relações de subordinação dos países imperialistas, sobretudo na fase do capitalismo monopolista em diante. Vimos como o caso brasileiro não sendo nem via prussiana nem revolução passiva, reúne pecados de suas formas de dominação anteriores próprias - a saber, o colonialismo e o escravismo – transicionando para a modernidade por via colonial, com suas particularidades próprias na desaceleração das transformações (golpes). Além disso,

¹ MARINI, 2005.

² Idem.

Marini e Oliveira desnudaram o caráter do dependentismo brasileiro e seu funcionamento particular no país através da superexploração do trabalho e das trocas desiguais. Tais contribuições são indispensáveis para compreender por que motivos e em quais circunstâncias a dominação burguesa clama por formas autoritárias e autocráticas no Brasil, além de afastar quaisquer esperanças em um caráter progressista nas frações da burguesia nacional ou nas alianças com o capital estrangeiro.

Após pensar o nascimento do Estado brasileiro e seu desenvolvimento até o varguismo, observamos a ditadura brasileira, o momento de “...dissociação *pragmática* entre desenvolvimento capitalista e democracia; ou, usando-se de uma notação sociológica positiva: uma forte associação *racional* entre desenvolvimento capitalista e autocracia.” (FERNANDES, 1976 p.292) e a eventual mudança na correlação de forças, distensão e subsequente reabertura tutelada. Mais que isso, percebemos como um erro de leitura de conjuntura por parte das forças progressistas custou caro ao povo brasileiro e a má interpretação sobre o caráter do Estado brasileiro e sua burguesia fragmentou a luta contra o regime enfraquecendo-a. Percebemos como o papel progressista da tensão popular em movimentos de massas nas ruas resultou em um movimento com potencial nunca antes visto, o movimento das Diretas Já! “...será tratado como o ponto culminante de um processo de acúmulo de forças do movimento de massas, uma construção que remonta a dez anos antes de sua relativa derrota.” (ANDRADA, 2024, p.559)

Finalmente podemos então abordar a história recente. O movimento que “...*não propõe*, simplesmente mobiliza e *mobiliza* simplesmente para o saque. *Convencendo, persuadindo* ou *aterrorizando*.” (CHASIN, 2019, p.163) denominado pelas circunstâncias de “bolsonarismo”. A mudança política brusca e inesperada desestabiliza a continuidade de poder do Partido dos Trabalhadores, em uma sequência de vitórias apoiadas em sua estratégia de polarização constante com um outro grande adversário político (antes PSDB, depois PL e bolsonarismo em geral), em um “bipartidarismo” cênico eleitoral que movimentava as massas votantes. Com a vitória de Bolsonaro quebra-se uma fantasia liberal de que o país estava em constante marcha para o progresso e vitoriosa conciliação de classes. O petismo se negou a dirigir os fatos, se resignando a eles e se aliando à via colonial modernizante em curso, ao invés de usar do poder institucional para amadurecer a consciência do povo acerca de sua realidade. Para Florestan, o PT deveria ser o partido a romper com o atraso de dentro da ordem, completar a missão que a burguesia débil brasileira jamais poderia – ou desejaria – a descolonização; a reforma agrária e a democracia plena - no mínimo tensionar e fortalecer a construção deste movimento, papel que a esquerda institucional brasileira se negou.

O Partido dos Trabalhadores, temendo perder o poder arduamente conquistado, se rendeu à estrutura que atualmente representa a continuidade da modernização conservadora, um resquício da história bonapartista e golpista brasileira, o fenômeno do centrão ou pemedebismo (NOBRE, 2013), a expressão do que deve mudar para que tudo continue como está.

Apesar de o PT ter se mantido durante mais de uma década como representante por excelência do antipemedebismo, o mesmo figurino se repetiu no período Lula, após o escândalo do mensalão, em 2005. Vendo-se acossado pelo fantasma do impeachment, o governo Lula aderiu à ideia pemedebista de construção de supermaiorias parlamentares. (NOBRE, 2013, p.8)

Para concluir o argumento e arrematar a última peça marcante do caráter da política nacional, faltava trazer ao conjunto da análise o agente que desde a redemocratização detém o papel de operador da modernização conservadora e grande fatia do poder político institucional.

Com o espaço político das ruas e a disputa da consciência das massas enfraquecidos e raptados pela ascensão da extrema direita neofascista evangélica, o legislativo é majoritariamente composto por partidos com forte caráter fisiologista. Estes partidos, genericamente representados pelo termo “pemedebismo”, em homenagem ao partido que golpeou o movimento de massas das diretas e conquistou um monopólio do poder político, são partidos marcados por uma disputa interna sem embates ideológicos - seus representantes disputam apenas em quantidades de votos e patrocínio financeiro que conseguem trazer às campanhas, e, por vezes, representam lobbys no legislativo. Da redemocratização até a política contemporânea, estes partidos continuamente impedem a participação popular na política, instrumentalizando a burocracia partidária dos processos eleitorais e campanhas políticas, garantindo a “ordem”, vetando pautas progressistas e reformistas e constantemente criando cortinas de fumaça e tramites internos nas casas legislativas para desmobilizar movimentos populares de rua. A forma é de simples compreensão: representando maioria permanente no legislativo, qualquer decisão via instrumentos institucionais e matéria de governabilidade só poderia se concretizar com sua adesão e negociações por trás das cortinas, esta é a regra da política institucional à qual não apenas o petismo se rende como também fortalece, ao auxiliar em um processo de desmobilização da luta popular – que, para Florestan, seria o germe da superação do atraso.

O advento do bolsonarismo chega demonstrando que não há vácuo na política, ocupando as ruas abandonadas pela esquerda institucional brasileira, já restrita às disputas eleitorais sazonais, que não criou projeto de mídia ou de cultura de massas progressista, desmobilizou as entidades e movimentos e enfraqueceu os sindicatos, se indispondo também com os

movimentos por reforma agrária e ambientalistas. As palavras de ordem mobilizadas demonstram o caráter recuado, conformado e aterrorizado que assombra os partidos e entidades progressistas que abandonaram a política fora dos espaços institucionais: “ninguém solta a mão de ninguém” e “se fere minha existência, serei resistência”. O papel de operador político, no entanto, cobra postura ofensiva e de disputa, em um cenário de pânico generalizado. Perde-se de vista que “todas as lutas dentro do Estado são formas ilusórias da luta de classes”¹, que a classe dominante possui fraturas e momentos de crise hegemônica, abrindo espaço para disputa popular da política (mas há que haver disputa). Perde-se de vista também que o (neo)fascismo não recua com movimentos defensivos de “resistência”, que a institucionalidade da democracia burguesa apesar de muito sedutora, cobra o preço da pasteurização das lutas sociais, e que os erros das forças democráticas na história brasileira incorreram em inúmeros golpes. Por mais que a dança da correlação de forças esteja punindo golpistas com o peso do supremo tribunal fortalecido, não há ilusões com os limites e verdadeiros interesses de um judiciário que não apenas utiliza das leis e constituição constantemente contra as frações mais frágeis da população, mas que, anteriormente, quando a conjuntura era outra, legitimou um golpe de 20 anos de duração na história do país. Além disso, até mesmo os ministros em discursos enfadonhos, de horas de duração no julgamento dos golpistas, advertem dos limites que o sistema judiciário possui para defender o bom funcionamento dos três poderes.

A luta pelas Diretas Já! demonstrou a potência de um movimento de massas que acumulou forças por mais de uma década² antes de seu ápice, conseguiu aglutinar interesses de diferentes setores da classe trabalhadora, foi dirigido politicamente e tinha um objetivo claramente popular, além de, claro, ter ocorrido dentro dos contextos do Brasil com seu passado e estrutura, após uma das piores conjunturas sociais e políticas que o país já viveu. Serve-nos de exemplo da potência transformadora que um movimento pode alcançar rumo à construção da autonomia popular e a conquista do poder político pela classe, vale lembrar que as chagas da via colonial dependente e autocrática não são ordens metafísicas inescapáveis, deixemos que os mortos enterrem seus mortos³.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No clássico de Marx, “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”, vemos descrito passo a passo de como se construiu um golpe. Mais que análise de conjuntura, ferramenta e método de

¹ MARX, 2011

² ANDRADA, 2024

³ MARX, 2011

compreensão da realidade, Marx nos dá a possibilidade de pensar como não enfrentar uma insurreição golpista, a todo tempo alertando para a ingenuidade daquele que desconhece a história. Nos demonstra como a classe trabalhadora francesa, ao se reduzir ao institucionalismo da defesa da democracia burguesa em abstrato, segurando na constituição como a última tábua de salvação, é brutal e sanguinariamente derrotada, enquanto tenta renegar a tarefa histórica da transformação social. Os republicanos cúmplices no banho de sangue dos socialistas e trabalhadores organizados, frente aos monarquistas e golpistas, se acovardam e se diminuem após acabarem com qualquer possibilidade de aliança progressista popular. Do outro lado, os defensores da propriedade, família, religião e ordem, usando de chavões moralistas e instrumentalizando o pânico popular, parecem ter a solução para a instabilidade francesa e sem medo ou pudor tomam o poder. O bonapartismo se torna uma categoria para compreender um momento específico de quebra da hegemonia burguesa, e sua relação com o Estado, enquanto ferramenta para impedir a participação popular na política em sociedades de massa. É um processo de estabilização de um Estado enquanto se incorpora as massas na política, de forma tutelada pela classe dominante.

Buscamos demonstrar com a exposição, entre outras coisas, como o estudo do passado e da formação das estruturas sociais e a crítica marxiana podem guiar a prática política no sentido do combate ao golpismo que parece sempre rondar o caminho da democracia brasileira. É da teoria e análise de conjuntura que saem a estratégia e táticas, ainda que possa não se racionalizar esse processo sistemático, as posições políticas são fruto das circunstâncias e análise nelas baseada. Sendo assim, a mesma estrutura social e política que conduziu uma redemocratização e conduz um processo modernizante pelo alto, sem participação popular, foi responsável por diversos períodos de bonapartismo, incluindo 20 anos de ditadura, não apenas sem a participação popular, mas com a perseguição e aniquilação física de seus oponentes. Assim como no clássico marxiano que nos serve de inspiração maior, “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, também na trajetória brasileira as estratégias institucionais falharam, onde as forças progressistas assistiram até mesmo as ferramentas democráticas forjadas por elas se voltarem contra o povo, favorecendo frações burguesas e interesses particulares da classe possuidora. De forma que, como conclusão da pesquisa aqui apenas esboçada, pode-se tirar, no mínimo, que sem forte participação popular na política, e sem os canais da política não-institucional fortalecidos, a democracia brasileira é frágil e pode tombar diante períodos de crise e descontentamento das frações burguesas nacionais, que são aliadas aos interesses imperialistas internacionais.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, Leonardo Silva. **DA ABERTURA ÀS DIRETAS: MOVIMENTO DE MASSA E MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA NO BRASIL.** *Geminal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 16, n. 1, p. 557-577, 1 abr. 2024.

ANDRADA, Leonardo Silva; PIMENTA, Paula Campos. **Ao Napoleão brasileiro faltam capital e baionetas.** <https://pcb.org.br>, 25 abr. 2020. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/25402>. Acesso em: 1 ago. 2025.

CHASIN, J. **As vias prussiana e colonial de objetivação do capitalismo e suas expressões teóricas conservadoras:** o fascismo e o integralismo. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, nov. 2019. v. 25, n. 2, pp. 131-165.

DEMIER, Felipe. **O Longo Bonapartismo Brasileiro: (1930-1964) um ensaio de interpretação histórica.** 1a. ed. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2013. 1-248 p.

DE OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco.** 1a. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2003. 1-150 p.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil:** Ensaio de Interpretação Sociológica. 2a. ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976. 1-413 p.

MARINI, Ruy Mauro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra.** 1a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 1-49 p.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista.** 2a. ed. Porto Alegre: L&PM POCKET, 2013. 1-131 p.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2011. 1-175 p.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em Movimento: DA ABERTURA DEMOCRÁTICA AO GOVERNO DILMA.** 1a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. 1-208 p.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo, 2003.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais.** 1a. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. 1-367 p.

PRADO JR., Caio. **A REVOLUÇÃO BRASILEIRA A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL.** 1a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 1-423 p.

GT 8

**POLÍCIA,
CRIMINALIDADE,
VÍTIMAS E
SEGURANÇA PÚBLICA**

Capítulo XIX

BANDIDO OU DOENTE? A DUALIDADE CRIMINALIZAÇÃO X PATOLOGIZAÇÃO COMO PRODUTORA DA INVISIBILIDADE DO CONSUMIDOR DE DROGAS NO BRASIL

Laura Vieira Silva Araújo ¹
Iara Antunes de Souza ²

1. INTRODUÇÃO

Com diferentes usos pelas pessoas no tempo, as drogas – e as discussões que decorrem de sua utilização e comércio – têm se popularizado no último século, tendo tido uma ascensão nas duas primeiras décadas do século XX, quando o uso de algumas substâncias – que hoje são repudiadas e proibidas – era entusiasmado, inclusive e especialmente, pelos profissionais da comunidade médica.

Em torno dessas discussões, já no final da década de 1900, intensificou-se um movimento proibicionista internacional, que tinha o objetivo de coibir o uso e a mercantilização de certos produtos. Este esforço internacional passou a ser conhecido como “guerra às drogas”. O Brasil, em apoio ao movimento, chegou a enviar um médico como representante para a Segunda Conferência Internacional do Ópio, que aconteceu em Genebra, em 1924, e reuniu países em torno da discussão sobre a emergência do problema mundial do consumo – assim como da comercialização – de drogas (Carvalho, 2014, p. 157).

Atualmente, a política brasileira que se destina ao controle e ao combate da circulação das substâncias é regida pela Lei nº 11.343/06 (Brasil, 2006), que descreve condutas que caracterizam e categorizam, entre outros grupos, os usuários³ e os traficantes de drogas. Em

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestra em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto. Bacharela em Direito pelo Centro Universitário de Viçosa. lauravsaraujo26@gmail.com. Bolsista CAPES.

² Professora Associada da graduação em Direito e do Mestrado Novos Direitos, Novos Sujeitos da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutora e Mestra em Direito Privado pela PUC Minas. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Bioética, Biodireito e Direito Médico - CEBID JUSBIOMED. Coordenadora do Projeto de Extensão Direitos das Pessoa com Deficiência - DPD/NDH/UFOP. iara.souza@ufop.edu.br.

³ Entendemos que o termo “usuário” não é o termo mais adequado para se referir às pessoas consumidoras de drogas. No entanto, estamos utilizando-o neste trabalho com a intenção de demarcar e reforçar a forma como essas pessoas são tratadas, tanto pelo direito e pela medicina, quanto pela sociedade em geral. Nesta pesquisa, acreditamos que o uso do termo “usuário” é mais uma forma discursiva e conceitual de reforçar a patologização dessas pessoas.

relação ao primeiro grupo, um dilema decorrente é a diferenciação – ou, em muitos casos, a equiparação – entre o usuário de drogas e o dependente químico.

Pensando sobre essa separação, nos propomos, com o presente artigo, a apontar que a categorização criada pelo Estado, através de uma expressão – primeiramente – legal de poder, para encaixar a pessoa usuária de drogas como um doente ou como uma criminosa, anula o usuário não dependente, em especial no que se refere ao princípio bioético e biojurídico da autonomia, bem como ao conceito de liberdade individual – que, muitas vezes, é deixado de lado na tratativa dessa questão – .

Considerando que a problemática da distinção entre usuários e dependentes reside na necessidade do Estado de nomear as coisas, como instrumento e expressão de dominação e poder sobre as pessoas e suas relações, no presente trabalho nos apropriamos da metodologia da história dos conceitos, discutida por Reinhart Koselleck, por compreender que essa batalha semântica para se definir as coisas como elas são, revela uma imposição de argumentos políticos ou sociais, com a intenção de um exercício de poder e controle (Koselleck, 2006, p. 102).

Neste estudo, propomos, por intermédio de uma vertente jurídico-compreensiva, a elaboração de um amparo teórico inicial para uma possível releitura da política de categorização da pessoa usuária de drogas e da pessoa dependente química, pautando-se no princípio bioético e biojurídico da autonomia e no princípio da liberdade individual. Esperamos, com isso, que essa reanálise possa, a partir do reconhecimento da existência de diferenças entre os dois grupos de pessoas, repensar suas consequências reais, em especial no que se refere à intervenção ou não intervenção do Estado na condição do indivíduo.

1.1. OBJETIVOS

O objetivo da pesquisa é, através de uma vertente jurídico-compreensiva, demonstrar que a categorização de pessoas como doente – no caso do dependente químico – ou bandido – no caso do usuário – invisibiliza o usuário de drogas não dependente, bem como vai de encontro ao princípio bioético e biojurídico da autonomia e afronta a liberdade individual.

- a) compreender a nomeação da pessoa usuária de drogas como uma forma de dominação;
- b) questionar o conceito individual de saúde;
- c) possibilitar uma reflexão inicial acerca das diferenças entre a pessoa usuária de drogas e a pessoa dependente química.

2. A POLÍTICA DE CONTROLE DE DROGAS NO BRASIL EM 2026

O Brasil se insere hoje em uma experiência de guerra. Uma guerra não contra substâncias, mas contra pessoas. Para Luís Carlos Valois (2021, p. 558), quando se fala sobre “guerra às drogas”, o que verdadeiramente é relevante não são as substâncias em si, mas sim as pessoas que delas fazem uso. O autor afirma que “drogas boas e drogas más se confundem, o que as diferencia são os usuários: mas aos deuses tudo podem” (Valois, 2021, p. 558). Vem daí a constatação de Luís Carlos Valois (2021, p. 558) de que é justamente devido ao foco da política no sujeito que pessoas pobres são mais perseguidas e afetadas pelos efeitos da Lei de Drogas (Brasil, 2006) do que pessoas abastadas.

Esta política, vigente hoje no Brasil, é regulamentada e sustentada pela Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Brasil, 2006), promulgada pelo então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva. A norma, que, a partir de sua vigência, revogou as Leis nº 6.368/76 (Brasil, 1976) e 10.409/02 (Brasil, 2002), que regulamentavam, respectivamente, questões materiais e processuais relacionadas à política de combate às drogas, trouxe, entre outras modificações, uma importante alteração em seu conteúdo, no que se refere à penalização das pessoas usuárias de drogas.

A Lei, que foi construída alimentando as expectativas de uma melhoria na condição da pessoa usuária de drogas, retirou, para este caso, a pena privativa de liberdade. A punição do usuário, anteriormente regulamentada pelo artigo 16 da Lei nº 6.368/76 (Brasil, 1976), que previa a pena de detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) dias multa para aquele que adquirisse, guardasse ou trouxesse consigo, para o uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, passou a ser, conforme artigo 28 da norma atual, de advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, excluindo-se, portanto, a pena privativa de liberdade.

Apesar da mudança, a nova Lei, reforçando a política punitivista e indo de encontro à perspectiva de melhoria da situação do consumidor de drogas, aumentou a pena para aquele que importasse, exportasse, remetesse, preparasse, produzisse, fabricasse, adquirisse, vendesse, expusesse à venda, oferecesse, tivesse em depósito, transportasse, trouxesse consigo, guardasse, prescrevesse, ministrasse, entregasse a consumo ou fornecesse drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, condutas que caracterizam a figura do “traficante”.

A conduta, a qual antes era cominada uma pena de reclusão, de 3 (três) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 50 (cinquenta) a 360 (trezentos e sessenta) dias multa, de acordo com o artigo 12 da antiga Lei, hoje é punida, nos moldes do artigo 33, com reclusão, de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos, e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, aumentando o “rigor” do disposto na norma.

Atualmente, com a mudança legislativa, o cenário que se tem é o revés do que foi – supostamente – esperado: observamos um aumento expressivo do encarceramento no país, apontando-se um acríve no número de prisões a partir do ano de 2006 (Brasil, 2016), quando foi promulgada a Lei de Drogas (Brasil, 2006). De acordo com um levantamento realizado em 2025, cerca de 30% (trinta por cento) das pessoas encarceradas assim se encontram por causa de envolvimento em crimes relacionados à Lei de Drogas (Brasil, 2006), o que corresponde a cerca de 215.864 (duzentas e quinze mil, oitocentas e sessenta e quatro) pessoas (Brasil, 2025), demonstrando, assim, o potencial encarcerador dessa política de proibição.

Tal situação se dá, entre tantos motivos, devido a uma lacuna existente na norma: a Lei nº 11.343/06 (Brasil, 2006) não discrimina em seu texto quais seriam os critérios objetivos para diferenciar a pessoa usuária da pessoa traficante de drogas, realizando essa diferenciação apenas pela separação das condutas em dois artigos distintos, quais sejam, o artigo 28 e o artigo 33, respectivamente.

Apesar da segregação em dois tipos penais, os elementos que caracterizariam a pessoa usuária ou traficante de drogas não estão devidamente explícitos na Lei, um dos motivos que explica o aumento no número de prisões a partir do ano de 2006. Reforçamos, também, que os usuários, que não deveriam, mas cumprem pena privativa de liberdade, se submetiam, ainda, ao risco de cumprir uma pena ainda maior do que a prevista na norma anterior, devido ao aumento da pena mínima de três para cinco anos.

No que se refere ao artigo 28 da vigente Lei de Drogas (Brasil, 2006), é importante lembrar que o dispositivo, muito embora não preveja a pena privativa de liberdade para o usuário, cominava, em seus incisos I, II e III, respectivamente, as penas de advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, mantendo, portanto, a penalização daquele que pratica o porte de drogas. Por isso, não havia que se falar, neste momento, em descriminalização ou despenalização do uso/porte de drogas, no que diz respeito à lei vigente, mas tão somente em não cominação de pena privativa de liberdade.

Como efeito da problemática gerada pela não diferenciação objetiva entre o usuário e o traficante, em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) pôs em pauta, no Recurso

Extraordinário nº 635.659 (Brasil, 2011), a discussão acerca da inconstitucionalidade do artigo 28 da Lei nº 11.343/06 (Brasil, 2006), por entender que a proibição elencada no dispositivo viola tanto o artigo 5º, inciso X, da Constituição da República (Brasil, 1988), que prevê a inviolabilidade, entre outros, da intimidade e da vida privada, quanto o artigo 6º da mesma norma, que dispõe acerca do direito social à saúde, por entender que a proibição do porte de drogas para uso pessoal converte esse direito em obrigação, demonstrando o uso da saúde como instrumento de interferência do Estado.

Em seu voto, a Ministra Rosa Weber disse que o Estado, ao se valer do direito penal, a forma mais robusta de seu arcabouço, para restringir a autonomia privada, foge dos parâmetros mínimos e indispensáveis para a limitação dos direitos fundamentais, tendo em vista que o consumo de drogas estritamente pessoal coloca em risco tão somente a saúde individual do usuário (Veloso, 2023, online). Mencionou, ainda, que a dependência química e o uso de drogas – fazendo, portanto, essa necessária diferenciação – devem se inserir no âmbito das políticas públicas de saúde e de reinserção social, sendo desproporcional a utilização do aparato penal do Estado para a prevenção do consumo de entorpecentes (Veloso, 2023, online).

Hoje, finalizado o julgamento do Recurso Extraordinário nº 635.659, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela descriminalização do porte de maconha para uso pessoal, limitando a quantidade a até 40 (quarenta) gramas ou 06 (seis) plantas-fêmeas. A decisão do STF ainda estabeleceu que o porte da droga para uso próprio deve ser considerado um ilícito administrativo, e não penal (Brasil, 2024).

Com o julgamento, houve a eliminação dos efeitos criminais, como o registro de antecedentes e a reincidência do sujeito. No entanto, a mudança atingiu apenas a conduta do porte de drogas, de modo que o usuário continua proibido de manter a droga. Ela também não anulou a possibilidade de reconhecimento de outras condutas relacionadas ao porte e comércio de drogas, a depender dos indícios presentes (Brasil, 2024).

3. A GUERRA ÀS DROGAS COMO INSTRUMENTO DE NECROPOLÍTICA E A NOMEAÇÃO COMO UMA FORMA DE DOMINAÇÃO

Na configuração da atual política de guerra às drogas que se mostra forte e atuante no Brasil, o Estado, utilizando-se do direito, divide-se na escolha entre dois únicos caminhos, ao seu ver, possíveis: a punição – ao “criminoso” – ou o tratamento – ao “doente” –. Ao fomentar a binaridade entre usuário e dependente, o Poder Público incentiva, também, uma perspectiva

hegemônica de necessidade de categorização de corpos, de enquadrá-los em caixas, de conceituá-los e, assim, ter domínio sobre eles.

De acordo com Reinhart Koselleck (2006, p.102), existe, ao longo da história, uma batalha semântica para se definir, manter ou impor posições políticas e sociais, de modo que a alteração de um conceito é um indicador de uma alteração estrutural (Koselleck, 2006, p. 103). O autor, ao tratar dos usos dos termos na história e no tempo, cunhou a ideia de história dos conceitos, que seria “um método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa expressões fundamentais de conteúdo social ou político” (Koselleck, 2006, p. 103).

A história dos conceitos seria, portanto, uma “zona de convergência na qual o passado, com todos os seus conceitos, adentra os conceitos atuais” (Koselleck, 2006, p. 117). Seria, diante disso, para o autor, relevante compreender “a partir de quando os conceitos passam a poder ser empregados de forma tão rigorosa como indicadores de transformações políticas e sociais de profundidade histórica” (Koselleck, 2006, p. 101), propondo a confluência entre os conceitos e a história (Koselleck, 2006, p. 110).

Para Friedrich Schlegel (apud Prost, 2019, p. 115), que considera que é impossível dizer que alguma coisa é, sem dizer o que ela é, a própria reflexão sobre os fatos implica a evocação de conceitos, de modo que se torna imprescindível saber quais sejam eles (Schlegel apud Prost, 2019, p. 115). Sendo assim, nomear é também uma forma de dominação, pois revela um modo de controle por aqueles grupos que detêm o poder de dizer e categorizar.

No espaço e no tempo, os processos de conceituação se dão frente a uma disputa de interesses de determinados grupos, que resulta na definição das coisas como elas são hoje. Uma maneira possível de se pensar a expressão desse cenário, é analisar a necessidade de se conceituar o usuário de drogas: ora como bandido, ora como doente, o que também demonstra uma vontade e uma expressão de poder e controle por parte do Estado e de seus grupos coordenadores.

Pensando essa necessidade de categorização, observa-se a dificuldade que o Estado, principalmente no que se refere ao seu instrumento mais forte de dominação, o direito, tem de compreender que algumas situações e relações prescindem de sua interferência. Por isso, esforça-se para categorizar e tutelar corpos, como faz no caso das pessoas usuárias de drogas, sempre tentando colocá-las sob sua vigília.

Diante do uso de drogas, o Estado se posta em uma posição de imprescindibilidade de interferência na autonomia. Essa necessidade de intervir em muito se conecta com a noção de biopoder, desenvolvida e caracterizada por Michel Foucault (2008, p. 3) enquanto “o conjunto

dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder”.

Mais que isso, na tratativa das drogas é possível notar a aplicação do conceito de “necropolítica”, desenvolvido por Achille Mbembe (2018, p. 146) – a partir da noção de biopolítica, de Michel Foucault –, que representaria as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder de morte, como uma espécie de manifestação de uma certa ideia de soberania, através do uso do poder político e social do Estado para determinar, por meio de ações ou omissões, quem deve viver e quem pode ou deve morrer.

Conforme escreveu Fermin Schramm (2019, p. 157), tem-se hoje uma nítida aplicação da biopolítica nas práticas de saúde. Associando essa ideia à questão do usuário ou dependente de drogas, é possível observar essa execução da biopolítica sob duas vertentes, sendo a primeira representada pela necessidade de dominar, controlar e, principalmente, punir do Estado – como uma forma de manifestação de poder – e a segunda partida de uma devoção pelo discurso médico, tanto no que se refere à patologização, quanto à criminalização.

A medicina sempre teve grande influência sobre o direito, em especial em relação às drogas. Quando se começou a falar sobre proibição no Brasil, uma das comunidades que estava na linha de frente do movimento proibicionista era a comunidade médica, sendo, inclusive, um médico o representante do Brasil na II Conferência Internacional do Ópio, de 1924, em Genebra, o psiquiatra Pedro Pernambuco Filho (Dias, 2022, p. 38).

É importante compreender que essas práticas de biopolítica não se relacionam somente à “segurança” pública, mas também à saúde pública (Schramm, 2019, p. 153). Tem-se hoje uma grande polaridade no que diz respeito à saúde pública, representada, por um lado, pela medicina social, que abarca uma prática mais totalizante de controle da sociedade – do ponto de vista biológico e econômico –, onde se efetivariam políticas de assistência pública para nivelamento das classes sociais, e, por outro, a resistência popular, englobando uma tendência individualizante das práticas de medicina e saúde pública, baseada na liberdade e na responsabilização dos próprios indivíduos pela sua saúde (Schramm, 2019, p. 153). No entanto, essa subjetivação da saúde, impulsionada pela ideia liberal de individualização e, logo, pela responsabilização do indivíduo pela sua saúde, pode ser perigosa, ao passo que gera uma “desresponsabilização” no Estado no que se refere à assistência social.

As práticas de biopolítica aplicadas à saúde, estariam, portanto, acompanhadas da biotecnociência, uma forma de ciência associada à técnica, e aplicada aos seres e sistemas vivos, direcionada pela máxima “se algo pode ser feito, deve ser feito” (Schramm, 2019, p. 155).

Entretanto, essa ideia de saúde pode desencadear um problema, por ser autoritária e totalizante e, logo, entrar em conflito com a autonomia. É diante desse embate que se dá a necessidade de intervenção da bioética, enquanto balanceadora desse conflito de interesses entre o excesso de intervenção e, por outro lado, a ausência de intervenção, característica de uma ideia liberal de saúde (Schramm, 2019, p. 161).

O cuidado precisa estar em reconhecer que tanto uma política autoritária de intervenção na saúde é questionável, como também o é uma política que pregue a não intervenção, se aproximando do liberalismo. Podemos pensar esse limite entre ambas as modalidades no caso dos usuários e dependentes de drogas, lembrando a importância de se concretizar essa diferenciação entre eles quando do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esses grupos.

Ao analisar a Lei de Drogas (Brasil, 2006), que diferencia na terminologia o usuário do dependente de drogas, vemos que, muito embora haja uma divisão semântica, a norma parece tratá-los como se iguais fossem, ao prever dispositivos sobre o tratamento, acolhimento e reinserção, por exemplo.

4. O PERIGO DO CONCEITO INDIVIDUAL DE SAÚDE PARA O DEPENDENTE QUÍMICO E A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA AUTONOMIA

Conforme mencionado no capítulo anterior, a Lei de Drogas (Brasil, 2006), ao tratar a questão da reinserção, tratamento, acolhimento, entre outras situações, do usuário, em especial no Título III, Capítulo II, Seção IV, apresenta uma diferenciação terminológica entre usuários e dependentes de drogas. Apesar disso, ao longo de todo seu texto, mesmo realizando a separação nominal entre os dois grupos, os trata como se iguais fossem, no que diz respeito à resposta oferecida para ambos pela comunidade e pelo direito.

Nesse ponto, em especial no que se refere à não diferenciação entre usuários e dependentes, é relevante se atentar para os perigos da ideia de liberdade no conceito de saúde, proposta por Ana Carolina Brochado Teixeira (2010, p. 68). A autora propõe que a ideia de saúde seria uma construção pessoal de cada um e, portanto, se trataria de uma esfera de liberdade da pessoa humana que lhe facultaria modificar ou conservar a própria saúde, tratando-a da forma como achar mais adequada para si (Teixeira, 2010, p. 69).

A partir dessa ideia, todas as demais pessoas deveriam se abster de intervir em questões relacionadas à saúde das outras pessoas. Entretanto, quando se está falando do dependente químico, essa liberdade pode ser questionável, na medida em que se indaga sua própria

autonomia e competência¹ de decisão diante de sua situação. Compreende-se neste trabalho que a principal consequência da necessária segregação entre usuário e dependente de drogas é justamente a intervenção do Estado.

Por um lado, entendemos como não legítima a intervenção na decisão do usuário de drogas, por se tratar de uma conduta inserida na esfera de liberdade individual, garantida pela Constituição da República (Brasil, 1988), em seu artigo 5º, inciso X, uma vez que a pessoa, dotada de capacidade, deve ter garantidas sua autonomia e liberdade de decisão no que diz respeito à autolesão. Por outro, reforçando a distinção entre o usuário de drogas e o dependente, a aplicação da ideia de liberdade no conceito de saúde, acima mencionada, no segundo caso, se torna problemática, pois, muito embora possa gozar de intervalos lúcidos², a dependência em si pode gerar para a pessoa um reflexo na sua competência decisória para questões médicas.

Nesse sentido, neste trabalho, consideramos relevante reafirmar a necessidade de se tratar de formas distintas as duas situações acima descritas. No caso do usuário de drogas, não há que se falar em reinserção, tratamento ou educação sobre o uso, uma vez que esse é dotado de consciência e, por este motivo, precisa ser também dotado de liberdade para discernir e optar pelo uso ou não das drogas.

Já no caso dos dependentes, resgatando o problema da vertente liberal do conceito de saúde, defendida por Ana Carolina Brochado Teixeira (Teixeira, 2010, p. 69) e indo de encontro a essa ideia, entendemos que o Estado, não através do direito Penal, mas como uma política de saúde, deveria, sim, intervir e prestar assistência a essas pessoas que, possivelmente, por serem dependentes de alguma substância, ainda que não devam ter sua autonomia e liberdade prejudicadas, podem ter afetada sua competência no que se refere a questões médicas e salutaras.

A ideia de liberdade no conceito de saúde é vista, mais uma vez, como perigosa, principalmente ao tratar os dependentes de drogas. De fato, o entendimento de saúde é algo individual, logo, é impossível um conceito único, que contemple todas as noções de saúde de cada ser. Entretanto, abrir mão de uma unificação - por menor que seja - dessa ideia, é algo problemático, primeiramente, pela dificuldade de um sistema público de saúde em suprir todas as demandas decorrentes dessa pluralidade, e, em um segundo momento, pelo risco de se

¹ Na medicina, utiliza-se o termo competência como representante da capacidade para exercício da autonomia e da liberdade em termos clínicos (Moreira; Oliveira, 2008).

² O sistema de capacidades, prevista no Código Civil, diferente de sistemas estrangeiros, como o Francês e o Português, não reconhece os intervalos lúcidos como momentos de possibilidade de exercício da autonomia, ainda que durante esses momentos haja discernimento (Souza, 2016, p. 370).

sustentar um viés liberal, um ideal de corpo intocável, por exemplo, nos casos de pessoas que não estão dotadas de competência, ou mesmo autonomia, para decidir sobre sua saúde.

Ainda, no que se refere aos princípios direcionadores do nosso sistema jurídico, ao se mencionar a proibição do uso livre de drogas, quando está se tratando do usuário, é notável um desrespeito ao princípio da autonomia, tanto no aspecto bioético, quanto no aspecto biojurídico. No que diz respeito à esfera bioética, a autonomia é entendida enquanto o reconhecimento de que a pessoa possui capacidade de se autogovernar, logo, de modo livre e sem influências externas, deve-se preceituar o respeito pela capacidade de decisão e ação do ser humano (Sá; Naves, 2025, p. 30), em especial acerca de seu próprio corpo. Já no cenário biojurídico, entende-se o princípio da autonomia enquanto a concessão de poderes de atuação à pessoa (Sá; Naves, 2025, p. 33). Logo, proibir o uso de drogas por uma pessoa livre e dotada de autonomia e competência, vai de encontro ao disposto por este princípio.

Do ponto de vista jurídico da construção da autonomia, entendemos problemática sua origem na concepção patrimonialista e liberal. O exercício da liberdade e da autodeterminação diante de situações patrimoniais não coadunam com os mesmos fundamentos para esse exercício diante de questões existenciais, como são aquelas vinculadas ao próprio corpo, à saúde e, como trabalhamos aqui, ao usuário e ao dependente de drogas. Ana Carolina Brochado Teixeira (2018) defende a existência da autonomia existencial, dissociada da autonomia patrimonial, eis que aquela garante a concretização plural e democrática da dignidade da pessoa humana.

Já Paulo Lôbo (2023, p. 23) prefere a nomenclatura autodeterminação existencial “para as hipóteses de situações jurídicas que tocam a existência da pessoa, cujas escolhas são oponíveis a todas as outras e não em relação a pessoas determinadas”. Incluindo, assim, a oposição da escolha ao Estado.

Nós entendemos que a autonomia que tratamos aqui é uma autonomia existencial biojurídica (Souza, 2025, p. 169) decorrente da autonomia bioética, em sua vertente bioética de intervenção (Garrafa, 2009), calcada na proteção e na promoção da diversidade humana e nos Direitos Humanos.

Ainda no que diz respeito ao princípio da autonomia, Gustavo Tozzi Coelho e Paulo Vinícius Sporleder de Souza (2016), ao tratarem do embate entre este e a proibição do uso de drogas, ditam que o usuário, enquanto sujeito autônomo, com discernimento e autodeterminação, precisa ser respeitado em relação a sua escolha. Consideram, dessa forma, que o Estado não deveria intervir nessa esfera privada do usuário, pois cabe ao direito Penal a garantia do exercício da autonomia da pessoa por meio da autodeterminação sobre seus bens

jurídicos (Coelho; Souza; 2016, p. 13). Já no tocante ao dependente de drogas, os autores entendem que este, por ter sua autonomia reduzida em face da dependência, necessita da intervenção do Estado, não pelo direito Penal, mas, como mencionado, através de uma política de saúde (Coelho; Souza; 2016, p. 13).

Nesse sentido, considerando que o uso de drogas, por ser tratado pelo direito Penal, encontra-se inserido na esfera do direito público - muito embora, atualmente, a ideia de segregação entre direito público e privado já seja considerada ultrapassada - , é possível se compreender a autonomia enquanto liberdade para, assim, se repensar o direito Penal e, principalmente, o instituto da Lei de Drogas (Brasil, 2006), a partir de uma perspectiva de exercício da própria autonomia, da própria liberdade, que é garantida a todas as pessoas, nos termos do artigo 5º da Constituição da República (Brasil, 1988).

Até mesmo no Direito Civil e no Biodireito, o sistema de reconhecimento de incapacidade civil não adequado para as questões existenciais. O modelo de representação ou assistência jurídica para exercício de atos funciona para as questões patrimoniais, mas não alcança as questões existenciais. Em aplicação do princípio biojurídico da beneficência, a representação ou a assistência somente se fazem adequadas se exercidas em benefício da pessoa representada ou assistida, de forma excepcional e reconstruindo sua vontade. Não se admite tomadas de decisões em nome de outra pessoa em perspectiva utilitarista, hegemônica e universalizante. Por essa razão, o art. 7º da Declaração da UNESCO sobre Bioética e Direitos Humanos (2005) prevê que qualquer intervenção ou prática médica deve ser realizada em conformidade com os interesses das pessoas que são incapazes de exprimir seu consentimento, devendo ser garantido a elas a possibilidade de participar, da maior forma possível, do processo de decisão.

Já no que se refere ao próprio Direito Penal, nota-se a contrariedade ao princípio da lesividade, uma vez que o usuário de drogas, ao praticar essa conduta, somente está fazendo mal a si mesmo. Assim, essa ideia de que o uso de drogas fere o bem-estar coletivo deixa de ser verdadeira, quando se entende que, na verdade, o único mal causado a partir desse uso direciona-se ao próprio usuário. Além disso, retomando a crítica à ideia de liberdade no conceito de saúde, também é importante pensar sobre a dificuldade de se conceituar o próprio bem-estar coletivo, que é uma expressão imprecisa e, portanto, dificulta uma unificação do conceito de saúde.

5. METODOLOGIA

O estudo adota como metodologia de pesquisa a história dos conceitos (Koselleck, 2020), por acreditar que, tanto a construção dos conceitos de usuário e dependente, quanto sua apropriação pelo direito, se constituíram e impactaram diretamente por e em relações e interesses sociais, políticos e de poder. Logo, a proposta metodológica se deu por entender que os conceitos contêm uma história e interferem na realidade, desembocando, nesse caso, em uma interferência nas relações sociais e nas formas de lidar com cada um deles.

Reinhart Koselleck entende que, ainda mais importante do que se compreender, a partir da análise da disputa por seu conceito, o que é uma determinada coisa, é se entender seu processo de construção conceitual, ou seja, como aquele conceito se formou (Koselleck, 2006).

A pesquisa se pauta na história dos conceitos, adotando a ideia de que as diversas argumentações que permeiam uma determinada coisa revelam a necessidade de se ter domínio sobre seu conceito, ainda que sua compreensão seja mutável de acordo com a sociedade, a realidade e o tempo nos quais está inserido, resultando em um impacto no mundo real e jurídico. Consideramos, ainda, importante a reflexão histórica conceitual, por entender que a apropriação do conceito – e os impactos disso – pressupõe uma disputa entre grupos da sociedade.

Um conceito, depois de posto no mundo real, pode provocar consequências irrevogáveis, pois interfere no comportamento social (Koselleck, 2020, pos. 287). Apesar disso, ao indagarmos sobre determinada categoria, raramente nos dispomos a investigar os padrões linguísticos de identificação, sem os quais a unidade de ação não agiria (Koselleck, 2020, pos. 377) e que são permeados por “resíduos extralinguísticos que testemunham eventos e situações passados” (Koselleck, 2020, pos. 343).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi abordado ao longo do texto, é possível compreender a emergência não de uma reforma da política atual, mas sim, da criação de uma nova política de tratativa das drogas, uma nova forma de enxergar e pensar as drogas, pautada, principalmente, na ideia de autonomia e de liberdade individual, enquanto direcionadoras dessa organização.

Assim, ao tratar da autonomia, reforça-se a relevância da distinção entre o usuário de drogas e o dependente químico, para que este princípio bioético e, principalmente, biojurídico, tenha sua aplicabilidade efetivada. Entender a autonomia e a liberdade como direcionadoras de

qualquer política que interfira, ainda que minimamente, na esfera individual e na esfera de saúde do indivíduo, torna-se cada vez mais urgente.

Por esse motivo, entendemos como necessária e legítima a interferência do Estado no caso dos dependentes químicos, não através do direito Penal, mas através de uma política de saúde, como forma de cuidado e de devolutiva àquele indivíduo de sua autonomia e competência. Indo de encontro ao estipulado pela Lei nº 11.343/06 (Brasil, 2006), o usuário não precisa de reinserção ou tratamento, ao passo que o dependente, sim, necessita desse cuidado por parte do Poder Público.

É importante destacar que o Brasil, historicamente, foi e continua sendo um país submisso a interferências e pressões externas, no tocante à tratativa da questão das drogas. A partir daí se dá a necessidade de se pensar uma política que derive e considere a realidade latino-americana, e principalmente brasileira. Talvez, partindo desse pensamento e desenvolvimento de uma nova perspectiva, seja possível reanalisar questões que são, hoje, tratadas com uma interferência indiscriminada do Estado, tanto na situação do usuário e do dependente de drogas, quanto, até mesmo, na situação do traficante.

Hoje, no Brasil, já é possível esperar algumas mudanças positivas no cenário do uso e mercantilização de drogas, diante da ocorrência de discussões em âmbito nacional. A ascensão da discussão acerca do porte de drogas, conforme já mencionado, tem sido extremamente importante, não só pela redução dos impactos penais sobre a vida dos usuários e dependentes, mas também por se tornar sustento para a ascensão de novas discussões referentes a outras situações que envolvam, por exemplo, o comércio de drogas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República : Centro Gráfico, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6368.htm. Acesso em: 27 out. 2025.

BRASIL. Lei nº. 10.409, de 11 de janeiro de 2002. Dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e repressão à produção, ao uso e ao tráfico ilícitos de produtos, substâncias ou drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica, assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências. Brasília : Presidência da República, 2002.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10409.htm. Acesso em: 27 out. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília : Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 27 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. INFOPEN - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Atualização - Junho de 2016. Organização: Thandara Santos; colaboração: Marlene Inês da Rosa [et. al.]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. 65p. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2016.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais. Relatório - SENAPPEN. Levantamento de informações penitenciárias. 18º Ciclo. 1º Semestre de 2025. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relatorios-de-informacoes-penitenciarias/relatorio-do-1o-semester-de-2025.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 635.659 RG/SP. Constitucional. direito penal. Constitucionalidade do art. 28 da Lei 11.343/2006. Violação do artigo 5º, inciso X, da Constituição Federal. Repercussão geral reconhecida. Recorrente: Francisco Benedito de Souza. Recorrido: Ministério Público do Estado de São Paulo. Relator: Min. Gilmar Mendes. Data de Julgamento: 26/06/2024, Tribunal Pleno, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 26-09-2024 PUBLIC 27-09-2024. São Paulo – SP. 08 de dezembro de 2011. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4034145&numeroProcesso=635659&classeProcesso=RE&numeroTema=506>. Acesso em: 27 out. 2025.

CARVALHO, Jonatas Carlos de. A Emergência da Política Mundial de Drogas: o Brasil e as Primeiras Conferências Internacionais do Ópio. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 7, n. 1, jan./jun. 2014, p. 153-176. Disponível em: A emergência da política mundial de drogas: o Brasil e as primeiras Conferências Internacionais do Ópio. | Oficina do Historiador. Acesso em: 25 out. 2025.

COELHO, Gustavo Tozzi; SOUZA, Paulo Vinícius Sporleder de. Uso de drogas e autonomia: limites jurídico-penais e bioéticos. Revista Brasileira de Ciências Criminais. RBCCRIM, v. 126, dez./2016. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RBCCrim_n.126.03.PDF. Acesso em: 27 out. 2025.

DIAS, Luíza Lima. Vícios Sociais Elegantes: influência médica no processo de criminalização das drogas na Primeira República. Orientadora: Profª. Drª. Anny Jackeline Torres da Silveira. 2022.

99 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/50835/1/Versao_Final_FolhaAprov.pdf. Acesso em: 09 out. 2025.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARRAFA, Volnei. Da bioética de princípios a uma bioética interventiva. Rev. bioét.(Impr.). 14º de setembro de 2009;13(1). Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/revista_bioetica/article/view/97. Acesso em: 07 nov. 2025.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução do original alemão: Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução: César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

LÔBO, Paulo. Autodeterminação existencial e autonomia privado em perspectiva. Revista IBDFAM: Famílias e Sucessões. Ed. 53,2023. p.17-32.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MOREIRA, Luiza Amélia Cabus; OLIVEIRA, Irismar Reis de. Algumas questões éticas no tratamento da anorexia nervosa. Jornal de Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 161-165, 2008. Disponível em: scielo.br/j/jbpsiq/a/6qpXpmNWxsqdMYcy4yz6nwD/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 07 nov. 2025.

PROST, Antoine. Doze Lições Sobre a História. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2ª ed.; 5ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SÁ, Maria de Fátima Freire de; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira. Bioética e Biodireito - 7. ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2025.

SCHRAMM, Fermin Roland. Saúde pública: biotecnociência, biopolítica e bioética. Saúde Debate, v. 43, n. spe. 7, p. 152-164, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sdeb/2019.v43nspe7/152-164/>. Acesso em: 15 out. 2025.

SOUZA, Iara Antunes de. Estatuto da pessoa com deficiência: curatela e saúde mental. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.

SOUZA, Iara Antunes de. Autonomias: uma proposta biojurídica e decolonial de revisão. in.: SÁ, Maria de Fátima Freire de.; MEIRELLES, Ana Thereza; SOUZA, Iara Antunes de. Anais do II Congresso Internacional Bioética e Biodireito. Autonomia e Biodireito: entre as fronteiras do Direito Civil e do Direito Penal. São Paulo: D'Plácido, 2025. p. 159-176. Disponível em: https://www.editoradplacido.com.br/cdn/imagens/files/manuais/_ii-anais-do-congresso-internacional-de-bioetica-e-biodireito-autonomia-e-biodireito-entre-as-fronteiras-do-direito-civil-e-do-direito-penal.pdf. Acesso em: 07 nov. 2025.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Autonomia existencial. Revista Brasileira de Direito Civil - RBDCivil, Belo Horizonte, v. 16, p. 75-104, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://rbdcivil.ibdcivil.org.br/rbdc/article/view/232>. Acesso em: 07 nov. 2025.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Saúde, corpo e autonomia privada. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

VALOIS, Luís Carlos. O direito Penal da Guerra às Drogas. 4ª ed. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2021.

VELOSO, Natália. Weber adianta voto e defende descriminalização do porte de maconha. Poder360, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/weber-adianta-voto-e-defende-descriminalizacao-do-porte-de-maconha/>. Acesso em: 19 out. 2025.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos. 2005. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146180_por. Acesso em: 07 nov. 2025.

